

Retrato Territorial de Portugal

2003



Ano de edição 2004

Catálogo Recomendada

RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL. Lisboa, 2004
Retrato territorial de Portugal / ed. Instituto Nacional de Estatística. - 2003- . - Lisboa : I.N.E., 2004- . - 30 cm
Anual. - Continuação de : Anuários estatísticos regionais - um retrato territorial de Portugal = ISSN 1645-8184
ISSN 1646-0448
ISBN 972-673-757-5

Director

Presidente do Conselho de Administração
José Mata

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 73

Capa

INE - Dep. Difusão e Promoção

Composição

INE - Dep. Difusão e Promoção

Impressão

INE - Dep. Financeiro e Administrativo

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal n° 214842/04

Preço: 17,00 € (IVA incluído)

Para esclarecimentos adicionais contactar:

DRLVT - Direcção Regional de Lisboa e Vale
do Tejo - Serviço de Estudos
e-mail: drlvt@ine.pt

O INE na Internet

www.ine.pt

NOTA INTRODUTÓRIA

Dando continuidade à série iniciada no ano anterior, o INE edita novamente o **Retrato Territorial de Portugal**. Com base na exploração da riqueza de informação divulgada nos Anuários Estatísticos Regionais, esta publicação apresenta uma caracterização sócio-económica do território português, essencialmente ao nível concelhio. Possui uma estrutura de capítulos similar à dos Anuários Estatísticos Regionais, contendo para cada um deles um texto com os traços mais relevantes que decorrem da análise do vasto conjunto de informação, privilegiando, desta forma, a abrangência da análise.

Relativamente à edição anterior, onde a apresentação de conclusões estruturais sobre o território foi dominante, nesta edição foi concedido um especial enfoque à caracterização das evoluções conjunturais dos territórios. Permaneceu a aposta na utilização de indicadores sintéticos e imagens gráficas e cartográficas apelativas, reforçadas este ano pelo facto de os subtítulos dos capítulos conterem as principais ideias a reter.

Em consequência deste estudo se basear em informação proveniente de um abrangente leque de operações estatísticas, o período em análise não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, os anos de 2002 e 2003 constituem o seu núcleo central em matéria de âmbito temporal. Aumentar a actualidade da informação em análise constitui um importante desafio para próximas edições.

Tal como nos Anuários Estatísticos Regionais, também nesta publicação se adoptou a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003, excepto nos capítulos onde tal não foi possível, dado o nível de desagregação geográfica que esteve na base da recolha da informação. É o caso dos capítulos das Contas Regionais e dos Preços.

Por último, o INE agradece a colaboração preciosa de todas as entidades e organismos que, através da disponibilização de informação, contribuíram para o desenvolvimento deste projecto.

Setembro 2004

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
01 TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA	17
MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL . . .	17
. . . DA EXPRESSÃO DO LITORAL À DIMENSÃO URBANA	18
EFEITO MARCANTE DA COMPONENTE MIGRATÓRIA NA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	21
O ACENTUAR DO ENVELHECIMENTO	24
LIGEIRO AUMENTO DA TAXA DE FECUNDIDADE	25
02 EMPREGO	31
POPULAÇÃO ACTIVA MENOS JOVEM . . .	31
. . . E LIGEIRAMENTE MAIS QUALIFICADA	31
AUMENTO GENERALIZADO DA TAXA DE DESEMPREGO . . .	32
. . . PRINCIPALMENTE DOS JOVENS	33
CONTRACÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA . . .	34
. . . E AUMENTO DOS QUADROS SUPERIORES	35
POR CADA DOIS EMPREGADOS, UM INACTIVO DEPENDENTE E OUTRO EM IDADE ACTIVA	36
UM TERÇO DOS INACTIVOS SÃO ESTUDANTES . . .	37
. . . E DOMÉSTICAS DIMINUEM	38
03 CONTAS REGIONAIS	41
ALGARVE COM MAIOR CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA	41
NÍVEL DE RIQUEZA PRODUZIDA NA GRANDE LISBOA MUITO ACIMA DA MÉDIA NACIONAL . . .	42
. . . E MENOR DISPARIDADE INTRA-REGIONAL NO ALENTEJO	44
AÇORES E ALENTEJO ESPECIALIZADOS EM ACTIVIDADES DE BAIXA PRODUTIVIDADE	44
INEFICIÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL CONTRIBUEM PARA BAIXOS NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE NO INTERIOR	47
REGIÕES MENOS POPULOSAS COM MAIORES TAXAS DE INVESTIMENTO	48
04 AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, SILVICULTURA E PESCA	53
QUEBRA NA PRODUÇÃO DE VINHO DEVIDO A CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS	53
DIMINUIÇÃO NA PRODUÇÃO DE AZEITE, LOCALIZADA ESPECIALMENTE NO SUL DO PAÍS	55
MENOR NÚMERO DE OCORRÊNCIAS MAS INCÊNDIOS FLORESTAIS DE MAIORES DIMENSÕES	57
DIMINUIÇÃO DO EFECTIVO ANIMAL, PRINCIPALMENTE CAPRINO E SUÍNO	59
DECRÉSCIMO DO NÚMERO DE PESCADORES, MAS AUMENTO DA PESCA DESCARREGADA	59
05 ENERGIA	63
MAIORES CONSUMOS MÉDIOS DE ELECTRICIDADE NO NORTE NA ÁREA DOMÉSTICA, EM LISBOA NO SECTOR INDUSTRIAL E NOS AÇORES NA AGRICULTURA	63
REFORÇO DO PAPEL DO GASÓLEO COMO PRINCIPAL COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	66

06 HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO	71
ESTAGNAÇÃO NO LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO . . .	71
. . . CONTRARIAMENTE AO FORTE AUMENTO NA CONCLUSÃO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA A HABITAÇÃO	74
DIMENSÃO DOS EDIFÍCIOS LICENCIADOS CONTINUA A DIMINUIR	75
EM MÉDIA LICENCIARAM-SE MAIS DIVISÕES POR FOGO, MAS DIVISÕES DE MENORES DIMENSÕES	76
MAIS PRÉDIOS URBANOS TRANSACCIONADOS E MAIS CAROS	77
07 TRANSPORTES	81
DIMINUIÇÃO DO NÚMERO E DA GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO	81
FORTE QUEBRA NA VENDA DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	83
AUMENTO DO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS E FORTE REDUÇÃO NO VOLUME DE MERCADORIAS EM TRANSPORTE AÉREO	85
08 COMÉRCIO INTERNACIONAL	89
MELHORIA DA TAXA DE COBERTURA DAS ENTRADAS PELAS SAÍDAS . . .	89
. . . AUMENTO DAS EXPEDIÇÕES PARA PAÍSES COMUNITÁRIOS E REDUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE PAÍSES EXTRA-COMUNITÁRIOS	91
FORTE CONCENTRAÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS NUM NÚMERO RESTRITO DE PAÍSES	93
FLUXOS COMERCIAIS AINDA POUCO SIGNIFICATIVOS COM OS PAÍSES DO ALARGAMENTO, APESAR DO AUMENTO	94
CRESCIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTRA-RAMO GENERALIZADO A TODAS AS REGIÕES	95
09 TURISMO	99
QUEBRA NA PROCURA: MENOS HÓSPEDES E MENORES ESTADAS MÉDIAS . . .	99
. . . AUMENTO DA CAPACIDADE HOTELEIRA . . .	100
. . . E REDUÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO-CAMA	100
PORTUGUESES E BRITÂNICOS MANTIVERAM-SE COMO OS PRINCIPAIS CLIENTES DA HOTELARIA	101
LISBOA, ALGARVE E MADEIRA COM 59% DOS HÓSPEDES E 76% DOS PROVEITOS DE APOSENTO	102
10 EMPRESAS	107
QUEBRA NA CONSTITUIÇÃO DE NOVAS SOCIEDADES	107
FRACA PRESENÇA DE INDÚSTRIAS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA	109
PERFIS DE COMPETIVIDADE DA INDÚSTRIA: MÃO-DE-OBRA NO NORTE; DIFERENCIAÇÃO DO PRODUTO NO CENTRO, LISBOA E ALGARVE; RECURSOS NATURAIS NO ALENTEJO E ILHAS	110
11 MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO	117
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ABSORVERAM MENOS DEPÓSITOS E CONCEDERAM MAIS CRÉDITOS	117
93% DOS DEPÓSITOS DE EMIGRANTES NO NORTE, CENTRO E MADEIRA	118
PROPORÇÃO DO CRÉDITO DESTINADO À HABITAÇÃO NA MADEIRA MUITO ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL	120
VALORES MÉDIOS NOS CONTRATOS HIPOTECÁRIOS MAIS ELEVADOS NOS PRÉDIOS URBANOS DOS AÇORES E NOS PRÉDIOS RÚSTICOS DE LISBOA	123

12 PREÇOS	127
INFLAÇÃO NO CONSUMO DIMINUIU EM TODAS AS REGIÕES	127
EDUCAÇÃO NA MADEIRA AUMENTOU QUASE 10%	128
NO ALGARVE, AS REFEIÇÕES EM CASA ENCARECERAM MAIS DO QUE FORA	129
PRODUTOS ALIMENTARES: ALENTEJO E ALGARVE MAIS CAROS E NORTE MAIS BARATO	130
REFEIÇÕES MENOS DISPENDIOSAS: CARAPAU COM SALADA NO VERÃO; FRANGO COM BATATAS E PÊRAS NO INVERNO	132
13 FINANÇAS AUTÁRQUICAS	135
FORTES DISPARIDADES NAS RECEITAS E DESPESAS MÉDIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR HABITANTE	135
SISA E CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA REPRESENTAVAM UM TERÇO DAS RECEITAS CORRENTES	136
AUMENTO GENERALIZADO DO GRAU DE ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS	136
FORTE QUEBRA NO INVESTIMENTO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DE LISBOA E ALGARVE	140
14 SAÚDE	145
ALTERAÇÕES INSIGNIFICANTES NA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	145
CAPITALIDADE E INSULARIDADE CONDICIONAM AFECTAÇÃO TERRITORIAL DA OFERTA NAS INFRA-ESTRUTURAS “PESADAS” DE SAÚDE . . .	146
. . . MENOR DISCREPÂNCIA NA OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE TENDENCIALMENTE UNIVERSALIZÁVEIS	149
RESPOSTA EFECTIVA DOS HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE REGIONALMENTE DIFERENCIADA	152
15 PROTECÇÃO SOCIAL	157
UM EM CADA TRÊS PORTUGUESES RECEBIAM UMA PRESTAÇÃO SOCIAL	157
FORTE AUMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO . . .	158
. . . E DOS BENEFICIÁRIOS DE PENSÕES	161
BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO MAIS JOVENS E MAIS QUALIFICADOS	162
AUMENTO DE 3,4% NA PRESTAÇÃO MÉDIA DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO	163
PERÍODO MÉDIO DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO MANTÉM-SE	166
16 EDUCAÇÃO	169
AUMENTO DA COBERTURA DO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO SUPERIOR	169
ENSINO PÚBLICO ASSEGURA A FORMAÇÃO DE CERCA DE 80% DOS ESTUDANTES NO CONTINENTE	170
PRÉ-ESCOLAR PRIVADO ABRANGE 70% DOS ALUNOS NA REGIÃO DE LISBOA	171
PRÉ-ESCOLAR DE “PROXIMIDADE” AO LOCAL DE EMPREGO NAS ÁREAS METROPOLITANAS	172
MAIOR DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS E MAIS ALUNOS POR PROFESSOR NO PRÉ-ESCOLAR PRIVADO	174
ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DINAMIZADO PELO SECTOR PÚBLICO	174
ASSOCIAÇÃO ENTRE PRINCIPAIS ÁREAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR E PERFIL PRODUTIVO DAS REGIÕES	176

17 CULTURA E RECREIO	179
DESPORTO ABSORVEU MAIS DE METADE DO INVESTIMENTO CAMARÁRIO EM CULTURA E RECREIO	179
ALGARVE COM A MAIOR ASSISTÊNCIA MÉDIA EM ESPECTÁCULOS PÚBLICOS	180
MAIS SALAS DE CINEMA PARA O MESMO NÚMERO DE ESPECTADORES	181
18 JUSTIÇA	185
NOVOS PROCESSOS EM TRIBUNAL ULTRAPASSARAM NÚMERO DE PROCESSOS FINDOS	185
FORTE AUMENTO DOS CRIMES CONTRA O ESTADO	185
FORTE REDUÇÃO DOS ARGUIDOS NÃO CONDENADOS POR MOTIVO DE AMINISTIA E DE PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL	191
19 AMBIENTE	195
PERDA DE IMPORTÂNCIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA . . .	195
. . . MAS GESTÃO MUNICIPAL AINDA MAIORITÁRIA EM ALGUMAS REGIÕES	196
DIMINUIÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA PELAS FAMÍLIAS E SERVIÇOS	196
LIGEIRA REDUÇÃO DA PERCENTAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS	199
SISTEMAS DE RECOLHA DE RSU COM FRACA CAPACIDADE DE REINCORPORAÇÃO DO VALOR DOS RESÍDUOS	202
AGRAVAMENTO DA TAXA DE COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS	202
SIGLAS E ABREVIATURAS	207
NOMENCLATURAS	211
CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS - CAE-REV.2	211
AGRUPAMENTO A 6 RAMOS DE ACTIVIDADE (A6)	212
CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DE ACORDO COM O PRINCIPAL FACTOR DE COMPETITIVIDADE (OCDE)	212
NOMENCLATURA COMBINADA - NC	213
CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES - CNP 1994	214
CLASSES DE DESPESAS DOS IPC - CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO INDIVIDUAL POR OBJECTIVO	214
UNIDADES TERRITORIAIS	217

ÍNDICE DE FIGURAS

01 TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA	17
Figura 1.1 Densidade populacional, por NUTS II (Portugal=100), 2002	17
Figura 1.2 Densidade populacional, por concelho, 2002	19
Figura 1.3 Densidade populacional (2002) e taxa de variação da população (2001-02) em concelhos das áreas metropolitanas e concelhos com lugares com mais de 5 000 habitantes	20
Figura 1.4 Decomposição da evolução da população, Portugal e NUTS II, 2001-02	21
Figura 1.5 Decomposição da evolução da população, por concelho, 2001-02	23
Figura 1.6 Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	24
Figura 1.7 Taxas de nupcialidade e de divórcio, Portugal e NUTS II, 2002	25
Figura 1.8 Casamentos não católicos e nados-vivos fora do casamento, Portugal e NUTS II, 2002	25
Figura 1.9 Taxa de fecundidade, por concelho, 2002	27
02 EMPREGO	31
Figura 2.1 Evolução da taxa de actividade da população em idade activa e dos jovens, Portugal e NUTS II, 2002-03	31
Figura 2.2 Evolução da população activa por nível de instrução, Portugal, 2002-03	32
Figura 2.3 Evolução da população activa com ensino superior e nenhum nível de instrução, Portugal e NUTS II, 2002-03	32
Figura 2.4 Taxa de desemprego, por NUTS II, 2002 e 2003	33
Figura 2.5 Taxas de desemprego total, dos jovens e por sexo, Portugal e NUTS II, 2003	34
Figura 2.6 Relação entre os inactivos em idade activa e os empregados e os inactivos dependentes e os empregados, Portugal e NUTS II, 2003	37
Figura 2.7 Estrutura da população inactiva, Portugal e NUTS II, 2003	38
03 CONTAS REGIONAIS	41
Figura 3.1 Evolução do PIB e do PIB per capita, Portugal e NUTS II, 2000-01	41
Figura 3.2 PIB per capita e Rendimento Disponível Bruto das Famílias per capita, por NUTS II, 2001	42
Figura 3.3 PIB per capita, por NUTS III, 2001	43
Figura 3.4 Coeficiente de variação ponderado do PIB per capita, Portugal e NUTS II, 2000 e 2001	44
Figura 3.5 Perfis de especialização regional: disparidade, face a Portugal, do VAB por ramo de actividade, por NUTS II, 2001	45
Figura 3.6 Produtividade do trabalho (VAB por pessoa empregada), por NUTS III, 2001	46
Figura 3.7 Decomposição das diferenças de produtividade face ao país, por NUTS III, 2001	48
Figura 3.8 Proporção de FBCF no VAB regional, por NUTS II, 2001	49
04 AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, SILVICULTURA E PESCA	53
Figura 4.1 Evolução da produção de VQPRD, por concelho, 2001-02	54
Figura 4.2 Evolução do azeite obtido, por concelho, 2001-02	56
Figura 4.3 Evolução da área ardida, por NUTS III, 2001-02	58
Figura 4.4 Maiores acréscimos e decréscimos na evolução do efectivo animal, por espécie, 2001-02	59

05 | ENERGIA 63

Figura 5.1 Consumo médio de electricidade na indústria, Portugal e NUTS II, 2002	63
Figura 5.2 Distribuição regional dos consumos de electricidade industrial e agrícola, por NUTS II, 2002	64
Figura 5.3 Consumo doméstico de electricidade por consumidor, por concelho, 2002	65
Figura 5.4 Consumo médio por habitante de combustível para veículos automóveis, Continente e NUTS II, 2000 e 2001	66
Figura 5.5 Consumo médio por habitante de combustível para veículos automóveis, por NUTS III, 2001	68

06 | HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO 71

Figura 6.1 Evolução do licenciamento concedido pelas câmaras municipais de construções novas para habitação, Portugal e NUTS II, 2001-02	71
Figura 6.2 Evolução dos fogos licenciados pelas câmaras municipais de construções novas para habitação, por concelho, 2001-02	73
Figura 6.3 Proporção de licenciamento concedido pelas câmaras municipais para reconstrução no total de licenças destinadas a habitação, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	74
Figura 6.4 Evolução da conclusão de construções novas para habitação, Portugal e NUTS II, 2001-02	75
Figura 6.5 Pavimentos por edifício, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	76
Figura 6.6 Superfície habitável média por divisão, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	76
Figura 6.7 Valor médio dos prédios urbanos de propriedade horizontal transaccionados, por concelho, 2002	78

07 | TRANSPORTES 81

Figura 7.1 Evolução de acidentes com vítimas e de mortos por 100 acidentes de viação com vítimas, Continente e NUTS II, 2002-03	81
Figura 7.2 Mortos por 100 acidentes de viação com vítimas, por concelho, 2002	82
Figura 7.3 Evolução dos veículos automóveis vendidos - total e ligeiros de passageiros, Portugal e NUTS II, 2001-02	83
Figura 7.4 Veículos automóveis ligeiros de passageiros vendidos por 1 000 habitantes, por concelho, 2002	84
Figura 7.5 Evolução do tráfego nos aeroportos, Portugal e principais aeroportos, 2001-02	85
Figura 7.6 Evolução do tráfego de passageiros - internacionais e nacionais - nos aeroportos, Portugal e principais aeroportos, 2001-02	86
Figura 7.7 Repartição do tráfego total de passageiros - internacionais e nacionais - nos aeroportos, Portugal e principais aeroportos, 2002	86

08 | COMÉRCIO INTERNACIONAL 89

Figura 8.1 Taxa de cobertura das entradas pelas saídas ¹⁹ , Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	90
Figura 8.2 Evolução das saídas e das entradas, Portugal e NUTS II, 2001-02	90
Figura 8.3 Proporção das expedições (intra-comunitárias) nas saídas, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	91
Figura 8.4 Evolução do número de empresas a efectuarem expedições, por NUTS III, 2001-02	92
Figura 8.5 Proporção dos fluxos comerciais com os 10 países do alargamento da UE no total do comércio internacional, Portugal e NUTS II, 2002	94
Figura 8.6 Importância do comércio intra-ramo (índice de Grubel-Lloyd), Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	95

09 | TURISMO 99

Figura 9.1 Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2002	99
Figura 9.2 Evolução do número de hóspedes, da estada média e da capacidade de alojamento, Portugal e NUTS II, 2001-02	100
Figura 9.3 Taxas de ocupação-cama, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	101
Figura 9.4 Distribuição do total de hóspedes e proveitos de aposento, por NUTS II, 2002	103
Figura 9.5 Hóspedes por habitante, por concelho, 2002	104

10 | EMPRESAS 107

Figura 10.1 Taxa de constituição de sociedades, por concelho, 2003	108
Figura 10.2 Proporção das indústrias de média e alta tecnologia no VAB da indústria transformadora, por NUTS II, 2002	110
Figura 10.3 Perfis de competitividade (diferencial da estrutura do VAB face ao país), por NUTS II, 2002	111
Figura 10.4 Perfis de competitividade, por concelho, e número de sociedades, por NUTS III, 31.12.2001	113

11 | MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO 117

Figura 11.1 Saldos de depósitos e de crédito concedido a clientes, por NUTS II, 2002	117
Figura 11.2 Proporção dos depósitos de emigrantes no total de depósitos, por concelho, 2002	119
Figura 11.3 Proporção do saldo do crédito à habitação no total de crédito concedido a clientes, por NUTS II, 2002	120
Figura 11.4 Saldo do crédito à habitação per capita, por concelho, 2002	122
Figura 11.5 Valores médios dos prédios hipotecados, Portugal e NUTS II, 2002	123
Figura 11.6 Valor médio dos prédios urbanos em propriedade horizontal hipotecados, por concelho, 2002	124

12 | PREÇOS 127

Figura 12.1 Taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC, por NUTS II, Dezembro de 2002 e de 2003	127
Figura 12.2 Disparidades regionais da taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC, por classe de despesa, Dezembro de 2003	128
Figura 12.3 Taxa de variação média dos últimos 12 meses da classe Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, Portugal e NUTS II, Dezembro de 2003	130
Figura 12.4 Taxa de variação média dos últimos 12 meses da classe Hotéis, cafés e restaurantes, Portugal e NUTS II, Dezembro de 2003	130

13 | FINANÇAS AUTÁRQUICAS 135

Figura 13.1 Receitas e despesas médias das câmaras municipais por habitante, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	135
Figura 13.2 Proporção da SISA + contribuição autárquica e dos fundos municipais nas despesas correntes das câmaras municipais, Portugal e NUTS II, 2002	136
Figura 13.3 Importância relativa dos empréstimos nas receitas de capital das câmaras municipais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	137
Figura 13.4 Indicador de endividamento [(empréstimos-amortizações)/receitas totais] das câmaras municipais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	137

Figura 13.5 Indicador de endividamento [(empréstimos-amortizações)/receitas totais] das câmaras municipais, por concelho, 2002	139
Figura 13.6 Investimento per capita das câmaras municipais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	140
Figura 13.7 Evolução do investimento efectuado pelas câmaras municipais, por concelho, 2001-02	141

14 | SAÚDE 145

Figura 14.1 Camas por 10 000 habitantes e pessoal ao serviço (médico e enfermagem) por 1 000 habitantes, em centros de saúde, por NUTS II, 2002	146
Figura 14.2 Camas por 10 000 habitantes e pessoal ao serviço (médico e enfermagem) por 1 000 habitantes, em hospitais, por NUTS II, 2001	146
Figura 14.3 Camas de internamento e densidade populacional, por concelho, 2001	148
Figura 14.4 Farmácias e postos de medicamentos por 10 000 habitantes, por concelho, 2002	150
Figura 14.5 Médicos de medicina geral e familiar por 10 000 habitantes, por concelho de residência, 2002	151
Figura 14.6 Consultas por habitante em centros de saúde, Portugal e NUTS II, 2002	152
Figura 14.7 Consultas por habitante em hospitais, Portugal e NUTS II, 2001	152
Figura 14.8 Internamentos em centros de saúde por 1 000 habitantes, Portugal e NUTS II, 2002	153
Figura 14.9 Internamentos em hospitais por 1 000 habitantes, Portugal e NUTS II, 2001	153

15 | PROTECÇÃO SOCIAL 157

Figura 15.1 Proporção dos indivíduos a receber uma prestação social na população residente e na população activa, Portugal e NUTS II, 2003	158
Figura 15.2 Evolução do número de desempregados e de novos desempregados, Portugal e NUTS II, 2003	159
Figura 15.3 Evolução dos beneficiários de subsídio de desemprego, por concelho, 2002-03	160
Figura 15.4 Evolução das funções invalidez, velhice e sobrevivência, por NUTS II, 2003	161
Figura 15.5 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido segundo a idade, Continente e NUTS II, 2003	162
Figura 15.6 Disparidades regionais na estrutura etária dos beneficiários de prestações de desemprego, por NUTS II, 2003	163
Figura 15.7 Evolução das prestações médias de desemprego segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2002-03	164
Figura 15.8 Evolução da prestação média de desemprego das mulheres, por concelho, 2002-03	165

16 | EDUCAÇÃO 169

Figura 16.1 Alunos matriculados, segundo o ensino ministrado, Continente e NUTS II, 2002/2003	170
Figura 16.2 Alunos matriculados no ensino público e privado, por ensino ministrado, Continente, 2002/2003	171
Figura 16.3 Proporção de alunos matriculados no ensino pré-escolar privado, por NUTS II, 2002/2003	172
Figura 16.4 Proporção de alunos matriculados no ensino superior privado, por NUTS II, 2002/2003	172
Figura 16.5 Alunos inscritos no pré-escolar por residentes dos 0-4 anos ³⁵ , por concelho, 2002/2003	173
Figura 16.6 Alunos matriculados no ensino superior e densidade da população dos 15 aos 24 anos, por concelho, 2002/2003	175

17 | CULTURA E RECREIO 179

Figura 17.1 Despesas de capital das câmaras municipais - evolução (face a 2001) e proporção no total de despesas, Portugal e NUTS II, 2002	179
Figura 17.2 Receita média por espectador em espectáculos ao vivo, Portugal e NUTS II, 2002	180
Figura 17.3 Espectadores por sessão de cinema, Portugal e NUTS II, 2001 e 2002	181
Figura 17.4 Taxa de ocupação das salas de cinema, por concelho, 2002	182

18 | JUSTIÇA 185

Figura 18.1 Processos entrados e findos, Portugal e NUTS II, 2002	185
Figura 18.2 Evolução do total de crimes, por NUTS III, 2001-02	187
Figura 18.3 Total de crimes e crimes contra as pessoas por habitante, Portugal e NUTS II, 2002	188
Figura 18.4 Proporção de crimes contra as pessoas e contra o património no total de crimes registados, Portugal e NUTS II, 2002	189
Figura 18.5 Taxa de criminalidade (crimes contra as pessoas por 1 000 habitantes), por NUTS III, 2002	190
Figura 18.6 Disparidades regionais na evolução dos arguidos não condenados e motivos de não condenação, por NUTS II, 2002	191

19 | AMBIENTE 195

Figura 19.1 Importância regional da captação e tratamento de águas em Portugal, por NUTS II, 2002	195
Figura 19.2 Captação de água segundo a entidade responsável, Portugal e NUTS II, 2002	196
Figura 19.3 Tratamento de água segundo a entidade responsável, Portugal e NUTS II, 2002	196
Figura 19.4 Consumo de água residencial e serviços (abastecida pela rede pública) per capita, por NUTS II, 2002	197
Figura 19.5 Taxa de variação do consumo de água residencial e serviços (abastecida pela rede pública), por concelho, 2001-02	198
Figura 19.6 Evolução dos efluentes produzidos e caudal tratado, por NUTS II, 2001-02	199
Figura 19.7 Taxa de tratamento de águas residuais, por concelho, 2002	201
Figura 19.8 Resíduos sólidos urbanos per capita, por NUTS II, 2001	202
Figura 19.9 Reciclagem ou reutilização per capita, por NUTS II, 2001	202
Figura 19.10 Receitas dos municípios segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, Portugal e NUTS II, 2002	203
Figura 19.11 Despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, Portugal e NUTS II, 2002	203

UNIDADES TERRITORIAIS 217

Figura I	Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos - nível II	217
Figura II	Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos - nível III	218
Figura III	Concelhos da Região Norte	219
Figura IV	Concelhos da Região Centro	220
Figura V	Concelhos da Região de Lisboa	221
Figura VI	Concelhos da Região do Alentejo	222
Figura VII	Concelhos da Região do Algarve	223
Figura VIII	Concelhos da Região Autónoma dos Açores	224
Figura IX	Concelhos da Região Autónoma da Madeira	225
Figura X	Regiões Agrárias	226

ÍNDICE DE QUADROS

02 EMPREGO	31	
Quadro 2.i	Profissões de especialização das regiões, segundo o quociente de localização, por NUTS II, 2003	36
Quadro 2.ii	Evolução da população empregada por profissão, por NUTS II, 2002-03	36
08 COMÉRCIO INTERNACIONAL	89	
Quadro 8.i	Saídas, segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2002	93
Quadro 8.ii	Entradas, segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2002	94
Quadro 8.iii	Principais secções no total dos fluxos comerciais (entradas + saídas), Portugal e NUTS II, 2002	96
09 TURISMO	99	
Quadro 9.i	Dormidas segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2002	102
12 PREÇOS	127	
Quadro 12.i	Classes de despesa do IPC, com maiores diferenças face ao valor nacional, por NUTS II, Dezembro de 2003	129
Quadro 12.ii	Preço médio, máximo e mínimo em euros de um cabaz de produtos alimentares, por NUTS II, 2003	130
Quadro 12.iii	Preços médios de alguns produtos alimentares e disparidades regionais dos mesmos, 2003	131
14 SAÚDE	145	
Quadro 14.i	Equipamentos de saúde, Portugal e NUTS II, 2002	145
16 EDUCAÇÃO	169	
Quadro 16.i	Áreas de estudo e níveis de especialização regional no ensino superior, por NUTS II, 2002/2003	176

01 | TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL . . .

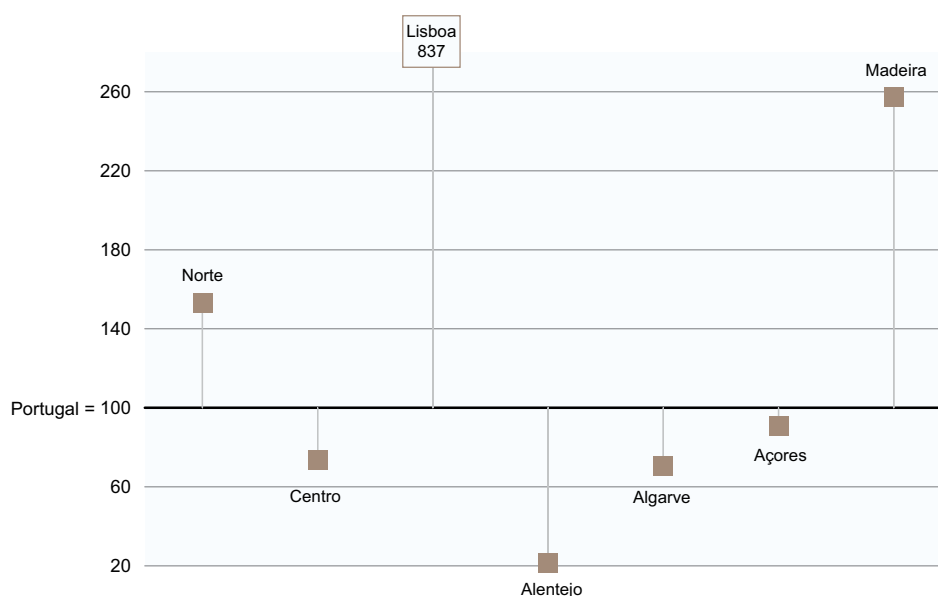
A população residente em Portugal, estimada para Dezembro de 2002, ascendia a mais de 10,3 milhões de habitantes, o que representava um aumento de 0,7% face ao ano anterior. Nas taxas de variação regionais evidenciavam-se o Algarve, com o crescimento mais significativo face a 2001 (1,9%), e o Alentejo, com o menor dinamismo populacional (0,2%).

Deste modo, face a 2001, a estrutura regional da distribuição da população manteve-se, com o Norte a deter cerca de 35% da população, Lisboa 26% e o Centro 23%. Das restantes regiões, nenhuma apresentava mais de 8% da população nacional.

A estrutura regional da distribuição da população é fortemente condicionada pela dimensão de cada uma das regiões. A densidade populacional¹ permite relativizar a dimensão demográfica de cada uma das unidades territoriais e, ao mesmo tempo, constitui uma aproximação à estrutura territorial das diferentes regiões.

Neste sentido, a Figura 1.1, coloca em destaque as regiões de Lisboa, Madeira e Norte com as densidades populacionais mais elevadas, sendo estas as únicas regiões a apresentar densidades populacionais superiores à densidade do país. As regiões mais extensas - Alentejo e Centro, cada uma com cerca de um terço da área total do país - apresentavam densidades inferiores à registada no país, destacando-se a posição do Alentejo com cerca de 5 vezes menos. Note-se ainda que Lisboa registava uma densidade populacional superior, em mais de 8 vezes, a densidade populacional do país e mais de 3 vezes à densidade apresentada pela Madeira (2ª região com maior densidade populacional do país).

FIGURA 1.1 DENSIDADE POPULACIONAL, POR NUTS II (PORTUGAL=100), 2002



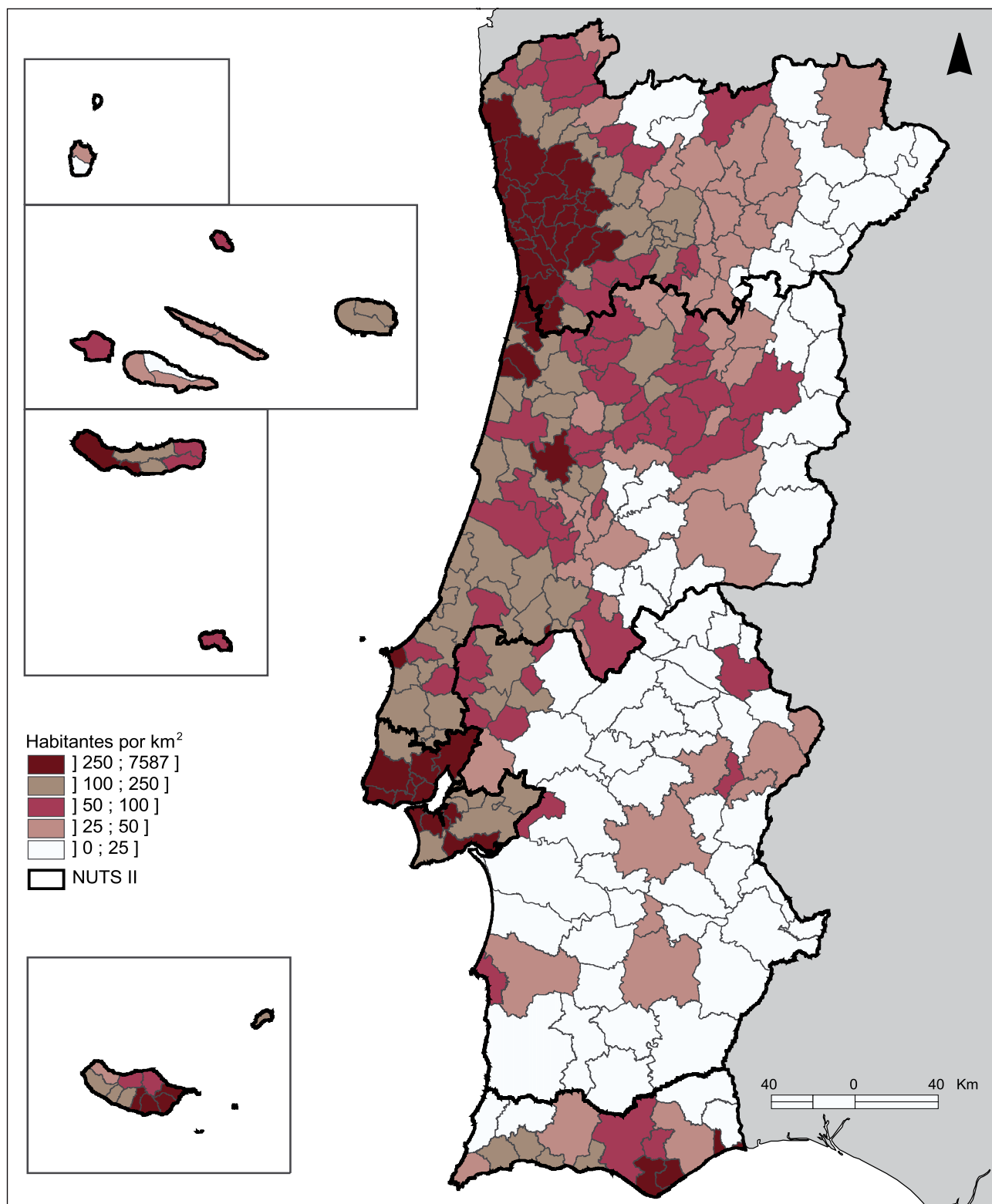
¹ Quociente entre o número de habitantes residentes e a área de cada uma das unidades territoriais.



... DA EXPRESSÃO DO LITORAL À DIMENSÃO URBANA

A representação da densidade populacional por concelho, em 2002, coloca em evidência o Litoral do Continente, sobretudo a fachada atlântica de Viana do Castelo a Setúbal e o Litoral Algarvio. Neste contexto, destacavam-se: a generalidade dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa; os concelhos que constituem a Área Metropolitana do Porto e os concelhos envolventes que parecem distender esta aglomeração para o Interior (até Marco de Canaveses), para Norte (até Viana do Castelo) e para Sul (até Ílhavo); e no Algarve, os concelhos contíguos de Faro e Olhão. Para além destes conjuntos de concelhos evidenciavam-se Coimbra e Sines e, no Interior, alguns concelhos com cidades de dimensão média, de que são exemplo, Viseu, Guarda, Covilhã, Portalegre, Évora e Beja [Figura 1.2].

FIGURA 1.2 DENSIDADE POPULACIONAL, POR CONCELHO, 2002



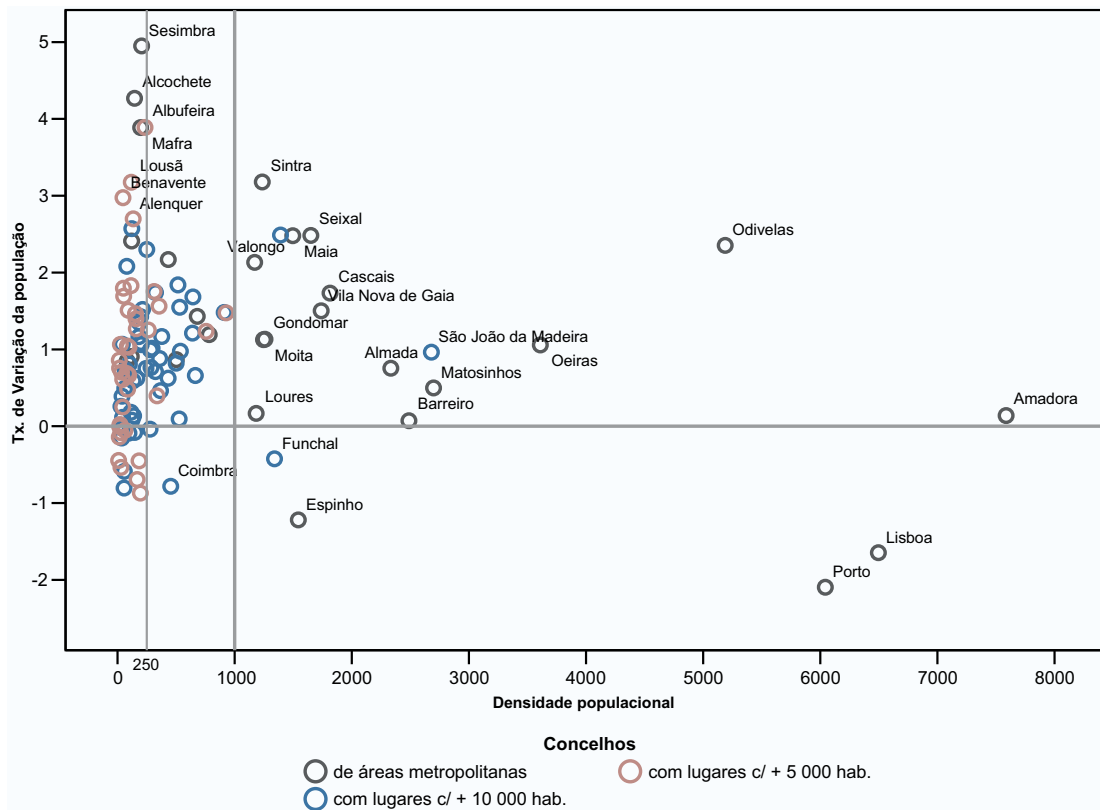
A leitura da Figura 1.3 (articulada com a Figura 1.2) permite aprofundar considerações sobre a estrutura territorial, centrando-se na densidade e evolução populacional dos concelhos que à data dos Censos 2001 detinham lugares com mais de 5 000 habitantes e/ou pertenciam a áreas metropolitanas administrativas.

A Figura 1.3 revela que a generalidade dos concelhos retidos apresentavam taxas de variação positivas, apontando no sentido destes concelhos, maioritariamente urbanos, tenderem a aumentar a sua dimensão populacional, independentemente da sua localização.

Os concelhos com densidades superiores a 250 habitantes por km² registaram na sua larga maioria uma dinâmica populacional, no último ano, claramente positiva. São excepção os centros metropolitanos (concelhos de Lisboa e Porto), e alguns centros de âmbito regional relevantes (Coimbra, Funchal) e Espinho, que apresentaram um decréscimo da sua população.

Para além disso, os concelhos metropolitanos surgem destacados, quer por apresentarem densidades superiores a 1 000 habitantes por km², quer por registarem o maior dinamismo entre os concelhos com menos de 250 habitantes por km². A dimensão urbana e sobretudo a metropolitana constituem-se, por isso, fundamental na compreensão da distribuição e dinâmica populacional no território nacional.

FIGURA 1.3 DENSIDADE POPULACIONAL (2002) E TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO (2001-02) EM CONCELHOS DAS ÁREAS METROPOLITANAS E CONCELHOS COM LUGARES COM MAIS DE 5 000 HABITANTES

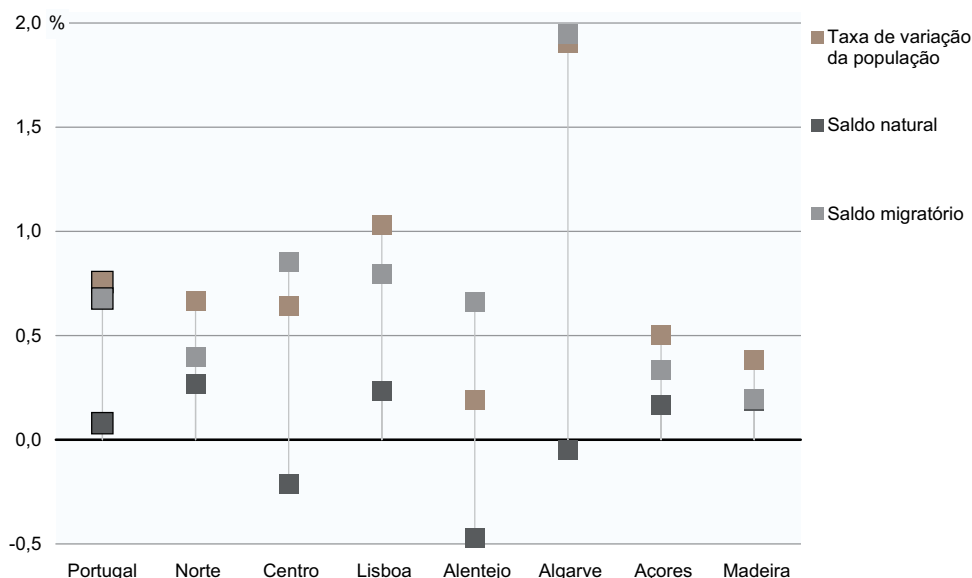


EFEITO MARCANTE DA COMPONENTE MIGRATÓRIA NA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A variação da população em Portugal (+0,7%), entre 2001 e 2002, foi maioritariamente sustentada pela componente migratória, isto é, pelo saldo positivo registado nas migrações internacionais. Ao nível regional foi também a componente migratória (migrações internas ou internacionais) que sustentou a maior quota parte do crescimento dos efectivos populacionais registados em todas as regiões [Figura 1.4].

As diferenças mais significativas entre o dinamismo populacional induzido pela componente natural e componente migratória registaram-se nas regiões do Algarve, Alentejo e Centro. Nestas três regiões, o saldo natural foi negativo e o crescimento dos efectivos populacionais foi exclusivamente resultado da componente migratória. Nas restantes regiões, ambas as componentes natural e migratória contribuíram positivamente para a taxa de variação da população.

FIGURA 1.4 DECOMPOSIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2001-02



A geografia da dinâmica populacional entre 2001 e 2002 [Figura 1.5] opõe um Litoral com ganhos populacionais a um Interior com perdas. Nesta leitura de âmbito genérico, a situação do Alentejo apresenta-se como a principal excepção: por um lado, registavam-se ganhos populacionais no eixo de Vendas Novas-Évora-Mourão/Moura, que envolve um total de nove concelhos; por outro, os concelhos do Litoral alentejano, entre Setúbal e Sines (Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém), apresentaram perdas populacionais.

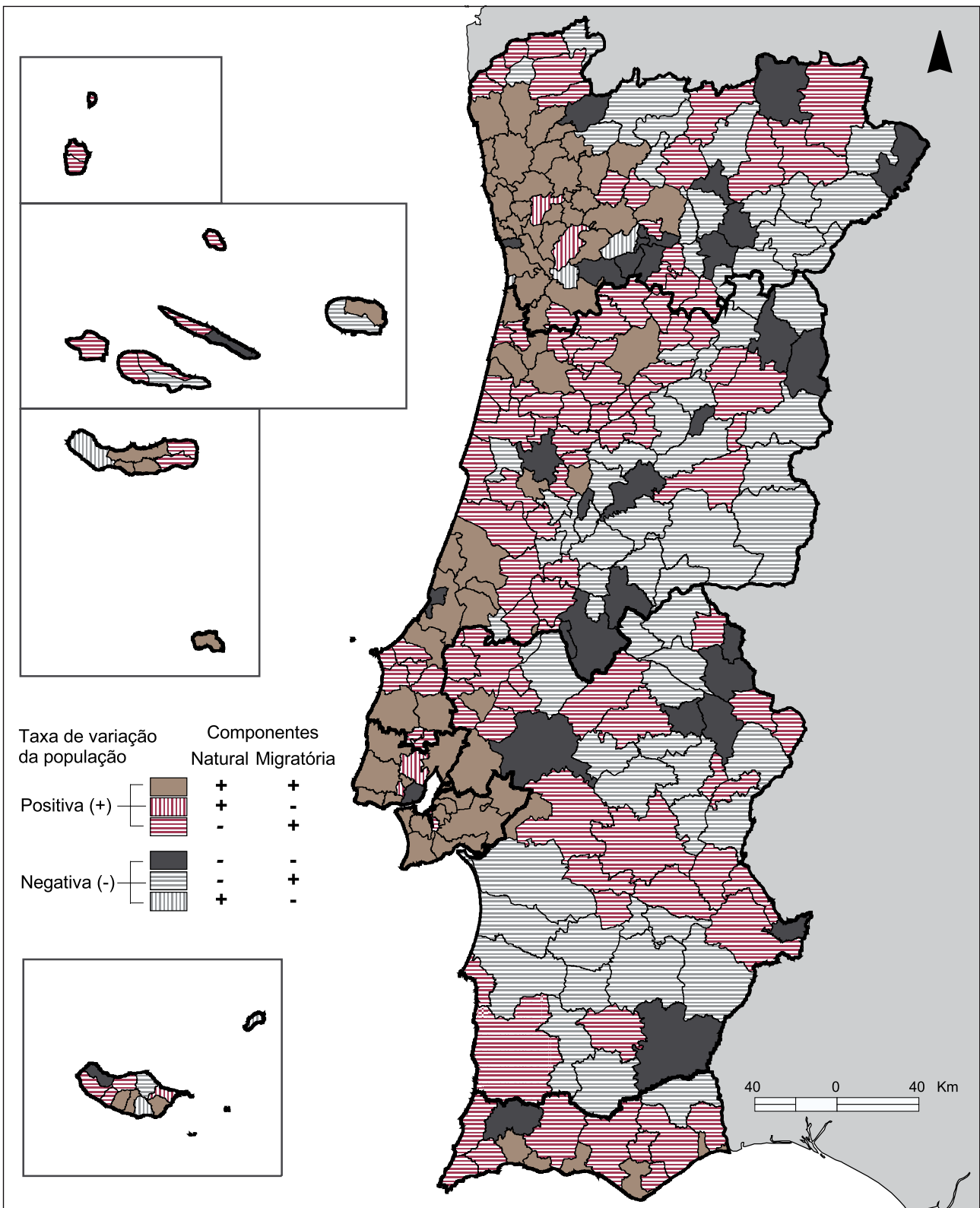
Os concelhos com taxas de variação positivas, fruto de um saldo positivo em ambas as componentes migratória e natural, localizam-se predominantemente nas áreas metropolitanas e nas suas proximidades, no Litoral Algarvio, na sub-região Oeste, e em alguns concelhos das Regiões Autónomas. No entanto, o comportamento positivo da maioria dos concelhos derivou de um saldo migratório positivo, suficiente para compensar o saldo negativo da componente natural (perto de 60% dos



concelhos com taxas de variação positivas). De facto, eram raros os casos em que a dinâmica de crescimento resultou de um comportamento positivo da componente natural e negativo da componente migratória (apenas Amadora, Loures, Santo Tirso, Penafiel e Machico).

Os concelhos com taxas de variação da população negativas correspondiam a menos de 40% dos concelhos do país. Destes, a perda de população da larga maioria resultou de um dinamismo negativo na componente natural que não foi compensado pelo saldo positivo verificado na componente migratória. Os concelhos que registaram decréscimos populacionais por via de ambas as componentes, foram sobretudo concelhos de fronteira e/ou de áreas remotas (e.g. Barrancos, Sabugal, Almeida e Miranda do Douro) e os centros metropolitanos tradicionais (Lisboa e Porto).

FIGURA 1.5 DECOMPOSIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, POR CONCELHO, 2001-02



À leitura centrada na decomposição da taxa de variação acresce a da magnitude do crescimento e decréscimo dos quantitativos populacionais. Este terceiro vector de interpretação acentua o padrão Litoral - Interior: os ganhos populacionais mais significativos localizaram-se na fachada atlântica, de Setúbal a Viana do Castelo, e no Litoral Algarvio, e as perdas nos concelhos de fronteira, especialmente a partir da sub-região Alto Alentejo até Alto Trás-os-Montes.

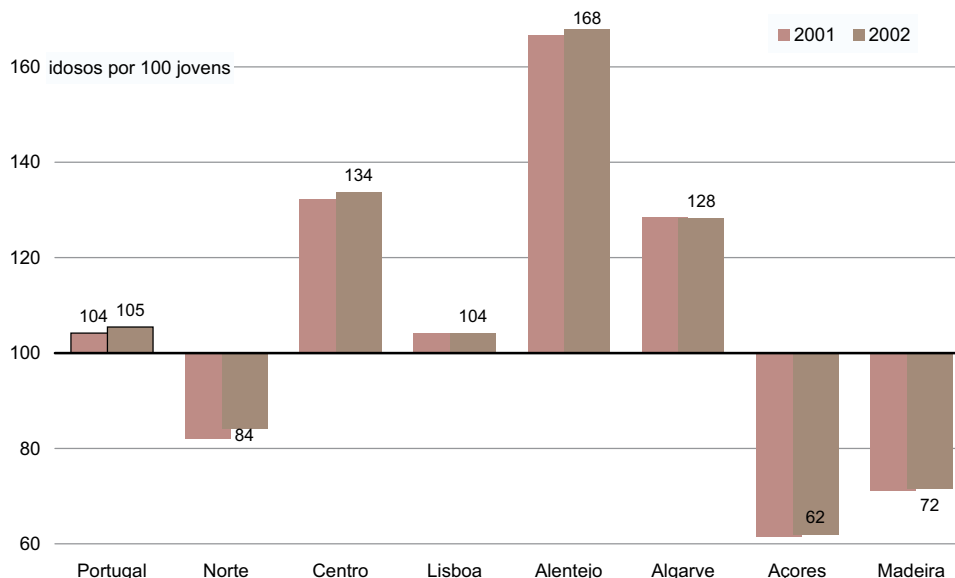
O ACENTUAR DO ENVELHECIMENTO

A evolução registada, entre 2001 e 2002, na estrutura etária da população residente, revela o acentuar do envelhecimento da população, com a relação entre população idosa e população jovem a atingir os 105,5 em 2002, mais 1,3 idosos por cada 100 jovens que em 2001 [Figura 1.6]. Esta alteração do índice de envelhecimento advém de um aumento da população com 14 ou menos anos bastante inferior ao registado no grupo de população com 65 ou mais anos (0,3% vs. 1,6%).

Regionalmente, o acentuar do envelhecimento verificou-se em todas as regiões, à excepção do Algarve, tendo sido especialmente significativo no Norte, Centro e Alentejo, resultado de taxas de variação negativas no grupo de população com 14 ou menos anos e aumento da população com 65 ou mais anos. No entanto, enquanto o Norte apresentava, em 2002, uma proporção de população jovem superior à idosa, às outras duas correspondiam os maiores índices de envelhecimento regionais.

Para além do Norte, apenas a Madeira e os Açores registavam quantitativos populacionais no grupo dos 0 aos 14 anos superiores aos existentes no grupo de população com 65 ou mais anos.

FIGURA 1.6 ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



LIGEIRO AUMENTO DA TAXA DE FECUNDIDADE

Das mutações que têm vindo a ser dominantes nos padrões de conjugalidade em Portugal - aumento do casamento civil, diminuição das taxas de fecundidade, aumento do número de nascimentos fora do casamento, aumento da taxa de divórcio e diminuição das taxas de nupcialidade - apenas os três últimos fenómenos se registaram entre 2001 e 2002.

De facto, entre 2001 e 2002, a importância dos casamentos civis manteve-se estável (37%) e a taxa de fecundidade (44‰) revelou mesmo um ligeiro aumento.

Ao nível regional, aqueles indicadores demonstravam padrões territoriais relativamente estáveis face ao ano anterior mas evidenciavam saliências diversificadas. As Regiões Autónomas e o Norte apresentavam as taxas de nupcialidade mais elevadas, sendo as únicas a registar valores superiores ao valor médio de Portugal. No entanto, enquanto o Norte detinha a menor importância de casamentos não católicos (26%), as Regiões Autónomas registavam valores superiores à média do país², com uma importância relativa próxima ou superior à verificada nas regiões do Algarve (54%) e Lisboa (47%). Para além do reduzido valor dos casamentos católicos, Lisboa e o Algarve evidenciavam-se pela maior percentagem de filhos fora do casamento e por maiores taxas de divórcio, opondo-se, deste modo, ao Norte que apresentava os menores valores do país em ambos os indicadores [Figura 1.7 e Figura 1.8].

FIGURA 1.7 TAXAS DE NUPCIALIDADE E DE DIVÓRCIO, PORTUGAL E NUTS II, 2002

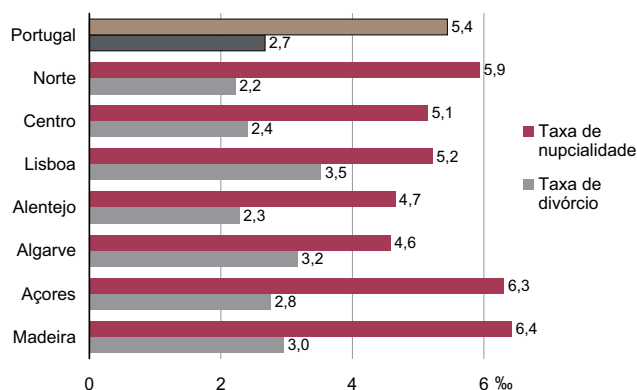
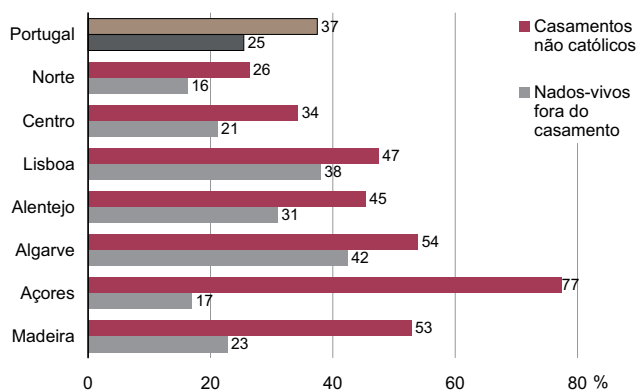


FIGURA 1.8 CASAMENTOS NÃO CATÓLICOS E NADOS-VIVOS FORA DO CASAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2002



No que diz respeito às taxas de fecundidade, os valores mais elevados encontravam-se nas Regiões Autónomas, Algarve e Lisboa. As restantes regiões apresentavam valores inferiores ao nacional, apesar de nenhuma região deter menos de 40 nados vivos por mil mulheres em idade fértil.

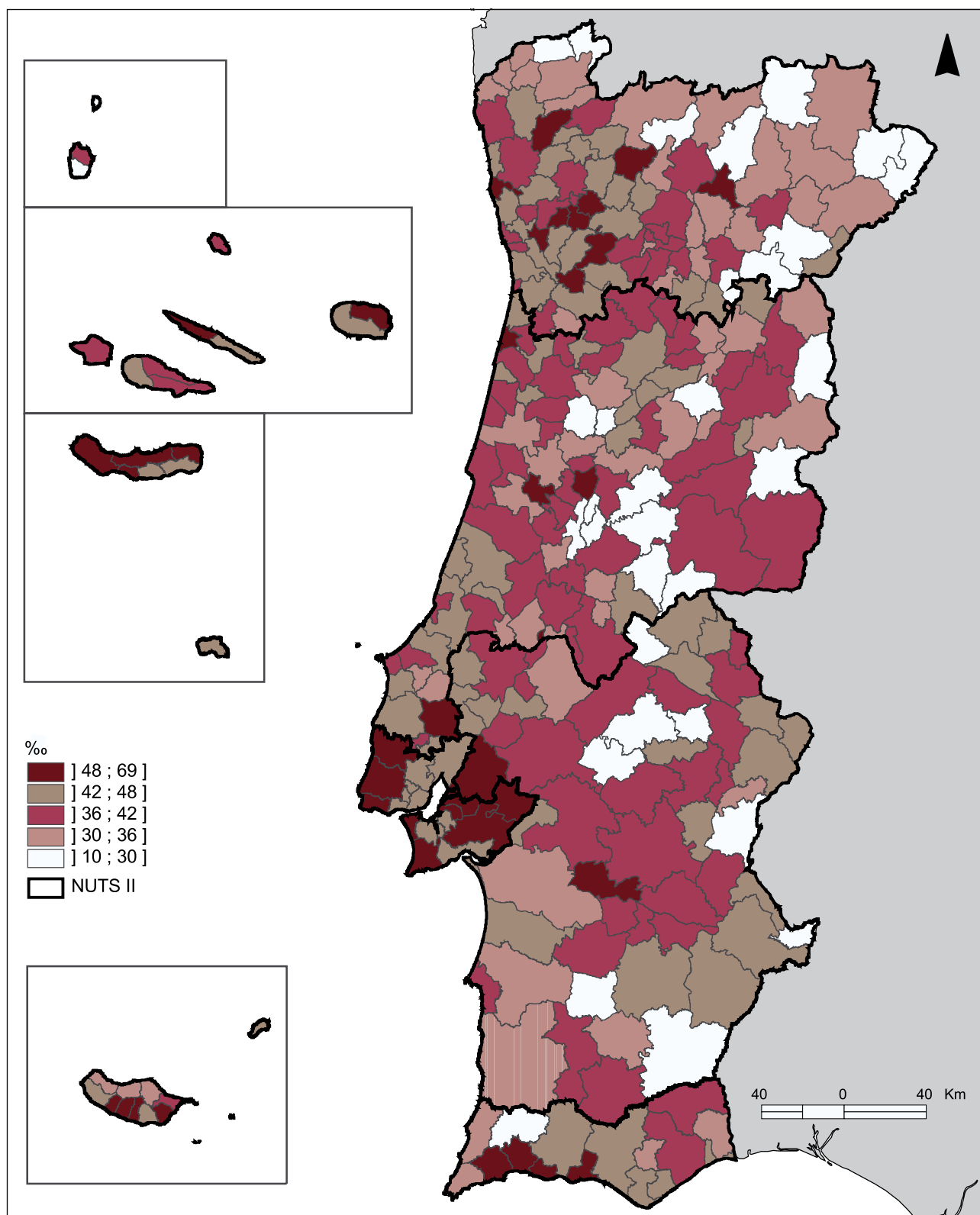
² A elevada proporção de casamentos civis na Região Autónoma dos Açores não significa necessariamente a menor realização de casamentos católicos: "Nos Açores o casamento civil tende a ser desfasado da cerimónia religiosa e a ser realizado primeiro por questões que se ligam com a compra da casa. É este registo que é enviado para os serviços locais do INE e não o do casamento católico que se realiza depois. Quando o casamento civil é realizado em simultâneo com o religioso, como acontece em geral no Continente, é a própria paróquia da Igreja que se encarrega de enviar esse registo para os serviços competentes como ficou assente com a renegociação da Concordata em 1975." in Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta. (p. 243-245).



Os valores concelhios deste indicador demonstram uma forte dispersão e a sua representação não revela um padrão territorial claro da incidência deste indicador, em 2002. Apesar disso, a Figura 1.9 coloca em destaque as Regiões Autónomas, a Área Metropolitana de Lisboa e concelhos na sua proximidade, os concelhos circundantes à Área Metropolitana do Porto e o Barlavento Algarvio.

Os concelhos com as mais altas taxas de fecundidade encontravam-se nos Açores (Ribeira Grande: 69‰) e na Madeira (Santa Cruz: 58‰; Ribeira Brava: 57‰). Para além destes, destacavam-se ainda com mais de 50‰, os concelhos de Viana do Alentejo e Benavente. No extremo oposto encontrava-se também um concelho dos Açores - Corvo - com apenas 9,5 nados vivos por mil mulheres em idade fértil, e os concelhos de Mértola e Monchique, com valores mais elevados mas que não ultrapassam 23‰.

FIGURA 1.9 TAXA DE FECUNDIDADE, POR CONCELHO, 2002



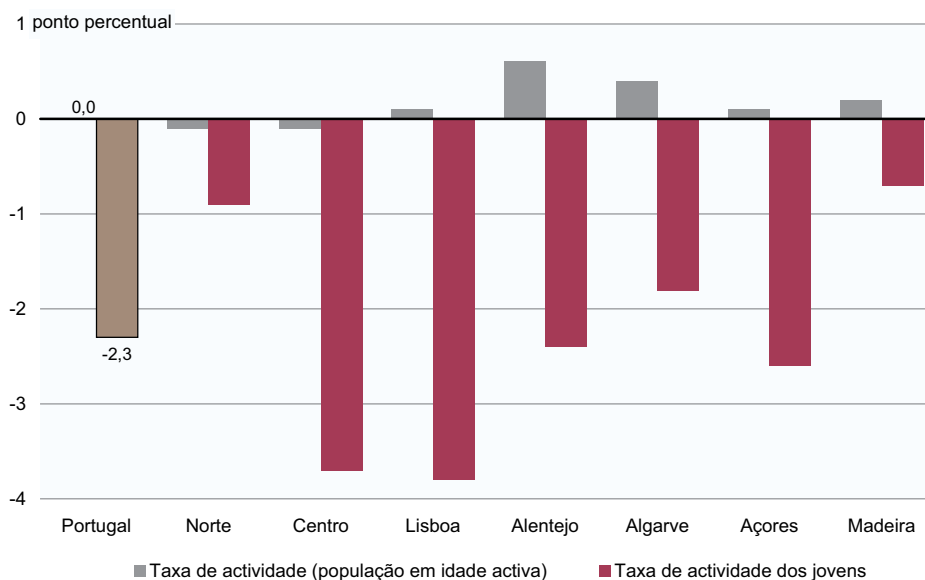
02 | EMPREGO

POPULAÇÃO ACTIVA MENOS JOVEM . . .

A população activa entre os 15 e os 24 anos reduziu-se significativamente, apresentando, em 2003, menos 7,5% de activos nesta faixa etária do que no ano anterior. Lisboa (-12%), Centro (-10%) e Alentejo (-8%) registaram decréscimos superiores ao nacional devido, não só, à diminuição da população total nessa faixa etária (caso de Lisboa e Alentejo), mas também, a uma integração mais tardia dos jovens na vida activa como resultado de um prolongamento da escolaridade. Nas regiões mais populosas tal diminuição afectou mais homens que mulheres, mas no Algarve e Regiões Autónomas o fenómeno foi inverso.

A relação entre o total dos activos e a população com mais de 15 anos, manteve-se constante entre 2002 e 2003. Em termos regionais, apenas no Norte e no Centro se assistiu a uma diminuição ligeira da taxa de actividade da população em idade activa, destacando-se, entre os aumentos verificados nas restantes regiões, o Alentejo com mais de meio ponto percentual do que em 2002. Comparativamente à anterior, a taxa de actividade dos jovens registou uma evolução bastante mais pronunciada, com quebras no Centro e em Lisboa que ultrapassaram largamente os três pontos percentuais [Figura 2.1].

FIGURA 2.1 EVOLUÇÃO DA TAXA DE ACTIVIDADE DA POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA E DOS JOVENS, PORTUGAL E NUTS II, 2002-03



. . . E LIGEIRAMENTE MAIS QUALIFICADA

Entre 2002 e 2003, a estrutura da população activa em termos do nível de instrução alterou-se no sentido de uma melhoria consistente da qualificação académica dos activos. Esta alteração estrutural

deu-se, simultaneamente, no topo e na base, através do reforço, em 2 pontos percentuais, do peso relativo dos activos com níveis superiores de qualificação em detrimento dos níveis mais baixos, atingindo todas as regiões, com especial incidência na Madeira e em Lisboa.

Em 2003, os activos com pelo menos a escolaridade obrigatória superaram os activos sem nenhum nível de instrução ou que não têm mais do que o 1º ciclo, o que não acontecia em 2002. Tal evolução aponta para uma ligeira melhoria das qualificações dos activos portugueses [Figura 2.2], mas não consegue colmatar as evidentes falhas ao nível da qualificação da mão-de-obra portuguesa quando comparada com a média europeia³.

A população activa com o ensino superior foi a que mais cresceu entre 2002 e 2003, um dado presente em todas as regiões, à excepção do Alentejo, pertencendo à Madeira e ao Algarve os maiores acréscimos (37% e 28%, respectivamente). No pólo oposto, a população activa sem qualquer nível de instrução diminuiu em todas as regiões, com destaque para os Açores (-22%). No Algarve, pelo contrário, os activos iletrados aumentaram 6% [Figura 2.3].

FIGURA 2.2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, PORTUGAL, 2002-03

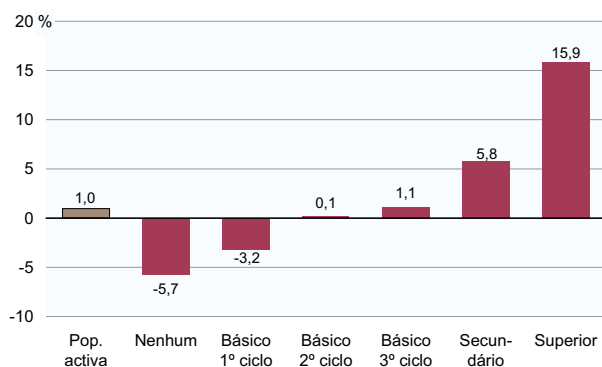
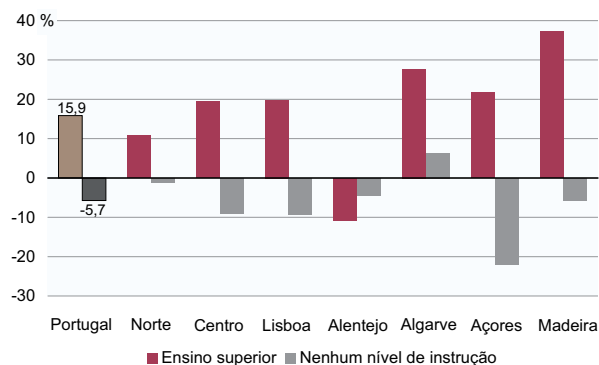


FIGURA 2.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA COM ENSINO SUPERIOR E NENHUM NÍVEL DE INSTRUÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2002-03

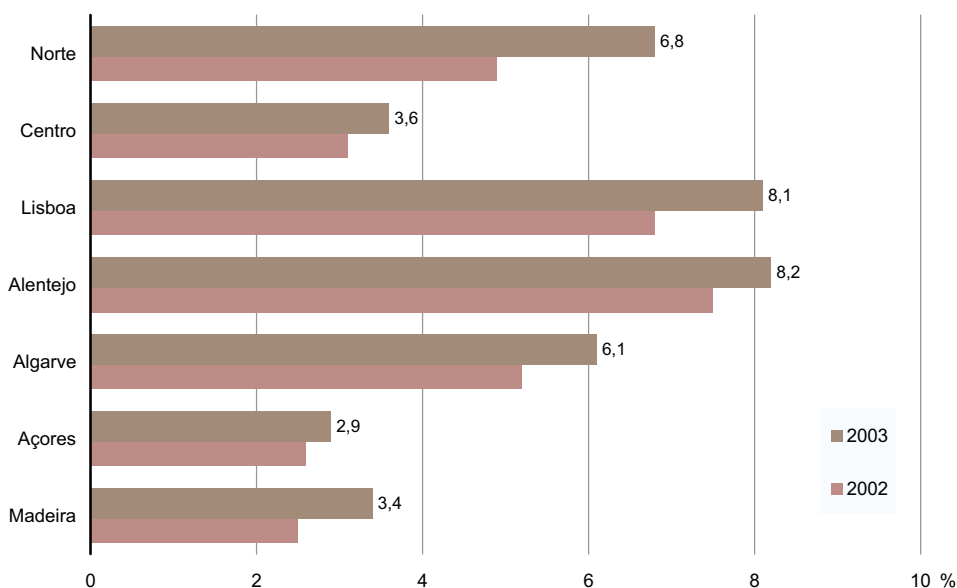


AUMENTO GENERALIZADO DA TAXA DE DESEMPREGO . . .

Entre 2002 e 2003, a taxa de desemprego em Portugal cresceu de 5% para 6,3%, atingindo, em 2003, 342 mil activos, o que perfaz mais 72 mil desempregados do que no ano anterior. As regiões onde o aumento da taxa de desemprego foi mais significativo - Norte e Lisboa - concentravam 80% deste acréscimo de desempregados. O Alentejo manteve-se a região com maior taxa de desemprego mas Lisboa apresentou uma taxa igualmente elevada, distando deste apenas 0,1 ponto percentual. A Madeira deixou de ser a região com menor taxa de desemprego, passando esse lugar a ser detido pelos Açores, com apenas 3 desempregados por cada 100 activos [Figura 2.4].

³ A percentagem da população entre os 15 e os 64 anos que completou, pelo menos, o ensino secundário era de cerca de 65% (média da UE15 - dados de 2002), enquanto que no caso português rondava os 20%.

FIGURA 2.4 TAXA DE DESEMPREGO, POR NUTS II, 2002 E 2003

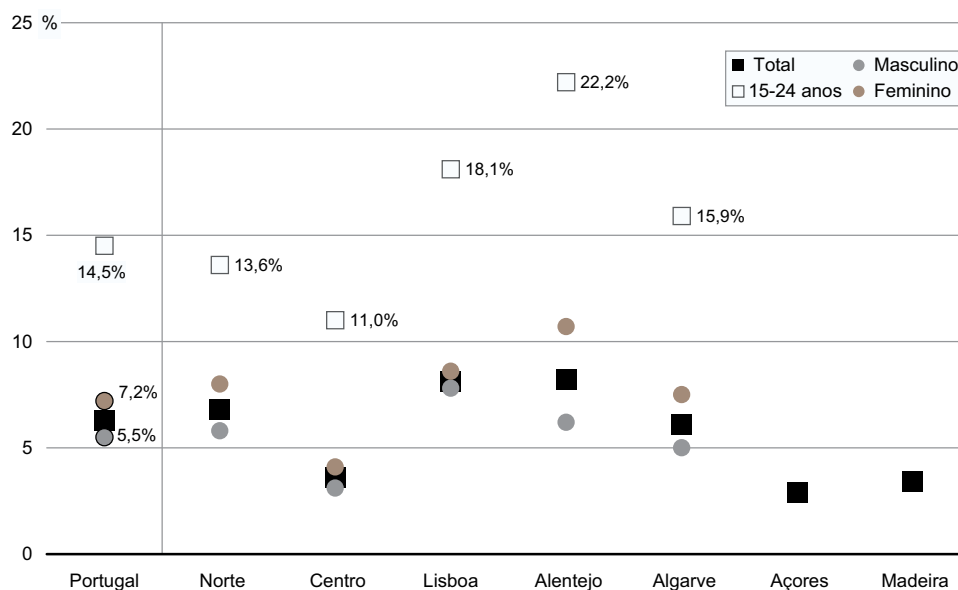


... PRINCIPALMENTE DOS JOVENS

Em 2003, mais de um quarto dos desempregados portugueses tinha entre 15 e 24 anos e encontrava-se, em muitos casos, à procura do seu primeiro emprego. Neste grupo etário, não só a incidência do fenómeno do desemprego foi a mais elevada (taxa de desemprego de 14,5%), como o aumento da taxa de desemprego em pontos percentuais (p.p.) foi também o mais alto (+ 2,9 p.p. que em 2002).

O Alentejo, região onde 20 em cada 100 jovens activos estavam desempregados, foi fortemente afectada por este aumento, com mais 7 jovens desempregados em cada 100 jovens disponíveis para trabalhar do que em 2002. No Norte e em Lisboa, o acréscimo, face a 2002, da taxa de desemprego dos jovens foi superior ao verificado a nível nacional, indicando uma maior dificuldade em encontrar trabalho nestas regiões por parte dos residentes nesta faixa etária.

A taxa de desemprego feminina é sistematicamente superior à masculina, distando desta em quase dois pontos percentuais. Em termos regionais, a disparidade entre homens e mulheres, ao nível do desemprego, diminuiu nas regiões do Centro e de Lisboa onde ambos os sexos apresentavam, em 2003, taxas próximas, ao contrário do que acontecia em 2002. Por outro lado, no Alentejo, em maior grau, e no Norte e Algarve, em menor grau, a diferença entre as taxas de desemprego feminina e masculina era significativa [Figura 2.5].

FIGURA 2.5 TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL, DOS JOVENS E POR SEXO, PORTUGAL E NUTS II, 2003


Nota: Apenas se apresentam as taxas com margens de erro aceitáveis.

CONTRACÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA . . .

A diminuição da população empregada entre 2002 e 2003, deveu-se exclusivamente ao decréscimo do emprego em Lisboa e no Norte, regiões que concentravam 60% dos empregados do país.

A faixa etária entre os 15 e os 24 anos registou uma quebra (-10%), não só, porque existiam menos jovens activos, mas também, porque o desemprego dos jovens aumentou. Em termos regionais sobressaíam o Alentejo, Lisboa e o Centro com variações que chegavam a atingir os -16%. O sexo masculino foi o mais afectado, sobretudo no Alentejo, onde existiam, em 2003, menos 23% de jovens empregados do sexo masculino do que no ano anterior. Nos Açores, Madeira e também no Algarve foi o emprego feminino jovem que registou a maior quebra. Nos restantes escalões etários o emprego aumentou ligeiramente, sendo apenas de realçar o aumento significativo (+ 8%) do emprego feminino entre os 25 e os 44 anos no Alentejo.

Em termos sectoriais, entre 2002 e 2003, expandiram-se ligeiramente os empregados masculinos na *agricultura, silvicultura e pesca*, mercê das regiões do Norte e do Alentejo. O declínio da indústria, mensurável pela contracção em 4% no número de empregados deste sector, deu-se em todas as regiões portuguesas mas foi mais expressiva em Lisboa (-9%). As *indústrias extractivas; produção e distribuição de electricidade, gás, água e vapor* e a *indústria da madeira e papel, edição e impressão* registaram decréscimos na ordem dos 12%, com Lisboa, uma vez mais, a assumir quebras bem mais significativas. Os empregados na *construção* diminuíram 6% em termos globais, sendo o Algarve a única região que escapou ao declínio deste sector.

Os serviços, sector onde trabalha mais de metade da população portuguesa, consolidaram a sua posição, com acréscimos na ordem dos 2% ou superiores, sobretudo nos empregados do sexo feminino e nos ramos da *saúde* (+ 15%) e *actividades informáticas, investigação e desenvolvimento* (+ 8%).

Em termos regionais, apenas o Norte não viu aumentar o seu efectivo de mão-de-obra nos serviços. O crescimento do emprego nos ramos acima referidos não foi extensível ao Algarve, onde diminuíram os efectivos na *saúde*, e ao Alentejo, com menos empregados nas *actividades informáticas e de investigação e desenvolvimento*. Contudo, o decréscimo do emprego em alguns ramos não atingiu uniformemente as regiões, destacando-se (pela maior incidência do decréscimo) Lisboa e o Alentejo no *comércio por grosso e intermediário*, o Centro e Lisboa nos *hotéis e restaurantes*, e o Norte, Lisboa e os Açores na *educação*.

. . . E AUMENTO DOS QUADROS SUPERIORES

Na desagregação da população empregada por tipo de profissão sobressai a forte subida, transversal a todas as regiões, das profissões socialmente mais valorizadas, que em Portugal correspondeu a mais 14 % de *quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa* e mais 6% de *especialistas das profissões intelectuais e científicas* do que em 2002. No entanto, as profissões que evoluíram mais significativamente no Alentejo foram os *agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca* (+ 15%), enquanto que nos Açores passaram a existir mais 50% de *especialistas das profissões intelectuais e científicas* do que no ano anterior. Assistiu-se, simultaneamente, ao decréscimo dos *trabalhadores não qualificados* (-7%) um pouco por todo o país, salvo no Alentejo e na Madeira.

Apesar desta melhoria qualificante ao nível das profissões, nas regiões menos povoadas os *trabalhadores não qualificados* mantêm um peso superior do que no conjunto do país o que, segundo o Quociente de Localização⁴, significa que estas regiões são mais especializadas nestas profissões. Associadas à Região Norte estão as profissões com vínculo industrial, enquanto no Centro se destacam os profissionais do sector primário e, em Lisboa, os *especialistas das profissões intelectuais e científicas* [Quadro 2.i].

Todavia, em Lisboa, no Algarve e na Madeira, a 2ª profissão onde a região mais se especializa, alterou-se de 2002 para 2003. Em Lisboa, destacaram-se os *técnicos e profissionais de nível intermédio* em detrimento do *peçoal administrativo e similares*; no Algarve, os *quadros superiores* ultrapassaram o *peçoal de serviços e vendedores*, em termos de especialização profissional; na Madeira, os *agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca* cederam o seu lugar ao *peçoal de serviços e vendedores* [Quadro 2.ii].

QUADRO 2.I PROFISSÕES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS REGIÕES, SEGUNDO O QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO⁴, POR NUTS II, 2003

NUTS II	1ª Profissão	2ª Profissão
Norte	Operários,artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
Centro	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
Lisboa	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio
Alentejo	Trabalhadores não qualificados	Quadros superiores da adm.pública,dirigentes e quadros superiores de empresa
Algarve	Trabalhadores não qualificados	Quadros superiores da adm.pública,dirigentes e quadros superiores de empresa
Açores	Trabalhadores não qualificados	Técnicos e profissionais de nível intermédio
Madeira	Trabalhadores não qualificados	Pessoal dos serviços e vendedores

QUADRO 2.II EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, POR NUTS II, 2002-03

NUTS II	Maior aumento	Maior diminuição
Norte	Quadros superiores da adm.pública,dirigentes e quadros superiores de empresa	Trabalhadores não qualificados
Centro	Quadros superiores da adm.pública,dirigentes e quadros superiores de empresa	Operários,artífices e trabalhadores similares
Lisboa	Quadros superiores da adm.pública,dirigentes e quadros superiores de empresa	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
Alentejo	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	Técnicos e profissionais de nível intermédio
Algarve	Quadros superiores da adm.pública,dirigentes e quadros superiores de empresa	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
Açores	Quadros superiores da adm.pública,dirigentes e quadros superiores de empresa	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
Madeira	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca

POR CADA DOIS EMPREGADOS, UM INACTIVO DEPENDENTE E OUTRO EM IDADE ACTIVA

Em Portugal, existiam praticamente tantos inactivos como empregados. Para compreender qual a relação entre a população que não estava disponível para trabalhar (em idade inactiva e em idade activa) e a população empregada, desagregou-se a população inactiva em dois grupos:

- os inactivos dependentes, onde se incluem os jovens e os idosos, ou seja, aqueles que têm menos de 15 anos e ainda não podem trabalhar e os que já ultrapassaram os 65 anos, limiar etário normalmente considerado como idade da reforma. À relação entre os inactivos dependentes e os empregados denominou-se 'índice de dependência na óptica do emprego'⁵;
- os inactivos em idade activa, ou seja, aqueles que têm entre 15 e 64 anos e são estudantes, domésticos, reformados ou outros. À relação entre os inactivos em idade activa e os empregados denominou-se 'índice de emprego potencial'.

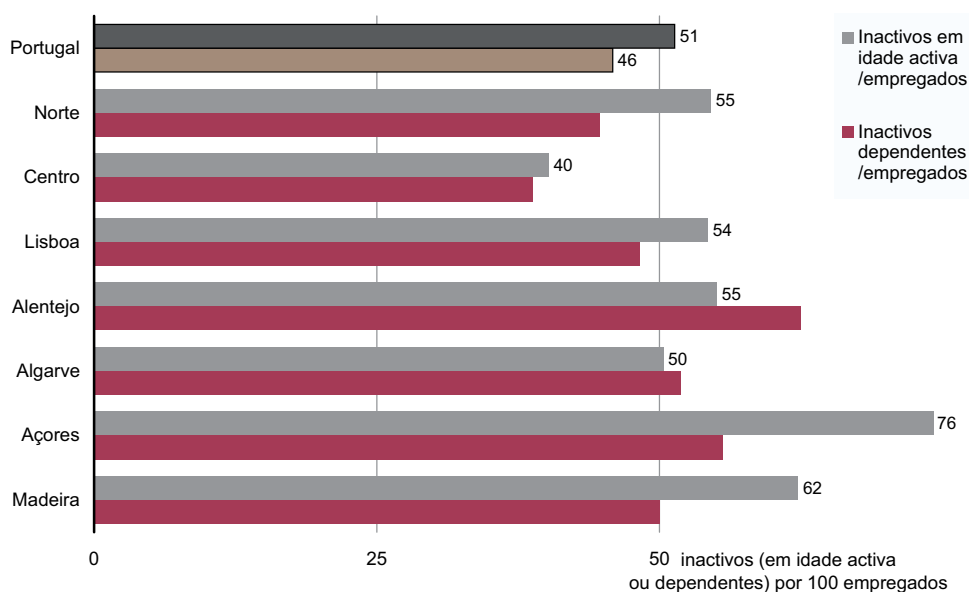
⁴ Rácio entre o peso, em termos de número de empregados, de uma determinada profissão na região e o peso em termos de emprego nacional, da profissão no país. Se este rácio for superior a 1 significa que a profissão em questão tem maior relevância no emprego total da região do que a nível nacional, ou seja, em termos de emprego a região é especializada nessa profissão.

⁵ Este indicador é semelhante ao 'Índice de dependência' correntemente utilizado na análise demográfica para detectar o peso das crianças e dos jovens na população em idade activa mas, ao contrário deste último, tem em conta que existem empregados com mais de 65 anos e que nem toda a população em idade activa está empregada porque pode estar a estudar, ser doméstica ou já se ter reformado.

A análise da Figura 2.6 evidencia a existência de mais inactivos em idade activa do que inactivos dependentes, um dado revelador da reserva potencial de mão-de-obra existente no país. Apenas no Alentejo, em maior grau, e no Algarve, em menor grau, os inactivos dependentes ultrapassavam os inactivos em idade activa, em ambos os casos devido ao elevado peso que a faixa etária mais idosa tinha no total da população.

Se em Portugal existiam, *grosso modo*, por cada dois empregados um inactivo dependente e outro em idade activa, em termos regionais detecta-se uma disparidade significativa. O índice de dependência na óptica do emprego atingia o seu máximo no envelhecido Alentejo, com 2 inactivos dependentes por cada 3 empregados, mas apresentava ainda valores significativos no Algarve e nos Açores. O Centro assumia-se como a única região em que os inactivos, quer dependentes, quer em idade activa, não atingiam os 50 por 100 empregados. Nas restantes regiões, o índice de emprego potencial ultrapassava a relação de um para dois empregados acima descrita, sobretudo na Madeira e nos Açores (este último com 3 inactivos em idade activa para cada 4 empregados).

FIGURA 2.6 RELAÇÃO ENTRE OS INACTIVOS EM IDADE ACTIVA E OS EMPREGADOS E OS INACTIVOS DEPENDENTES E OS EMPREGADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2003

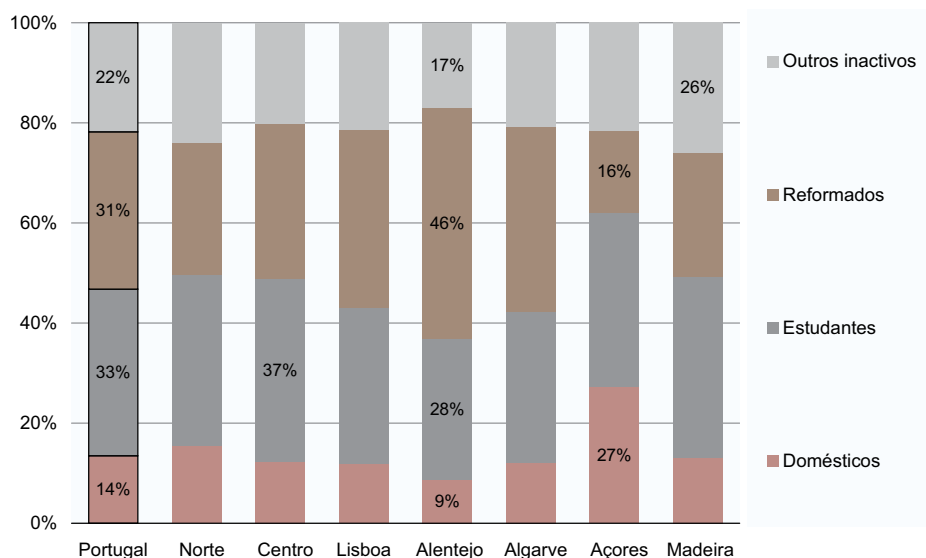


UM TERÇO DOS INACTIVOS SÃO ESTUDANTES . . .

A população inactiva, ou seja, aquela que não se encontra empregada nem desempregada, subdivide-se em estudantes, reformados, domésticos e outros inactivos, com os dois primeiros grupos a representarem cerca de dois terços dos inactivos. Em termos regionais, a proporção de estudantes no total de inactivos variava entre 37% no Centro e 28% no Alentejo, destacando-se esta última região, também, pelo elevado peso que os reformados tinham no conjunto de inactivos, quase o triplo do reduzido valor assumido pelos Açores. Um em cada dez inactivos do Alentejo era doméstico, um valor

largamente inferior ao dos Açores em que mais de um quarto dos inactivos se assumia nesta categoria. Por fim, os outros inactivos, onde se incluem as crianças com menos de 6 anos, apresentavam o seu valor mais baixo no Alentejo [Figura 2.7].

FIGURA 2.7 ESTRUTURA DA POPULAÇÃO INACTIVA, PORTUGAL E NUTS II, 2003



Nota: Para as regiões NUTS II, apenas se apresentam os valores máximo e mínimo em cada categoria de inactividade.

Nota: Para as regiões NUTS II, apenas se apresentam os valores máximo e mínimo em cada categoria de inactividade.

... E DOMÉSTICAS DIMINUEM

Entre 2002 e 2003, o Alentejo assumiu-se como a única região a apresentar um decréscimo no número de inactivos (-0,8%), ao passo que Lisboa apresentou o maior incremento (+0,9%). Os domésticos, quase exclusivamente do sexo feminino, diminuíram em todas as regiões à excepção do Norte, um dado que não pode ser dissociado do aumento da taxa de actividade feminina nas mulheres entre os 25 e os 54 anos. Neste período, quer os estudantes, mais do sexo masculino do que do feminino, quer os reformados, aumentaram em quase todas as regiões (com excepção da Madeira na primeira categoria e do Norte na segunda).

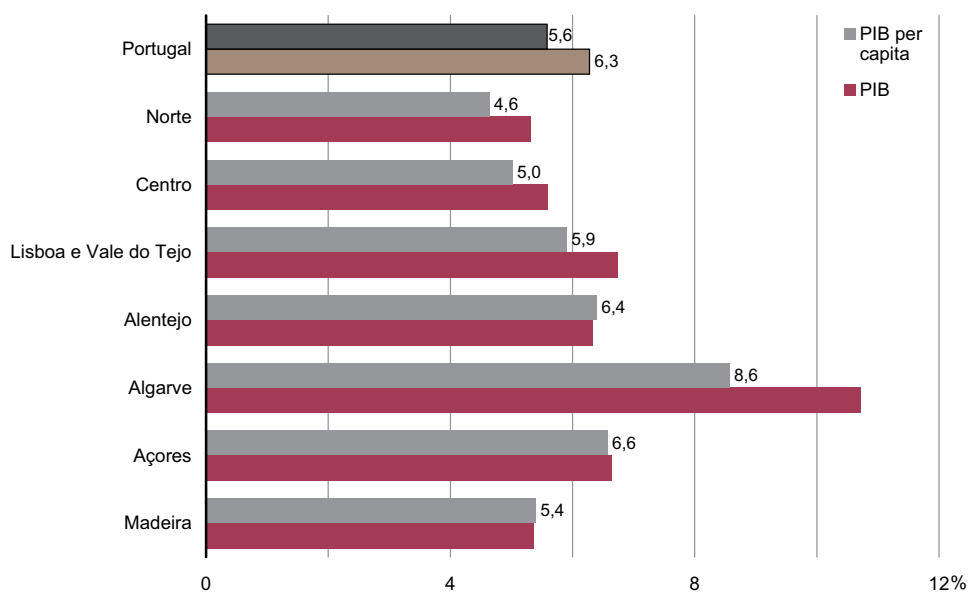
03 | CONTAS REGIONAIS ⁶

ALGARVE COM MAIOR CRESCIMENTO DO PIB *PER CAPITA*

Em 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) português atingiu quase 123 mil milhões de euros, resultado de um aumento⁷ de cerca de 6,3% relativamente ao ano transacto. Apesar das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro contribuírem com cerca de 87% do PIB nacional, o Algarve foi a região com o maior crescimento (10,7%), enquanto o Norte, a Madeira e o Centro apresentaram as variações mais tímidas (5,3%, 5,4% e 5,6%, respectivamente).

Tendo em conta o crescimento da população no país, verifica-se que o panorama acima descrito não se altera significativamente, quando se analisa o PIB *per capita*, com este a crescer 5,6% a nível nacional, valor claramente suplantado pelo Algarve (8,6%) por oposição ao Norte em que a variação do PIB regional *per capita* não ultrapassou os 4,6% [Figura 3.1].

FIGURA 3.1 EVOLUÇÃO DO PIB E DO PIB *PER CAPITA*, PORTUGAL E NUTS II, 2000-01



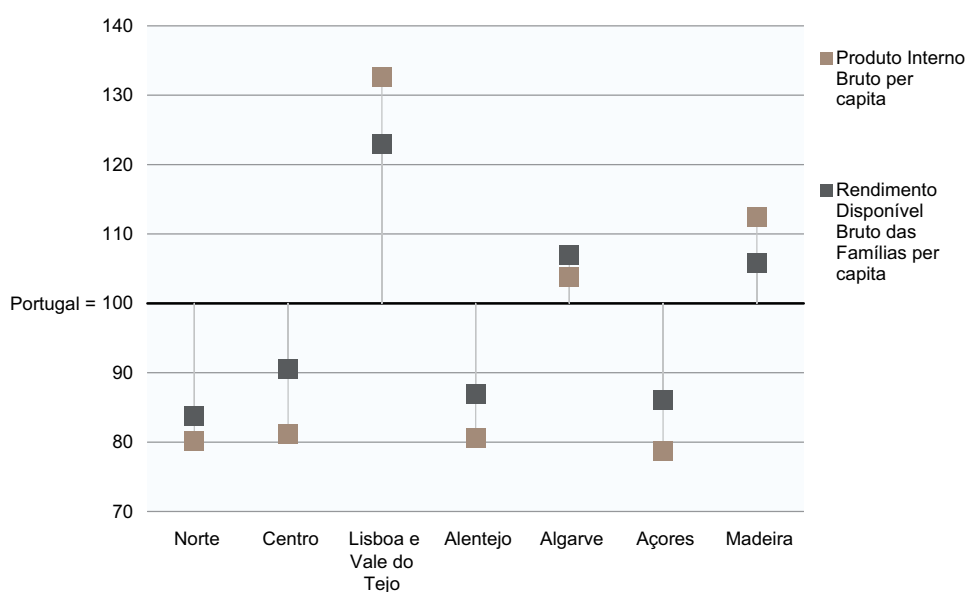
As regiões do país a apresentarem valores mais elevados de PIB *per capita* eram, em 2001, Lisboa e Vale do Tejo, Madeira e Algarve (relativamente à média nacional, apresentavam índices de 133, 112 e 104, respectivamente), sendo que o maior crescimento verificado no PIB regional algarvio lhe permitiu distanciar-se da média nacional, relativamente a 2000. As restantes regiões apresentavam índices bastante abaixo da média nacional (todas na ordem dos 80% do PIB *per capita* português), sem alterações substanciais relativamente ao ano anterior. Ao nível regional, as diferenças apresentadas na criação de riqueza, por indivíduo, são atenuadas por outro indicador, actualmente assumido como mais representativo do nível de vida das famílias nas regiões, que é o Rendimento Disponível Bruto

⁶ Pelas razões explicitadas na nota introdutória, a informação analisada neste capítulo ainda respeita a anterior delimitação das NUTS.

⁷ As variações apresentadas neste capítulo são sempre nominais, ou seja, calculadas com base em valores a preços correntes.

das famílias (RDB) *per capita*. Este indicador toma em consideração as transferências existentes entre os diferentes agentes económicos e também entre as diversas regiões. Da sua leitura é possível constatar uma maior hegemonia entre os valores regionais e a média nacional. É assim que, em 2001, todas as regiões apontadas como apresentando valores de PIB *per capita* inferiores à média nacional, têm índices de RDB *per capita* mais próximos do valor do país, surgindo o Norte com o valor mais baixo do país (apenas 84% da média nacional). Por outro lado, medido por este indicador, o nível de vida mais elevado situa-se em Lisboa e Vale do Tejo, onde, em média, cada indivíduo dispõe de mais um quarto de rendimento do que o conjunto do país [Figura 3.2].

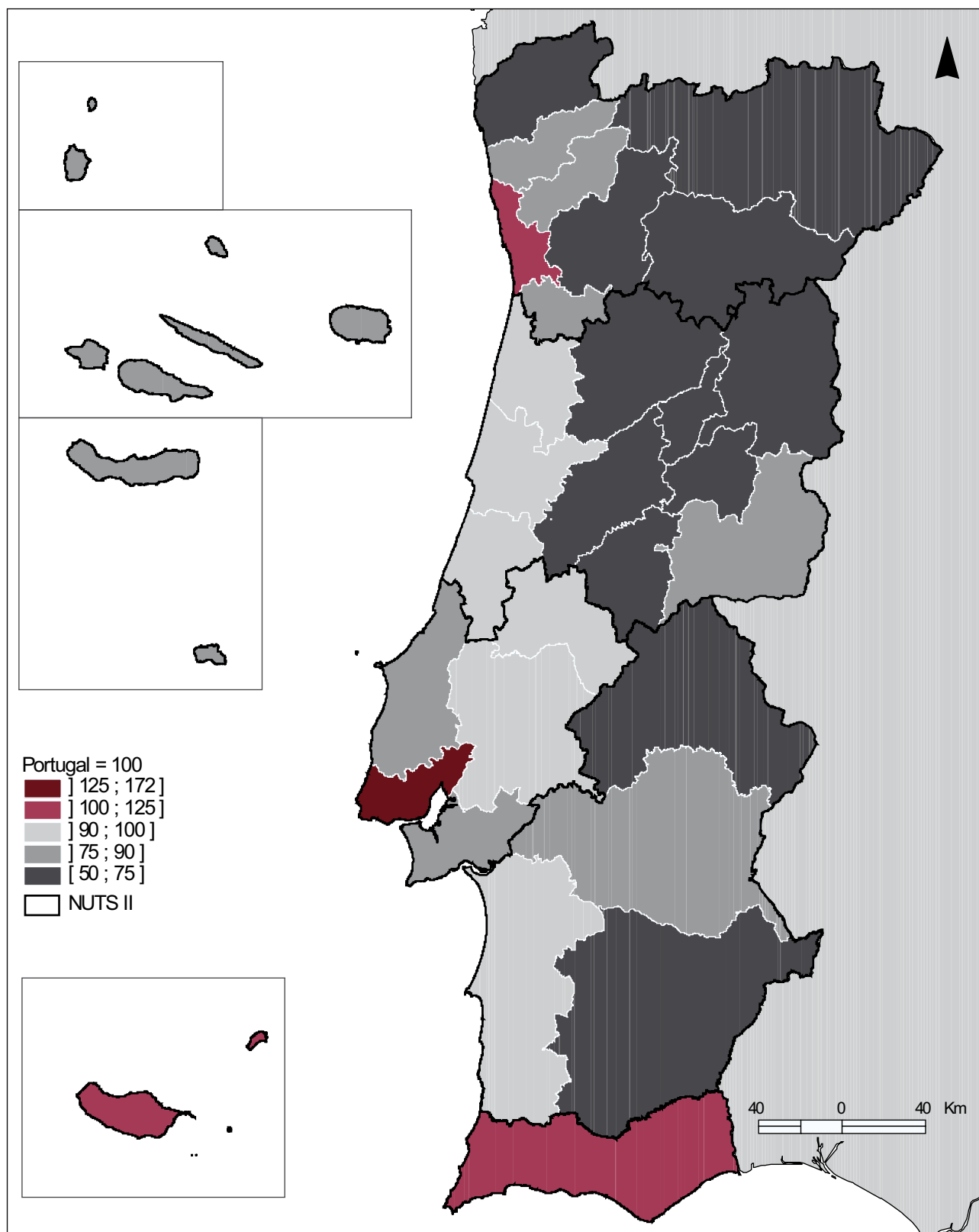
FIGURA 3.2 PIB PER CAPITA E RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO DAS FAMÍLIAS PER CAPITA, POR NUTS II, 2001



NÍVEL DE RIQUEZA PRODUZIDA NA GRANDE LISBOA MUITO ACIMA DA MÉDIA NACIONAL . . .

A informação do PIB ao nível das NUTS III permite obter uma imagem mais clara acerca de quais as sub-regiões que mais contribuíam para a já referida dispersão regional, nomeadamente ao analisar a distribuição do PIB *per capita* tendo em conta a média nacional [Figura 3.3]. Assim, com excepção do Minho-Lima, todas as sub-regiões com PIB *per capita* inferiores a 75% da média nacional se situavam no Interior do país, abrangendo a maior parte do território da Região Norte, uma parte substancial do Centro e ainda a sub-região do Baixo Alentejo. Por outro lado, para além do Algarve e da Madeira, que já havíamos mencionado, apenas as NUTS III Grande Lisboa e Grande Porto apresentavam um PIB *per capita* acima da média nacional. Note-se que estas sub-regiões beneficiam de movimentos pendulares diários de indivíduos a residir nas sub-regiões limítrofes (nomeadamente nos concelhos pertencentes às respectivas áreas metropolitanas) e que, através dos seus empregos nestas sub-regiões, contribuem para o aumento do PIB, sem no entanto serem considerados para o cálculo do PIB *per capita* destas NUTS III. A sub-região lisboeta é um caso extremo de riqueza no país, ao gerar níveis de produção *per capita* quase três quartos acima da média portuguesa, “empurrando” assim uma grande parte do país para o cinzento, com níveis abaixo da média.

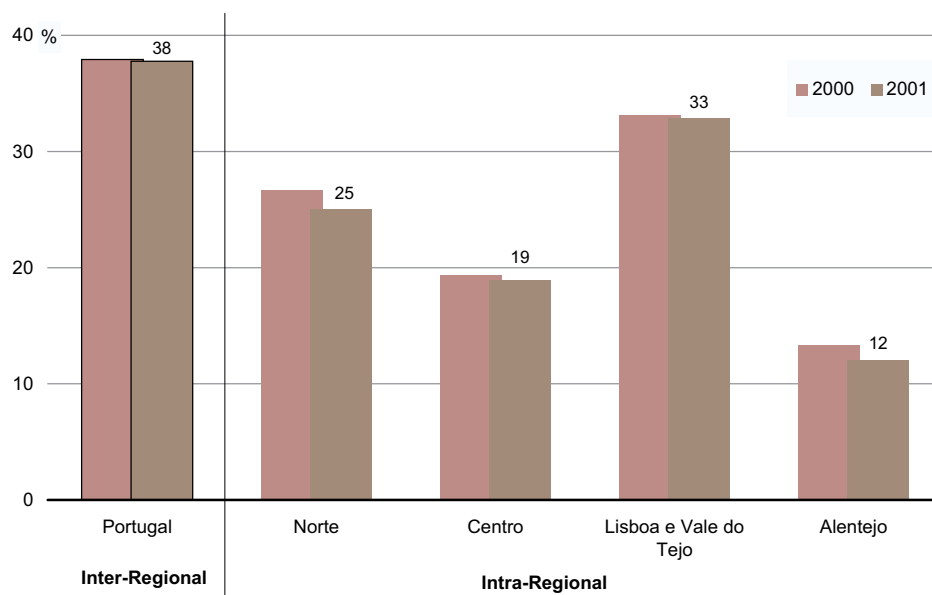
FIGURA 3.3 PIB PER CAPITA, POR NUTS III, 2001



... E MENOR DISPARIDADE INTRA-REGIONAL NO ALENTEJO

Os desequilíbrios regionais mencionados estão patentes no coeficiente de variação do PIB *per capita*, ponderado pela população de cada sub-região, utilizado como medida das disparidades regionais no país⁸. Apesar de se terem verificado ligeiros decréscimos nestes indicadores de dispersão, a situação não se alterou substancialmente de 2000 para 2001, com Lisboa e Vale do Tejo a apresentar os valores mais altos, associados aos valores extremos do PIB *per capita* da Grande Lisboa relativamente à média da região para os dois anos. O Alentejo era a região com menor nível de disparidade intra-regional, com todas as suas sub-regiões a deterem níveis de PIB *per capita* bastante baixos e sem diferenças significativas entre si, apesar de o Alentejo Litoral se destacar ligeiramente por deter um PIB *per capita* mais próximo da média nacional [Figura 3.4].

FIGURA 3.4 COEFICIENTE DE VARIAÇÃO PONDERADO DO PIB PER CAPITA, PORTUGAL E NUTS II, 2000 E 2001



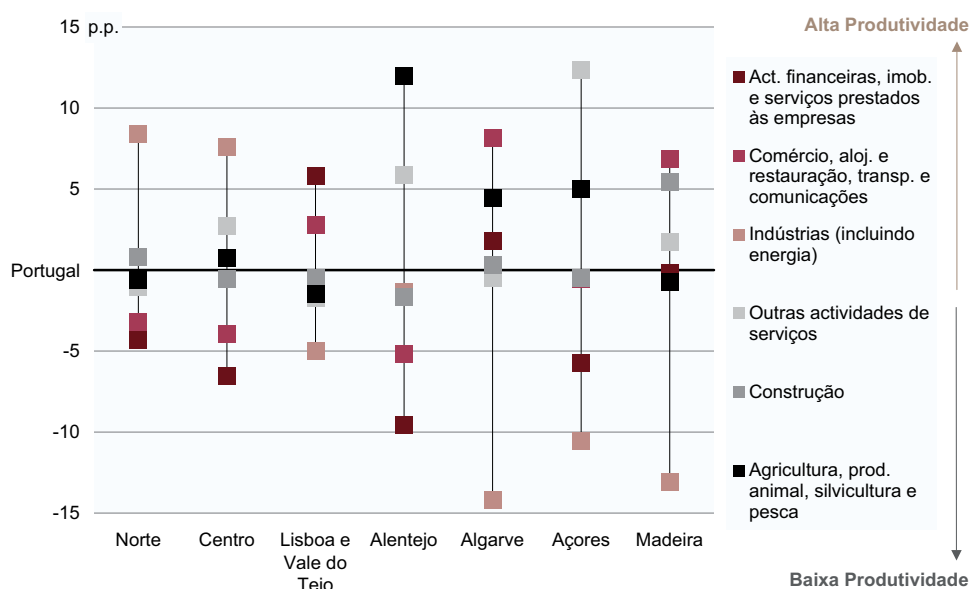
AÇORES E ALENTEJO ESPECIALIZADOS EM ACTIVIDADES DE BAIXA PRODUTIVIDADE

Em 2001, a produtividade do trabalho no país (medida pelo quociente entre o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e o número de indivíduos empregados) aumentou cerca de 5% relativamente ao ano anterior, fruto de um crescimento de 6,8% no VAB e de 1,7% no emprego nacional. Em termos regionais, Lisboa e Vale do Tejo detinha a maior produtividade, seguida da Madeira, do Algarve e do Alentejo. As regiões dos Açores, Centro e Norte apresentavam os menores níveis de produtividade do país. A análise do VAB por ramo de actividade permite verificar que os diferentes níveis de produtividade regional estavam associados ao perfil de especialização de cada região. De facto, em 2001, em termos nacionais, os ramos de maior produtividade diziam respeito às *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas*, seguidas do *comércio, alojamento e restauração, transportes e comunicações* e das *indústrias (incluindo energia)*; as restantes actividades (*outras actividades de*

⁸ Este indicador mostra que, em 2001, a dispersão das sub-regiões em relação à média nacional (valor inter-regional) era superior às diferenças verificadas entre as NUTS III e as médias das respectivas NUTS II (coeficiente intra-regional).

serviços, construção e agricultura, produção animal, silvicultura e pesca) apresentavam níveis de produtividade mais baixos. Se tomarmos em consideração que a criação de VAB em Lisboa e Vale do Tejo recaía sobretudo nas actividades que apresentavam maiores níveis de produtividade, entende-se a sua posição cimeira no contexto nacional. Por outro lado, no caso dos Açores e do Alentejo, os baixos níveis de produtividade derivam da especialização em *outras actividades de serviços* e no ramo da *agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*, que constituíam actividades de fraca produção, tendo em conta o volume de emprego implicado. Esta situação é ilustrada pela Figura 3.5 que traduz os perfis de especialização sectorial das regiões ao mostrar em que medida a estrutura do VAB sectorial de cada região se distanciava da média nacional, atendendo aos níveis de produtividade sectorial (calculados a nível nacional).

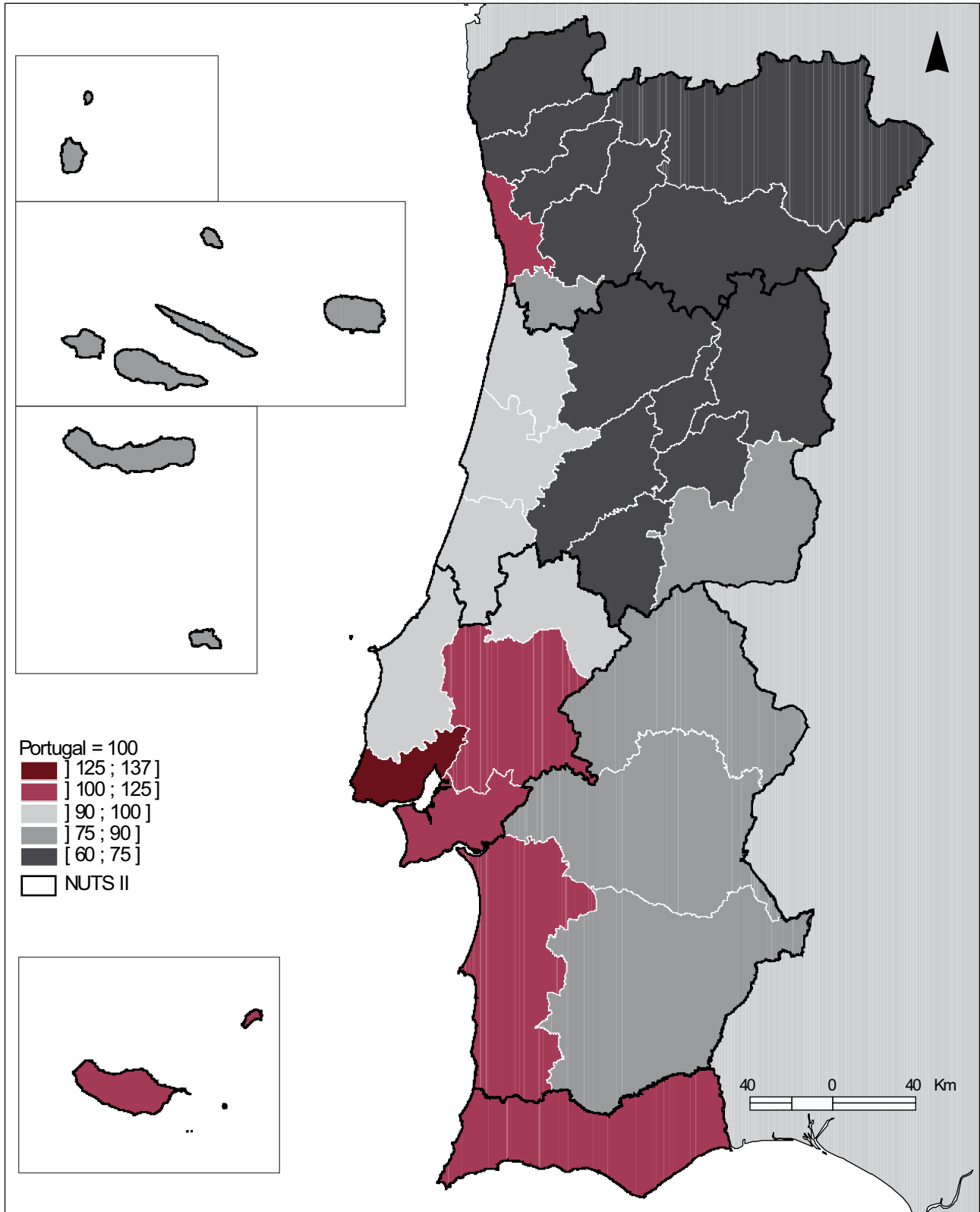
FIGURA 3.5 PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL: DISPARIDADE, FACE A PORTUGAL, DO VAB POR RAMO DE ACTIVIDADE, POR NUTS II, 2001⁹



Tendo ainda presente as regiões mais produtivas mas direccionando a escala de análise para as sub-regiões, conclui-se que as produtividades mais altas do país se situavam nas sub-regiões do Litoral, sobretudo a Sul do rio Tejo, e na Madeira, com a Grande Lisboa a destacar-se ao deter a maior produtividade do trabalho do país. No Norte, apenas o Grande Porto apresentava valores acima da média nacional e em todas as sub-regiões do Centro a produtividade era mais baixa que o valor nacional. Aliás, nesta região estavam situadas as sub-regiões de menor produtividade do país (Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Beira Interior Norte). É ainda de salientar o Alentejo Litoral que, certamente por beneficiar da localização do pólo industrial de Sines, era a única sub-região do Alentejo a gerar um VAB por empregado superior ao valor médio português [Figura 3.6].

⁹ Em cada região, diz respeito à diferença entre o peso, em termos de VAB, de um determinado ramo de actividade na região e o peso, em termos de VAB nacional, do ramo de actividade no país.

FIGURA 3.6 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VAB POR PESSOA EMPREGADA), POR NUTS III, 2001



INEFICIÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL CONTRIBUEM PARA BAIXOS NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE NO INTERIOR

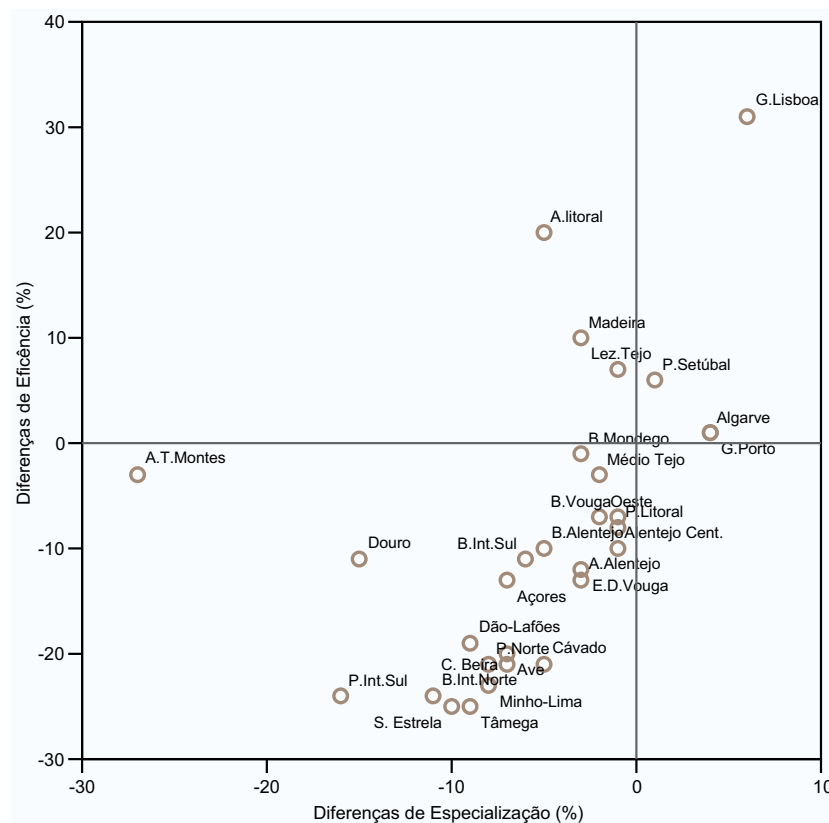
Os níveis de produtividade patentes na figura anterior têm subjacente, para cada uma das diversas sub-regiões, uma estrutura sectorial de emprego (correspondendo a determinada especialização), para além de um nível efectivo de eficiência que resulta do VAB gerado pela mão-de-obra utilizada numa determinada actividade. Tal significa que as diferenças de produtividade das NUTS III em relação à média do país resultam de diferenças ao nível da eficiência e dos sectores de especialização. Neste sentido, no ano de 2001, verificou-se que, para o conjunto do país, as grandes diferenças dos níveis de produtividade em relação à média derivavam mais de diferenças de eficiência do que de padrões de especialização. De qualquer maneira, o destaque continua a ir para a Grande Lisboa que se distinguia claramente da média do país em ambas as componentes. Para além desta sub-região, apenas o Grande Porto, a Península de Setúbal e o Algarve apresentavam ganhos, quer de eficiência, quer de especialização, em relação ao país [Figura 3.7].

É curioso notar os casos do Alentejo Litoral, da Lezíria do Tejo e da Madeira que, sendo as únicas sub-regiões, para além das já mencionadas, a apresentar níveis de produtividade acima do valor nacional, dependiam claramente dos ganhos de eficiência. Por outro lado, não havia qualquer sub-região que dependesse exclusivamente dos sectores de especialização para a obtenção de altos valores de produtividade.

É de salientar o caso do Alto Trás-os-Montes que, não apresentando grandes diferenças de eficiência em relação à média do país, tinha o seu nível médio de produtividade bastante condicionado por deter uma estrutura sectorial muito enviesada para o sector primário que, tal como já verificámos mais atrás neste estudo, era o sector de menor produtividade da economia.

Finalmente, o Médio Tejo e o Baixo Mondego eram as sub-regiões cujos níveis de produtividade resultavam, simultaneamente de padrões de especialização e níveis de eficiência bastante próximos da média nacional, enquanto as exíguas produtividades de todas as sub-regiões do interior eram determinadas não só por baixos níveis de eficiência, como também por especializações económicas em sectores de baixa produtividade.

FIGURA 3.7 DECOMPOSIÇÃO DAS DIFERENÇAS DE PRODUTIVIDADE FACE AO PAÍS, POR NUTS III, 2001



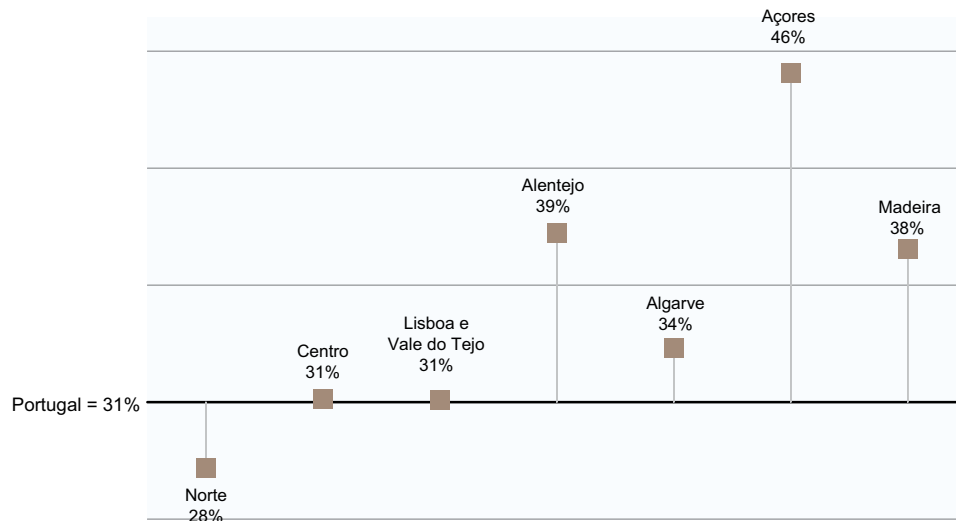
REGIÕES MENOS POPULOSAS COM MAIORES TAXAS DE INVESTIMENTO

De 2000 para 2001, o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - indicador normalmente utilizado para avaliar o investimento - do país não chegou a 3%. O Algarve, sendo responsável por pouco mais de 3% do investimento nacional, registou o maior crescimento do país (na ordem dos 38%) e apenas a Madeira e Lisboa e Vale do Tejo apresentavam menor investimento em 2001 do que no ano transacto, com decréscimos na ordem dos 15% e 3%, respectivamente.

Na distribuição regional da FBCF, Lisboa e Vale do Tejo detinha, em 2001, cerca de 45% do valor nacional, seguida das regiões Norte e Centro que contribuíram com 26% e 14%, respectivamente. O investimento criado em qualquer uma das restantes regiões não ultrapassava os cerca de 5% da FBCF portuguesa.

No entanto, o panorama regional em termos de importância da FBCF altera-se significativamente se considerarmos, para cada região, a importância relativa da FBCF em relação ao VAB regional. Assim, a taxa de investimento aparente (proporção da riqueza gerada que é investida) mostra que, em 2001, o Norte, o Centro e Lisboa e Vale do Tejo eram as únicas regiões a apresentar valores iguais ou abaixo da média nacional que se situava em 31%. Por outro lado, as regiões insulares e o Alentejo apresentavam a maior taxa de investimento [Figura 3.8]. Os Açores e a Madeira destacavam-se ainda por serem as únicas regiões do país a apresentar, para todas as actividades excepto na *agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*, taxas de investimento superiores ao valor nacional.

FIGURA 3.8 PROPORÇÃO DE FBCF NO VAB REGIONAL, POR NUTS II, 2001



Em 2001, as *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas* eram responsáveis pela maior parte da FBCF do país (cerca de um terço), o que se devia sobretudo ao investimento em habitação. Lisboa e Vale do Tejo era a região que apresentava o maior peso da sua FBCF nesse ramo de actividade (cerca de 42%), contribuindo decisivamente para o elevado valor nacional. Esta actividade apresentava também importância primordial no Norte.

As *outras actividades de serviços* constituíam a segunda área de investimento com maior importância nacional, correspondendo a cerca de 23% da FBCF do país. É nas regiões menos dinâmicas do ponto de vista empresarial que estas actividades ganham maior relevância devido ao investimento efectuado pelas *administrações públicas*. Assim, no Algarve, nos Açores e na Madeira eram as unidades económicas classificadas neste ramo que mais investiam (abrangiam cerca de 28% da FBCF no Algarve e 29% nas Regiões Autónomas).

Finalmente, destaque para a importância das *indústrias (incluindo energia)* enquanto ramo de actividade maior gerador de investimento na Região Centro.

04 | AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, SILVICULTURA E PESCA

QUEBRA NA PRODUÇÃO DE VINHO DEVIDO A CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS

Em 2002 e em Portugal, verificou-se uma quebra na produção de vinho (expressa em mosto) de 14%, resultado de condições climatéricas menos propícias à sua produção, tendo contudo sido produzidos quase 6,5 milhões de hectolitros de vinho. O decréscimo na produção de vinho nacional decorreu de uma diminuição generalizada da produção de todos os tipos de vinho. Apenas o vinho de pior qualidade - vinho de mesa (branco e tinto/rosado) - contrariou este panorama, com um acréscimo na produção, face a 2001, de 10%.

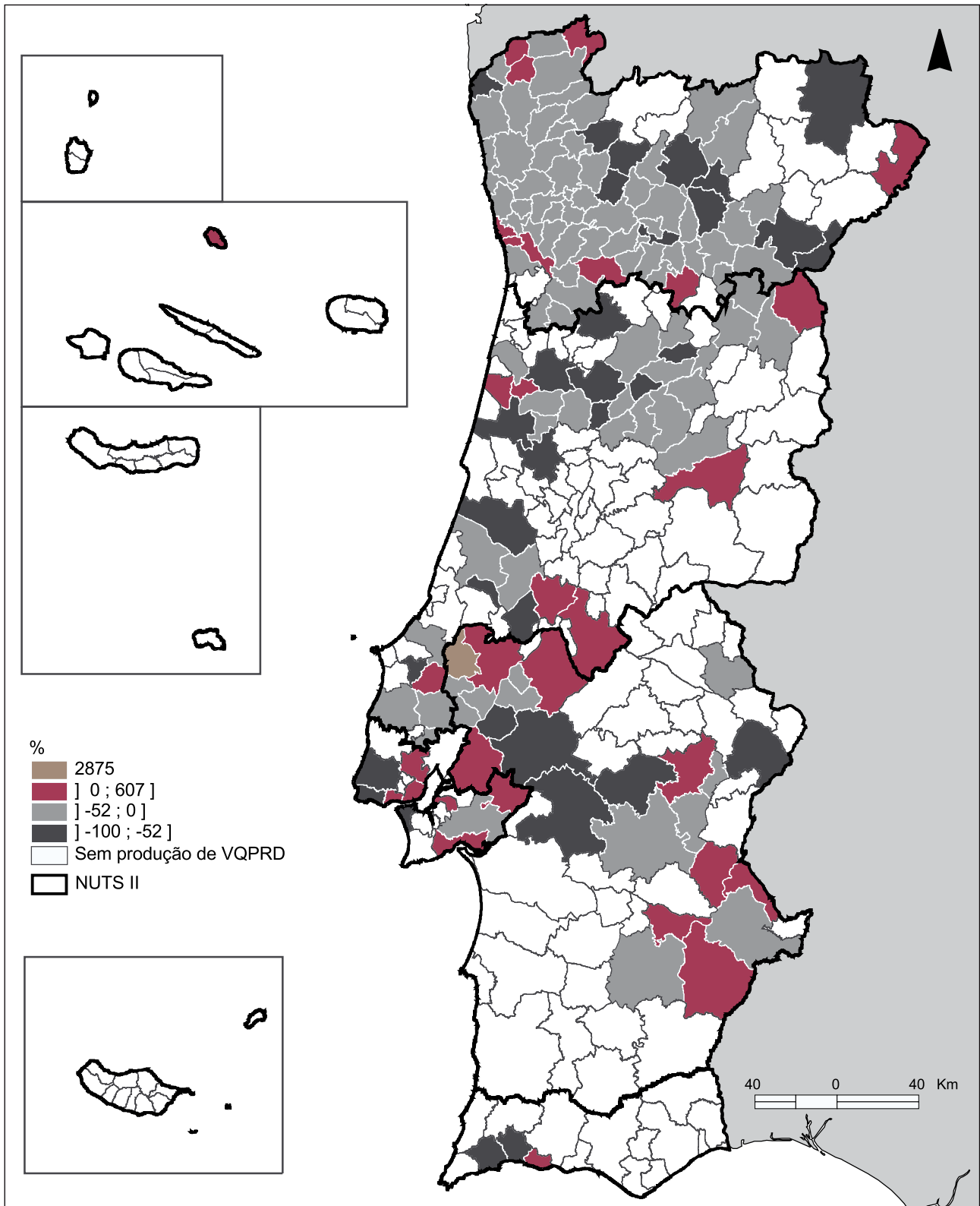
A quebra na produção de vinho, foi particularmente significativa no Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada¹⁰ (VQPRD) tendo-se produzido menos quase 1 milhão de hectolitros que em 2001 (-34%). Refira-se que este tipo de vinho (VQPRD) representava, em 2002, cerca de 30% da produção de vinho, menos 9 pontos percentuais que no ano anterior.

Constata-se que foi a Norte do Continente que houve uma diminuição acentuada da produção de vinho, face ao ano anterior, com as regiões Norte e Centro a apresentarem decréscimos de 33% e 11%, respectivamente, enquanto que nas restantes regiões se registaram acréscimos (mais significativos nos Açores, Lisboa e Algarve). A diminuição da produção de vinho, face ao ano anterior, foi mais significativa no VQPRD tinto/rosado (-48% no Centro e -42% no Norte) do que no VQPRD branco (-22% no Centro e -37% no Norte).

Através da análise da taxa de variação de produção de VQPRD por concelho, constata-se que os maiores decréscimos na produção deste tipo de vinho se concentravam nas regiões do Vinho Verde e do Douro, a Norte, na região da Bairrada, a Centro, e nos concelhos de Lagos e Portimão, a Sul. No Sul do Continente, embora se verifiquem decréscimos nalguns concelhos, os concelhos da Península de Setúbal e da região de Borba apresentavam acréscimos na produção de VQPRD [Figura 4.1].

¹⁰ As regiões vinícolas VQPRD cobrem grande parte do país e evidenciam a importância da região de cultivo dos vinhedos na determinação da qualidade e identidade dos vinhos produzidos. Consoante os níveis de qualidade atingidos, estes podem ser classificados em DOC (Denominação de Origem Controlada) ou I.P.R. (Indicações de Proveniência Regulamentada). A delimitação destas regiões está regulamentada pelo Decreto-Lei 8/85, de 4 de Junho (Lei Quadro das Regiões Vitivinícolas).

FIGURA 4.1 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE VQPRD, POR CONCELHO, 2001-02

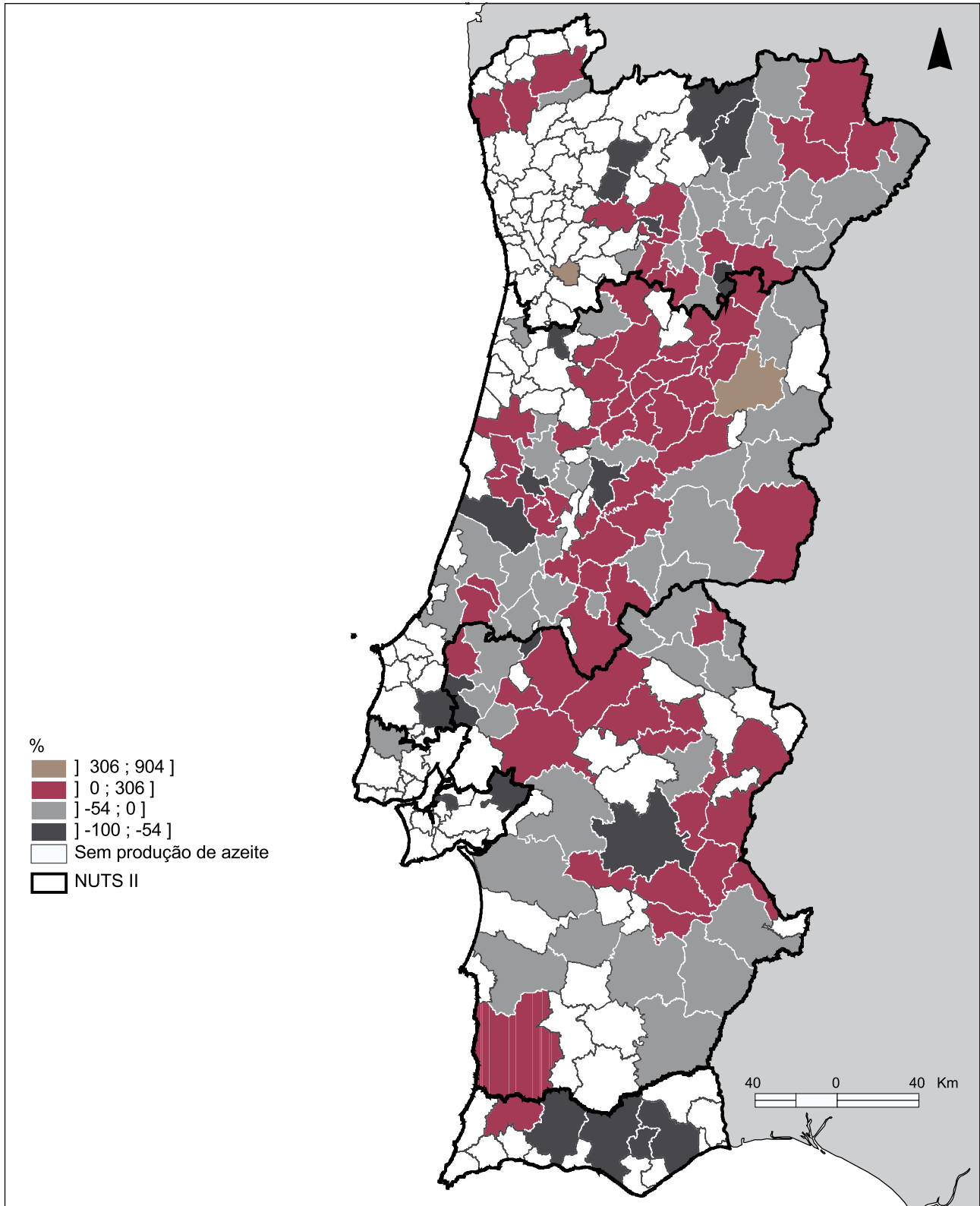


DIMINUIÇÃO NA PRODUÇÃO DE AZEITE, LOCALIZADA ESPECIALMENTE NO SUL DO PAÍS

Em 2002, a produção continental de azeite registou um decréscimo de 11% face ao ano anterior, decorrente da quebra de 3% na produção de azeitona oleificada, mas sobretudo da diminuição de 8% do azeite obtido por quintal de azeitona (produtividade). Note-se que, paralelamente, se registou uma diminuição do número de lagares em laboração (- 52 unidades), o que em termos relativos se traduziu numa quebra de 8% face ao ano anterior.

Tanto a redução do número de lagares em laboração, como a diminuição do azeite obtido se estendeu a todas as regiões, tendo a produção de azeite diminuído de forma mais acentuada no Algarve (-63%) e no Alentejo (-17%). Uma análise concelhia permite aprofundar a afirmação anterior, pois foi nos concelhos a Sul do Continente que se verificaram mais e maiores decréscimos na produção de azeite, designadamente em Évora, Azambuja, Montijo, Loulé e Silves. No entanto, também se verificaram a Norte do Continente decréscimos significativos nos concelhos de Penedono, Chaves, Sever do Vouga, Condeixa-a-Nova e Góis. Em oposição, o aumento da produção de azeite foi mais acentuado nos concelhos de Castelo de Paiva, Guarda, Aguiar da Beira, Mangualde, Batalha, Penalva do Castelo, Pedrógão Grande, Vidigueira, Idanha-a-Nova, Bragança, Vouzela, Porto de Mós e Tondela, quase todos situados no Norte e Centro do Continente [Figura 4.2].

FIGURA 4.2 EVOLUÇÃO DO AZEITE OBTIDO, POR CONCELHO, 2001-02



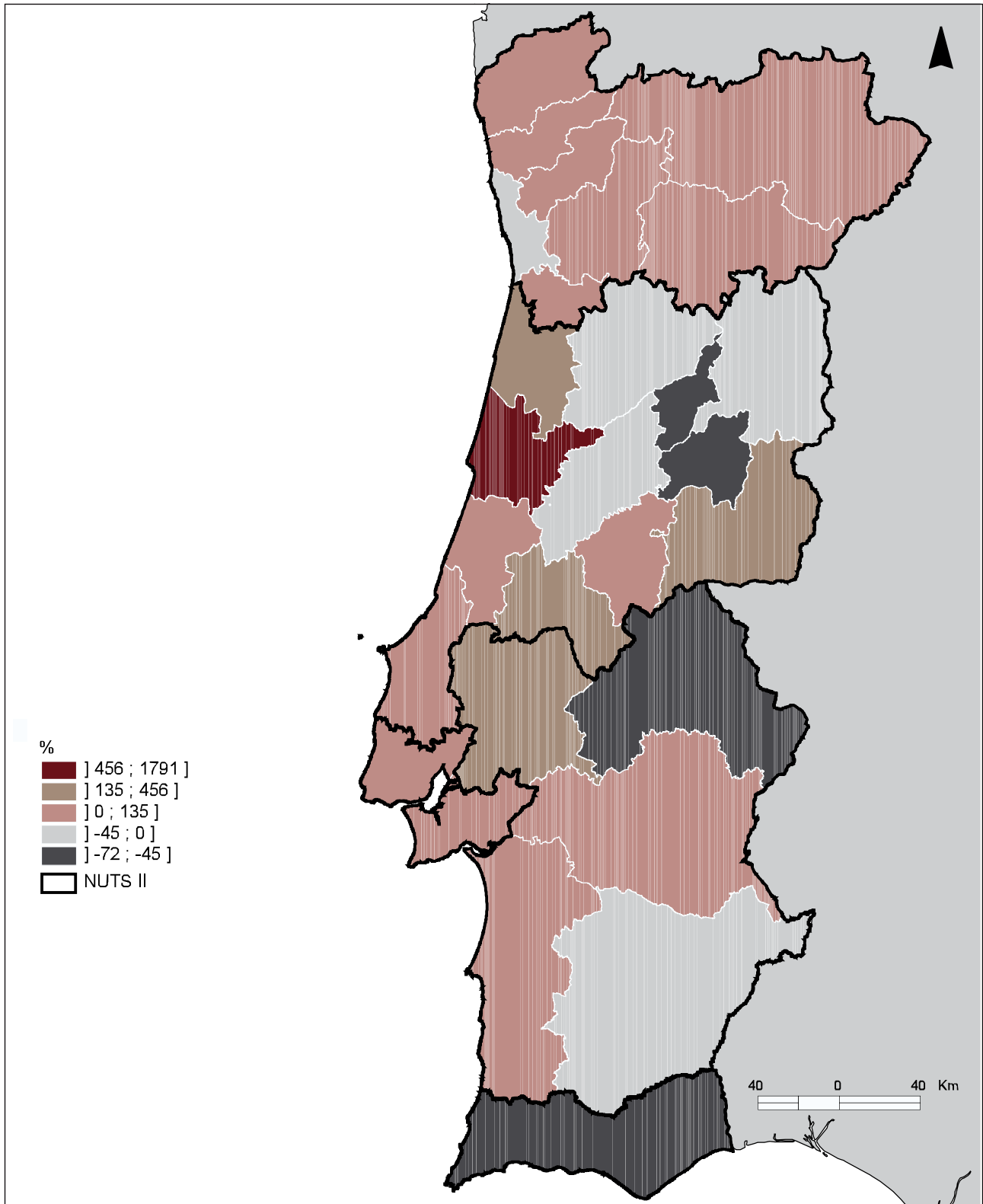
MENOR NÚMERO DE OCORRÊNCIAS MAS INCÊNDIOS FLORESTAIS DE MAIORES DIMENSÕES

Apesar do menor número de ocorrências de incêndios registados no ano 2002 em Portugal continental, a área ardida respeitante a essas ocorrências foi maior, atingindo no total mais de 124 mil hectares (+ 11% que em 2001). O aumento da área ardida total no Continente resultou do acréscimo de área ardida nos povoamentos florestais (44%), pois nos matos a área ardida sofreu um decréscimo (-11%).

Regionalmente, verifica-se que no Algarve houve o maior acréscimo do número de ocorrências (28%) e ao contrário da tendência nacional, a área ardida total diminuiu, especialmente nos povoamentos florestais (-65%, face a 2001). O Norte apresentou um aumento, face a 2001, na área ardida, quer de povoamentos, quer de matos, embora o número de ocorrências tenha sido menor. O Centro, apesar de ter mantido o número de ocorrências, registou um acréscimo da área ardida nos povoamentos e decréscimo nos matos, seguindo assim um comportamento mais próximo do verificado para o Continente.

A Figura 4.3 demonstra que foi no Sul e no Interior do Continente que se registaram maiores diminuições de área ardida, de 2001 para 2002, e que foi principalmente no Litoral e a Norte que se observaram acréscimos de área ardida. Destaque para a Região Centro, nas sub-regiões do Baixo Vouga, Baixo Mondego, Beira Interior Sul, Lezíria do Tejo e Médio Tejo que apresentaram os maiores acréscimos de área ardida total do Continente. Ao invés, foi no Algarve, Alto Alentejo, Serra da Estrela e Cova da Beira que ocorreram os maiores decréscimos de área ardida.

FIGURA 4.3 EVOLUÇÃO DA ÁREA ARDIDA, POR NUTS III, 2001-02

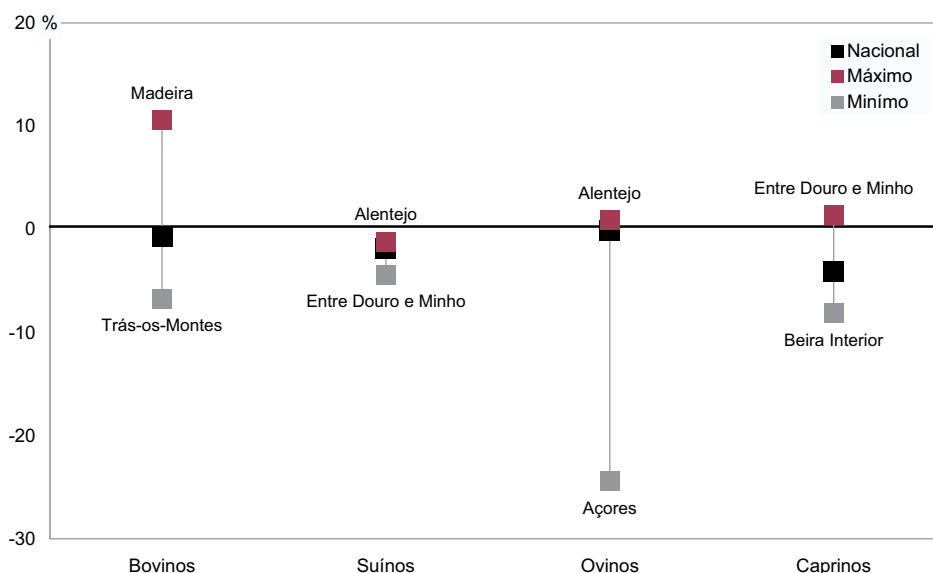


DIMINUIÇÃO DO EFECTIVO ANIMAL, PRINCIPALMENTE CAPRINO E SUÍNO

Em 2002, o efectivo animal nacional apresentou, face a 2001, uma diminuição do número de cabeças, principalmente no efectivo caprino, com um decréscimo de 4% e no efectivo suíno, com um decréscimo de 2%. Os efectivos bovino e ovino não apresentaram alterações muito significativas.

Uma análise por região agrária permite identificar onde mais se fez sentir a diminuição do efectivo animal tendo em conta a sua espécie. Assim, constata-se que a diminuição do efectivo caprino foi particularmente expressiva na Beira Litoral e Interior e nas Regiões Autónomas e que a redução no efectivo suíno se estendeu a todas as regiões agrárias mas com especial incidência na região agrária de Entre Douro e Minho e, ainda, no Ribatejo e Oeste [Figura 4.4].

FIGURA 4.4 MAIORES ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS NA EVOLUÇÃO DO EFECTIVO ANIMAL, POR ESPÉCIE, 2001-02



DECRÉSCIMO DO NÚMERO DE PESCADORES, MAS AUMENTO DA PESCA DESCARREGADA

O ano de 2002 ficou marcado, ao nível nacional, por um decréscimo do número de pescadores matriculados (em 31 de Dezembro). Este decréscimo foi expressivo nos portos das Regiões Autónomas (-31% na Madeira, -11% nos Açores) e no porto de Lisboa (-16%). No caso dos Açores esta redução atingiu cerca de 450 pescadores.

Em 2002, o total de pesca descarregada nos portos do país aumentou ligeiramente face ao ano anterior (1%), com o seu valor monetário a superar esse comportamento, registando um aumento de 5%. Assim, as 148 mil toneladas descarregadas em 2002, representavam em valor cerca de 267 milhões de euros. As espécies que tiveram um aumento, entre 2001 e 2002, em número e em valor, foram os peixes diádromos¹¹, os peixes marinhos (atum e similares, o carapau, carapau negrão e o peixe espada) e os moluscos (amêijoas e choco). Esta evolução da pesca descarregada (em quantidade e em valor) deriva dos acréscimos superiores a 10% registados nos portos de Aveiro e Figueira da Foz na Região Centro, porto de Lisboa e portos das Regiões Autónomas, que mais do compensaram os decréscimos verificados nos restantes portos.

¹¹ Peixes de água doce.

05 | ENERGIA

MAIORES CONSUMOS MÉDIOS DE ELECTRICIDADE NO NORTE NA ÁREA DOMÉSTICA, EM LISBOA NO SECTOR INDUSTRIAL E NOS AÇORES NA AGRICULTURA

Em 2002, o consumo de electricidade cresceu 3,9% a nível nacional em relação ao ano anterior. Os Açores registaram o maior crescimento (8,4%) e a Região de Lisboa o mais baixo (3,4%).

Os consumos industrial e doméstico representavam cerca de dois terços do total de electricidade consumida nesse ano e ambos viram o seu valor aumentar em 2002, face ao ano anterior, em 7,1% e 2,1%, respectivamente. A electricidade para a agricultura registou o maior crescimento (8,7%), mas apenas representava cerca de 2% do total de electricidade consumida a nível nacional.

A Região de Lisboa detinha o maior consumo médio de electricidade para fins industriais, com 152 milhares de kW/h, representando 21% do total deste tipo de consumo. O Norte que, tal como o Centro, detinha, a nível nacional, a maior percentagem deste tipo de consumo (34%), registava apenas o quarto consumo médio mais elevado. No que se refere ao sector agrícola, era nos Açores que se observava o maior consumo médio de 17,9 milhares de kW/h, não obstante esta região apenas ser responsável por 1% do total de electricidade utilizada na actividade agrícola [Figura 5.1 e Figura 5.2].

FIGURA 5.1 CONSUMO MÉDIO DE ELECTRICIDADE NA INDÚSTRIA, PORTUGAL E NUTS II, 2002

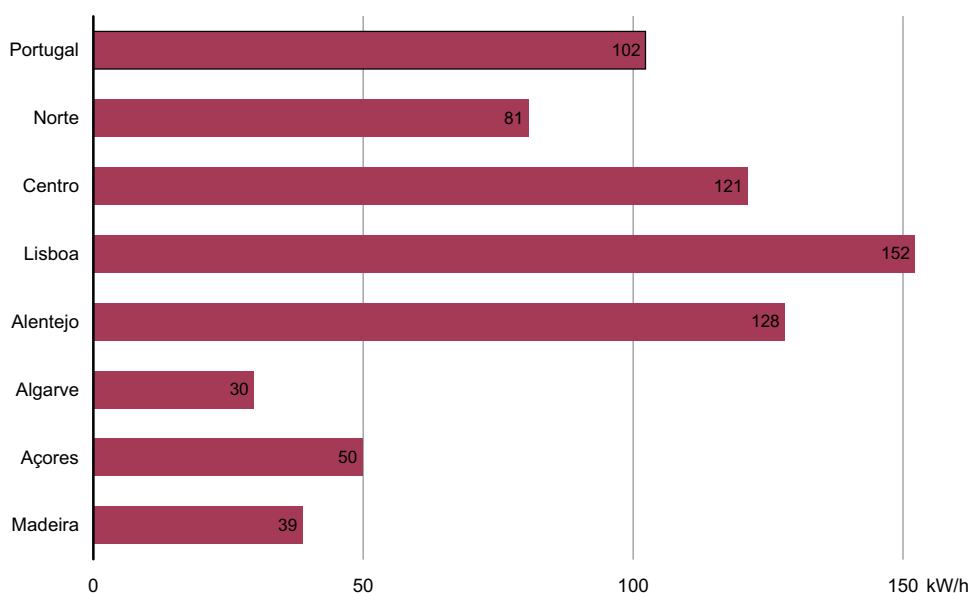
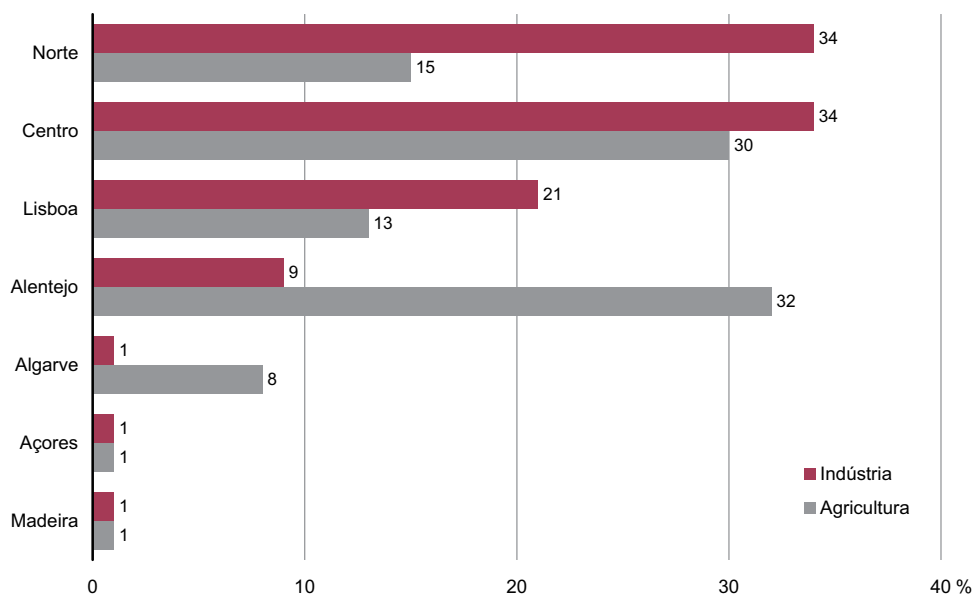


FIGURA 5.2 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CONSUMOS DE ELECTRICIDADE INDUSTRIAL E AGRÍCOLA, POR NUTS II, 2002

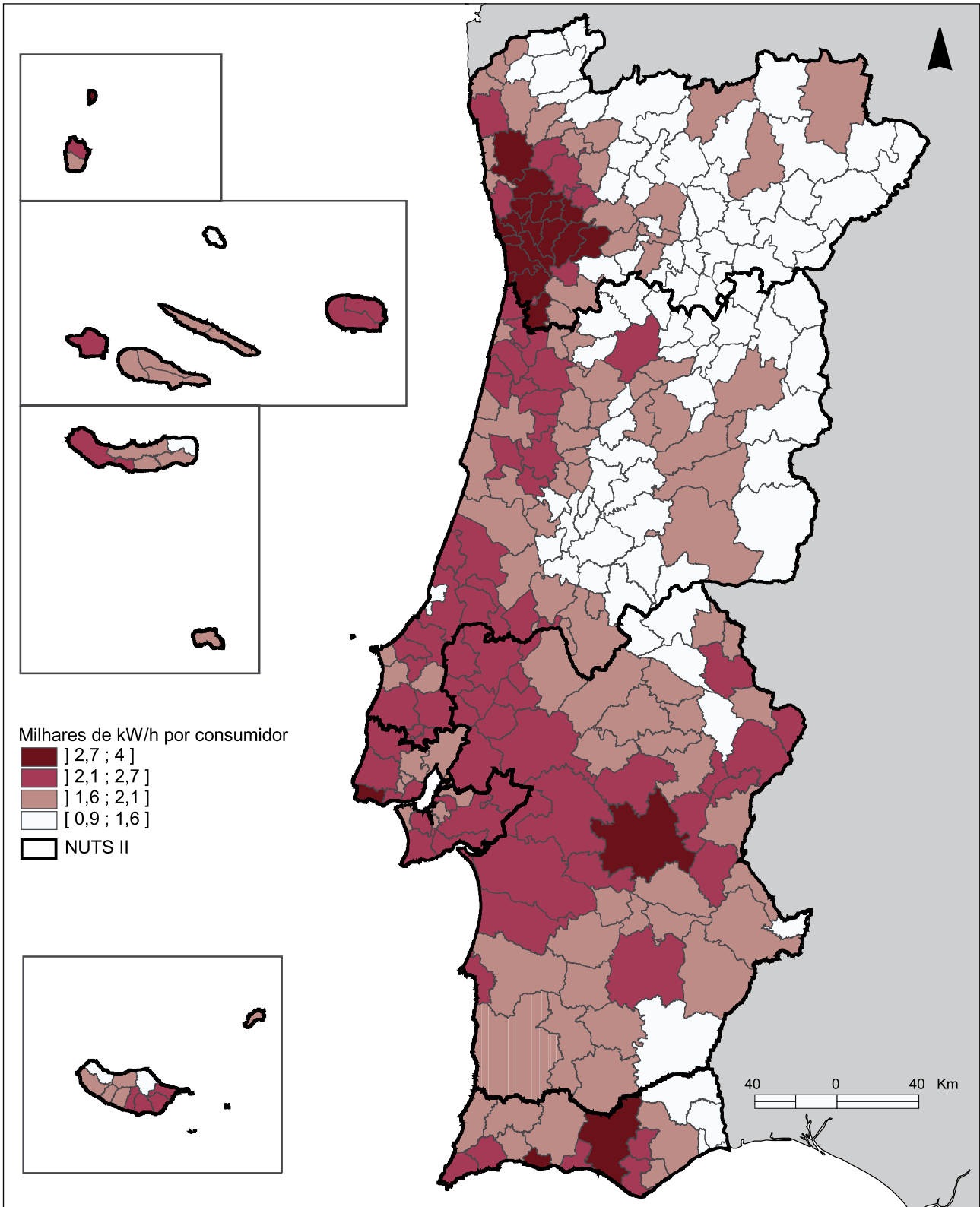


O Norte, com 2,6 milhares de kW/h, era a região com o maior consumo médio por consumidor em electricidade doméstica, sendo a única região a ultrapassar o valor do consumo médio nacional de 2,3 milhares de kW/h que também se verificava no Algarve. As restantes regiões apresentavam todas um valor inferior, de 2,2 milhares de kW/h, com excepção do Centro (consumo médio de 2 kW/h).

Ao nível concelhio, destacavam-se os concelhos do Grande Porto, especialmente o Porto (único concelho com um consumo médio superior a 4 milhares de kW/h), Maia, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar e Valongo, todos com consumos superiores a 3 milhares de kW/h. Lagoa, no Algarve, Barcelos e Paredes, nas sub-regiões do Cávado e Tâmega, respectivamente, completam o grupo de concelhos com consumos médios superiores a 3 milhares de kW/h. Salientavam-se, ainda, os concelhos de Cascais (em Lisboa), Loulé (no Algarve) e Évora (no Alentejo), este último muito provavelmente a indicar o importante peso de uma população estudantil e não residente.

Os concelhos de Interior a Norte do Tejo registavam de um modo geral baixos consumos. Neste grupo evidenciam-se alguns concelhos das sub-regiões da Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira e Serra da Estrela, no Centro, da sub-região de Alto Trás-os-Montes, no Norte, com consumos perto dos 2 milhares de kW/h [Figura 5.3].

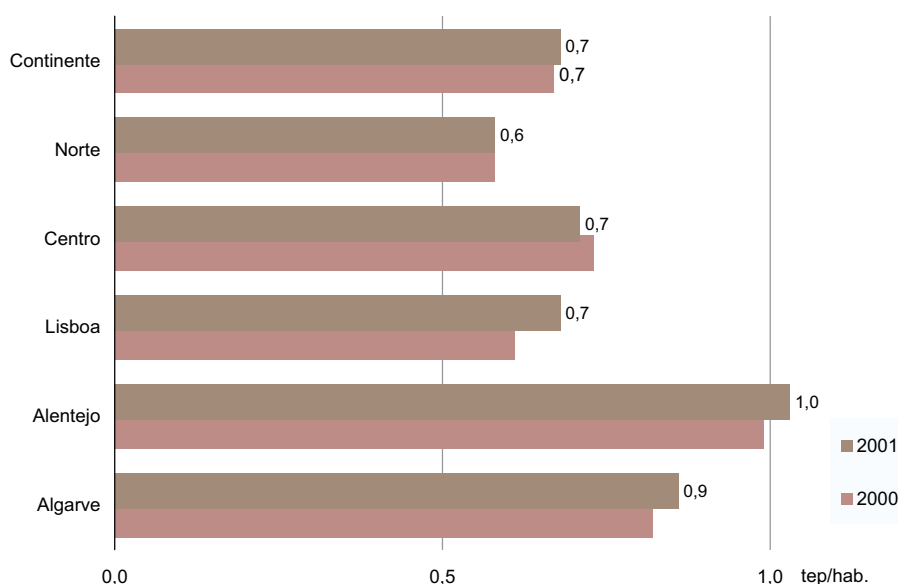
FIGURA 5.3 CONSUMO DOMÉSTICO DE ELECTRICIDADE POR CONSUMIDOR, POR CONCELHO, 2002



REFORÇO DO PAPEL DO GASÓLEO COMO PRINCIPAL COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

O consumo médio por habitante de combustível automóvel¹² foi de 0,7 tep¹³ no território continental com consumos superiores no Alentejo e inferiores no Norte [Figura 5.4]. Este valor representa um crescimento de consumo por habitante de 1,9%, em relação a igual período do ano anterior. Apenas no Centro o consumo de combustível *per capita* baixou, tendo-se mantido constante no Norte e aumentado nas restantes regiões do Continente.

FIGURA 5.4 CONSUMO MÉDIO POR HABITANTE DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, CONTINENTE E NUTS II, 2000 E 2001



Os concelhos do Interior e mais isolados apresentavam os menores consumos médios de combustível, designadamente: Castelo de Paiva na sub-região do Tâmega, Góis e Sátão no Pinhal Interior Norte e em Dão Lafões, respectivamente, todos com consumos inferiores a 0,05 tep/hab.. A Sul, Castro Marim, no Algarve, com 0,06 tep, posicionava-se como o concelho de menor consumo *per capita*. Os concelhos com os maiores consumos localizam-se, também, no Interior mas situados junto a vias de comunicação estruturantes e em regiões fronteiriças: Almeida (7,59 tep/hab.) na Beira Interior Norte, Vila Nova de Poiares (5,59 tep/hab.) no Pinhal Interior Norte, Vila Velha de Rodão (3,1 tep/hab.) na Beira Interior Sul, Elvas (2,9 tep/hab.) no Alto Alentejo e Azambuja (3,6 tep/hab.) na Lezíria do Tejo, o único concelho mais próximo do Litoral no grupo dos cinco concelhos com valores mais elevados neste indicador.

A representação do consumo médio por habitante de combustível automóvel por NUTS III mostra claramente a sua relação com as principais vias de comunicação rodoviária. As sub-regiões com os maiores consumos situam-se nos eixos das principais vias rodoviárias para Norte (Lezíria do Tejo e

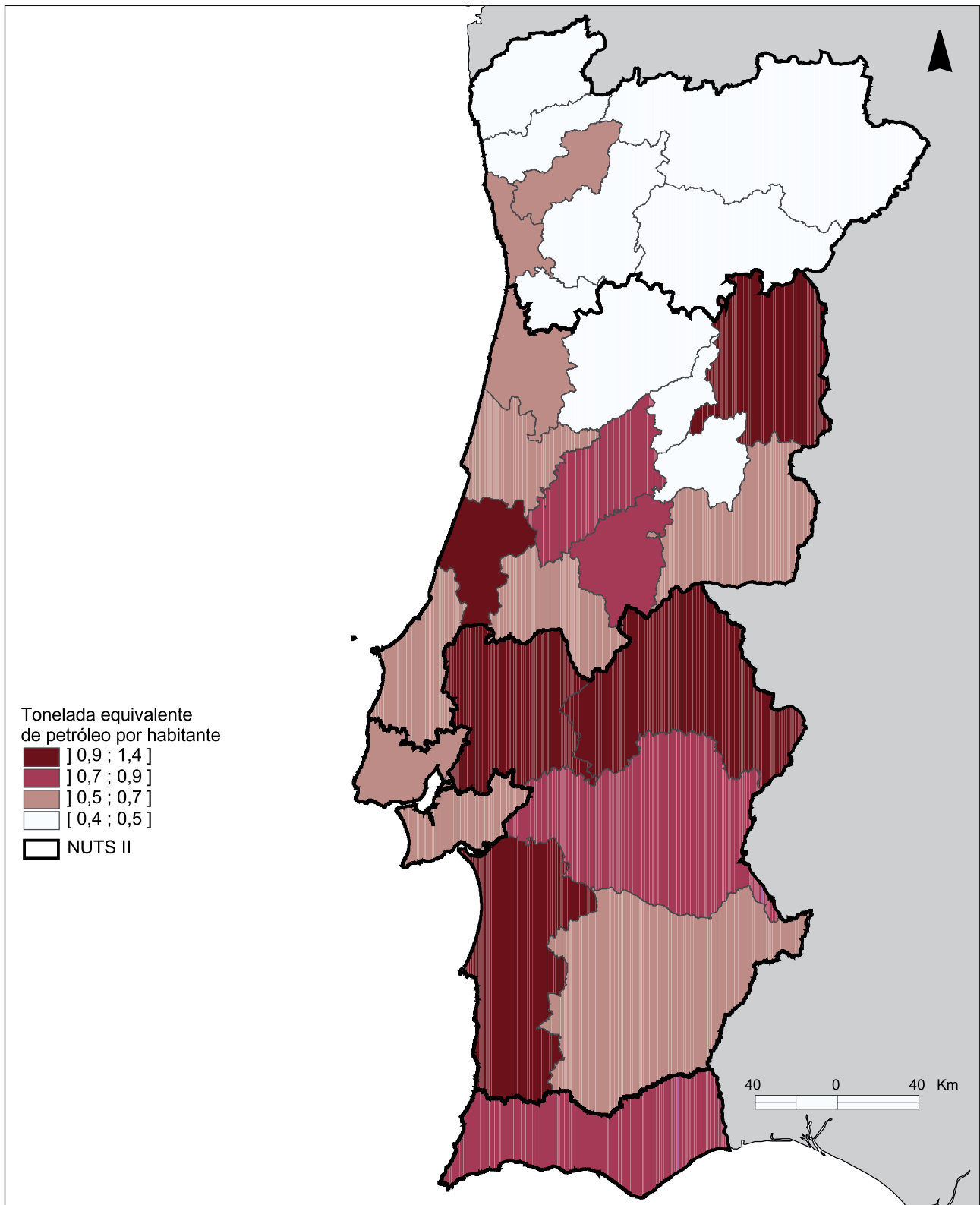
¹² Gás auto, gasolina aditivada, gasolina sem chumbo 95, gasolina sem chumbo 98 e gasóleo.

¹³ Todos os valores de venda de combustíveis em toneladas foram convertidos em toneladas de equivalente petróleo - tep -, equivalente a 10⁷ kcal. Desta forma, tornou-se possível somar os diferentes tipos de combustível numa unidade de medida que tem em conta os seus diversos níveis de eficiência energética.

Pinhal Litoral) e Sul (Alentejo Litoral), ou em sub-regiões com eixos rodoviários utilizados para a passagem da fronteira (Alto Alentejo e Beira Interior Norte). Assim, este indicador parece reflectir a mobilidade inter-regional bem como o facto de os pontos de abastecimento utilizados nestes trajectos se situarem em localidades com reduzidos efectivos populacionais [Figura 5.5].

O gasóleo foi o combustível automóvel mais vendido ao longo do ano de 2001 com 4,4 milhões de tep, o que representa 69% do total de combustível deste tipo vendido no território continental. Este combustível foi também o que registou a maior taxa de crescimento em relação ao ano anterior com 7,3%. As vendas de gasolina sem chumbo 95 cresceram 6%, enquanto a gasolina aditivada e a de 98 octanas, viram o seu consumo diminuir em 25,7% e 5,9%, respectivamente. De notar que a venda de gasolina aditivada registou entre 1999 e 2000 um crescimento de quase 50% pelo que a evolução entre 2000 e 2001 reflecte uma elevada percentagem de substituição de veículos automóveis não preparados para a utilização de gasolina sem chumbo.

FIGURA 5.5 CONSUMO MÉDIO POR HABITANTE DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, POR NUTS III, 2001



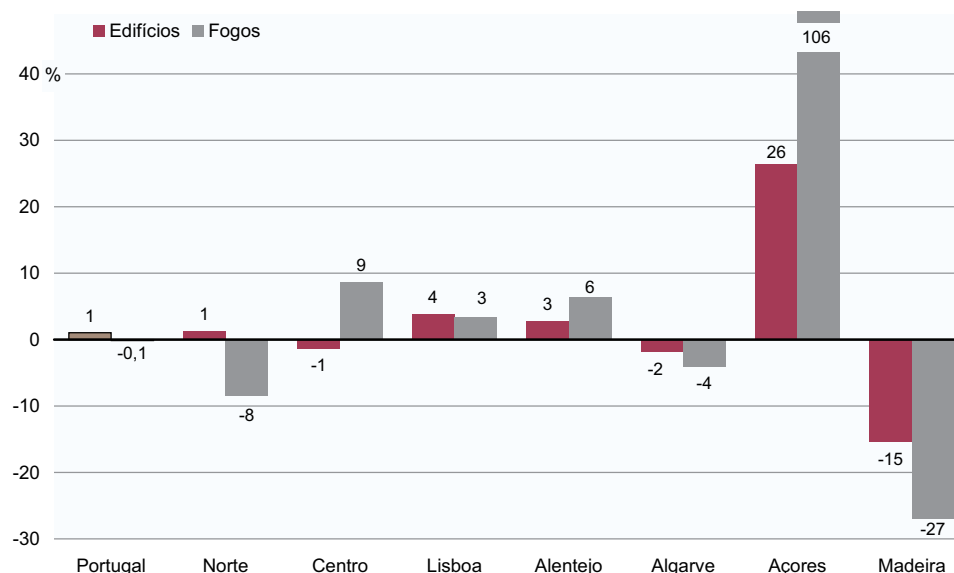
06 | HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO

ESTAGNAÇÃO NO LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO . . .

O licenciamento de construções novas para habitação registou valores similares ao ano anterior (+1% nos edifícios e -0,1% nos fogos)¹⁴. Refira-se que, em 2002, o destino habitação continuava a concentrar mais de 80% do total de licenças concedidas pelas autarquias e que as construções novas permaneceram como o tipo de obra predominante no licenciamento de obras para habitação, apresentando 83% das licenças.

Ao nível das NUTS II, apenas o Norte seguiu a dinâmica nacional (acréscimo de edifícios e decréscimo de fogos licenciados), mas com um decréscimo mais acentuado no licenciamento de fogos. Nas regiões de Lisboa e Alentejo verificou-se um acréscimo, quer de edifícios, quer de fogos licenciados. O Centro embora tenha apresentado um decréscimo no licenciamento de edifícios, nos fogos licenciados verificou um aumento significativo. O Algarve apresentou uma diminuição do número de edifícios e fogos licenciados. As regiões insulares apresentavam comportamentos divergentes: por um lado, nos Açores verificou-se um aumento face ao ano anterior, quer de edifícios, quer de fogos licenciados (que mais que duplicaram), enquanto na Madeira se registou um decréscimo, contudo essas variações (positivas nos Açores e negativas na Madeira) eram mais acentuadas relativamente aos fogos [Figura 6.1].

FIGURA 6.1 EVOLUÇÃO DO LICENCIAMENTO CONCEDIDO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2001-02



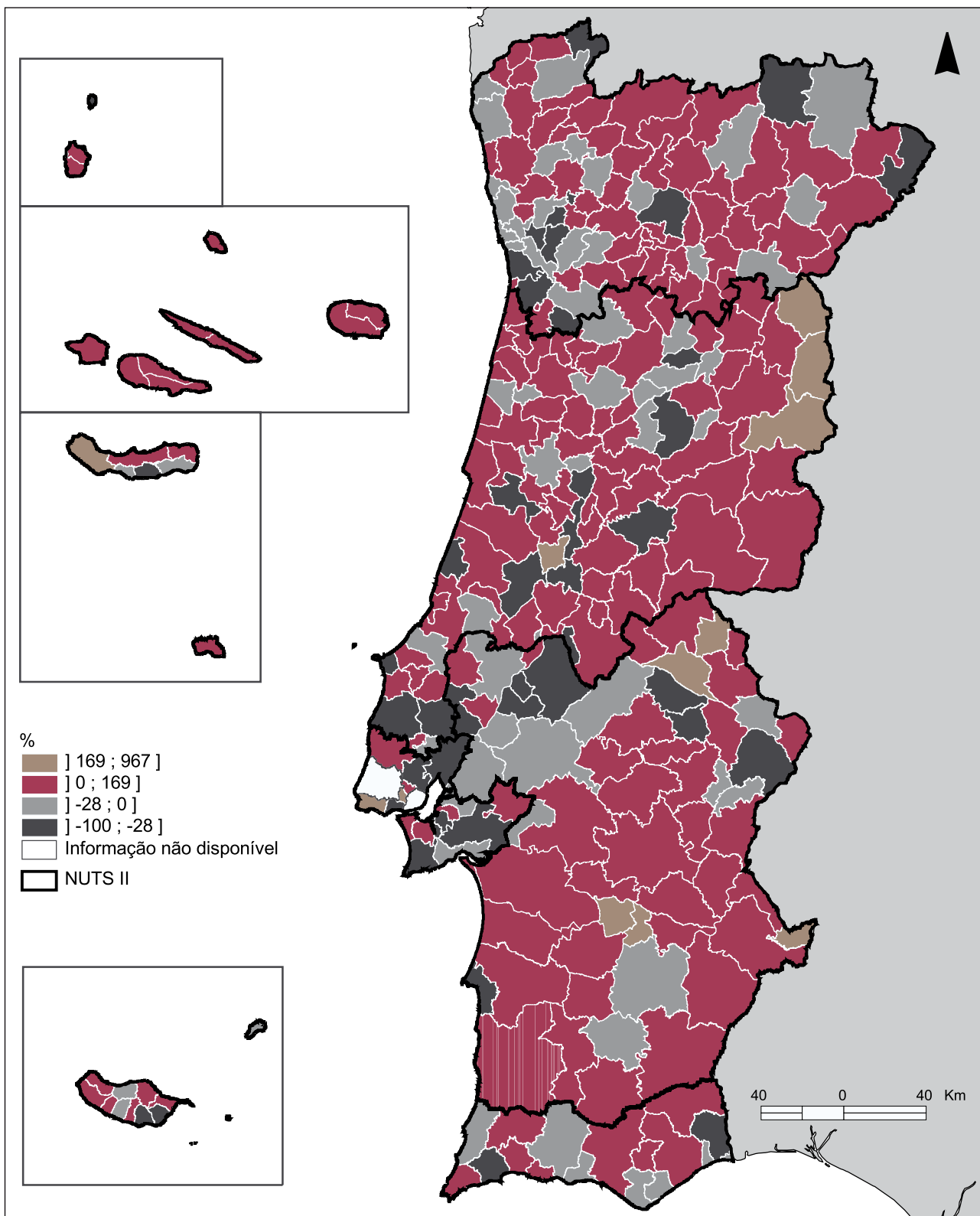
A análise do mapa, da variação de fogos licenciados para construções novas por concelho, permitiu destacar as áreas onde, face ao ano anterior, se verificou um decréscimo de fogos, salientando-se as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e respectivas áreas de influência, a Lezíria e o Médio Tejo e os

¹⁴ Por forma a permitir esta análise evolutiva imputou-se aos concelhos de Lisboa e Sintra, cuja informação para 2002 não está disponível, os valores do licenciamento de 2001.



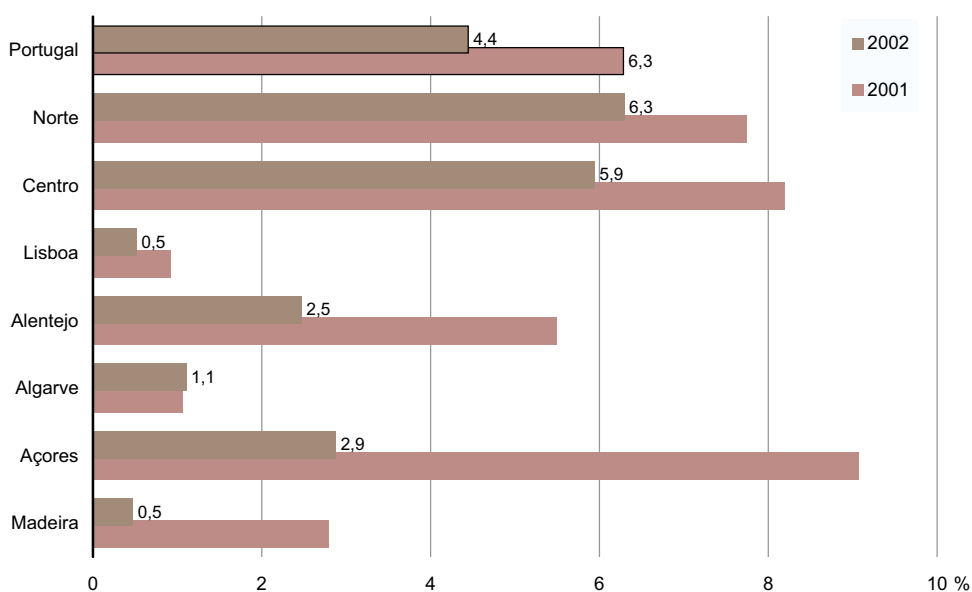
concelhos de Elvas, Alter do Chão e Fronteira, no Alentejo. Ainda com uma variação negativa face a 2001, surgem os concelhos de Vinhais, Bragança, Miranda do Douro, Melgaço e Vila Real, a Norte, os concelhos da área da Serra da Estrela e do sopé da Serra da Lousã, Marinha Grande, Peniche, Torres Vedras e Alenquer, no Centro, e os concelhos de Sines, Lagos e Castro Marim, a Sul. Nas ilhas, verificou-se um decréscimo de fogos face a 2001, na costa Sul de S. Miguel e no Corvo, nos Açores, e nos concelhos do Funchal e Santa Cruz, na Madeira. Os concelhos da Beira Interior Norte, designadamente Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida e Sabugal e os concelhos do Crato, Castelo de Vide, Alvito, Cuba e Barrancos, no Alentejo, apresentaram os maiores acréscimos no licenciamento de fogos para construções novas. Nas ilhas, destaque para os grupos Ocidental e Oriental dos Açores, principalmente em Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel) [Figura 6.2].

FIGURA 6.2 EVOLUÇÃO DOS FOGOS LICENCIADOS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO, POR CONCELHO, 2001-02



Em Portugal, as reconstruções e ampliações representavam, em 2002, 4% e 10%, respectivamente do total de licenças concedidas para construções novas de habitação, tendo a sua importância face ao ano anterior diminuído no caso das reconstruções 1,8 pontos percentuais e aumentado 2,3 pontos percentuais no caso das ampliações. A diminuição da importância das reconstruções estende-se a quase todas as regiões, verificando-se no Algarve uma manutenção e em Lisboa uma ténue diminuição da sua importância. A proporção do licenciamento para ampliações no total apresentou uma evolução idêntica à nacional em todas as regiões, aumentando a sua importância de 2001 para 2002, de forma mais acentuada na Madeira, Açores e Algarve [Figura 6.3].

FIGURA 6.3 PROPORÇÃO DE LICENCIAMENTO CONCEDIDO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA RECONSTRUÇÃO NO TOTAL DE LICENÇAS DESTINADAS A HABITAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002

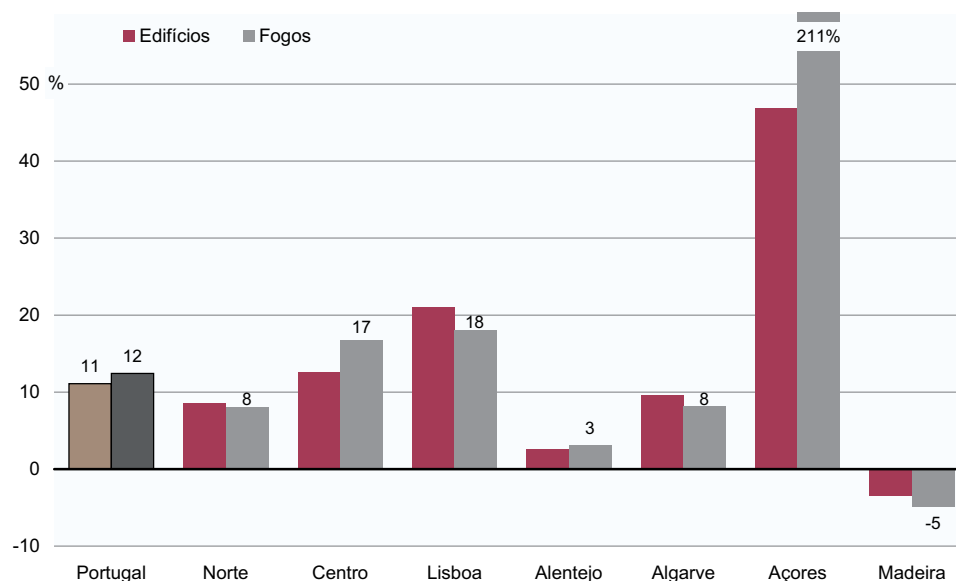


...CONTRARIAMENTE AO FORTE AUMENTO NA CONCLUSÃO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA A HABITAÇÃO

A conclusão de construções novas para habitação registou, de 2001 para 2002, um forte aumento (+11% nos edifícios e +12% ao nível dos fogos), tendo sido concluídos nesse ano quase 120 mil fogos, integrados em cerca de 41 mil edifícios. Esta dinâmica de crescimento apenas não se registou na Madeira, apresentando uma diminuição, face ao ano anterior, do número de edifícios e fogos concluídos para construções novas (respectivamente, -3,4% e -4,9%). Os Açores destacaram-se por apresentar um acentuado acréscimo na conclusão de construções novas, principalmente de fogos com +211% que no ano anterior. As regiões de Lisboa e Centro apresentaram um crescimento mais acentuado do que o verificado a nível nacional, quer de edifícios, quer de fogos, contudo em Lisboa esse acréscimo foi mais significativo no caso dos edifícios. No Norte e no Algarve observou-se uma variação positiva nas construções novas de edifícios e fogos, próxima da média nacional, apesar de, nestas regiões, o acréscimo de edifícios ter sido mais expressivo que o dos fogos. O Alentejo caracterizou-se por uma variação positiva, mas menos significativa, na conclusão de construções novas, quer de edifícios, quer de fogos [Figura 6.4].

Constata-se que a dinâmica do licenciamento ainda não se repercutiu na conclusão de construções novas para habitação, ou seja, existe um desfasamento entre o licenciamento e conclusão. Note-se, por exemplo, que no Algarve, embora a evolução do licenciamento tivesse sido negativa, ainda se registava um acréscimo face ao ano anterior de edifícios e fogos concluídos. Esta conclusão é extensível a todas as regiões, sendo que as variações positivas na conclusão foram sempre mais acentuadas que as verificadas no licenciamento.

FIGURA 6.4 EVOLUÇÃO DA CONCLUSÃO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2001-02

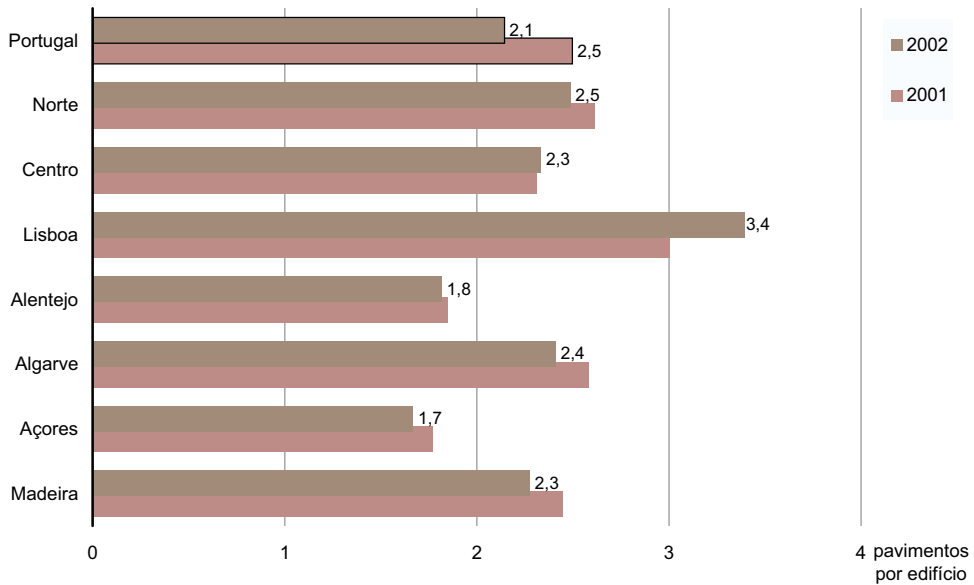


DIMENSÃO DOS EDIFÍCIOS LICENCIADOS CONTINUA A DIMINUIR

A dimensão dos edifícios licenciados continuou a diminuir em 2002, tendo, face a 2001, o número médio de pavimentos por edifício passado de 2,5 para 2,1 e o número médio de fogos por pavimento de 1 para 0,9 [Figura 6.5].

Constata-se que apenas na Região de Lisboa se verificou um acréscimo do número médio de pavimentos por edifício, atingindo os 3,4 pavimentos por edifício, em 2002. Esta era a região que apresentava em média os prédios mais altos do país, tendo com este aumento distanciando-se ainda mais da média nacional (2,1 pavimentos por edifício, em 2002).

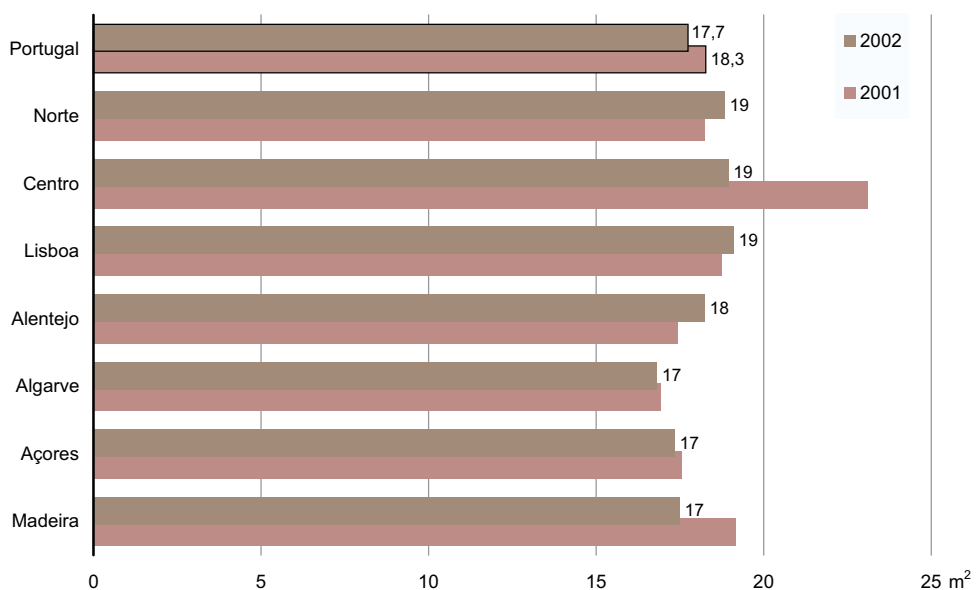
FIGURA 6.5 PAVIMENTOS POR EDIFÍCIO, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



EM MÉDIA LICENCIARAM-SE MAIS DIVISÕES POR FOGO, MAS DIVISÕES DE MENORES DIMENSÕES

Em Portugal registou-se, entre 2001 e 2002, um aumento de 4,8 para 5,2 divisões por fogo e um decréscimo da superfície média habitável em 0,5 m² por divisão (em 2002, era de 17,7 m²). Destaque para as regiões do Norte, Lisboa e Alentejo que apresentaram, face ao ano anterior, um aumento da superfície média habitável, ao contrário do verificado para o Centro, onde se observou um decréscimo significativo, passando de 23 m² para 19 m² [Figura 6.6].

FIGURA 6.6 SUPERFÍCIE HABITÁVEL MÉDIA POR DIVISÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



MAIS PRÉDIOS URBANOS TRANSACCIONADOS E MAIS CAROS

De 2001 para 2002, o número de prédios urbanos transaccionados, registados nas conservatórias, aumentou em 6%, devido sobretudo a um forte aumento dos de propriedade horizontal (+ 10%). Em 2002, foram transaccionados mais de 250 mil prédios urbanos, dos quais 70% eram de propriedade horizontal. Em oposição, a transacção de prédios rústicos teve uma quebra de 13%.

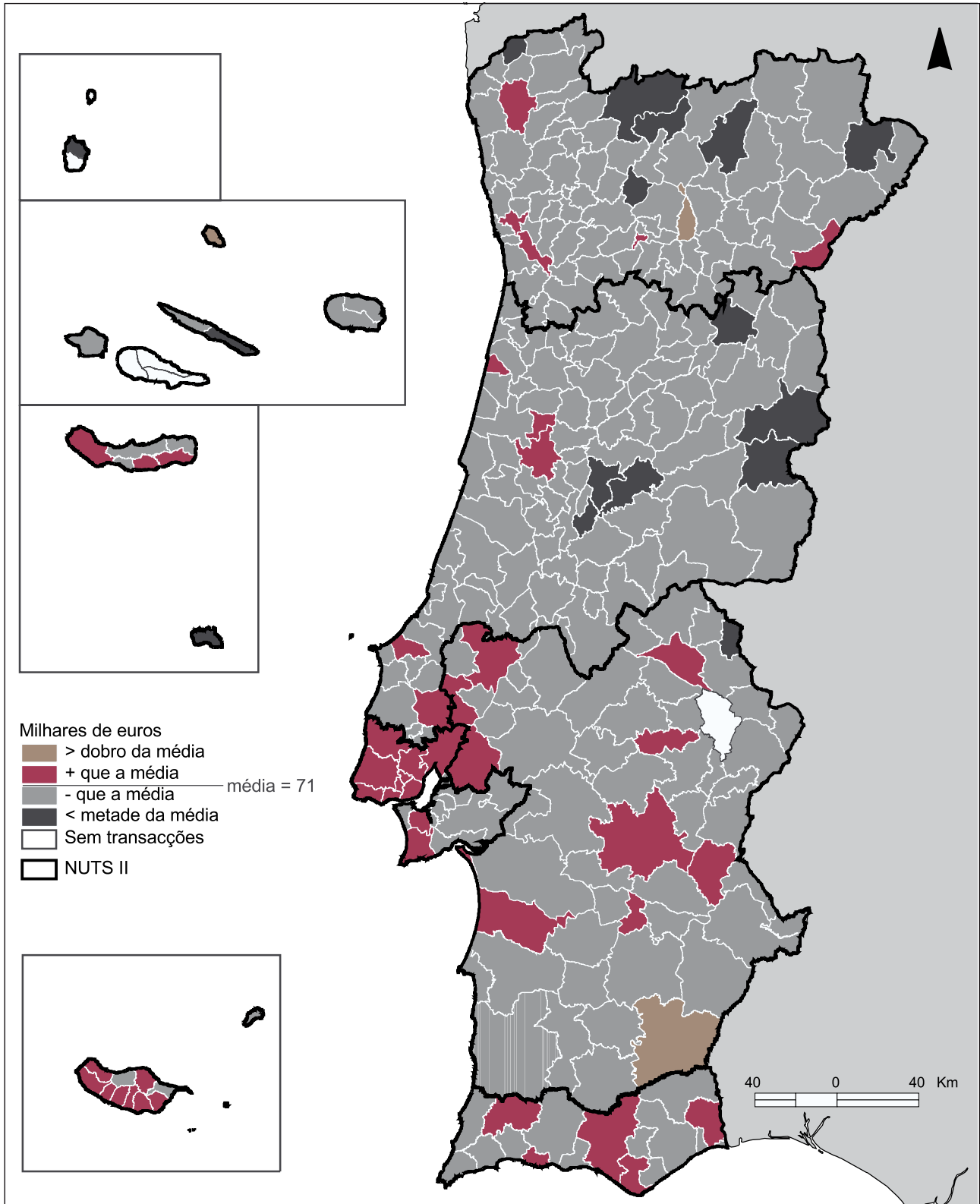
No mesmo período, o valor médio dos prédios urbanos de propriedade horizontal transaccionados aumentou de 66 para 71 mil euros (+ 7,7%). Este aumento foi superior ao registado para o total de prédios urbanos (+ 6,4%) e para os prédios rústicos (+ 1,8%), tendo o preço médio de transacção destes últimos passado de 19,5 para 19,9 mil euros.

O valor médio das transacções de prédios urbanos em propriedade horizontal foi mais elevado nas regiões onde existe maior pressão imobiliária - Lisboa, Madeira e Algarve - atingindo os 96, 90, e 71 mil euros, respectivamente. Nas restantes regiões, esse valor variava entre os 52 mil euros no Alentejo e 62 mil euros no Norte.

Em termos concelhios, o valor médio das transacções de prédios urbanos de propriedade horizontal, em 2002, foi mais elevado nos concelhos do Sul e ilhas, enquanto que a Norte as transacções inferiores a 35 mil euros eram mais frequentes. Em alguns concelhos, sobretudo do Interior, nomeadamente Montalegre, Boticas, Valpaços, Vimioso e Mondim de Basto, no Norte, e Trancoso, Sabugal, Penamacor, Pampilhosa da Serra, Góis e Pedrógão, no Centro, o valor médio das transacções dos prédios urbanos de propriedade horizontal era inferior a metade da média nacional (35 mil euros). No Alentejo, o concelho de Marvão surgia com um valor médio da transacção inferior a metade da média nacional, tal como nos concelhos açorianos da Calheta (S. Jorge) e Santa Cruz das Flores.

Assim, com valores superiores a 71 mil euros (média nacional) destacavam-se, para além da maioria dos concelhos da Ilha da Madeira e da Ilha de S. Miguel, os concelhos da Grande Lisboa, importantes centros regionais (e.g. Faro, Évora, Coimbra, Maia e Gondomar) e concelhos onde a dinâmica da segunda habitação tem vindo a assumir maior relevância (e.g. Crato, Reguengos de Monsaraz, Mértola, Óbidos, Ponte de Lima, Mesão Frio, Monchique, Loulé, Castro Marim) [Figura 6.7].

FIGURA 6.7 VALOR MÉDIO DOS PRÉDIOS URBANOS DE PROPRIEDADE HORIZONTAL TRANSACCIONADOS, POR CONCELHO, 2002



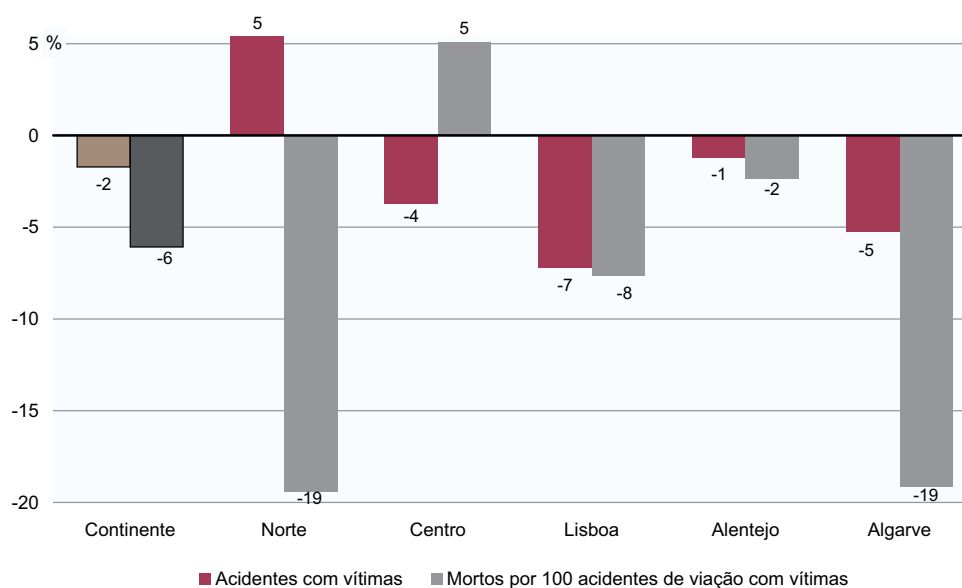
07 | TRANSPORTES

DIMINUIÇÃO DO NÚMERO E DA GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO

Em 2003, em Portugal continental, registaram-se menos acidentes de viação com vítimas (41,5 mil acidentes, menos 2% que em 2002) e estes acidentes apresentaram menor gravidade (3,3 mortos por 100 acidentes de viação com vítimas, menos 6% que em 2002). Esta realidade do Continente não se verificou no Norte, onde aumentou o número de acidentes com vítimas, apesar da gravidade dos acidentes ter diminuído fortemente, e no Centro, onde não obstante a diminuição do número de acidentes com vítimas, a gravidade dos mesmos aumentou consideravelmente [Figura 7.1].

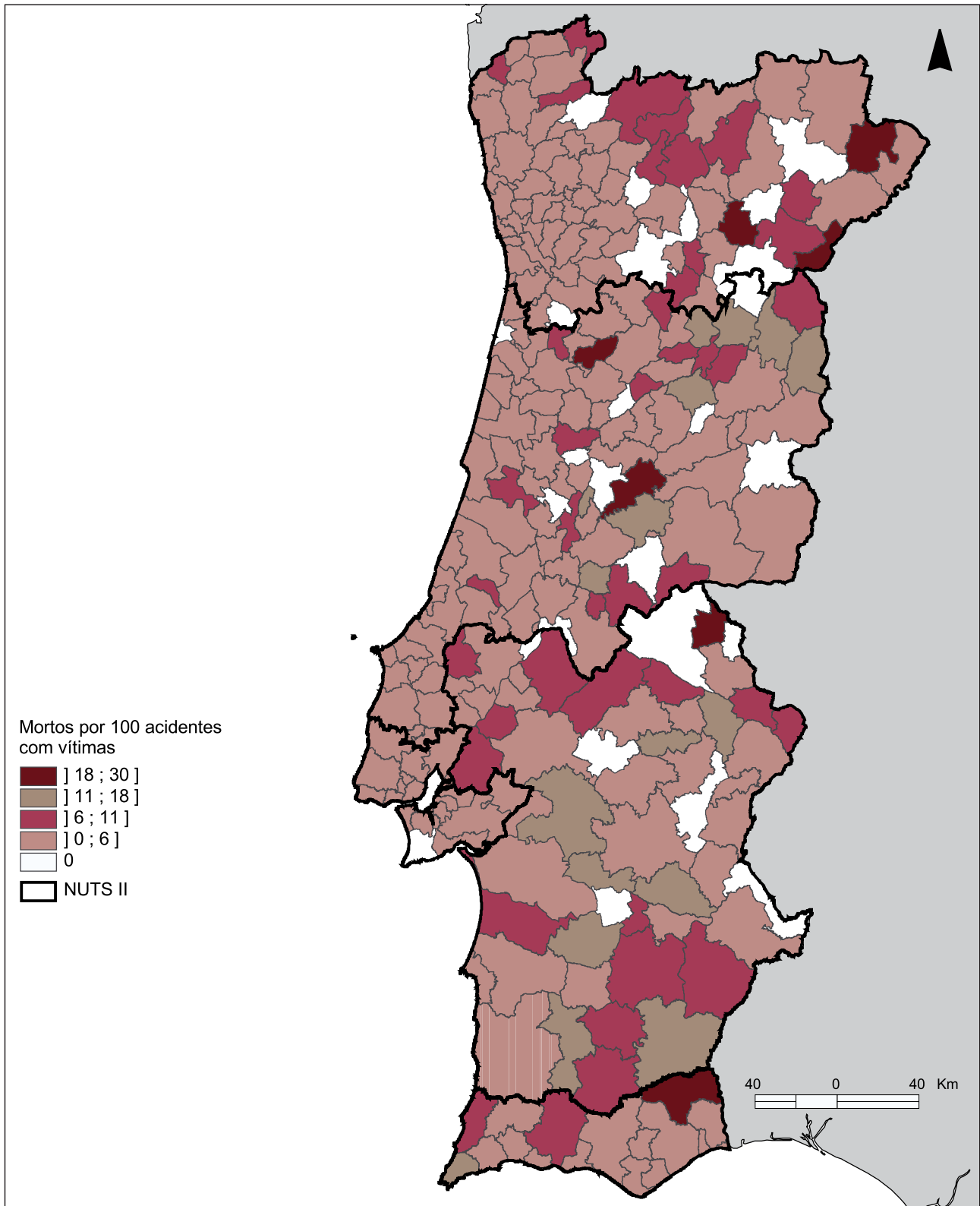
Tal como em 2002, os feridos ligeiros continuavam a representar a larga maioria das vítimas de acidentes de viação (90%), com os feridos graves a deterem 8% e as vítimas mortais os restantes 2%.

FIGURA 7.1 EVOLUÇÃO DE ACIDENTES COM VÍTIMAS E DE MORTOS POR 100 ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS, CONTINENTE E NUTS II, 2002-03



O padrão territorial concelhio do número de mortos por 100 acidentes de viação com vítimas ilustra uma maior gravidade dos acidentes nos concelhos do Interior, sobretudo em territórios serranos (por exemplo, Guarda, Pampilhosa da Serra e Alcoutim). Em oposição, as principais áreas urbanas do Litoral registavam baixos níveis de gravidade dos acidentes [Figura 7.2].

FIGURA 7.2 MORTOS POR 100 ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS, POR CONCELHO, 2002

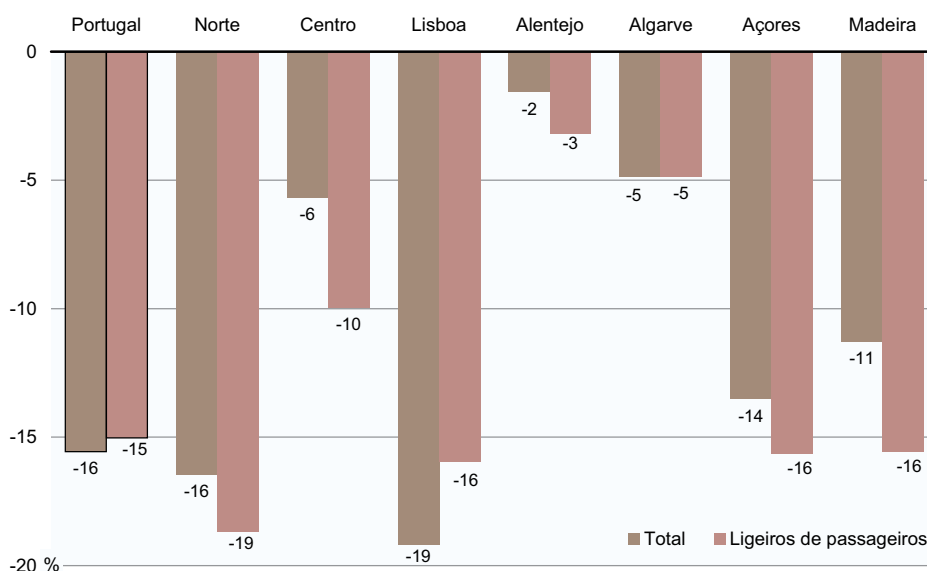


FORTE QUEBRA NA VENDA DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

De 2001 para 2002, registou-se uma quebra de 16% no número de veículos vendidos em Portugal, extensível a todos os tipos de veículos (com excepção dos tractores agrícolas que aumentaram 2%) e a todas as regiões. Este decréscimo resulta maioritariamente da forte redução na venda de veículos ligeiros de passageiros (-15%), na medida em que este tipo de veículos representava em 2002, à semelhança do ano anterior, cerca de três quartos do total de veículos vendidos [Figura 7.3].

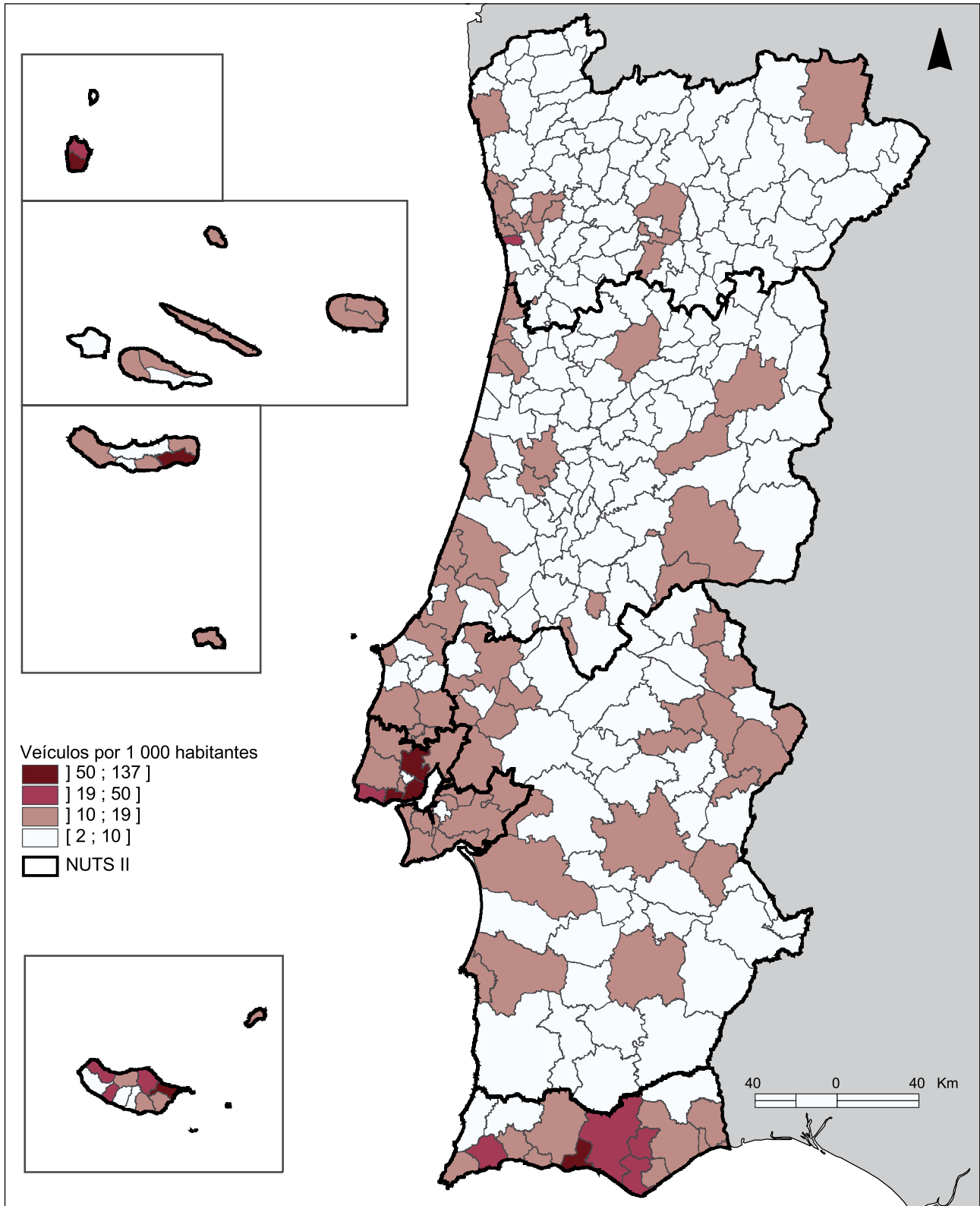
A Região de Lisboa concentrava mais de metade da venda total de veículos automóveis (53%), bem como da venda de ligeiros de passageiros (58%), e em conjunto com o Norte detinham cerca de três quartos das vendas. Desta forma, o comportamento das vendas nestas duas regiões condicionou fortemente a dinâmica nacional.

FIGURA 7.3 EVOLUÇÃO DOS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS VENDIDOS - TOTAL E LIGEIOS DE PASSAGEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2001-02



Os maiores rácios de veículos ligeiros vendidos por mil habitantes registaram-se nos centros das áreas metropolitanas - concelhos de Lisboa e Porto - juntamente com alguns concelhos vizinhos de Lisboa (e.g. Oeiras e Loures), nos concelhos algarvios de Albufeira, Faro, Loulé e São Brás de Alportel e nos concelhos insulares de Machico (Madeira) e Povoação e Lajes das Flores (Açores). Para além dos anteriores, a generalidade dos concelhos com cidades médias apresentavam valores elevados neste indicador, indiciando um efeito de polarização dos centros urbanos sob os territórios envolventes a este nível [Figura 7.4]. Contudo estes concelhos mais urbanos foram dos mais afectados pela quebra de vendas de veículos ligeiros, face a 2001.

FIGURA 7.4 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS VENDIDOS POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2002



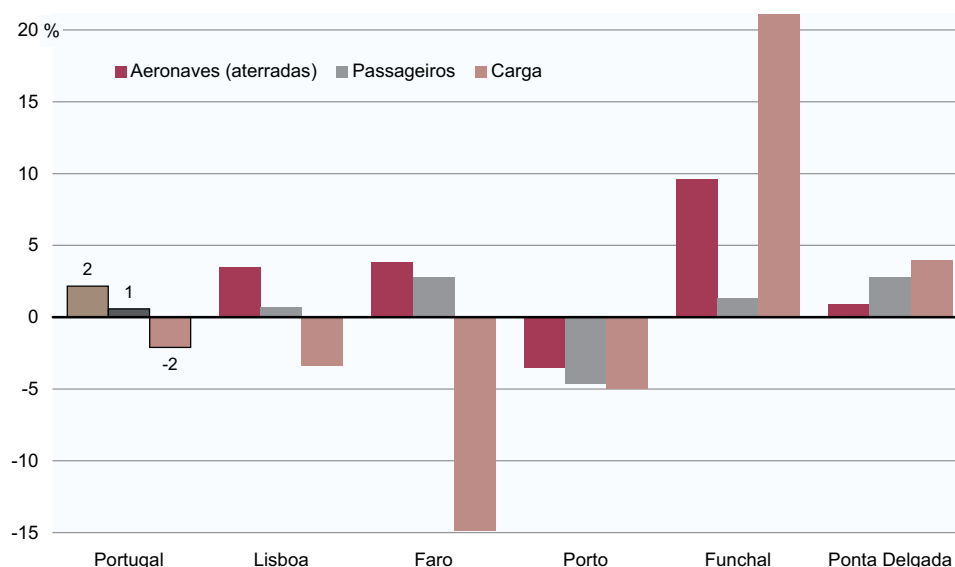
AUMENTO DO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS E FORTE REDUÇÃO NO VOLUME DE MERCADORIAS EM TRANSPORTE AÉREO

De 2001 para 2002, o tráfego de passageiros aumentou ligeiramente a nível nacional (+1%), sendo esta evolução extensível a quatro - Lisboa, Faro, Funchal e Ponta Delgada - dos cinco principais aeroportos portugueses. Apenas o aeroporto do Porto registou uma quebra generalizada dos três tipos de fluxos em análise - aeronaves, passageiros e mercadorias [Figura 7.5].

Estes cinco aeroportos concentravam, em 2002, 98% do fluxo total de passageiros e 99% do fluxo de mercadorias. Ainda relativamente à concentração de fluxos, refira-se que o aeroporto de Lisboa detinha 47% do fluxo total de passageiros e 60% do de mercadorias.

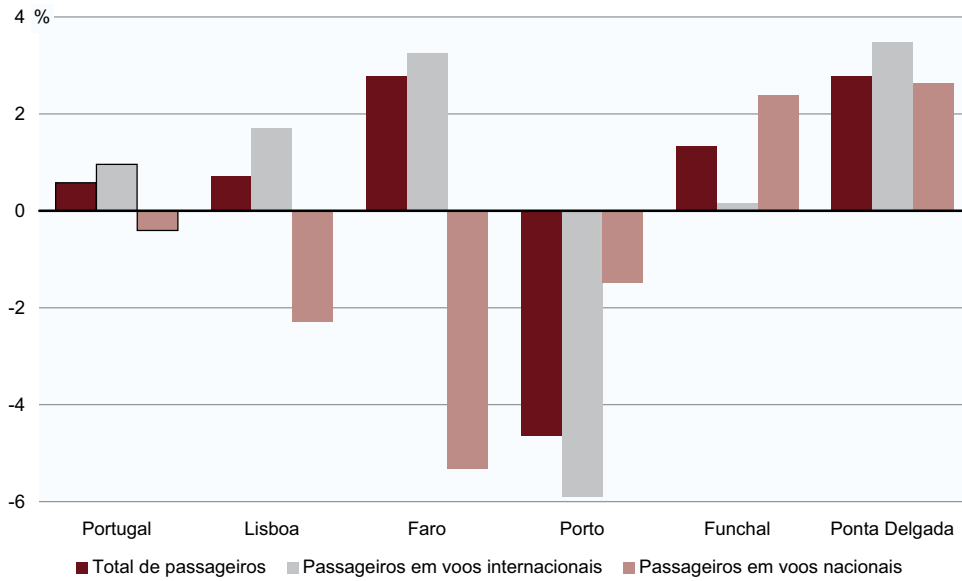
No que diz respeito ao volume de transporte aéreo de mercadorias, registaram-se reduções significativas nos aeroportos do Continente que condicionaram a evolução nacional deste indicador.

FIGURA 7.5 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO NOS AEROPORTOS, PORTUGAL E PRINCIPAIS AEROPORTOS, 2001-02



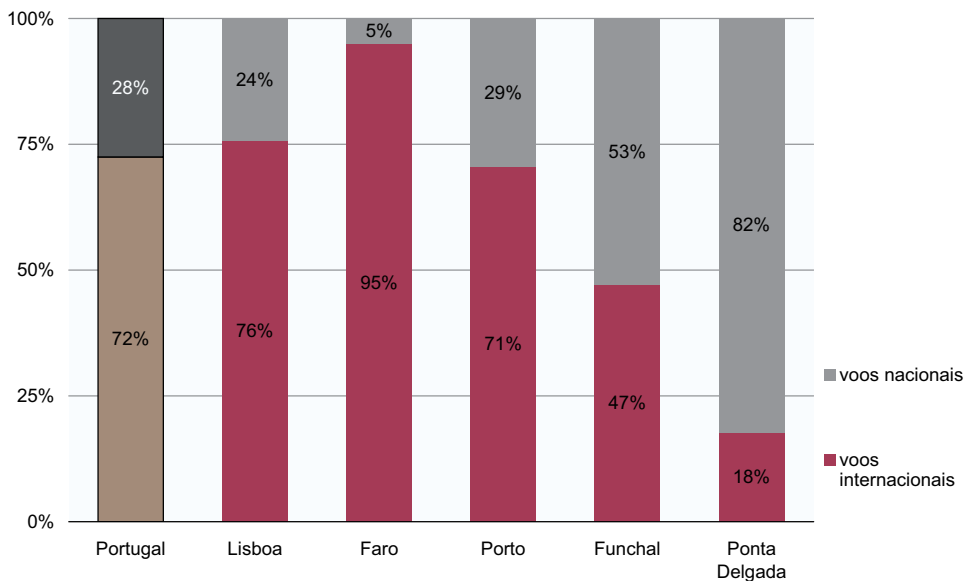
A evolução positiva do tráfego de passageiros, a nível nacional, entre 2001 e 2002, deriva de um crescimento dos passageiros de voos internacionais, que mais do que compensaram a quebra do volume de passageiros em voos nacionais. Esta realidade nacional é similar à registada nos dois aeroportos com maior tráfego de passageiros - Lisboa e Faro. Nos principais aeroportos das Regiões Autónomas o tráfego de passageiros aumentou nos voos internacionais e nos voos nacionais [Figura 7.6].

FIGURA 7.6 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS - INTERNACIONAIS E NACIONAIS - NOS AEROPORTOS, PORTUGAL E PRINCIPAIS AEROPORTOS, 2001-02



Cerca de três quartos do tráfego de passageiros a nível nacional, em 2002, era proveniente de voos internacionais. Esta proporção era largamente superada no aeroporto de Faro (95%), e situava-se muito aquém deste valor nos principais aeroportos das Regiões Autónomas onde, resultado da sua condição de insularidade, o tráfego de passageiros oriundo de voos nacionais era maioritário (53% no Funchal e 82% em Ponta Delgada) [Figura 7.7].

FIGURA 7.7 REPARTIÇÃO DO TRÁFEGO TOTAL DE PASSAGEIROS - INTERNACIONAIS E NACIONAIS - NOS AEROPORTOS, PORTUGAL E PRINCIPAIS AEROPORTOS, 2002



08 | COMÉRCIO INTERNACIONAL

MELHORIA DA TAXA DE COBERTURA DAS ENTRADAS PELAS SAÍDAS . . .

O rácio entre entradas¹⁵ e saídas¹⁶ - taxa de cobertura - aumentou cerca de 4 pontos percentuais, de 2001 para 2002 e a nível nacional, representando as saídas dois terços das entradas, em 2002 [Figura 8.1]. Esta evolução é fruto de uma conjugação do aumento de saídas com diminuição de entradas, extensível a todas as regiões¹⁷ do Continente [Figura 8.2]. Nas Regiões Autónomas, a taxa de cobertura decresceu em consequência de variações superiores nas entradas relativamente às saídas, que no caso específico dos Açores diminuíram [Figura 8.2]. Esta evolução positiva da taxa de cobertura permitiu que, em 2002, duas regiões - Centro e Alentejo - se juntassem ao Norte com saldos positivos na balança comercial e, conseqüentemente, com taxas de cobertura acima dos 100%. As Regiões Autónomas, juntamente com o Alentejo e Lisboa, continuavam a registar as mais baixas taxas de cobertura, nos três primeiros casos devido à fraca capacidade exportadora das empresas aí sediadas.

No caso específico de Lisboa, a reduzida taxa de cobertura deriva da forte concentração nesta região das sedes dos operadores do comércio internacional, o que significa que parte das entradas afectas a esta região se destina a outras regiões do país. Refira-se que esta região representava, em 2002, cerca de 60% das entradas e 30% das saídas, sendo um importante pólo de entrada em Portugal das mercadorias vindas do estrangeiro. De forma inversa, o Norte apresentava um peso muito superior nas saídas (44%) face às entradas (26%) o que demonstra claramente a vocação exportadora desta região. Estas duas regiões, para além de, em conjunto, deterem mais de três quartos do comércio internacional português em 2002 (quer ao nível das entradas, quer das saídas), eram igualmente as regiões que, em 2001, apresentavam os maiores graus de abertura¹⁸ das suas economias (65% para o Norte e 63% para Lisboa, quando o valor nacional era de 58%).

¹⁵ As entradas resultam da soma das chegadas (de países pertencentes à UE) e das importações (de países terceiros).

¹⁶ As saídas resultam da soma das expedições (para países pertencentes à UE) e das exportações (para países terceiros).

¹⁷ A informação regional apresentada neste capítulo é obtida através da localização da sede do operador, não traduzindo com total precisão o comércio internacional da região dada a existência de empresas com estabelecimentos em regiões distintas. Esta informação tende assim a sobreavaliar o comércio internacional das regiões onde predominam as sedes das empresas multiregionais, por oposição a uma subavaliação das restantes.

¹⁸ Relação entre o somatório dos fluxos comerciais com o estrangeiro (saídas + entradas) e o Produto Interno Bruto.

FIGURA 8.1 TAXA DE COBERTURA DAS ENTRADAS PELAS SAÍDAS¹⁹, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002

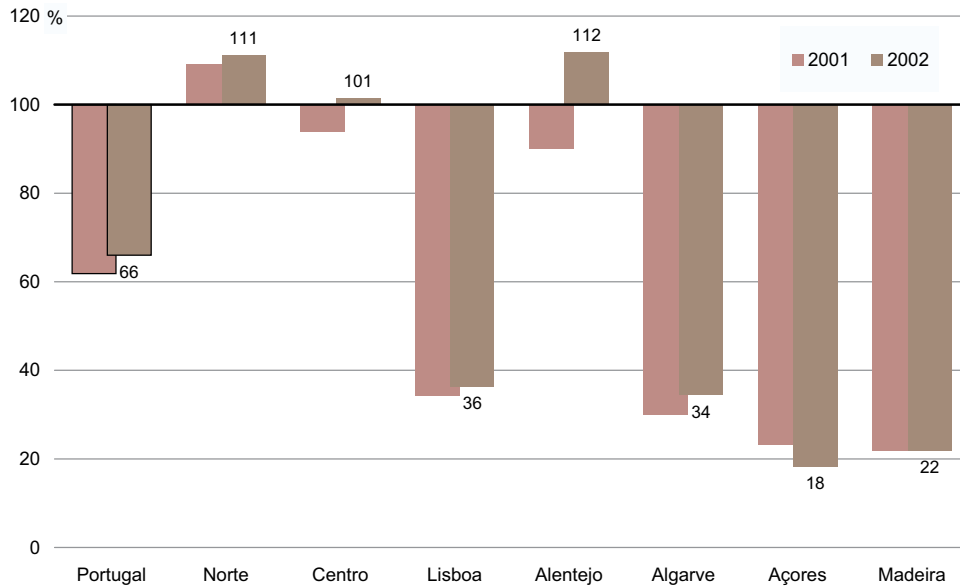
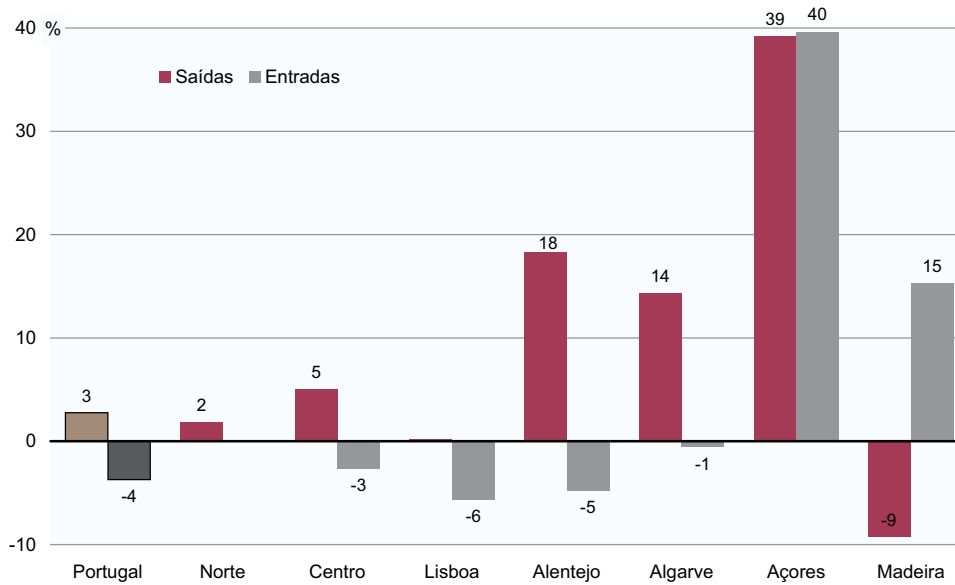


FIGURA 8.2 EVOLUÇÃO DAS SAÍDAS E DAS ENTRADAS, PORTUGAL E NUTS II, 2001-02

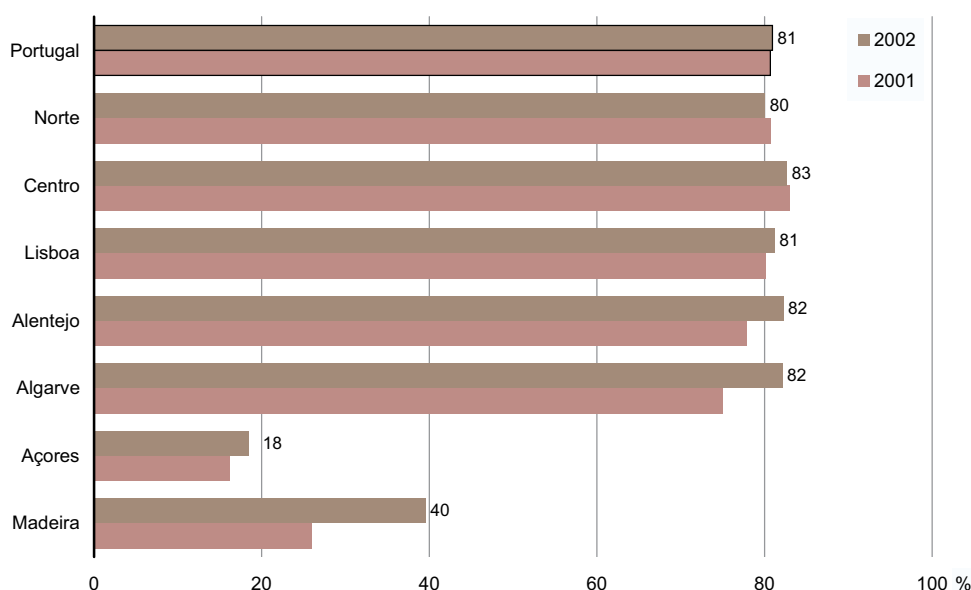


¹⁹ Relação, em percentagem, entre as saídas e as entradas.

. . . AUMENTO DAS EXPEDIÇÕES PARA PAÍSES COMUNITÁRIOS E REDUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE PAÍSES EXTRA-COMUNITÁRIOS

As expedições para países da União Europeia (UE 15) aumentaram 3% a nível nacional, continuando a representar, em 2002, 81% do total de saídas. Por outro lado, as chegadas de mercadorias provenientes da UE 15 mantiveram-se constantes em valor, entre 2001 e 2002, mas aumentaram a sua importância relativa em 3 pontos percentuais (p.p.), representando 78% do total de entradas em 2002. Em termos regionais, destaque para o forte aumento da importância do comércio intra-comunitário na Madeira, fruto de um elevado crescimento das expedições (112%) [Figura 8.3].

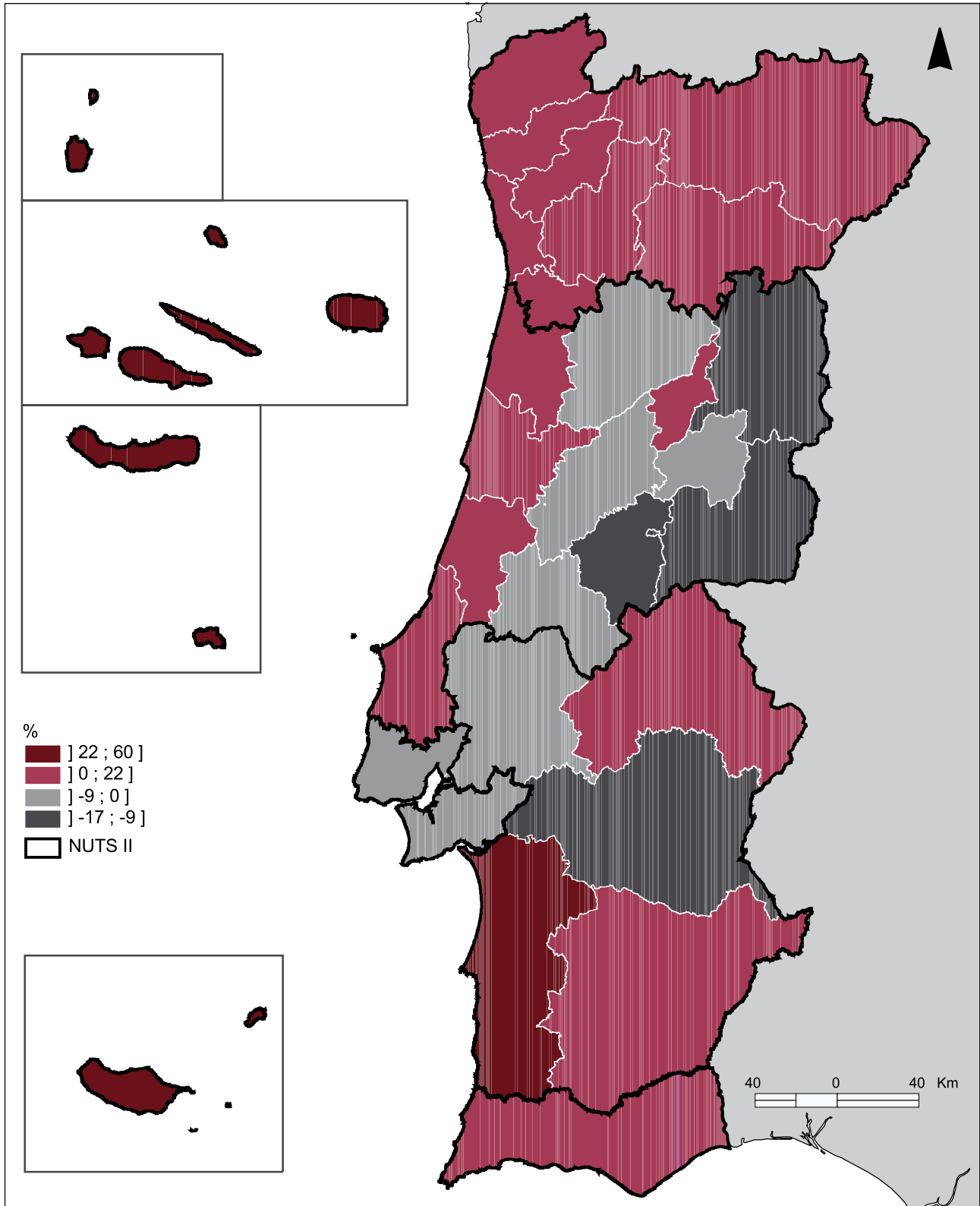
FIGURA 8.3 PROPORÇÃO DAS EXPEDIÇÕES (INTRA-COMUNITÁRIAS) NAS SAÍDAS, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



Para Portugal este aumento das expedições derivou, sobretudo, do aumento do número de empresas a efectuarem expedições (+4%) que, inclusivamente, compensou a ligeira redução do valor médio das expedições por empresa (-1%). Contudo, esta realidade nacional foi determinada, no essencial, pelo comportamento similar do Norte (+6% e -4%, respectivamente). Nas restantes regiões do Continente foram os crescimentos dos valores médios de expedição por empresa que mais contribuíram para o aumento do valor global das expedições.

Entre 2001 e 2002, o número de empresas a efectuarem expedições decresceu nas duas sub-regiões de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal), bem como no Alentejo Central, Lezíria do Tejo e nas sub-regiões do Centro Interior (com a excepção da Serra da Estrela) [Figura 8.4]. Destaque para a sub-região do Alentejo Central que, associada a esta quebra do número de empresas a efectuarem expedições, registou igualmente uma redução do valor médio das expedições por empresa, o que se traduziu num dos maiores decréscimos do valor global das expedições (-14%).

FIGURA 8.4 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS A EFECTUAREM EXPEDIÇÕES, POR NUTS III, 2001-02



Ao nível nacional, as importações provenientes de países extra-comunitários diminuíram 15% entre 2001 e 2002, continuando, em 2002, a representar menos de um quarto do total de entradas, enquanto as exportações para países extra-comunitários não sofreram alterações relevantes neste período. Em termos regionais, este comportamento das importações apenas não se verificou no Alentejo, Madeira e Açores, onde estas aumentaram 19%, 17% e 8%, respectivamente.

FORTE CONCENTRAÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS NUM NÚMERO RESTRITO DE PAÍSES

Em 2002, o comércio internacional de Portugal continuava a caracterizar-se por uma forte concentração, quer ao nível dos países de origem das entradas, quer dos países de destino das saídas, com apenas 4 países a representarem, em ambos os fluxos, mais de metade do comércio internacional em todas as regiões, ultrapassando, inclusivamente, em algumas regiões o limiar de dois terços.

Em termos nacionais, Espanha, Alemanha e França surgiam como os três principais parceiros comerciais, em ambos os fluxos, e na quarta posição encontrava-se o Reino Unido, ao nível das saídas, e a Itália, nas entradas. Enquanto as três regiões com maior importância no comércio internacional de Portugal - Norte, Centro e Lisboa - apresentavam estes mesmos países como os principais mercados, nas restantes regiões surgiam como determinantes outros destinos/origens que importa realçar: Polónia com 7% das entradas no Alentejo; Países Baixos, Dinamarca e Japão, com, respectivamente, 10%, 8% e 6% das saídas de empresas sediadas no Algarve; Estados Unidos da América, Canadá e Angola, com um papel de relevo nas saídas provenientes dos Açores, com os Estados Unidos da América a terem nesta região também um peso importante ao nível das entradas; Angola e Cabo Verde como destinos importantes das saídas com origem na Madeira, bem como a Turquia como origem relevante das entradas nessa mesma região. Este panorama dos principais parceiros comerciais não sofreu alterações significativas face a 2001 [Quadro 8.i e Quadro 8.ii].

QUADRO 8.i SAÍDAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
Portugal	ES	21	DE	18	FR	13	UK	11	63
Norte	ES	19	DE	19	FR	15	UK	10	64
Centro	ES	23	FR	18	DE	12	UK	11	64
Lisboa	DE	21	ES	20	UK	10	FR	9	61
Alentejo	ES	22	DE	18	UK	12	FR	8	60
Algarve	ES	47	NL	10	DK	8	JP	6	70
Açores	US	34	CA	18	ES	16	AO	8	76
Madeira	AO	31	ES	11	CV	9	FR	9	59

Legenda: AO - Angola
 CA - Canadá
 CV - Cabo Verde
 DE - Alemanha
 DK - Dinamarca
 ES - Espanha
 FR - França
 UK - Reino Unido
 JP - Japão
 NL - Países Baixos
 US - Estados Unidos da América

QUADRO 8.II ENTRADAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002

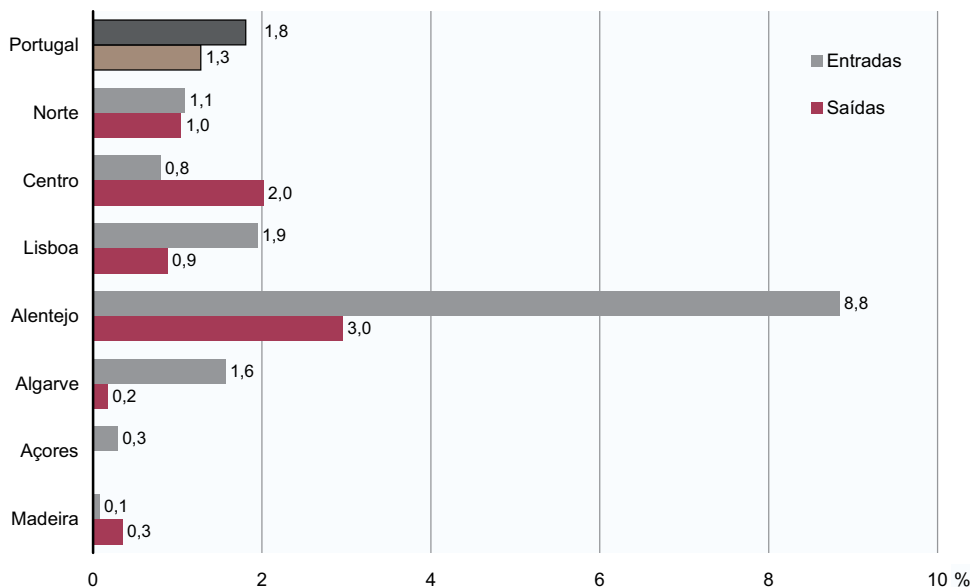
NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
Portugal	ES	29	DE	15	FR	10	IT	7	61
Norte	ES	28	DE	21	IT	10	FR	8	67
Centro	ES	35	FR	13	DE	10	IT	9	67
Lisboa	ES	28	DE	14	FR	11	UK	6	58
Alentejo	ES	39	DE	16	PL	7	FR	6	69
Algarve	ES	48	DE	11	FR	9	IT	7	74
Açores	NL	22	US	21	FR	20	ES	19	82
Madeira	ES	20	TR	15	FR	12	IT	8	54

Legenda: DE - Alemanha
 ES - Espanha
 FR - França
 UK - Reino Unido
 IT - Itália
 NL - Países Baixos
 PL - Polónia
 TR - Turquia

FLUXOS COMERCIAIS AINDA POUCO SIGNIFICATIVOS COM OS PAÍSES DO ALARGAMENTO, APESAR DO AUMENTO

Apesar do aumento dos fluxos comerciais com os países do alargamento da UE (+8% nas saídas e +15% nas entradas) de 2001 para 2002, estes fluxos continuavam, em 2002, a deter um peso insignificante no comércio internacional das diversas regiões portuguesas [Figura 8.5]. De entre os 10 países do alargamento, apenas com 3 se registaram fluxos (entradas ou saídas) superiores a 1% do total do respectivo fluxo da região: Polónia, com 1% das saídas do Centro e 7,3% das entradas no Alentejo; República Checa, com 1,4% das entradas do Algarve e 1,2% das entradas do Alentejo; Hungria, com 1,4% das saídas do Alentejo.

FIGURA 8.5 PROPORÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS COM OS 10 PAÍSES DO ALARGAMENTO DA UE NO TOTAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, PORTUGAL E NUTS II, 2002

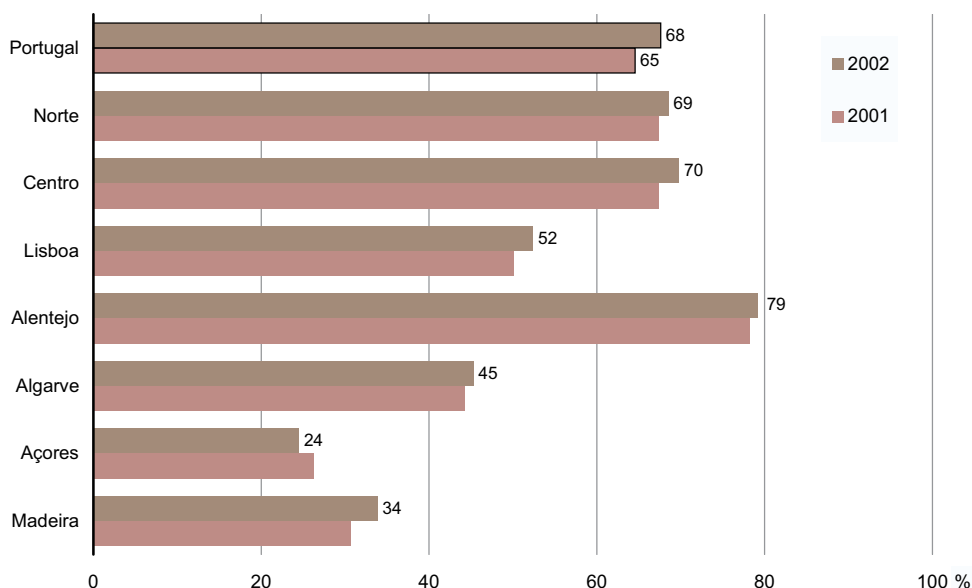


CRESCIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTRA-RAMO GENERALIZADO A TODAS AS REGIÕES

De 2001 para 2002, a importância do comércio intra-ramo, avaliada pelo índice de Grubel-Lloyd (IGL)²⁰, cresceu em todas as regiões, com excepção dos Açores. Em 2002, o comércio intra-ramo (no seio da mesma secção da nomenclatura combinada do comércio internacional) representava mais de dois terços do total do comércio internacional dos operadores localizados no Norte, Centro e Alentejo [Figura 8.6].

O comércio intra-ramo revelou-se, a nível nacional, mais significativo nas seguintes secções: *pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas e papel ou cartão; material de transporte e armas e munições* (todas com valores no IGL próximos de 90%).

FIGURA 8.6 IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTRA-RAMO (ÍNDICE DE GRUBEL-LLOYD), PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



Para todas as regiões, cerca de metade do total de fluxos comerciais com o estrangeiro estava concentrado em apenas 3 das 21 secções em análise. As regiões Centro, Algarve e Madeira foram as que registaram menor grau de concentração a este nível, com o peso das três principais secções a situarem-se abaixo dos 50%.

Ao nível nacional, as 3 principais secções foram *máquinas e aparelhos e material eléctrico* (secção XVI), *material de transporte* (XVII) e *matérias têxteis e suas obras* (XI). Para além destas três secções, que assumiam um papel de relevo em todas as regiões do Continente com excepção do Algarve,

²⁰ Este índice permite avaliar em que medida as entradas e saídas de uma dada unidade territorial respeitam a produtos da mesma secção da nomenclatura combinada do comércio internacional (comércio intra-ramo). Quando este índice é igual a 100, todo o comércio dos produtos dessa unidade territorial é intra-ramo e quando é igual a 0, todo o comércio é inter-ramo. O índice é calculado da seguinte forma:

$$\text{Índice Grubel-Lloyd (secção } i) = [1 - (|X_i - M_i| / (X_i + M_i))] * 100$$

$$\text{Índice Grubel-Lloyd (total)} = [1 - ((\sum |X_i - M_i|) / \sum (X_i + M_i))] * 100$$

em que i refere-se à secção da nomenclatura combinada, X representa as saídas e M as entradas.

destacavam-se a nível regional outras secções com especial importância: os produtos do *calçado* (XII) no Norte; os *metais comuns e suas obras* (XV) no Centro; os *produtos minerais* (V) em Lisboa; os *plásticos e suas obras, borracha e suas obras* (VII) no Alentejo; os *produtos do reino vegetal* (II) e os *animais vivos e produtos do reino animal* (I) no Algarve; os *produtos minerais* (V), os *produtos do reino vegetal* (II) e os *produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco* (IV) nos Açores; os *animais vivos e produtos do reino animal* (I), os *produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco* (IV) e os *metais comuns e suas obras* (XV) na Madeira [Quadro 8.iii].

**QUADRO 8.III PRINCIPAIS SECÇÕES NO TOTAL DOS FLUXOS COMERCIAIS (ENTRADAS + SAÍDAS),
PORTUGAL E NUTS II, 2002**

NUTS II	3 principais secções			% dos fluxos comerciais
	1	2	3	
Portugal	XVI	XVII	XI	47
Norte	XI	XVI	XII	53
Centro	XVI	XVII	XV	41
Lisboa	XVII	XVI	V	56
Alentejo	XVII	XVI	VII	53
Algarve	II	I	XVII	40
Açores	V	II	IV	64
Madeira	I	IV	XV	48

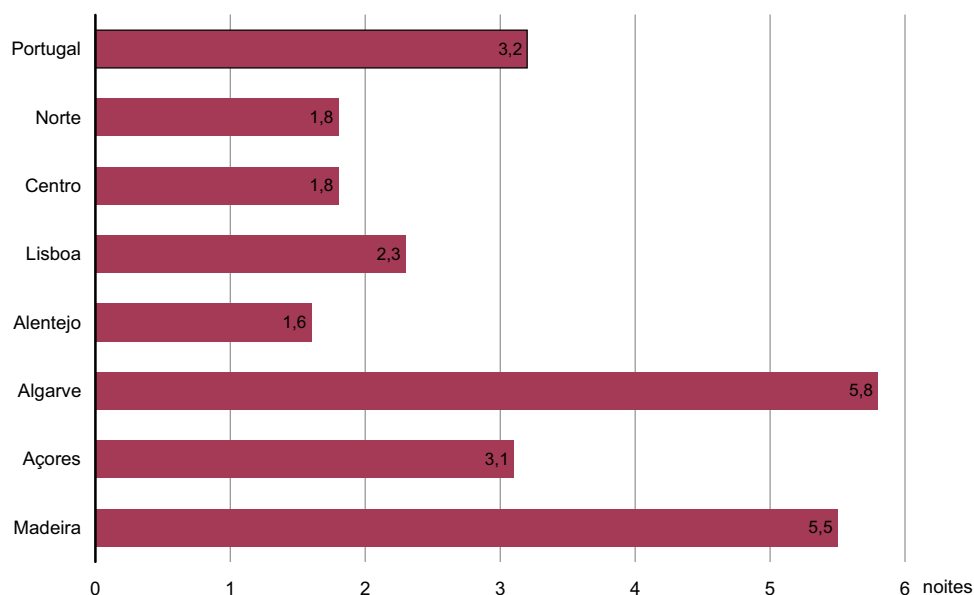
09 | TURISMO

QUEBRA NA PROCURA: MENOS HÓSPEDES E MENORES ESTADAS MÉDIAS . . .

Com exceção do Alentejo e Açores, todas as restantes regiões viram o número de hóspedes diminuir face ao ano anterior. No caso dos Açores, a evolução positiva (5%) deve-se essencialmente aos hóspedes portugueses, espanhóis e franceses, enquanto no Alentejo apenas os hóspedes alemães sofreram uma redução, o que face aos aumentos verificados nas restantes nacionalidades conduziu a um acréscimo de 1,6% de visitantes hospedados.

A redução de 4,5% nos hóspedes verificada a nível nacional foi maior no Centro (-6,1%) e menor no Algarve (-3,3%). As nacionalidades alemã e norte-americana (EUA) foram as que registaram maiores reduções, com menos 11,6% e 11%, respectivamente. Pelo contrário, os hóspedes franceses e espanhóis aumentaram, tendo-se verificado no primeiro caso uma subida de 6,2% e no segundo um ligeiro acréscimo de 0,5%.

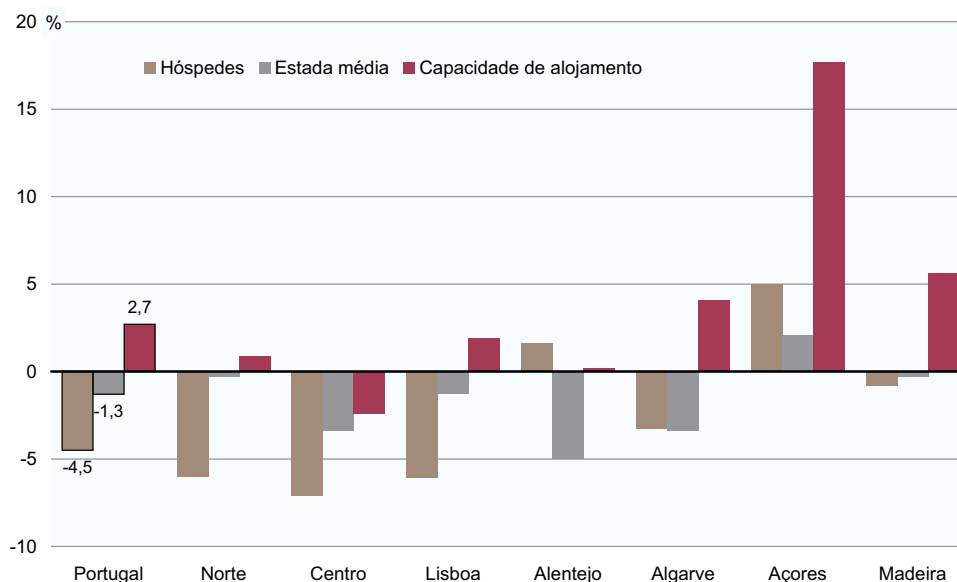
A estada média nos estabelecimentos hoteleiros foi, em 2002, de 3,2 noites a nível nacional, no entanto as regiões do Algarve e Madeira registaram valores muito superiores, que são explicados pelo facto dos hóspedes destas regiões serem atraídos por um turismo de verão que implica uma maior duração, em contraste com as restantes regiões onde predomina um turismo de visita e que produz estadas médias mais reduzidas [Figura 9.1].

FIGURA 9.1 ESTADA MÉDIA NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2002

A redução do número de hóspedes é acompanhada por igual tendência da estada média, o que significa que os estabelecimentos hoteleiros não só receberam menos hóspedes em 2002, como estes ficaram em média um menor número de noites. Não fazem parte deste cenário as regiões do Alentejo e dos

Açores, a primeira com mais hóspedes que no ano anterior, mas com estes a registarem permanências mais curtas, a segunda com subidas em ambos os indicadores com especial destaque para o número de visitantes que subiu 5% [Figura 9.2].

FIGURA 9.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HÓSPEDES, DA ESTADA MÉDIA E DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2001-02



... AUMENTO DA CAPACIDADE HOTELEIRA ...

Ao contrário da redução da procura que estes indicadores retratam, a capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros cresceu a nível nacional com todas as regiões, à excepção do Centro, a apresentarem um cenário de aumento da oferta, que se traduz na subida de 2,7% a nível nacional da capacidade de alojamento.

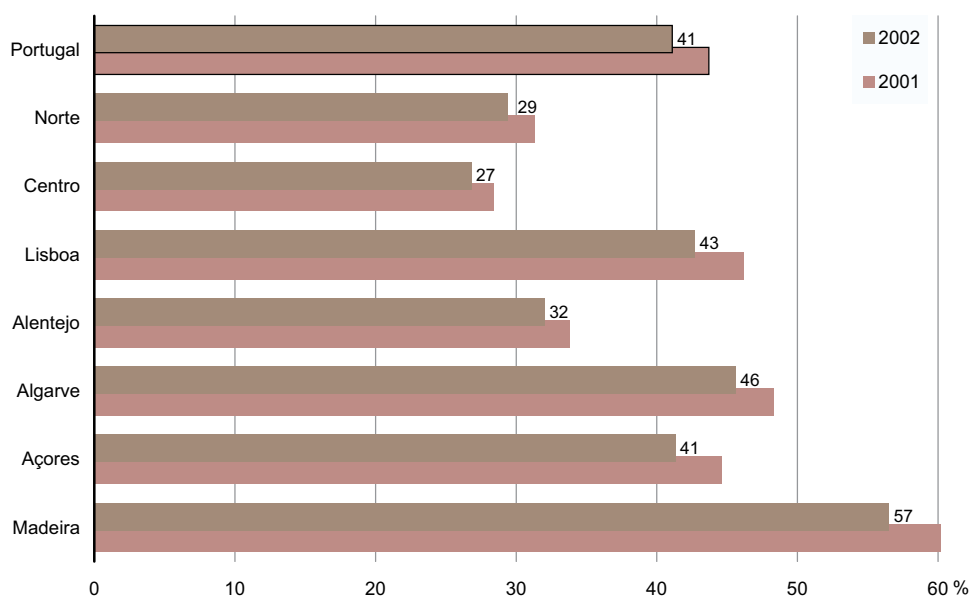
De notar que, de entre os diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros, apenas as *pensões* (com menos 2,7% na sua capacidade de alojamento) não contribuíram para este aumento da oferta. Os *hotéis* (2,7%) foram os estabelecimentos em que a capacidade de alojamento menos subiu e os *apartamentos turísticos* (6,9%) os que registaram a maior subida. Para os *hotéis-apartamentos*; *aldeamentos turísticos* e *móteis, estalagens e pousadas* estes aumentos foram de 3%, 3,3% e 3,7%, respectivamente. Por último de referir que, o Centro, o Norte e o Alentejo foram as regiões que viram reduzir a sua capacidade de alojamento no conjunto dos diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros.

... E REDUÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO-CAMA

O menor número de visitantes hospedados e a permanência mais curta destes, por um lado, e o aumento de camas disponíveis, por outro, conduz à evolução negativa da taxa de ocupação-cama que a nível nacional foi de 41% em 2002 contra os 44% verificados no ano anterior, uma redução de cerca de

3 pontos percentuais que na Madeira se situou nos 4,1 e foi mais moderada no Alentejo e Norte onde não chegou aos 2 [Figura 9.3].

FIGURA 9.3 TAXAS DE OCUPAÇÃO-CAMA, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



PORTUGUESES E BRITÂNICOS MANTIVERAM-SE COMO OS PRINCIPAIS CLIENTES DA HOTELARIA

Em 2002, pernoitaram nos estabelecimentos hoteleiros do país cerca de 10,5 milhões de hóspedes dos quais cerca de metade eram de nacionalidade portuguesa. Os restantes países da União Europeia (UE 15) constituíram o segundo grande grupo de origem de hóspedes com 43,7%, o que somado aos nacionais perfaz 89,7% do total. Entre estes destacavam-se o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha como os países de origem do maior número de hóspedes 11,7%, 8,2% e 7,5%, respectivamente, registados durante este período, a França com 4,3%, os Países Baixos e a Itália com 3,1% completavam o grupo de países da UE 15 de onde partiam o maior número de visitantes estrangeiros ao território nacional.

Os hóspedes nacionais foram responsáveis por 31% das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros durante o ano de 2002. Britânicos (22%), alemães (12%) e espanhóis (6%) perfaziam 71% do total de dormidas a nível nacional. No Algarve e Madeira o principal mercado era constituído por visitantes oriundos do Reino Unido com 36% e 29%, respectivamente [Quadro 9.i].

QUADRO 9.1 DORMIDAS SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
Portugal	PT	31	UK	22	DE	12	ES	6	71
Norte	PT	60	ES	11	UK	5	FR	4	80
Centro	PT	65	ES	9	FR	6	IT	4	84
Lisboa	PT	29	ES	15	DE	7	UK	8	59
Alentejo	PT	74	ES	5	DE	4	FR	3	85
Algarve	UK	36	PT	20	DE	15	NL	9	80
Açores	PT	57	DE	4	US	3	FR	2	66
Madeira	UK	29	DE	23	PT	14	FR	5	71

Legenda: PT - Portugal
 DE - Alemanha
 ES - Espanha
 US - Estados Unidos da América
 FR - França
 IT - Itália
 NL - Países Baixos
 UK - Reino Unido

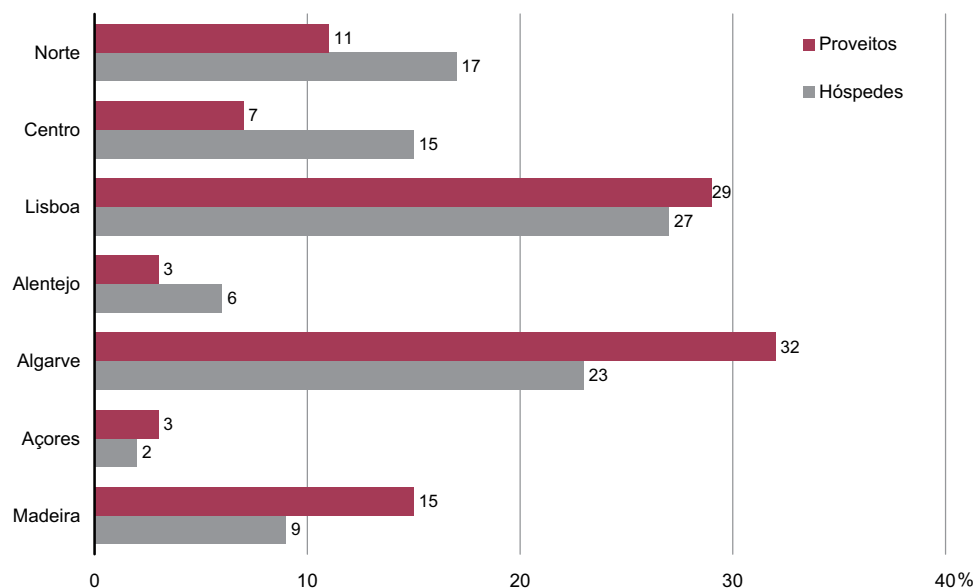
Estes valores são praticamente idênticos aos registados em 2001, indicando a estabilidade dos principais mercados. Os britânicos continuam como principais clientes no Algarve e na Madeira, no primeiro caso mantendo o mesmo peso nas dormidas e no segundo aumentando a sua importância em cerca de um ponto percentual. Por seu lado, os hóspedes nacionais reforçaram a sua presença enquanto principal mercado nas regiões Norte e Lisboa e reduziram o seu peso no Centro e na Madeira. Espanhóis e alemães continuaram, também, a constituir um não despreciando mercado.

LISBOA, ALGARVE E MADEIRA COM 59% DOS HÓSPEDES E 76% DOS PROVEITOS DE APOSENTO

Lisboa foi a região do país por onde pernoitaram o maior número de hóspedes (27%) e os Açores a região que apenas hospedou 2% [Figura 9.4].

Os proveitos de aposento foram de quase 100 milhões de euros a nível nacional, o que dá um valor médio de 94,4 euros por hóspede. Em Lisboa, Algarve e Madeira, o peso das receitas ultrapassou o peso dos hóspedes o que indica que estas regiões, não só receberam mais hóspedes, como estes permaneceram maiores períodos de tempo ou frequentaram estabelecimentos hoteleiros mais caros. A Madeira com menos hóspedes que as regiões do Norte e Centro conseguia, todavia, gerar mais receitas.

FIGURA 9.4 DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE HÓSPEDES E PROVEITOS DE APOSENTO, POR NUTS II, 2002



Analisando a distribuição dos hóspedes das diferentes nacionalidades, pode concluir-se que os hóspedes nacionais se repartiram, essencialmente, pelas regiões do Norte (24%), Lisboa (22%), Centro (22%) e Algarve (16%). O Algarve teve a preferência de britânicos (59,2%) e alemães (37,6%), sendo que uma percentagem considerável de visitantes destes países também se hospedou na Madeira (19,2% e 22,8%, respectivamente). Lisboa surgia como a região de destino preferencial para os visitantes espanhóis (43,8%), franceses (38%), italianos (47%) e norte-americanos (56%).

Ao nível concelhio, surgiam os concelhos de Albufeira e Porto Santo em que o número de visitantes hospedados foi 10 vezes superior ao valor da população residente. Nos concelhos do Litoral algarvio, apenas em Olhão o número de hóspedes não ultrapassou a população residente. No Algarve, destacavam-se, ainda: os concelhos de Vila Real de Santo António, em que o total de hóspedes foi mais de seis vezes a população residente; Loulé, sete vezes; Portimão, Vila do Bispo e Lagoa com o número de hóspedes a ultrapassar em cerca de nove vezes o total de habitantes. Castelo de Vide, no Alentejo, detinha um valor neste indicador (8,6) muito idêntico ao verificado nos concelhos algarvios. De referir ainda que Marvão e Crato, concelhos contíguos a Castelo de Vide, destacavam-se igualmente constituindo um pólo mais alargado de atracção turística. Concelhos do Interior como Almeida, Idanha-a-Nova, Miranda do Douro e Elvas reflectiam a sua posição de ponto de passagem para o exterior do território nacional ao destacarem-se dos restantes concelhos fronteiriços do Interior [Figura 9.5].

10 | EMPRESAS

QUEBRA NA CONSTITUIÇÃO DE NOVAS SOCIEDADES

Durante o ano de 2003 foram constituídas cerca de 25 mil novas sociedades no país, número bastante inferior às cerca de 34 mil registadas em 2002 pelo Ministério da Justiça. Esta diminuição atingiu fortemente todas as regiões, com especial incidência no Norte e no Centro (-32% e -31%, respectivamente). A desaceleração do espírito empreendedor no que diz respeito à criação de novas sociedades, foi mais sentida nos sectores da *construção* e da *indústria transformadora e extractiva*, mas também nos *transportes e comunicações*. No caso da *construção*, as sociedades constituídas diminuíram mesmo para cerca de metade em todas as regiões, excepto nos Açores onde a quebra não ultrapassou os 15%.

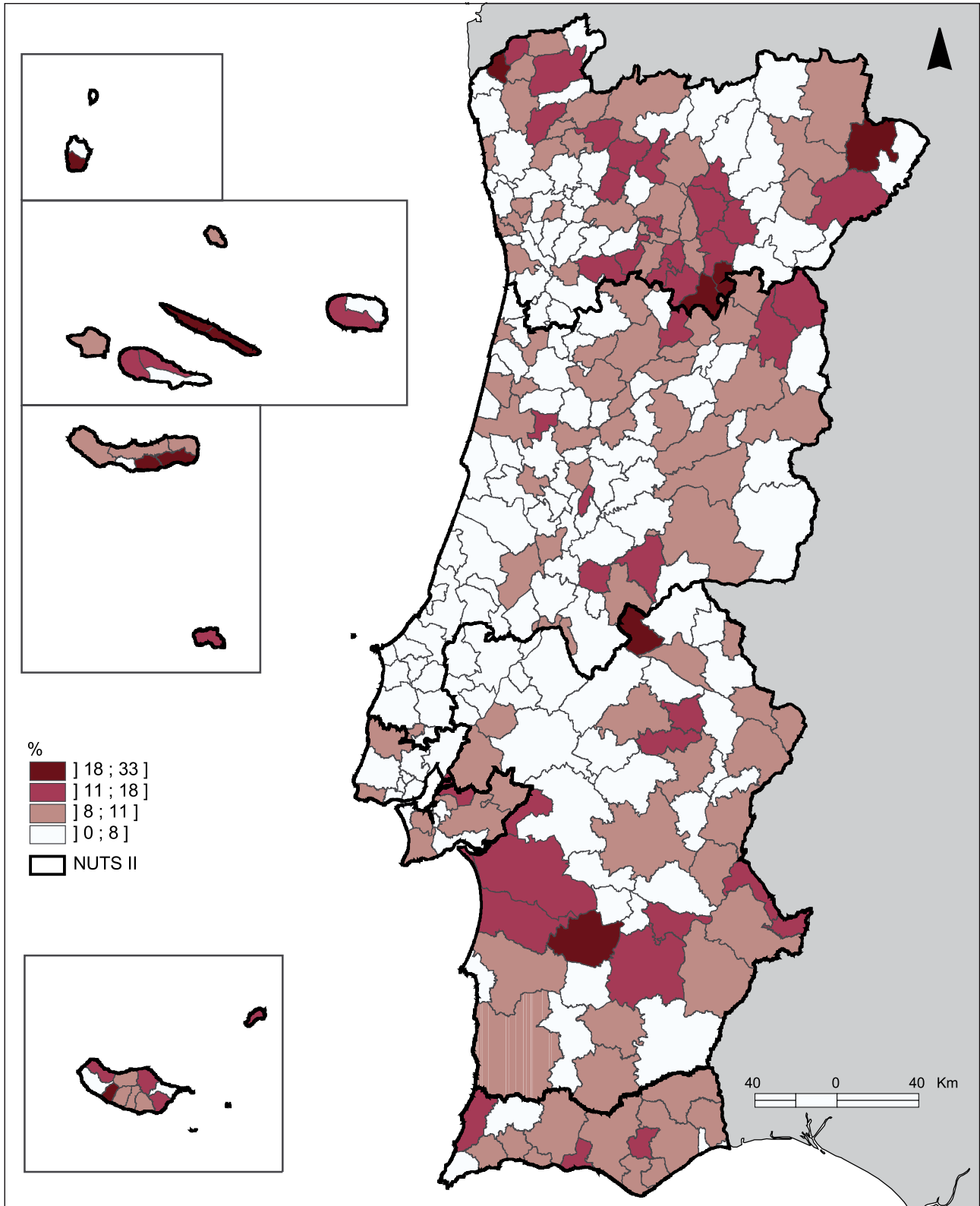
No Norte e em Lisboa foram registadas cerca de dois terços das novas sociedades em 2003, com uma distribuição semelhante entre estas duas regiões, sendo que só a sub-região da Grande Lisboa concentrava um quarto das novas sociedades do país. O Centro abarcava 19% das novas unidades, estando as restantes distribuídas pelo Alentejo, Algarve e Madeira, com 6%, 5% e 3%, respectivamente. Nos Açores foi registado o menor número de novas sociedades, correspondendo a apenas 1% do total.

Em termos sectoriais, a maior parte das novas sociedades pertencia ao ramo do *comércio* (quase um terço do total), facto que abrangeu todas as regiões excepto Lisboa, o Algarve e a Madeira, onde o número de novas unidades no ramo das *actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas* ultrapassou o do *comércio*.

É possível avaliar a importância regional da constituição de novas sociedades através da comparação com o número de unidades já existentes, dando origem à taxa de constituição de sociedades. Este indicador é construído através do rácio entre o número de sociedades constituídas em 2003 e o total de sociedades existentes em 31 de Dezembro de 2002. Os resultados obtidos mostram que esta taxa não ultrapassou os 8% em termos nacionais, sendo que as únicas regiões a ficar aquém deste valor foram Lisboa e o Centro. Por outro lado, à medida que se analisam as regiões com menor actividade empresarial, verifica-se que a relevância das novas unidades vai aumentando: Alentejo (9%), Algarve (10%), Madeira (10%) e Açores (11%).

Também em termos concelhios esta tendência é notória, com as mais baixas taxas de constituição de sociedades a dominarem os concelhos mais próximos do Litoral (particularmente no Centro e Norte), a Região de Lisboa e o Norte do Alentejo. Os concelhos onde a constituição de novas sociedades teve mais peso na densidade empresarial existente estavam dispersos pelo Interior e regiões insulares do país, devendo salientar-se os municípios de Lajes das Flores, Povoação e Vila Franca do Campo nos Açores, Penedono e Vimioso no Norte, Ferreira do Alentejo e Gavião no Alentejo e, finalmente, o concelho de Ponta do Sol na Madeira [Figura 10.1].

FIGURA 10.1 TAXA DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES, POR CONCELHO, 2003



FRACA PRESENÇA DE INDÚSTRIAS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA

A indústria transformadora do país era responsável por quase um terço do pessoal ao serviço nas sociedades cobertas pelo Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), em 31 de Dezembro de 2001. Nas regiões Norte e Centro esta actividade assumia uma importância ainda mais notória, ocupando, respectivamente, 48% e 43% dos indivíduos empregados.

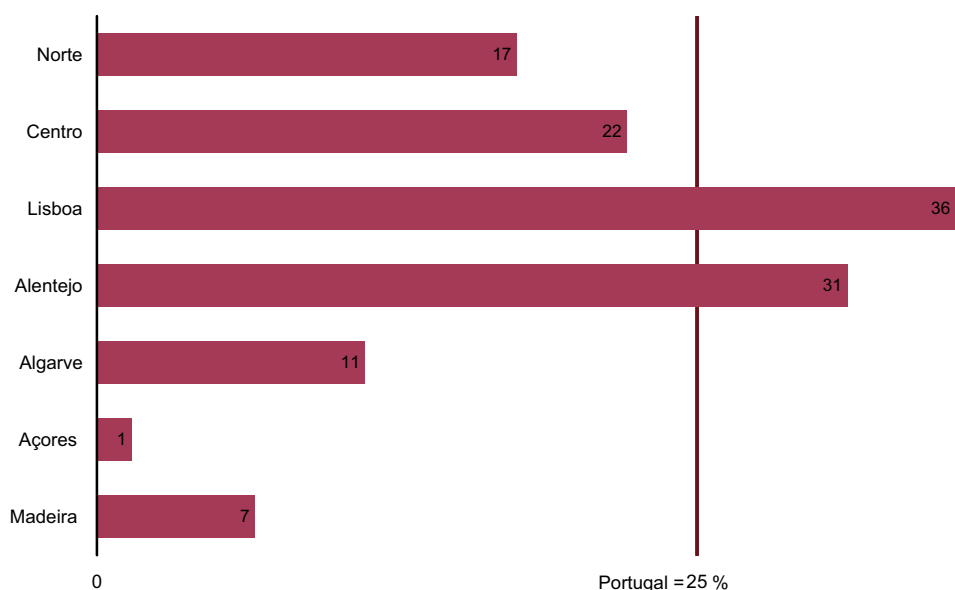
O tecido industrial das regiões portuguesas apresenta padrões de especialização diferenciados, nomeadamente no que diz respeito à intensidade tecnológica subjacente a cada uma das actividades e, portanto, dos produtos daí resultantes. A OCDE²¹ propõe uma agregação das diferentes indústrias transformadoras de acordo com a intensidade de Investigação e Desenvolvimento (I&D) patente no valor final da produção, classificando-as em baixa, média e alta tecnologia. A informação do Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH) para sociedades e empresários, indica que, em Portugal, em 2002, apenas cerca de um quarto do VAB gerado na indústria transformadora dizia respeito a actividades de média e alta tecnologia²², quando a média europeia, em 2001, atingia os 45%²³. Em termos regionais, este valor era ultrapassado apenas por Lisboa e pelo Alentejo, onde a *fabricação de produtos químicos* e a *fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques*, tinham, respectivamente, um peso decisivo no VAB de cada uma destas regiões. Apesar de o Norte e o Centro serem as NUTS II onde a indústria transformadora tinha maior peso, não só em termos de VAB, mas também de emprego, as indústrias de média e alta tecnologia geravam, nestas regiões valores de VAB que não chegavam a atingir um quarto do total criado nas respectivas indústrias transformadoras, mostrando que a utilização de I&D ainda estava longe de assumir um papel primordial nestas economias regionais. Nas restantes regiões (Algarve e Regiões Autónomas), as indústrias transformadoras ainda subsistiam com níveis de intensidade tecnológica bastante baixos [Figura 10.2].

²¹ OCDE (2001): Tableau de bord de l'OCDE de la science, de la technologie et de l'industrie, Paris.

²² São consideradas *Indústrias de média e alta tecnologia*, as actividades classificadas nas seguintes divisões da Classificação das Actividades Económicas (CAE-Rev.2): 24-Fabricação de produtos químicos; 29-Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; 30-Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; 31-Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; 32-Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; 33-Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; 34-Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; e 35-Fabricação de outro material de transporte.

²³ Fonte: Eurostat.

FIGURA 10.2 PROPORÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA NO VAB DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, POR NUTS II, 2002



PERFIS DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA: MÃO-DE-OBRA NO NORTE; DIFERENCIAÇÃO DO PRODUTO NO CENTRO, LISBOA E ALGARVE; RECURSOS NATURAIS NO ALENTEJO E ILHAS

Para além do tipo de utilização das tecnologias, é possível caracterizar a indústria transformadora das regiões através dos factores que determinam a competitividade dos diferentes mercados industriais. Neste sentido, o critério proposto pela OCDE²⁴ distingue cinco grupos de indústrias de acordo com o perfil de competitividade que apresentam: indústrias intensivas em recursos naturais, indústrias intensivas em mão-de-obra, indústrias com economias de escala elevadas, indústrias com grande capacidade para diferenciar os seus produtos e ainda indústrias intensivas em I&D. Através da comparação da estrutura regional do VAB, com a estrutura média apresentada pelas indústrias a nível nacional, de acordo com esta classificação, é possível estabelecer lógicas de especialização regionais em termos do critério que torna as suas indústrias relativamente mais competitivas.

Em Portugal as actividades da indústria transformadora que geravam uma maior proporção de VAB (35%), em 2002, apresentavam a diferenciação de produto como factor de competitividade primordial (é curioso notar que apenas cerca de 27% do VAB gerado pelas indústrias assentes na diferenciação do produto resultava de actividades de média e alta tecnologia). Em termos nacionais, destacavam-se, em seguida, as indústrias intensivas em mão-de-obra (todas elas com baixos níveis tecnológicos), responsáveis por 28% do VAB da indústria transformadora. A menor proporção de VAB do país (apenas 4%) pertencia às indústrias intensivas em I&D a que correspondem altos níveis tecnológicos.

Ao nível das NUTS II, há a salientar, nas Regiões Autónomas, a predominância de indústrias transformadoras baseadas na utilização de recursos naturais, destacando-se, pelo VAB gerado, sobretudo as *indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco*. Também no Alentejo, este era o factor

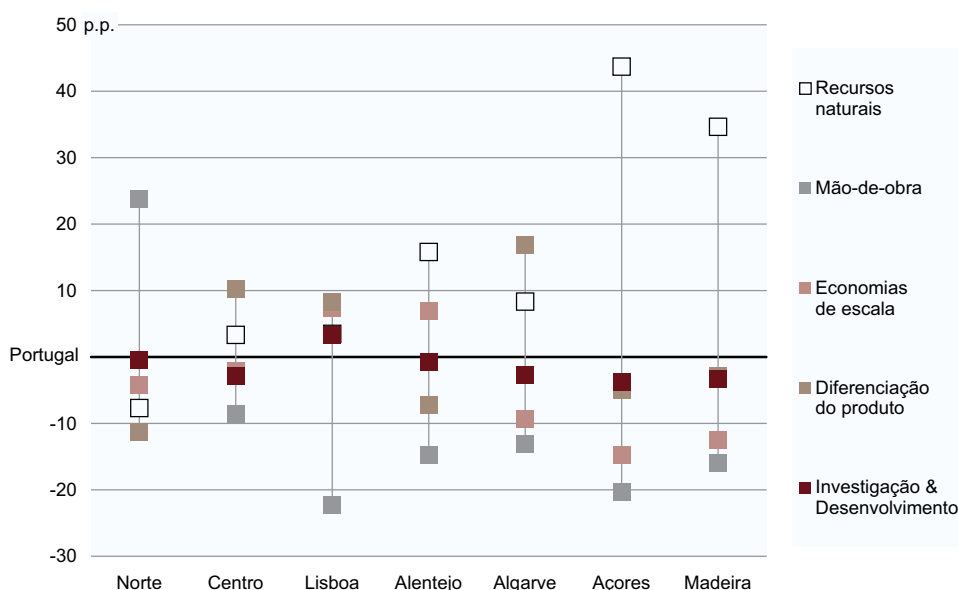
²⁴ Ver em anexo a nomenclatura adoptada.

competitivo com maiores diferenciais em relação à média nacional. As indústrias que se destacavam pela sua capacidade em diferenciar os produtos constituíam uma especialização das regiões Centro, Lisboa e Algarve. Em qualquer uma destas regiões, o elevado montante de VAB da *fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (correspondendo, *grasso modo*, às actividades ligadas ao vidro, cerâmicas e cimento) determinou a projecção deste factor de competitividade.

O Norte destacava-se por ser a única região especializada em indústrias com uso intensivo de mão-de-obra (com destaque para o elevado nível de VAB gerado pela indústria têxtil), apresentando uma proporção de VAB cerca de 24 p.p. acima da média nacional. Em todas as restantes regiões este era o factor competitivo com menor importância relativamente ao país.

O VAB das indústrias intensivas em I&D provinha sobretudo da Região de Lisboa o que implicou que nenhuma das restantes regiões tivesse apresentado especialização neste tipo de indústrias. O facto de se tratarem de valores bastante reduzidos em todas as regiões, originou pequenas diferenças em relação à média nacional [Figura 10.3].

FIGURA 10.3 PERFIS DE COMPETITIVIDADE (DIFERENCIAL DA ESTRUTURA DO VAB FACE AO PAÍS), POR NUTS II, 2002



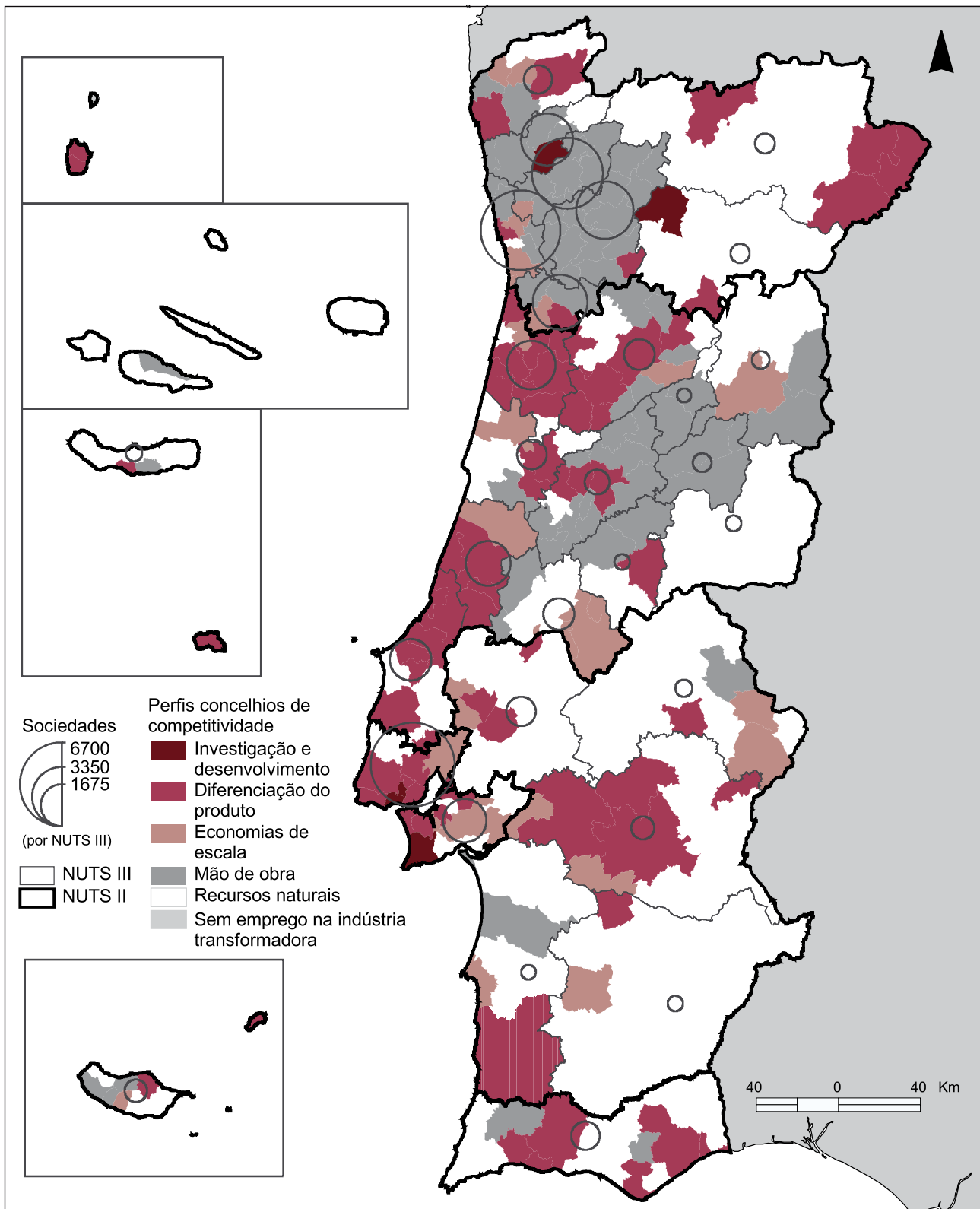
A partir da localização concelhia da sede das sociedades do FUE em 31.12.2001, é possível obter uma imagem dos perfis de competitividade do país, desta vez através da análise do número de pessoas ao serviço. A Figura 10.4 indica, para cada concelho, o factor de competitividade em que as sociedades mais se diferenciavam (e, portanto, são especializadas) relativamente à média do país. É possível verificar que, dentro de cada região, os perfis de competitividade podiam ser bastante heterogéneos, prevalecendo, no entanto, aqueles associados às áreas de maior densidade empresarial. É assim que, apesar de nos concelhos do Norte predominarem as especializações em indústrias intensivas em mão-de-obra e em utilização de recursos naturais, o factor competitivo que prevalecia em termos regionais era a utilização de mão-de-obra. De facto, se estes dois factores se distinguiam claramente em termos territoriais (a mão-de-obra nas sub-regiões do Ave, Cávado e Tâmega e os recursos naturais

no Interior transmontano e sub-região do Douro), era nos concelhos mais próximos do Litoral que predominavam as sociedades, particularmente da indústria têxtil. No Centro sobressaía a outra área do país caracterizada por um conjunto de concelhos contíguos especializados em indústrias intensivas em mão-de-obra (sub-regiões da Cova da Beira e parte significativa das sub-regiões da Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Norte).

As indústrias que se distinguem pela capacidade de diferenciar os seus produtos predominavam nos concelhos da Região de Lisboa (destacando-se as actividades de *edição e impressão*), mas também nas sub-regiões do Baixo Vouga e do Pinhal Litoral (Região Centro) onde estão localizadas, nomeadamente, as *indústrias de outros produtos minerais não metálicos* e as *indústrias metalúrgicas de base*.

Uma parte significativa do território português, nomeadamente o Interior, o Algarve e as Regiões Autónomas, diferenciava-se pela elevada proporção de empregados afectos às indústrias com utilização intensiva de recursos naturais. No entanto, este factor competitivo, tal como a existência de economias de escala, tinha apenas uma pequena importância a nível nacional. Nestas indústrias operavam, em qualquer dos casos, apenas 11% do total de sociedades no país.

Finalmente, destaque para a existência de apenas 5 concelhos portugueses que se distinguiam pela elevada proporção de pessoas a operarem em indústrias com utilização intensiva de I&D, quando comparada com os exíguos 2% (do total da indústria transformadora) a nível nacional. Estão neste caso os municípios de Vila Real e Braga na Região Norte, e Amadora, Oeiras e Sesimbra na Região de Lisboa, apresentando proporções em todos os casos acima dos 15%.

FIGURA 10.4 PERFIS DE COMPETITIVIDADE²⁵, POR CONCELHO, E NÚMERO DE SOCIEDADES, POR NUTS III, 31.12.2001

²⁵ Apresenta o factor competitivo com maior diferencial na proporção de número de pessoas ao serviço face à média nacional.

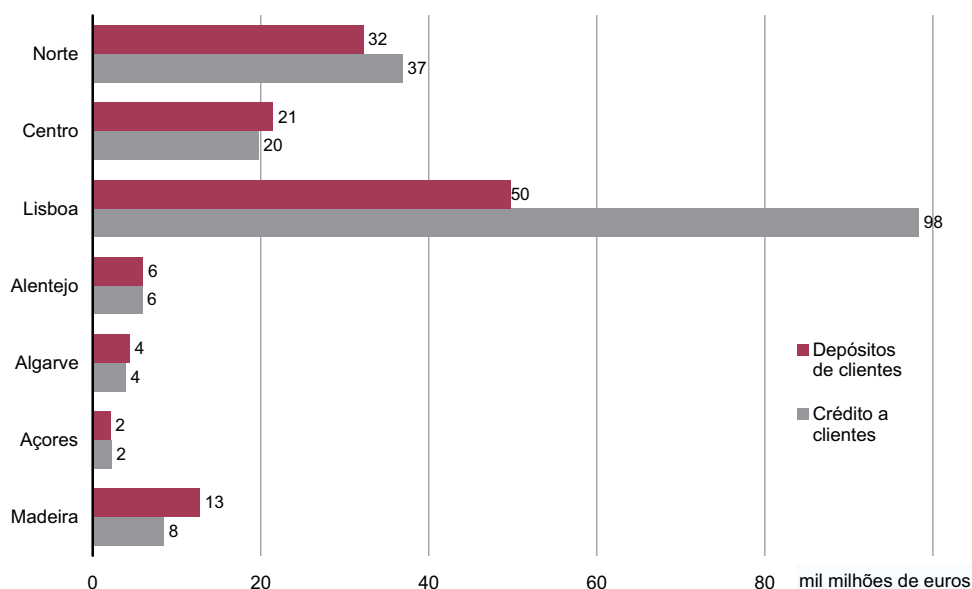
11 | MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ABSORVERAM MENOS DEPÓSITOS E CONCEDERAM MAIS CRÉDITOS

Em 2002, o montante de depósitos de clientes nos estabelecimentos de instituições bancárias do país diminuiu 0,6% face ao ano anterior, enquanto o saldo de crédito concedido a clientes cresceu 8%. No caso dos depósitos, a evolução negativa ficou a dever-se exclusivamente às regiões insulares que apresentaram decréscimos na ordem dos 20%. Já o crescimento do saldo do crédito concedido a clientes derivou de variações positivas que superaram os 15% em todas as regiões, com excepção de Lisboa (onde o aumento não ultrapassou os 2,2%) e da Madeira (onde se registou mesmo uma diminuição de 4,5%).

É assim que se atinge, em Portugal, no final de 2002, um saldo de depósitos de clientes na ordem dos 129 mil milhões de euros e um saldo dos créditos a clientes de 175 mil milhões de euros. Estes dois tipos de movimentos apresentavam situações heterogéneas nas diversas regiões já que apenas nos estabelecimentos de Lisboa, do Norte e dos Açores, os créditos a clientes superaram os depósitos. E se em Lisboa, o valor dos créditos correspondia praticamente ao dobro dos depósitos, no caso dos Açores foi a forte redução no valor dos seus depósitos que originou uma inversão relativamente a 2001, ano em que os depósitos superavam os créditos. Nas restantes regiões (Centro, Alentejo, Algarve e Madeira), as variações verificadas nos movimentos não impediram que os depósitos superassem o valor do crédito concedido a clientes [Figura 11.1].

FIGURA 11.1 SALDOS DE DEPÓSITOS E DE CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES, POR NUTS II, 2002



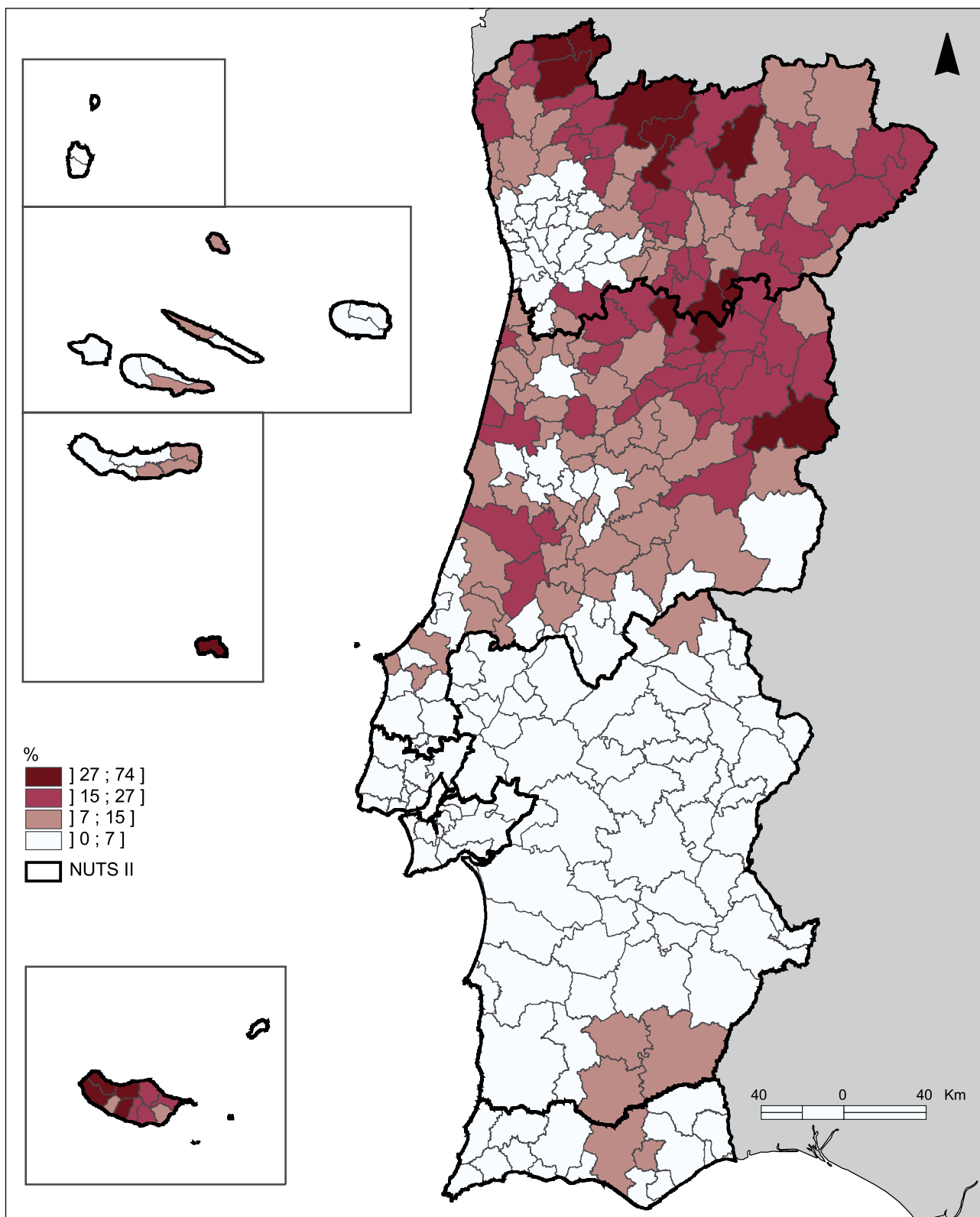
93% DOS DEPÓSITOS DE EMIGRANTES NO NORTE, CENTRO E MADEIRA

A distribuição regional dos depósitos apresentava uma acentuada assimetria. Assim, se no caso do total de depósitos a distribuição regional acompanhava tendencialmente a distribuição populacional (com a Região de Lisboa a arrecadar 39% do total de depósitos, seguida das regiões Norte e Centro), no caso dos depósitos de emigrantes, os estabelecimentos do Norte, Centro e Madeira concentravam 93% do valor depositado. Em 2002, os depósitos de emigrantes representavam apenas cerca de 7% dos depósitos totais, tendo a sua importância diminuído face ao ano anterior, em todas as regiões, excepto em Lisboa. De região para região, estes depósitos assumiam proporções bastante diferentes, com a maior percentagem a situar-se na Madeira, região em que a elevada proporção de depósitos de emigrantes (30% do total de depósitos) reflectia o seu estatuto de zona franca e o incentivo decorrente para os depósitos aí sediados. Mas nas regiões Norte e Centro estes depósitos assumiam também elevadas proporções, ultrapassando, em ambos os casos, um quarto do total de depósitos, o que reflecte a importância da população emigrante com origem nestas regiões.

A representação gráfica do peso dos depósitos de emigrantes no total de depósitos mostra que a maior importância dos depósitos de emigrantes surge, para além da Madeira, nos concelhos do Norte, com excepção da Área Metropolitana do Porto e sua área envolvente a leste, e do Centro, com as excepções de Coimbra e sua área envolvente e concelhos do Oeste. Este tipo de depósitos correspondia a mais de um terço do total de depósitos nos concelhos de: Arcos de Valdevez, Montalegre, Melgaço, e Boticas, no Norte; Sabugal, no Centro; Porto Moniz, na Madeira; e Vila do Porto, nos Açores (Santa Maria), este último também com estatuto de zona franca [Figura 11.2].

Por outro lado, é notória a pouca importância dos depósitos de emigrantes a Sul do rio Tejo, onde apenas detinham alguma representatividade nos concelhos de Loulé e S. Brás de Alportel, no Algarve, e Castro Verde, Almodôvar e Mértola, no Alentejo.

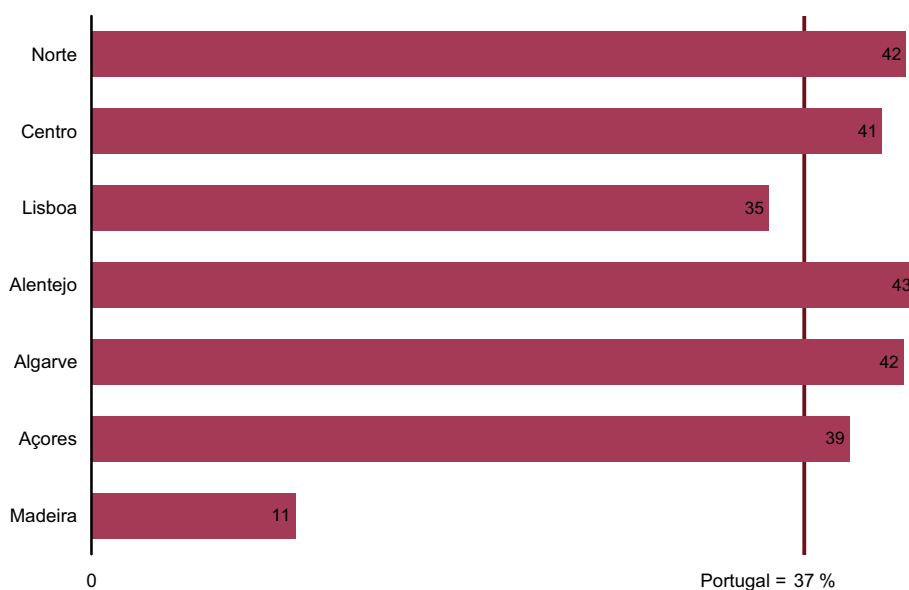
FIGURA 11.2 PROPORÇÃO DOS DEPÓSITOS DE EMIGRANTES NO TOTAL DE DEPÓSITOS, POR CONCELHO, 2002



PROPORÇÃO DO CRÉDITO DESTINADO À HABITAÇÃO NA MADEIRA MUITO ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL

Em 2002, o saldo do crédito à habitação atingiu 64 mil milhões de euros o que correspondia a cerca de 37% do saldo total de crédito concedido a clientes, proporção superior aos 35% verificados em 2001, facto que se deveu a um maior crescimento do crédito à habitação (13%) face ao restante crédito a clientes (8%). Este peso não variava significativamente entre as regiões, aproximando-se dos 40%, com excepção para Lisboa (35%) e para a Madeira, região em que o crédito à habitação apenas representava 11% do total de crédito. Nestas regiões, a elevada proporção do crédito não habitacional, deriva da maior relevância de outro tipo de crédito ao consumo, típico das principais aglomerações urbanas (caso de Lisboa), e da maior importância do crédito às empresas fruto, quer de uma maior concentração de sedes de empresas (Lisboa), quer dos incentivos inerentes aos mercados bancários localizados em zonas francas (Madeira) [Figura 11.3].

FIGURA 11.3 PROPORÇÃO DO SALDO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO NO TOTAL DE CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES, POR NUTS II, 2002



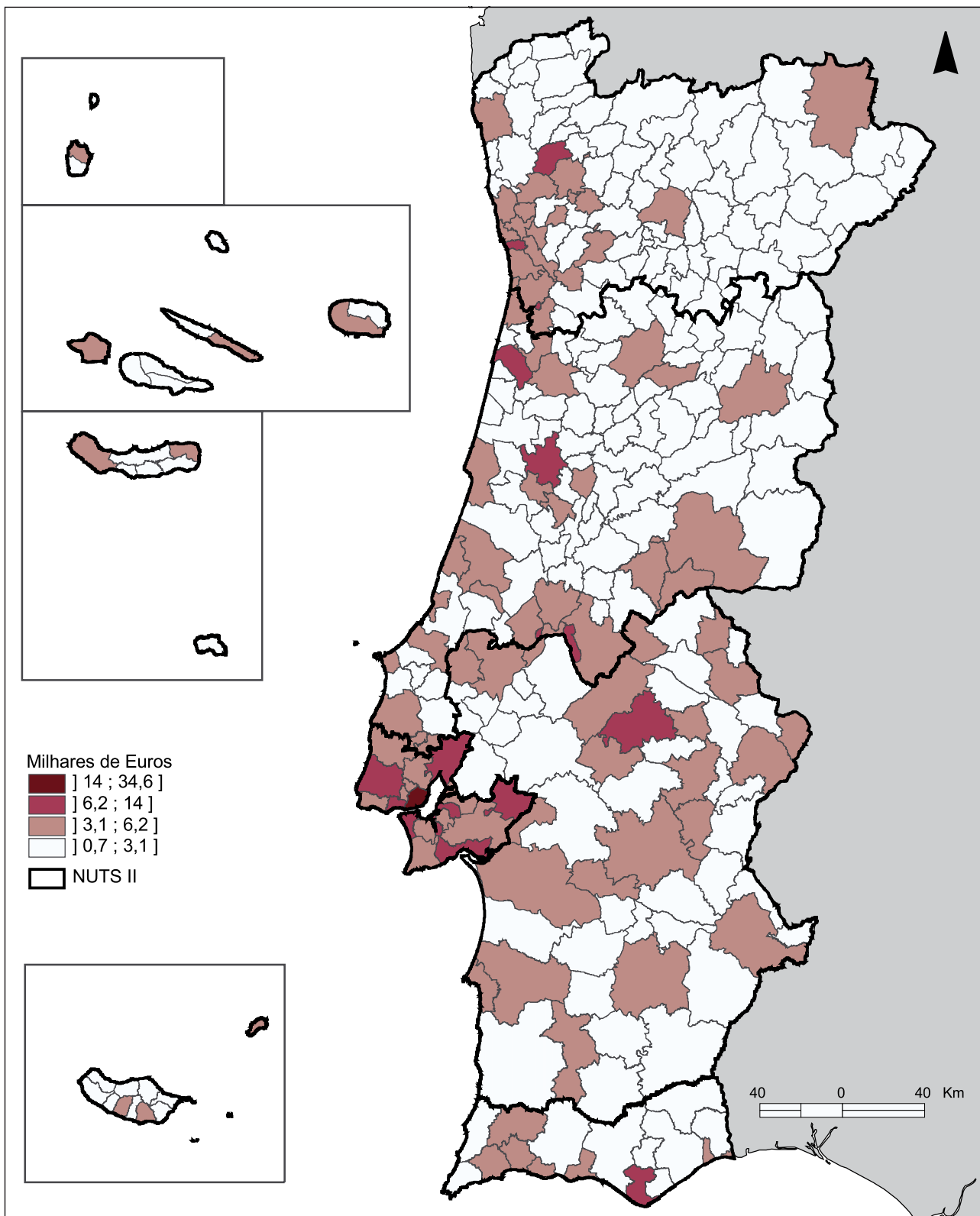
A concentração regional do saldo do crédito à habitação verificava-se, não só em termos absolutos (apenas na Região de Lisboa foi concedido 54% deste crédito), mas também quando comparado com a população residente. Assim, se em termos nacionais, o valor médio do saldo de crédito à habitação por habitante era de 6 mil euros, este valor atingiu mais do dobro na Região de Lisboa (13 mil euros), verificando-se que em todas as restantes regiões o valor se situou no intervalo entre os 3 e os 4 mil euros por habitante.

O mapa do saldo do crédito à habitação por habitante, evidencia que é nas regiões de Lisboa e Norte que surgem as manchas mais homogêneas de concelhos com valores mais elevados. No primeiro caso, todos os concelhos da região registavam valores *per capita* superiores a 3,1 milhares de euros, concentrando ainda, a Região de Lisboa, 8 dos 17 concelhos com valores acima da média (Oeiras, Barreiro, Setúbal, Montijo, Vila Franca de Xira, Almada, Sintra e Lisboa). No Norte, apesar de apenas

3 concelhos detêm valores superiores à média (Porto, Braga e S. João da Madeira), verifica-se uma mancha contínua no triângulo formado pelos concelhos Oliveira de Azeméis, Vila do Conde e Guimarães [Figura 11.4].

Nas restantes regiões surgem com valores superiores à média os concelhos de Coimbra, Aveiro, Entroncamento e Constância, no Centro; Avis, no Alentejo; e Faro, no Algarve. Por último, de referir a grande diferença observada entre o concelho de Lisboa e o resto do território nacional com este concelho a registar um valor do saldo do crédito à habitação *per capita* cinco vezes e meia superior ao valor nacional.

FIGURA 11.4 SALDO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO PER CAPITA, POR CONCELHO, 2002

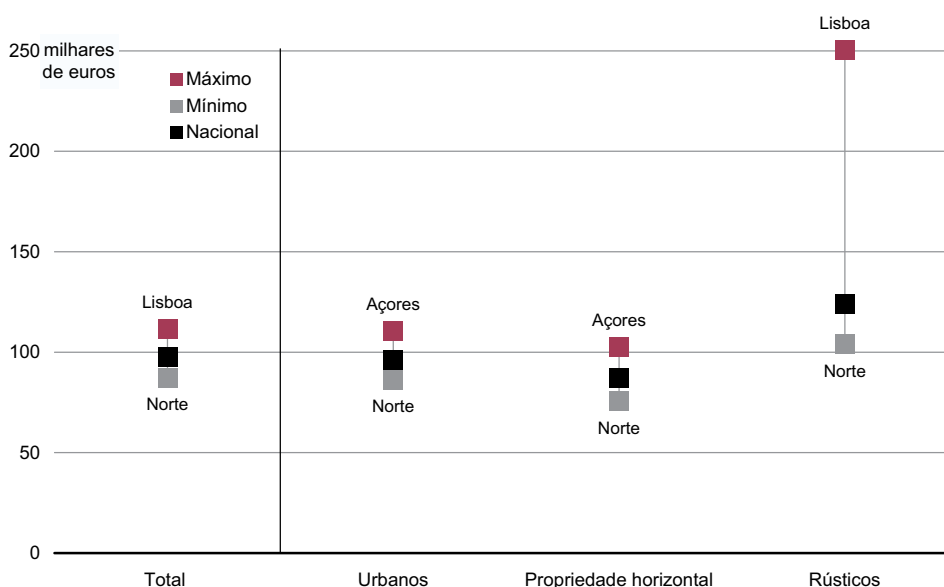


VALORES MÉDIOS NOS CONTRATOS HIPOTECÁRIOS MAIS ELEVADOS NOS PRÉDIOS URBANOS DOS AÇORES E NOS PRÉDIOS RÚSTICOS DE LISBOA

O valor dos prédios hipotecados, em 2002, ascendia a cerca de 24 milhões de euros, fruto de um acréscimo de 13% face ao ano anterior. A quase totalidade deste valor (95%) pertencia a hipotecas constituídas sobre prédios urbanos, que cresceram na mesma proporção do total. Das hipotecas sobre prédios urbanos, mais de metade (63%) correspondia a propriedade horizontal, tendo crescido 18% face a 2001. Os prédios rústicos representavam apenas 3% do total deste tipo de hipotecas e diminuíram 1% em relação ao ano anterior.

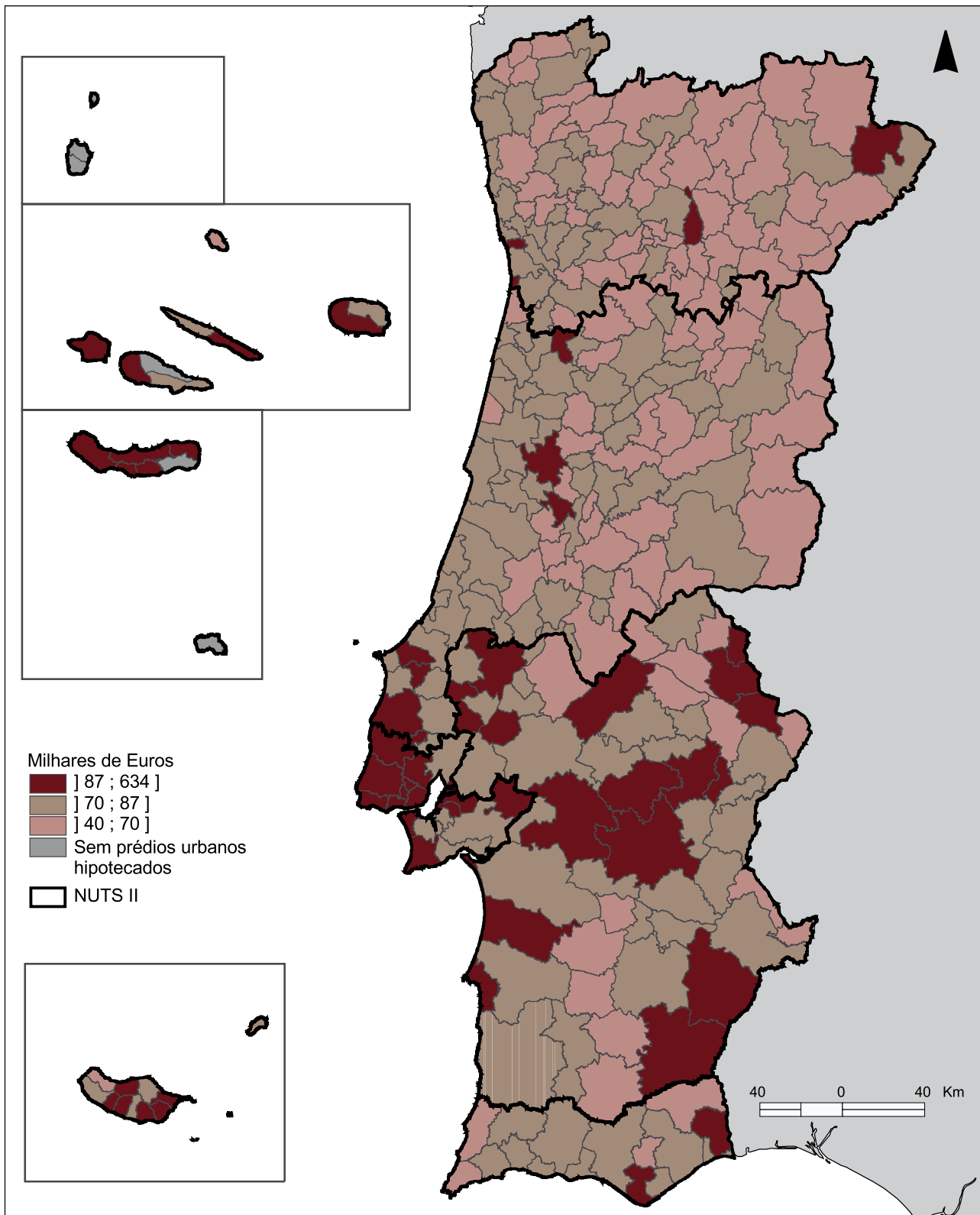
O valor médio das hipotecas sobre prédios foi de 97,4 milhares de euros, a nível nacional, cerca de mais mil euros que o valor médio do total de prédios urbanos e mais dez mil face aos prédios em regime de propriedade horizontal. O Norte registava o valor regional mais baixo e os Açores o mais alto, no que respeita às hipotecas de prédios urbanos. O facto de Lisboa deter o valor médio mais alto no total de prédios hipotecados explica-se pela grande diferença, entre esta região e as restantes, no que se refere ao valor médio de hipoteca dos prédios rústicos [Figura 11.5].

FIGURA 11.5 VALORES MÉDIOS DOS PRÉDIOS HIPOTECADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002



A análise do valor médio dos prédios urbanos em propriedade horizontal a nível concelhio revela que os valores mais elevados (nomeadamente acima do valor médio nacional de 87 mil euros) se localizavam maioritariamente nos Açores, em Lisboa e no Alentejo. Ainda nestas regiões, é de realçar o facto de: nos Açores, apenas quatro concelhos não ultrapassem o valor médio nacional; em Lisboa, se situarem os concelhos com os valores mais elevados do Continente (Lisboa e Cascais); e no Alentejo, existirem um conjunto de concelhos onde a interioridade não pareceu afectar o valor do imobiliário hipotecado (por exemplo, Mértola e Serpa) [Figura 11.6].

FIGURA 11.6 VALOR MÉDIO DOS PRÉDIOS URBANOS EM PROPRIEDADE HORIZONTAL HIPOTECADOS, POR CONCELHO, 2002



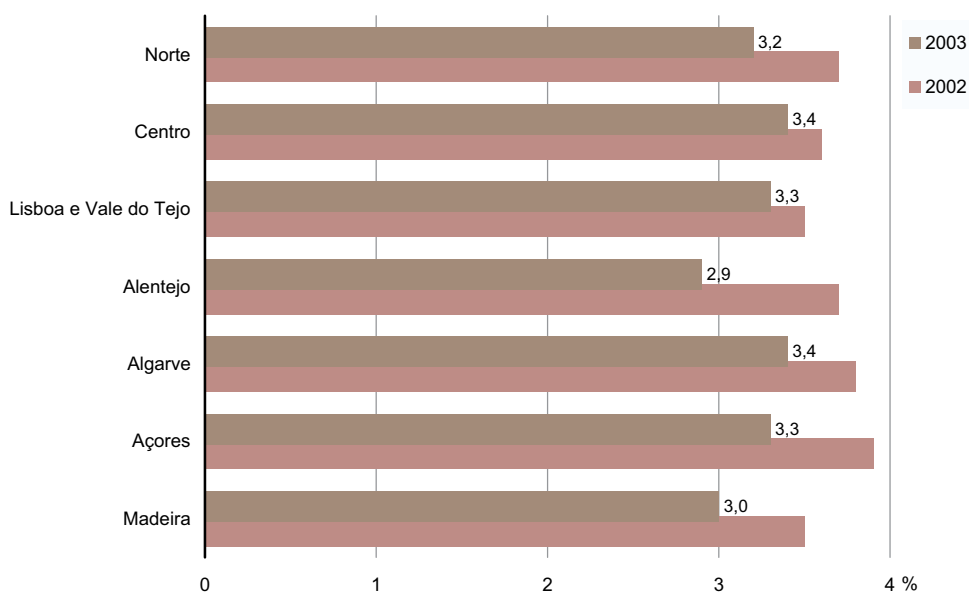
12 | PREÇOS

INFLAÇÃO NO CONSUMO DIMINUIU EM TODAS AS REGIÕES

Entre Dezembro de 2002 e Dezembro de 2003, a taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC) passou de 3,6% para 3,3%, o que significa uma redução de 3 décimas de ponto percentual (p.p.) no indicador mais utilizado para medir a inflação.

Tal abrandamento no ritmo de crescimento dos preços atingiu todas as regiões, ainda que de forma díspar, sendo a mais beneficiada o Alentejo, com menos 8 décimas de p.p., seguida dos Açores, com uma quebra de 6 décimas face ao valor apresentado no ano anterior. Destaque, igualmente, para o Norte e a Madeira cuja inflação se apresentava com menos meio ponto percentual do que em 2002 [Figura 12.1].

FIGURA 12.1 TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC, POR NUTS II, DEZEMBRO DE 2002 E DE 2003



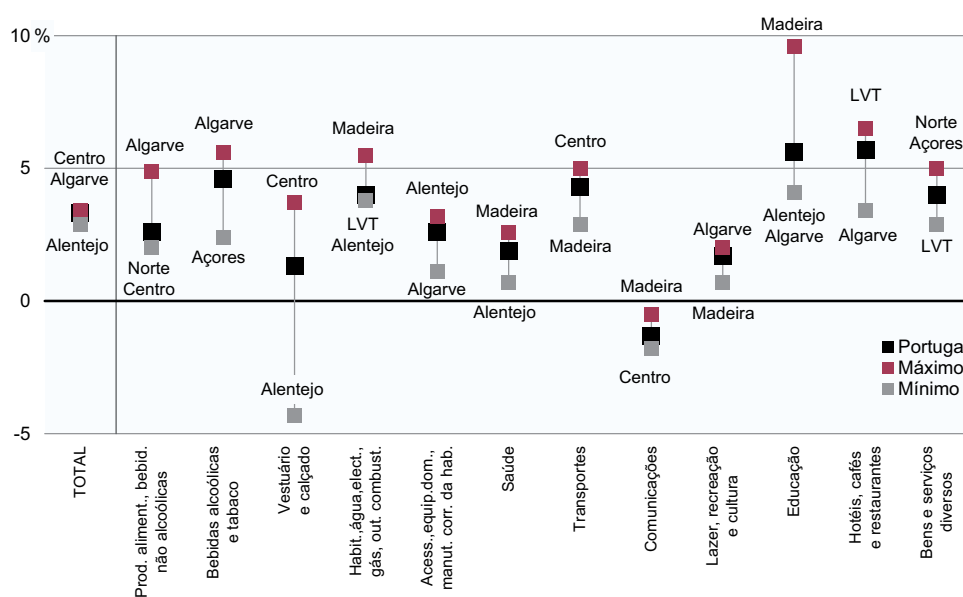
O crescimento dos preços ao longo do ano de 2003 foi-se esbatendo, principalmente, a partir de meados do ano. Este percurso descendente foi mais tardio nas regiões Norte e Centro do que no Alentejo, Açores e Madeira, onde a desaceleração começou a ocorrer em Maio de 2003.

Em termos regionais, o crescimento dos preços ao longo do ano foi muito acentuado nos Açores e no Algarve, tendo estas regiões ocupado os lugares cimeiros durante, praticamente, todos os meses do ano. Já na Madeira a posição relativa face às restantes regiões foi inversa, tendo apresentado as mais baixas variações mensais dos preços no consumidor à excepção do mês de Dezembro.

EDUCAÇÃO NA MADEIRA AUMENTOU QUASE 10%

Se a variação média dos últimos 12 meses dos preços no consumidor em termos globais apresenta uma disparidade regional reduzida, em algumas classes de despesa ela é significativa. Veja-se o caso do *Vestuário e calçado*, cujos preços no consumidor aumentaram perto de 4% no Centro, enquanto no Alentejo diminuíram quase 5%. Também a *Educação* apresentou crescimentos dos preços que variaram entre os 4,1% no Alentejo e no Algarve e os 9,5% na Madeira, a maior variação de preços ocorrida numa classe [Figura 12.2].

FIGURA 12.2 DISPARIDADES REGIONAIS DA TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC, POR CLASSE DE DESPESA, DEZEMBRO DE 2003



A classe de despesa com maior diferença no crescimento dos preços face ao valor nacional nas regiões Norte e Centro foi o *Vestuário e o calçado*, significando que foi nas principais regiões nacionais produtoras destes produtos que se deram os maiores aumentos de preço. Lisboa e Vale do Tejo diferencia-se do valor nacional nos *Hotéis, cafés e restaurantes*, apresentando um encarecimento de mais 0,8 pontos percentuais do que os 5,7% registados para o país. Na Madeira, a *Educação* foi a classe que apresentou a diferença mais expressiva (4 p.p.) face ao valor nacional, salientando-se nas restantes regiões - Alentejo, Algarve e Açores - a classe de despesa com maior peso no cálculo do IPC: os *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* [Quadro 12.i].

QUADRO 12.1 CLASSES DE DESPESA DO IPC, COM MAIORES DIFERENÇAS FACE AO VALOR NACIONAL, POR NUTS II, DEZEMBRO DE 2003

Diferenças em pontos percentuais (p.p.)		Acima do valor nacional		Abaixo do valor nacional	
Norte	1ª classe	Vestuário e calçado	1,6 p.p.	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	-0,6 p.p.
	2ª classe	Educação	1,2 p.p.	Hotéis, cafés e restaurantes	-0,6 p.p.
Centro	1ª classe	Vestuário e calçado	2,4 p.p.	Educação	-0,8 p.p.
	2ª classe	Transportes	0,7 p.p.	Saúde	-0,7 p.p.
Lisboa e Vale do Tejo	1ª classe	Hotéis, cafés e restaurantes	0,8 p.p.	Vestuário e calçado	-1,4 p.p.
	2ª classe			Bens e serviços diversos	-1,1 p.p.
Alentejo	1ª classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1,5 p.p.	Vestuário e calçado	-5,6 p.p.
	2ª classe	Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	0,6 p.p.	Educação	-1,5 p.p.
Algarve	1ª classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2,3 p.p.	Hotéis, cafés e restaurantes	-2,3 p.p.
	2ª classe	Bebidas alcoólicas e tabaco	1,0 p.p.	Vestuário e calçado	-2,1 p.p.
Açores	1ª classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1,0 p.p.	Bebidas alcoólicas e tabaco	-2,2 p.p.
	2ª classe	Bens e serviços diversos	1,0 p.p.	Saúde	-1,1 p.p.
Madeira	1ª classe	Educação	4,0 p.p.	Vestuário e calçado	-5,0 p.p.
	2ª classe	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	1,5 p.p.	Transportes	-1,4 p.p.

NO ALGARVE, AS REFEIÇÕES EM CASA ENCARECERAM MAIS DO QUE FORA

Dado o elevado peso que a alimentação tem no orçamento doméstico e tendo em conta a evolução no sentido ascendente dos preços no consumidor, serão analisadas em mais pormenor as classes dos *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* e *Hotéis, cafés e restaurantes*. Estas classes de despesa correspondem a quase um terço do ponderador do IPC e permitem compreender a evolução dos preços da alimentação dentro e fora de casa no ano de 2003²⁶.

A presença mais marcada de uma agricultura de minifúndio, exercida muitas vezes como segunda ocupação, tem os seus frutos no Norte e no Centro onde o crescimento dos preços das refeições em casa e fora se mantiveram abaixo dos valores nacionais [Figura 12.3 e Figura 12.4]. Já em Lisboa e Vale do Tejo, as refeições fora de casa tornaram-se bem mais caras e mesmo em casa o preço da alimentação cresceu mais que no conjunto do país. No Alentejo e no Algarve, os *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* tiveram um incremento considerável, enquanto que nos *Hotéis, cafés e restaurantes* os preços aumentaram menos que a nível nacional, significando por isso que nestas regiões, em particular no Algarve, as refeições em casa encareceram mais do que fora. As Regiões Autónomas apresentavam comportamentos similares, partilhando entre si os problemas decorrentes da insularidade no que diz respeito aos preços dos *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*.

²⁶ Para além da classe *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* ser a que mais contribui para o cálculo do IPC, na classe *Hotéis, cafés e restaurantes*, os cafés e restaurantes têm um peso esmagador.

FIGURA 12.3 TAXA DE VARIÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DA CLASSE *PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS*, PORTUGAL E NUTS II, DEZEMBRO DE 2003

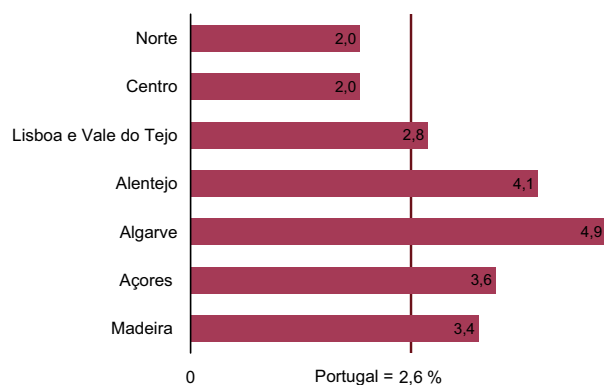
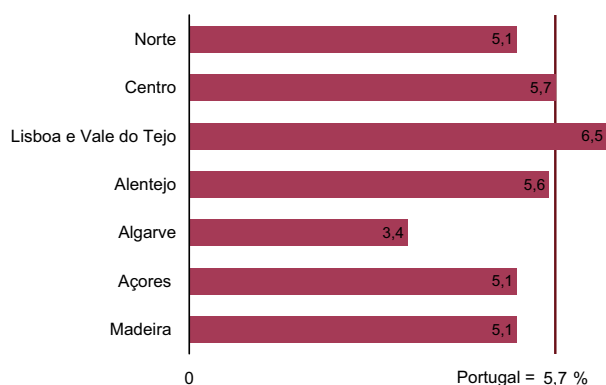


FIGURA 12.4 TAXA DE VARIÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DA CLASSE *HOTÉIS, CAFÉS E RESTAURANTES*, PORTUGAL E NUTS II, DEZEMBRO DE 2003



PRODUTOS ALIMENTARES: ALENTEJO E ALGARVE MAIS CAROS E NORTE MAIS BARATO

De um cabaz constituído por 39 *Produtos alimentares e de bebidas não alcoólicas*²⁷, o Alentejo surgia como a região com os preços mais altos, seguida de perto pelo Algarve. Em média, nestas duas regiões o referido cabaz custava, aproximadamente, mais 20% do que no Norte, região que apresentava o cabaz mais barato. No Centro e na Madeira, este cabaz de produtos era ligeiramente mais barato do que nos Açores e em Lisboa e Vale do Tejo, existindo uma diferença de 5% de preços entre o Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Os Açores e a Madeira, pela insularidade que os caracteriza, apresentavam grandes disparidades de preços, o que poderá estar associado à existência de muitos produtos que, não sendo produzidos localmente, têm que provir de outras regiões ou de outros países [Quadro 12.ii].

QUADRO 12.II PREÇO MÉDIO, MÁXIMO E MÍNIMO EM EUROS DE UM CABAZ DE PRODUTOS ALIMENTARES, POR NUTS II, 2003

NUTS II	Preço do cabaz em euros			
	médio	máximo	mínimo	máximo - mínimo
	dos 12 meses de 2003			
Norte	188	194	182	11
Centro	198	205	191	13
Lisboa e Vale do Tejo	210	217	199	17
Alentejo	227	234	220	14
Algarve	226	233	218	15
Açores	207	217	194	23
Madeira	202	216	187	29

²⁷ De um conjunto de 59 produtos foram retirados 20, ou porque os preços dos produtos não existiam em todas as regiões, ou porque apresentavam uma forte sazonalidade (frango, carapau, pêras, pêsegos, alface, tomate fresco e batata fresca).

Deste conjunto de 39 produtos, foram analisados os preços máximos e mínimos atingidos em cada uma das sete regiões ao longo dos doze meses do ano. Quer os Açores, quer a Madeira, apresentavam as maiores disparidades nos preços dos produtos, destacando-se, simultaneamente, por apresentarem os preços mais elevados e mais reduzidos em metade dos produtos examinados. Os Açores registavam os preços mais elevados num quarto dos produtos analisados (e.g. carne de porco, chouriço, bolos de aniversário), e um quinto dos preços mais reduzidos (e.g. carne de vaca, leite, queijo). Peso análogo tem a Madeira neste *ranking* de preços, com preços mais caros em produtos como o pão de mistura, o azeite ou a cerveja, mas detendo os preços mais baixos no bacalhau, no iogurte ou em produtos produzidos localmente como a banana.

No Alentejo praticavam-se os preços mais caros em um quarto dos produtos do cabaz em análise (e.g. carne de vaca, peixe-espada, leite, etc.) e em muitos outros produtos esta região registava preços bastante mais elevados do que a maioria das restantes, razão pela qual foi, neste contexto, considerada a região mais cara do país. No Algarve eram produtos como o fiambre e o presunto, o queijo e o iogurte, as bananas e as maçãs que se apresentavam mais dispendiosos para os respectivos residentes, quando comparados com o resto das regiões [Quadro 12.iii].

QUADRO 12.iii PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS PRODUTOS ALIMENTARES E DISPARIDADES REGIONAIS DOS MESMOS, 2003

Produtos	Unidade	Preço Médio Nacional (Máximo - Mínimo) / Preço Nacional		Preço Médio Máximo		Preço Médio Mínimo	
		Euros		Euros	Região	Euros	Região
Arroz Carolino (extra longo branqueado)	Kg	0,94	0,35	1,10	Alentejo	0,77	Açores
Pão de trigo 1ª (papo-seco)	Kg	2,02	0,45	2,30	LVT	1,40	Açores
Pão de mistura - trigo + centeio, +/- 500 g	Kg	1,53	1,35	2,82	Madeira	0,76	Açores
Bolo de aniversário, c/ cobertura simples	Kg	10,11	0,43	12,65	Açores	8,27	Norte
Carne de Vaca de 2ª sem osso	Kg	5,61	0,44	6,53	Alentejo	4,06	Açores
Carne limpa de porco	Kg	5,37	0,60	7,60	Açores	4,38	Norte
Chouriço de carne, tipo industrial, avulso	Kg	5,85	0,78	7,99	Açores	3,41	Norte
Fiambre, tipo inglês, avulso	Kg	7,77	0,53	9,56	Algarve	5,43	Açores
Presunto sem osso, em pedaços	Kg	14,90	0,59	18,84	Algarve	10,10	Centro
Peixe-espada	Kg	6,77	1,25	11,38	Alentejo	2,90	Madeira
Polvo	Kg	8,05	0,50	9,90	Madeira	5,89	Algarve
Bacalhau corrente	Kg	7,01	0,22	7,92	Açores	6,41	Madeira
Leite de longa duração meio gordo	L	0,61	0,21	0,66	Alentejo	0,54	Açores
Iogurte simples - embalagem normal	Unid.	0,34	0,36	0,39	Algarve	0,27	Madeira
Queijo tipo flamengo, nacional	Kg	7,70	0,39	8,69	Algarve	5,67	Açores
Azeite fino em garrafa (1º a 1,5º)	L	3,27	0,47	4,29	Madeira	2,76	LVT
Bananas	Kg	1,20	0,40	1,35	Algarve	0,87	Madeira
Maçãs e pêros	Kg	1,27	0,61	1,66	Algarve	0,89	Norte
Cerveja branca, nacional, garrafa	L	1,19	0,43	1,49	Madeira	0,97	Norte



REFEIÇÕES MENOS DISPENDIOSAS: CARAPAU COM SALADA NO VERÃO; FRANGO COM BATATAS E PÊRAS NO INVERNO

Quando a diferença entre o preço máximo e o preço mínimo mensal ultrapassou os 30% do preço médio anual, considerou-se que os produtos alimentares apresentavam uma forte sazonalidade. Tais discrepâncias de preços estão, sobretudo, associadas à disponibilidade dos produtos no mercado que varia consoante as estações do ano.

Os preços das frutas, vegetais e peixe são os mais atingidos pela lei da oferta e da procura variando significativamente ao longo do ano. De entre os produtos alimentares com maiores variações de preços ao longo do ano, destaque para a alface e o tomate, assim como o carapau, mais baratos no Verão que no Inverno, enquanto que as pêras, as batatas e o frango surgem mais baratos no Inverno do que no Verão.

13 | FINANÇAS AUTÁRQUICAS

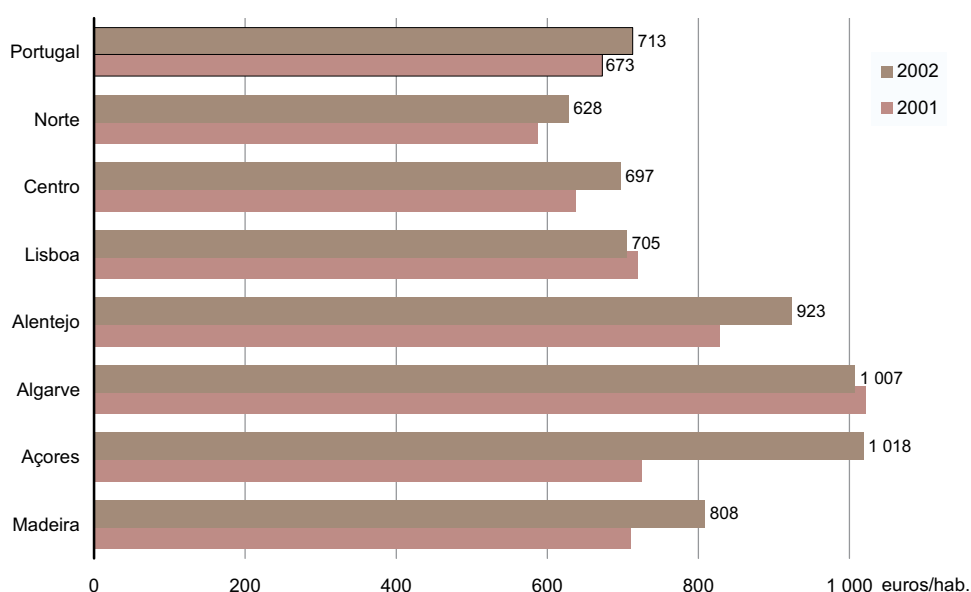
FORTES DISPARIDADES NAS RECEITAS E DESPESAS MÉDIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR HABITANTE

As receitas e despesas²⁸ das câmaras municipais de Portugal aumentaram 7%, de 2001 para 2002, demonstrando um abrandamento do ritmo de crescimento evidenciado no ano anterior (+ 18%). Este aumento foi mais acentuado nas receitas e despesas correntes (+ 9% em ambas), do que nas receitas e despesas de capital (+ 5% em ambas), contrariamente ao verificado no ano anterior onde o crescimento mais relevante tinha sido nas receitas e despesas de capital.

As regiões Norte e Lisboa continuavam a representar mais de metade do total de receitas e despesas das câmaras municipais a nível nacional. Contudo, Lisboa foi a única região a registar um decréscimo (-1%) no total de receitas e despesas. Em oposição, os maiores acréscimos verificaram-se nos Açores (+ 41%) e na Madeira (14%).

Avaliando o total de receitas e despesas médias por habitante, conclui-se que em 2002 a média nacional era de 713 euros por habitante, tendo-se registado fortes disparidades regionais neste indicador. Assim, esta média nacional era claramente superada nos Açores e Algarve, em oposição à Região Norte onde o valor se situava muito abaixo da média nacional. De 2001 para 2002, as receitas e despesas médias por habitante aumentaram em todas as regiões à exceção de Lisboa (devido a um decréscimo do valor das receitas e despesas das câmaras municipais) e do Algarve (devido a um aumento da população residente superior ao aumento das receitas e despesas das câmaras municipais) [Figura 13.1].

FIGURA 13.1 RECEITAS E DESPESAS MÉDIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



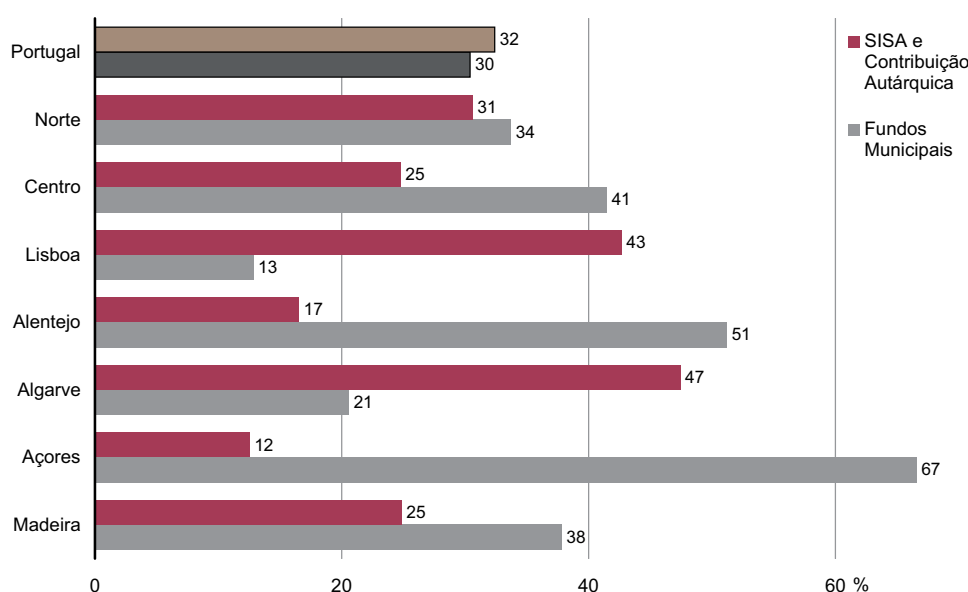
²⁸ Tratando-se de análise da informação proveniente das contas de gerência das câmaras municipais, as receitas totais de um município são necessariamente iguais às suas despesas totais.

SISA E CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA REPRESENTAVAM UM TERÇO DAS RECEITAS CORRENTES

Em 2002, os impostos municipais associados à propriedade de imóveis (SISA e contribuição autárquica) representavam, ao nível nacional, cerca de um terço das receitas correntes (que concentravam 55% do total de receitas), proporção ligeiramente superior à registada em 2001. Os fundos municipais, que consistem em transferências financeiras do Estado para os municípios através de uma participação destes nos impostos do Estado, constituíam outra das importantes receitas correntes das câmaras municipais (30%).

Contudo, o equilíbrio entre a importância destas duas fontes de receita apenas se registava na Região Norte. Nas regiões com maior dinamismo no mercado imobiliário - Lisboa e Algarve - as receitas provenientes de SISA e contribuição autárquica detinham uma importância preponderante (acima de 40%), enquanto nas restantes regiões os fundos municipais tinham um papel de maior relevo, sobretudo no Alentejo e Açores, onde representavam mais de metade das receitas correntes [Figura 13.2].

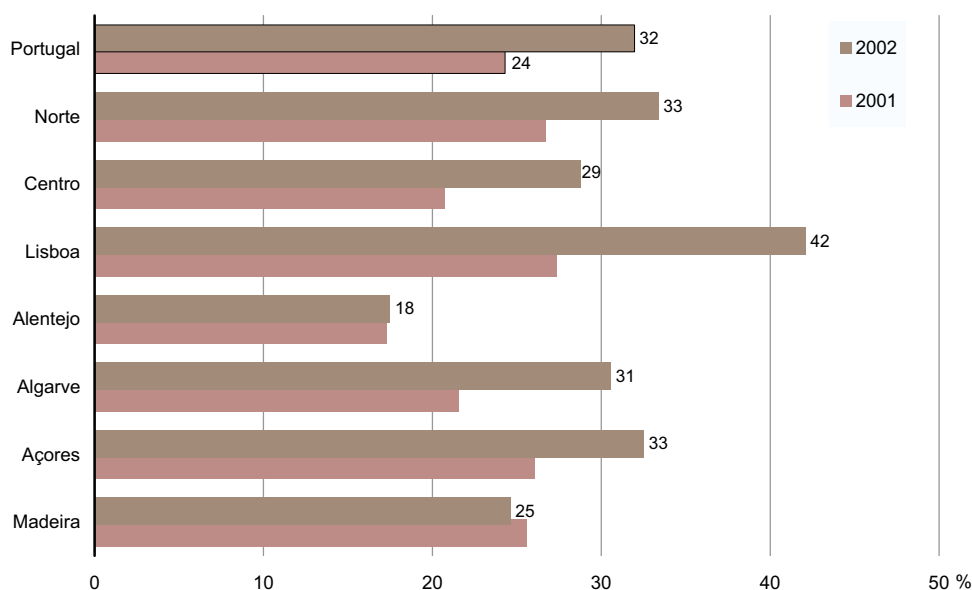
FIGURA 13.2 PROPORÇÃO DA SISA + CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS NAS DESPESAS CORRENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2002



AUMENTO GENERALIZADO DO GRAU DE ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS

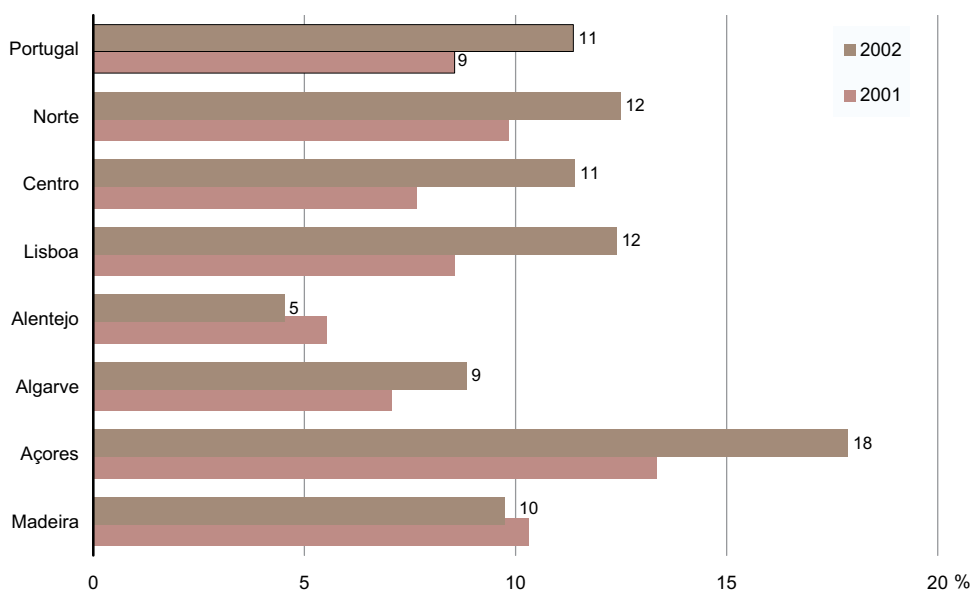
O papel do recurso ao crédito, enquanto principal fonte de receita de capital dos municípios, foi reforçado em 2002, representando 32% deste tipo de receitas (era 24% em 2001), ultrapassando inclusivamente a importância dos fundos municipais nas receitas de capital (25%). Foi na Região de Lisboa, onde a proporção dos empréstimos nas receitas de capital já era a mais elevada em 2001, que este reforço de importância mais se notou, aumentando 15 pontos percentuais, o que a distanciou das restantes regiões neste indicador. No pólo oposto, o Alentejo surgia com o valor mais reduzido neste indicador (18%), que não se alterou de forma relevante face a 2001 [Figura 13.3].

FIGURA 13.3 IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS EMPRÉSTIMOS NAS RECEITAS DE CAPITAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



O endividamento dos municípios aumentou face ao ano anterior, facto que é visível na evolução do peso relativo do endividamento no financiamento dos municípios²⁹. Em termos nacionais, este indicador tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, desde 4% em 1999 até aos 11% em 2002. Os Açores apresentavam-se como a região onde o endividamento das câmaras municipais é mais acentuado, cerca de quatro vezes superior ao Alentejo, região onde os municípios tinham o menor grau de endividamento [Figura 13.4].

FIGURA 13.4 INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO [(EMPRÉSTIMOS-AMORTIZAÇÕES)/RECEITAS TOTAIS] DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002

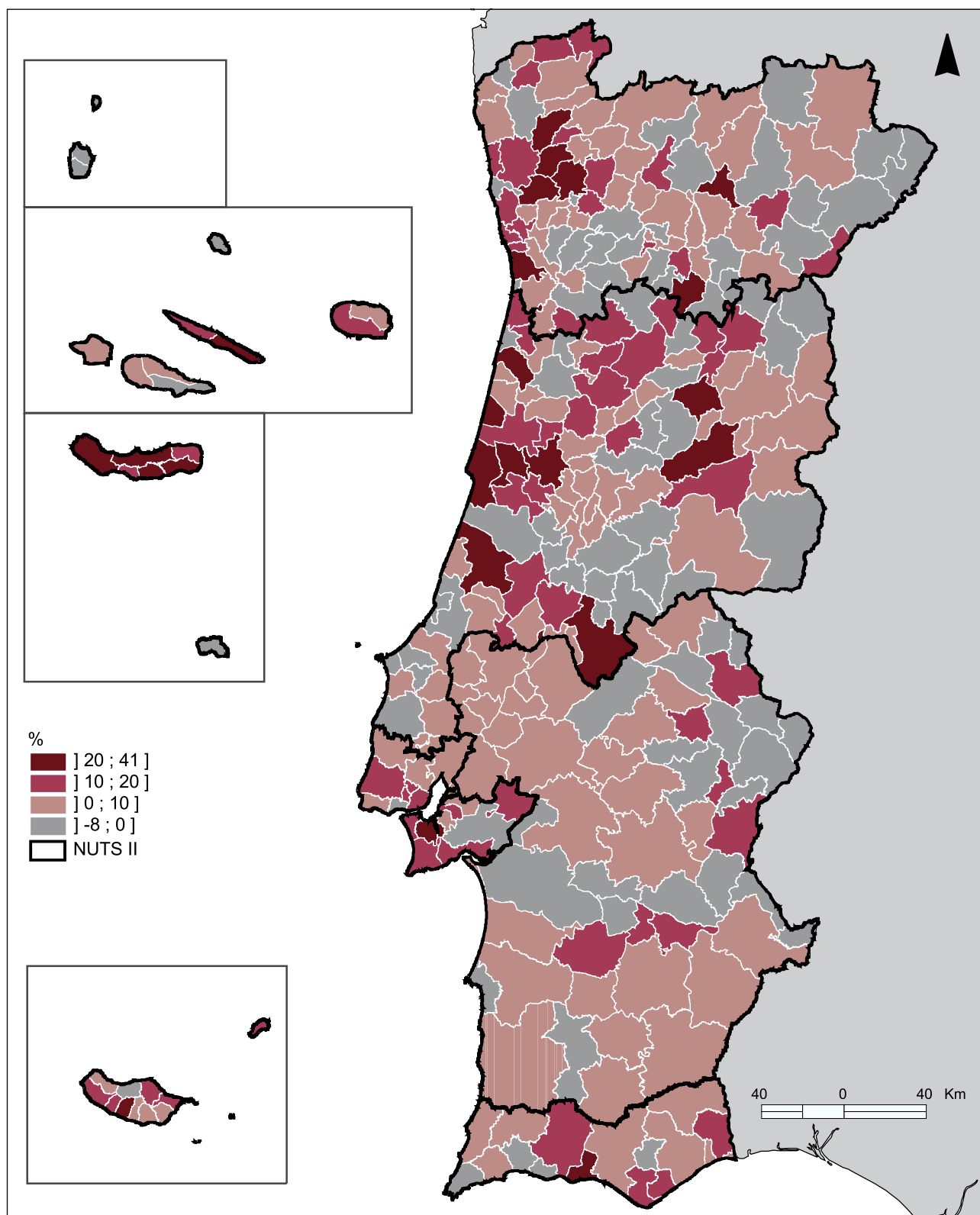


²⁹ Indicador de endividamento das câmaras municipais: [(empréstimos-amortizações)/receitas totais]. Este indicador foi utilizado, por exemplo, por Costa, J. e Delgado, A. no estudo "O endividamento Municipal na Região Norte de Portugal" in Revista Portuguesa de Estudos Regionais nº2, 2003 editada por INE e APDR.



Os valores mais elevados deste indicador encontravam-se em concelhos com características muito distintas - Vila Franca do Campo, Vila Nova de Gaia, Vila Verde, Mira, Braga, Gouveia, Figueira da Foz, Seixal, Ponta Delgada e Coimbra - não existindo um padrão territorial claro na análise deste indicador. Apesar disso, destacam-se com graus de endividamento elevados os concelhos da Ilha de São Miguel, nos Açores, e os concelhos em redor de Braga e de Coimbra. De referir ainda que em 79 concelhos as amortizações efectuadas, durante 2002, superaram o valor dos empréstimos contraídos nesse ano (apresentando assim valores negativos no indicador em análise), o que indicia uma redução do grau de endividamento destes municípios [Figura 13.5].

FIGURA 13.5 INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO [(EMPRÉSTIMOS-AMORTIZAÇÕES)/RECEITAS TOTAIS] DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR CONCELHO, 2002

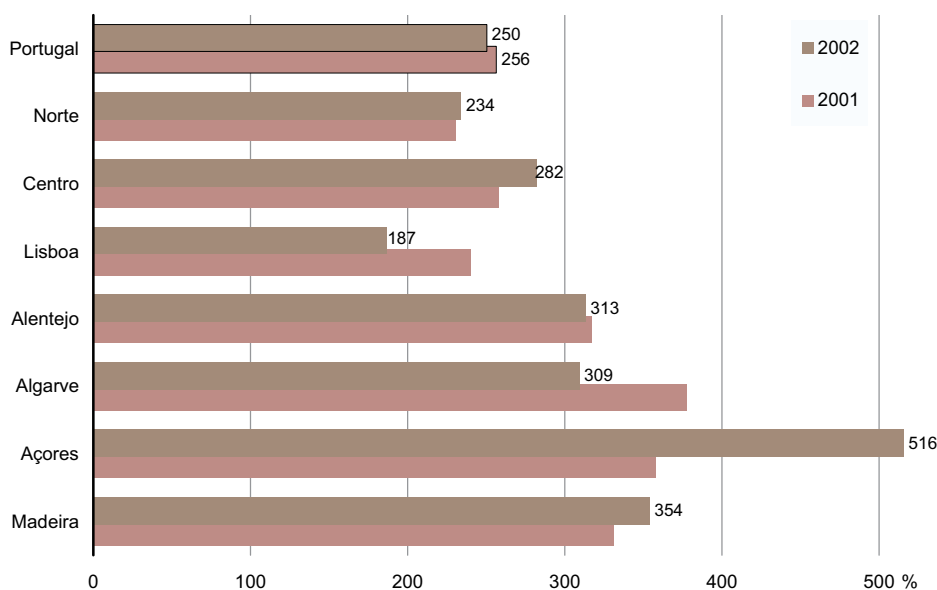


FORTE QUEBRA NO INVESTIMENTO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DE LISBOA E ALGARVE

O investimento das câmaras municipais, que representava, em 2002, 65% das suas despesas de capital, diminuiu a nível nacional 2% entre 2001 e 2002. Este decréscimo resulta de uma forte quebra no investimento dos municípios das regiões de Lisboa e Algarve. O investimento *per capita* dos municípios da Região de Lisboa passou de 240 euros por habitante, em 2001, para 187 euros por habitante, em 2002 (decréscimo de 22%). Em oposição, o investimento por habitante dos municípios dos Açores aumentou de 358 euros, em 2001, para 516 euros em 2002 (um acréscimo de 44%) [Figura 13.6].

A quebra do nível de investimento *per capita* poderá ser explicada pela facto de 2002 ser o primeiro ano de um novo ciclo eleitoral a nível autárquico, iniciado com as eleições autárquicas de 16 de Dezembro de 2001. A gestão dos ciclos eleitorais tende a conduzir a níveis mais elevados de investimento na parte final do mandato, com a inerente contracção do investimento na parte inicial do mandato seguinte.

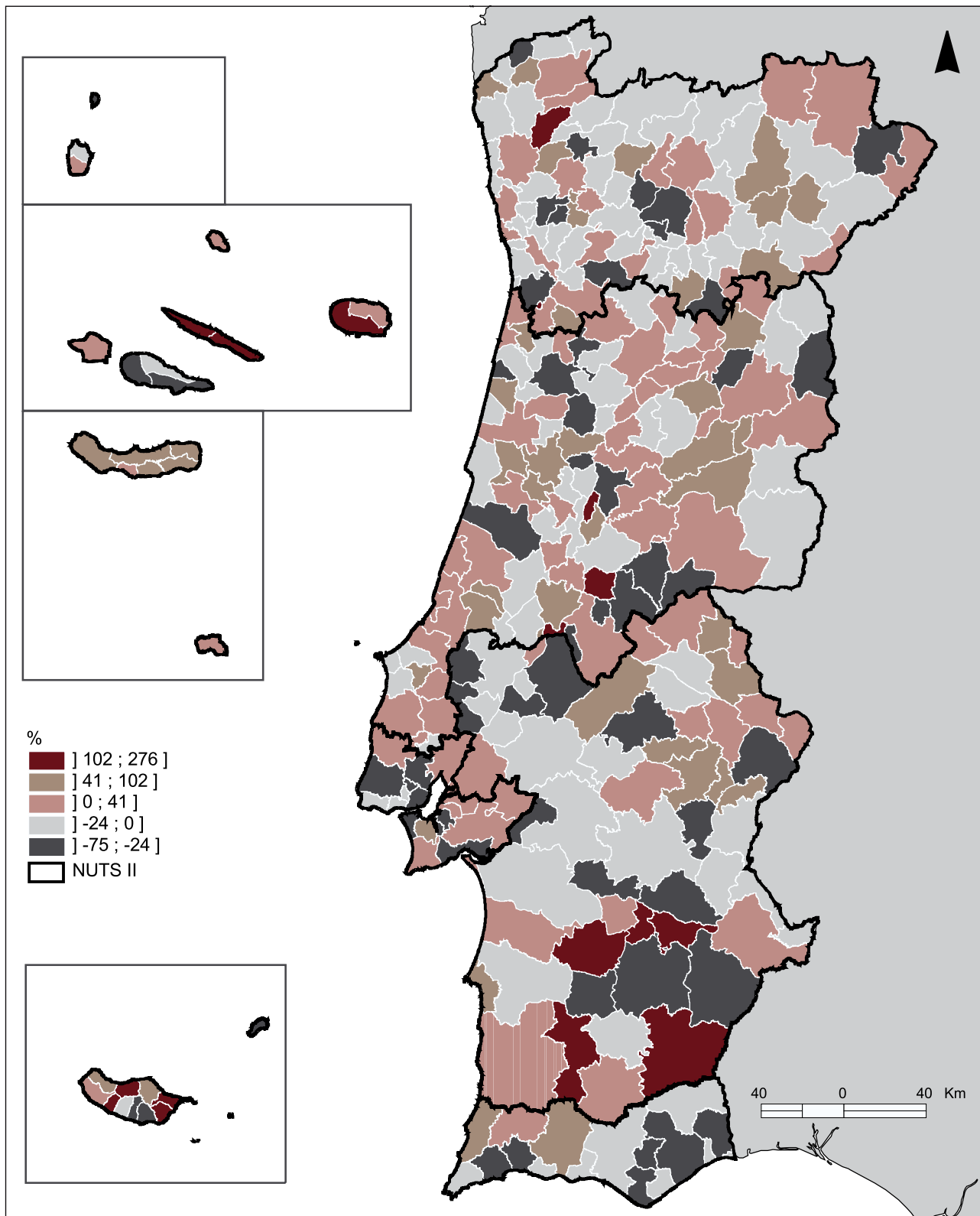
FIGURA 13.6 INVESTIMENTO *PER CAPITA* DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002



Os maiores acréscimos nas despesas de investimento concentravam-se em concelhos com níveis reduzidos de investimento, localizados sobretudo no Interior e nas Regiões Autónomas (por exemplo, Ferreira do Alentejo, Vidigueira, Calheta (Açores), Cuba, Velas, Vila Nova da Barquinha, Ourique e Machico), enquanto entre os maiores decréscimos se encontravam alguns concelhos das áreas metropolitanas ou cidades médias (por exemplo, Setúbal, Portimão, Loures, Beja, Moita e Lisboa) [Figura 13.7].

Os custos com pessoal, a principal despesa corrente das câmaras municipais e que representava, em 2002, metade das despesas deste tipo, aumentaram 8% a nível nacional. Também neste indicador, as Regiões Autónomas registaram os aumentos mais significativos, juntamente com o Centro (acima dos 10%), enquanto Lisboa apresentava a menor taxa de crescimento deste tipo de despesa (6%).

FIGURA 13.7 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO EFECTUADO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR CONCELHO, 2001-02



14 | SAÚDE

ALTERAÇÕES INSIGNIFICANTES NA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A evolução da oferta de infra-estruturas de saúde, entre 2001 e 2002, em Portugal, foi diferenciada: houve uma ligeira diminuição dos centros de saúde com internamento (-3 unidades) e das extensões dos centros de saúde (-12 unidades), e um ligeiro aumento dos centros de saúde sem internamento (+ 2 unidades). Relativamente aos locais de venda de medicamentos, a evolução registada foi pouco significativa: verificou-se um aumento do número de farmácias (+ 10 unidades) e uma redução do número de postos de medicamentos (-1 unidade) [Quadro 14.i].

A evolução regional da oferta de equipamentos não revelou alterações significativas, destacam-se, ainda assim, a diminuição de centros de saúde com internamento, em Lisboa e no Centro, a diminuição do número de extensões de centros de saúde no Alentejo, a diminuição dos postos de medicamentos nos Açores e na Madeira, neste último caso, acompanhada por um aumento de farmácias.

A distribuição regional destes equipamentos revelava, em 2002, uma concentração nas regiões com maiores quantitativos populacionais (Norte, Centro e Lisboa) e sugeria, ao mesmo tempo, a existência de complementaridades entre infra-estruturas, nomeadamente expressa na relação entre hospitais e centros de saúde e suas extensões e na relação entre farmácias e postos de medicamentos, leitura que não é alheia à forte intervenção do Estado na optimização da distribuição de equipamentos a nível nacional.

QUADRO 14.I EQUIPAMENTOS DE SAÚDE, PORTUGAL E NUTS II, 2002³⁰

NUTS II	Hospitais	Centros de Saúde				Extensões dos Centros de Saúde		Farmácias		Postos de Medicamentos	
		Com internamento		Sem internamento		Nº	Tx. de variação	Nº	Tx. de variação	Nº	Tx. de variação
		Nº	Tx. de variação	Nº	Tx. de variação						
Portugal	217	76	-3,8	315	0,6	1 941	-0,6	2 566	0,4	331	-0,3
Norte	64	21	0,0	103	0,0	445	-0,7	757	0,7	55	0,0
Centro	55	14	-12,5	95	1,1	776	0,5	655	0,3	126	-0,8
Lisboa	63	2	-33,3	52	2,0	173	-3,4	718	0,1	13	0,0
Alentejo	11	16	0,0	43	0,0	340	-1,7	244	0,0	99	0,0
Algarve	8	7	0,0	9	0,0	68	0,0	104	0,0	8	0,0
Açores	8	13	0,0	4	0,0	102	-1,0	46	0,0	19	5,6
Madeira	8	3	0,0	9	0,0	37	0,0	42	5,0	11	-8,3

Independentemente da necessidade de quantificação regional dos equipamentos de saúde, a leitura da distribuição dos equipamentos torna-se especialmente rica através da análise da sua capacidade de resposta potencial (recursos humanos e número de camas) e resposta efectiva (consultas e internamentos) em relação à população residente. Ainda que os diferentes elementos da rede de equipamentos de saúde projectem áreas de influência de diferentes escalas, a escala regional surge como uma escala de compromisso e, por isso, de referência, para análise desta temática.

³⁰ Os dados relativos aos hospitais referem-se a 2001.

CAPITALIDADE E INSULARIDADE CONDICIONAM AFECTAÇÃO TERRITORIAL DA OFERTA NAS INFRA-ESTRUTURAS “PESADAS” DE SAÚDE . . .

Em 2002, o número de médicos ao serviço em centros de saúde por 1 000 habitantes era inferior a 1 enquanto o mesmo rácio referente a médicos ao serviço em hospitais (2001) era de cerca de 2. A diferença era ainda mais acentuada no que diz respeito ao pessoal de enfermagem: existiam cerca de 3 enfermeiros ao serviço em hospitais por 1 000 habitantes, sendo este valor inferior a 1 em centros de saúde. No que diz respeito ao número de camas disponíveis por 10 000 habitantes, este valor ascendia a cerca de 40 quando considerados os hospitais, existindo apenas 2,1 camas por 10 000 habitantes em centros de saúde.

No que se refere aos hospitais, a análise regional destes mesmos indicadores, tendo como referência o valor médio do país, colocava em destaque a Região de Lisboa, que em conjunto com a Madeira constituíam as únicas unidades com uma oferta superior à média [Figura 14.2].

Lisboa destacava-se em todos os indicadores, sobretudo no número de médicos por habitante, colocando em evidência o papel supra-regional das infra-estruturas e recursos aí existentes. Por outro lado, a sobrevalorização da oferta de camas por habitante na Madeira parece traduzir a resposta à condição de insularidade desta região. De igual modo podem ser interpretados o número de camas por habitante nos Açores, quase equivalente à oferta média do país, e bastante superior aos valores registados nas restantes regiões.

A comparação regional da oferta através de hospitais e centros de saúde revela a complementaridade entre a oferta de recursos destes dois tipos de equipamento de saúde [Figura 14.1 e Figura 14.2]. Esta realidade fica patente de forma expressiva nas regiões Alentejo e Algarve, mas também nos Açores. Esta complementaridade estratégica na afectação da oferta não coloca, no entanto, todas as regiões com um nível semelhante de oferta nos indicadores considerados pois, como se viu, os dois tipos de equipamentos - hospitais e centros de saúde - têm valores médios diferenciados ao nível do país.

FIGURA 14.1 CAMAS POR 10 000 HABITANTES E PESSOAL AO SERVIÇO (MÉDICO E ENFERMAGEM) POR 1 000 HABITANTES, EM CENTROS DE SAÚDE, POR NUTS II, 2002

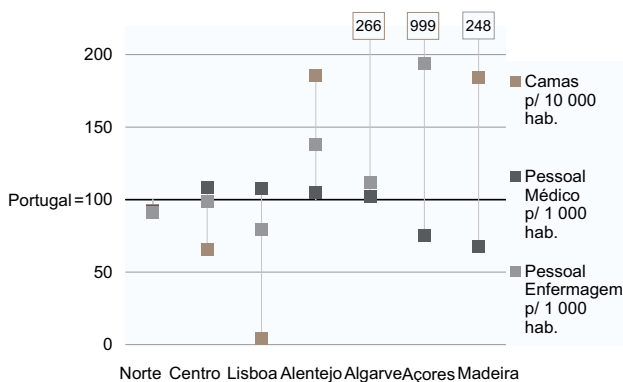
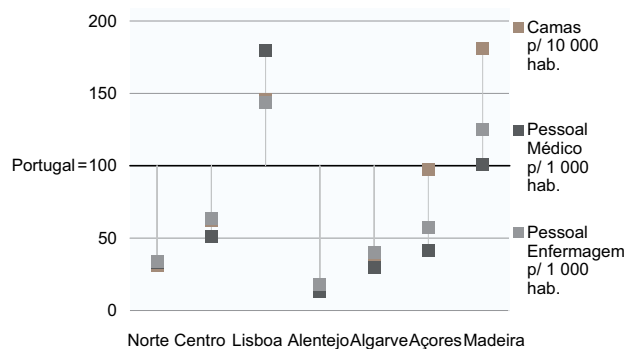
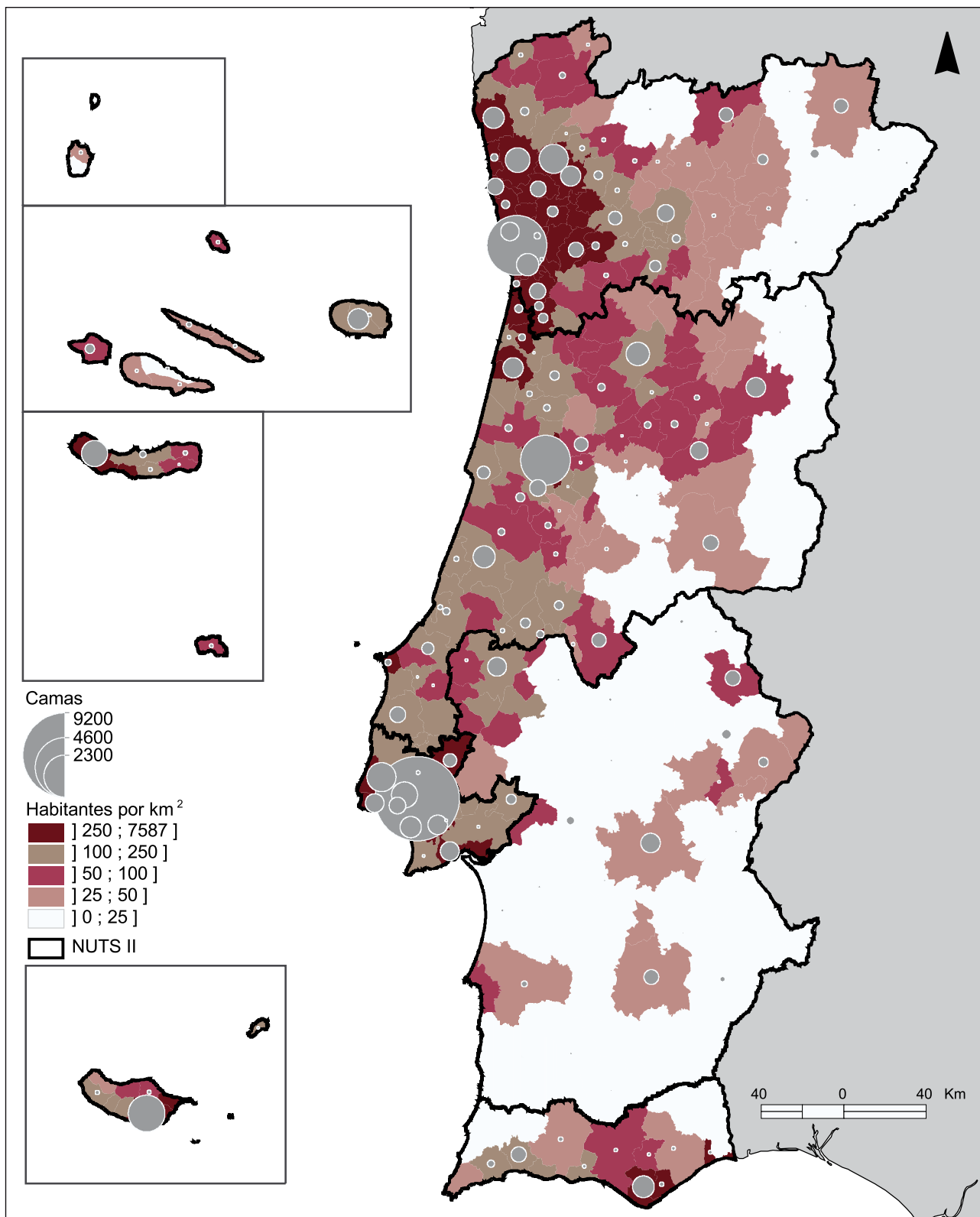


FIGURA 14.2 CAMAS POR 10 000 HABITANTES E PESSOAL AO SERVIÇO (MÉDICO E ENFERMAGEM) POR 1 000 HABITANTES, EM HOSPITAIS, POR NUTS II, 2001



Tendo como referência os valores de 2001, as únicas regiões que apresentavam um número de camas por 10 000 habitantes superiores ao valor médio do país (4,2) eram os Açores (7,8), a Madeira (7,5) e Lisboa (5,2). A espacialização deste indicador demonstra bem a associação entre dotação em infra-estruturas de saúde e distribuição da população, reforçando, ao mesmo tempo, a sobre-representação da oferta em Lisboa e, de uma forma mais genérica, na sua área metropolitana, no contexto de Portugal continental. No que se refere às Regiões Autónomas, a oferta de camas encontra-se concentrada nas ilhas de São Miguel e Terceira (Açores) e no concelho do Funchal (Madeira) [Figura 14.3].

FIGURA 14.3 CAMAS DE INTERNAMENTO E DENSIDADE POPULACIONAL, POR CONCELHO, 2001³¹



³¹ A densidade populacional é referente a 2002.

. . . MENOR DISCREPÂNCIA NA OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE TENDENCIALMENTE UNIVERSALIZÁVEIS

Em 2002, existiam cerca de 2,4 farmácias para cada 10 000 habitantes e existiam um total de 3,2 médicos por cada 1 000 habitantes, considerando os médicos inscritos na ordem.

No que diz respeito à relação entre o número de farmácias e a população residente, a oferta regional destacava-se pela positiva, sobretudo, no Alentejo (3,2) e no Centro (2,8), regiões com menores densidades populacionais.

A geografia concelhia do número de farmácias e postos de medicamentos por 10 000 habitantes coloca em evidência maiores níveis de oferta, no Interior, nomeadamente, em alguns concelhos do Alentejo (Monforte, Crato e Alter do Chão), revelando menores níveis de oferta em concelhos metropolitanos e na Região Norte (Fafe, Macedo Cavaleiros e Mondim de Basto) [Figura 14.4]. Tal padrão resulta destes serviços de apoio à população tenderem a ser universalizáveis, sobrevalorizando, deste modo, áreas onde os quantitativos populacionais são menores.

No que diz respeito ao número de médicos por 1 000 habitantes, a única região sobrevalorizada em relação à média do país é Lisboa (5), sendo as mais penalizadas o Alentejo e os Açores, respectivamente com 1,7 médicos por 1 000 habitantes. Apesar das diferenças inter-regionais não serem tão marcadas quando comparadas com a distribuição do pessoal ao serviço em hospitais, as discrepâncias existentes neste valor reflectem também a geografia das infra-estruturas pesadas de saúde (não obstante a fonte de informação ser diferente).

Torna-se, por isso, especialmente interessante analisar os médicos de medicina geral/familiar que detêm uma importância significativa ao nível nacional (cerca de 14% do total de médicos inscritos na Ordem) e, sobretudo, porque dão respostas a necessidades mais imediatas e genéricas da população do que as restantes especialidades. A sua distribuição pode, por isso, ser lida como uma *proxy* da oferta de necessidades básicas de saúde, especialmente em áreas mais remotas.

Neste sentido, a geografia concelhia do número de médicos de medicina geral/familiar coloca em destaque 37 concelhos onde não reside nenhum médico desta especialidade, correspondendo a cerca de 12% dos concelhos de Portugal. Apesar disso, verifica-se que um vasto número de concelhos localizados no Interior do país têm um rácio médico-população bastante superior ao valor médio do país, sendo aquele rácio ainda mais saliente em concelhos com cidades de pequena e média dimensão do Interior [Figura 14.5].

FIGURA 14.4 FARMÁCIAS E POSTOS DE MEDICAMENTOS POR 10 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2002

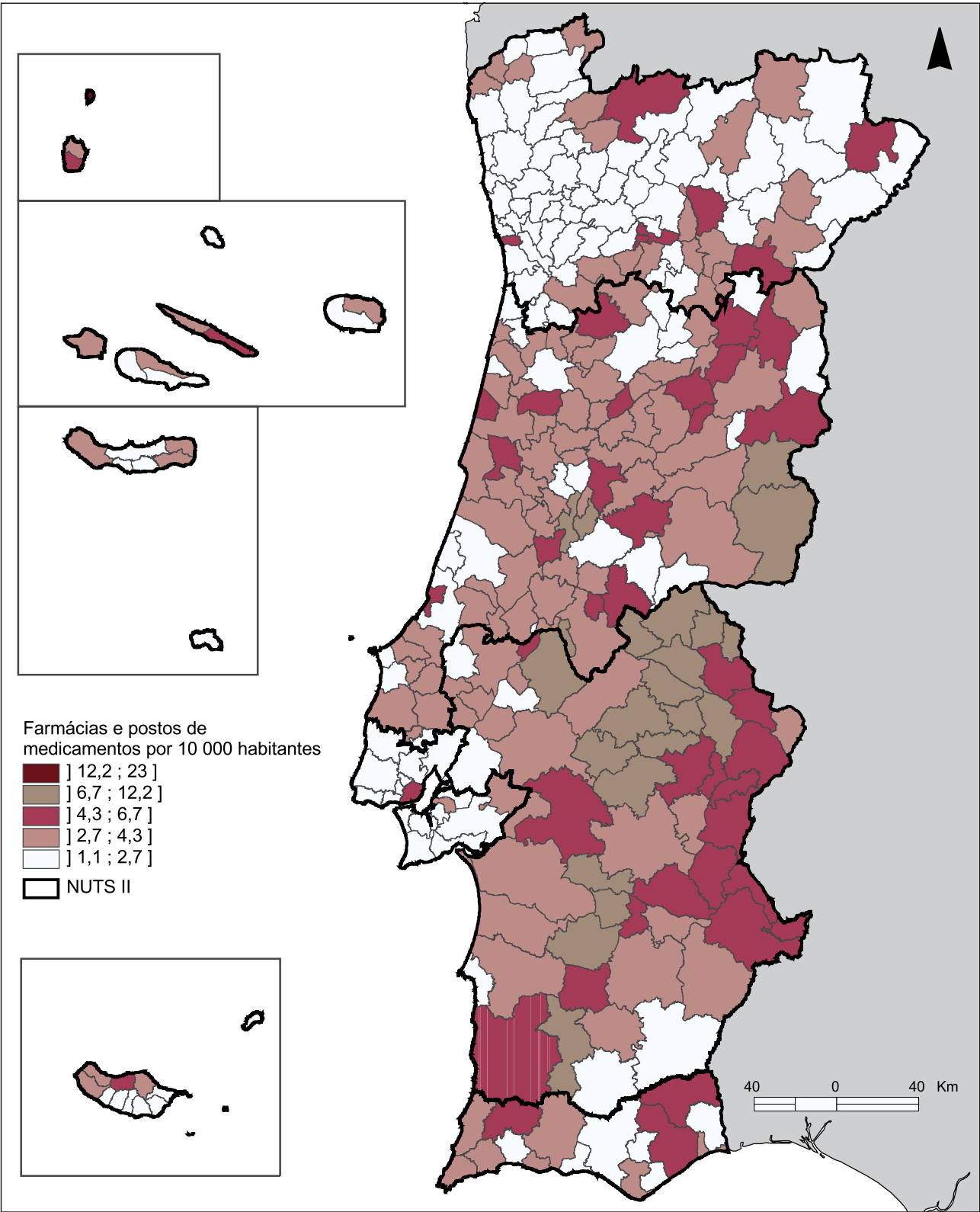
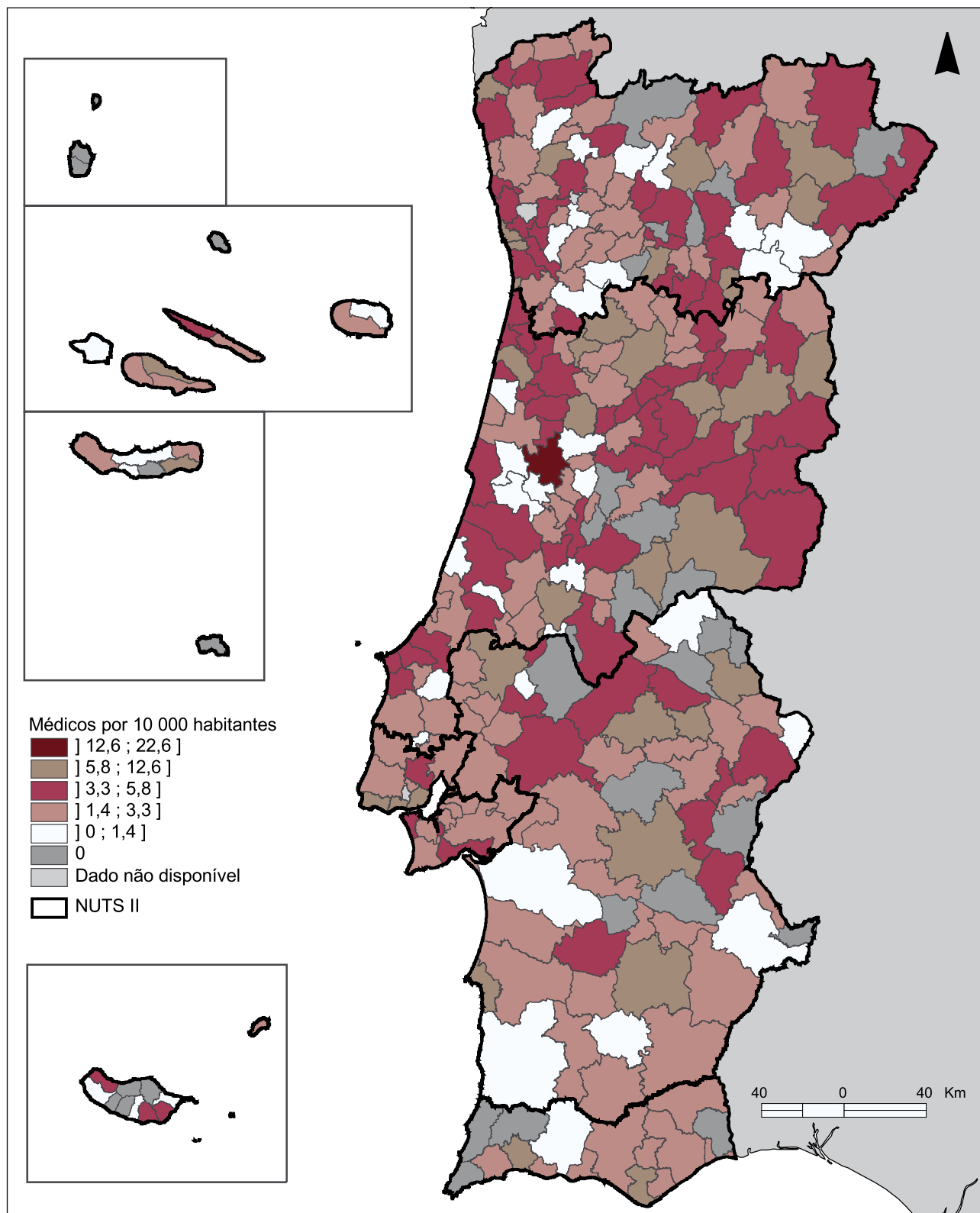


FIGURA 14.5 MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR POR 10 000 HABITANTES, POR CONCELHO DE RESIDÊNCIA, 2002



RESPOSTA EFECTIVA DOS HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE REGIONALMENTE DIFERENCIADA

Em 2002, o número total de consultas médicas efectuadas nos centros de saúde ascendeu a cerca de 29 milhões, correspondendo a um acréscimo de 3,7% face ao ano anterior. O número de internamentos apresentou um crescimento menos significativo face a 2001 (1,3%), o que equivale a cerca de 24 mil internamentos em centros de saúde em 2002.

Enquanto o rácio de consultas por habitante era mais levado nos centros de saúde do que nos hospitais, o inverso acontecia em relação ao rácio de internamentos por 1 000 habitantes. Existe, portanto, uma orientação distinta ao nível do tipo de serviço prestado destes dois equipamentos que, conjugada com a diferente afectação regional dos mesmos, tem implicações ao nível das respostas existentes nas diversas regiões.

Relativamente ao número de consultas por habitante em hospitais destacavam-se a Madeira e Lisboa, com valores bastante superiores ao valor médio do país. O Alentejo era a região com menor número de consultas por habitante em hospitais sendo, no entanto, a região com maior número de consultas por habitante em centros de saúde. A par com o Centro, estas regiões foram as únicas a registarem um número de consultas por habitante em centros de saúde superior ao valor registado no país. Por outro lado, foi nas duas Regiões Autónomas que se registaram os menores números de consultas por habitante em centros de saúde [Figura 14.6 e Figura 14.7].

FIGURA 14.6 CONSULTAS POR HABITANTE EM CENTROS DE SAÚDE, PORTUGAL E NUTS II, 2002

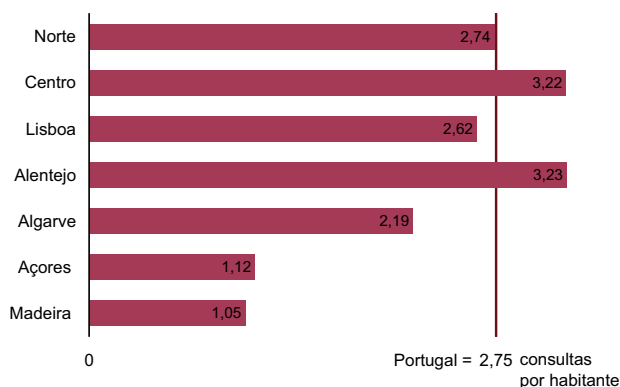
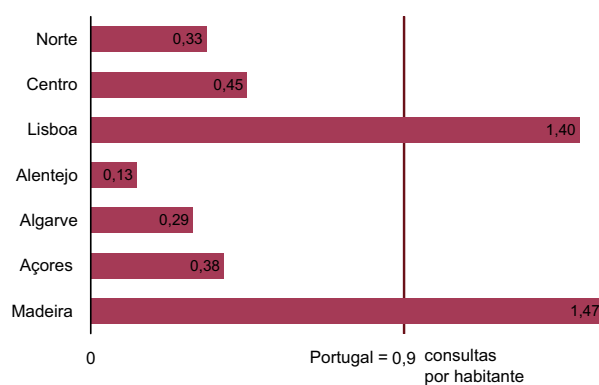


FIGURA 14.7 CONSULTAS POR HABITANTE EM HOSPITAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2001



No que diz respeito ao número de internamentos em centros de saúde por 1 000 habitantes destacavam-se as regiões dos Açores, Algarve e Norte, com valores superiores à média do país, sendo Lisboa a região onde se verificava a menor capacidade de resposta neste domínio. Era, no entanto, em Lisboa que se verificava o maior número de internamentos por habitante em hospitais, com um valor superior ao do país e bastante superior aos registados na generalidade das regiões [Figura 14.8 e Figura 14.9].

FIGURA 14.8 INTERNAMENTOS EM CENTROS DE SAÚDE POR 1 000 HABITANTES, PORTUGAL E NUTS II, 2002

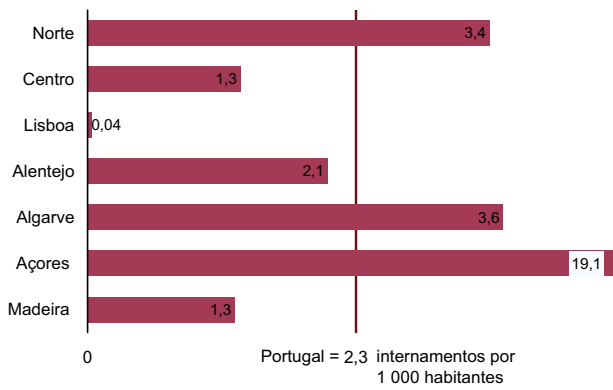
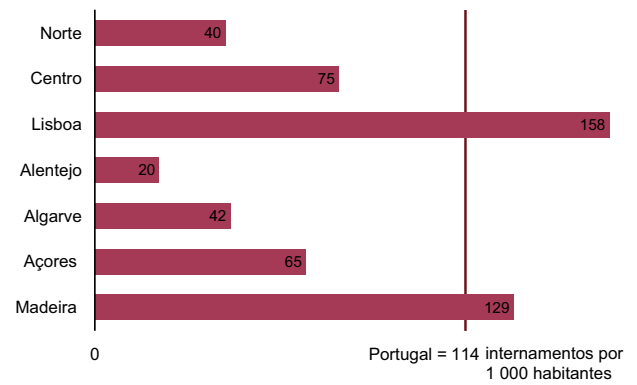


FIGURA 14.9 INTERNAMENTOS EM HOSPITAIS POR 1 000 HABITANTES, PORTUGAL E NUTS II, 2001



15 | PROTECÇÃO SOCIAL

UM EM CADA TRÊS PORTUGUESES RECEBIAM UMA PRESTAÇÃO SOCIAL

Em 2003, existiam em Portugal cerca de 3 milhões e meio de indivíduos que recebiam uma prestação social³² (um aumento de 4,3% em relação ao ano anterior). Nas regiões Norte e Lisboa esta evolução foi superior à verificada a nível nacional: 6,1% e 5,3%, respectivamente. As regiões Alentejo (2,5%), Algarve (2,6%), Açores (2,4%) e Centro (3%) registaram, por seu lado, um aumento inferior ao nacional dos indivíduos a receberem uma prestação social.

Na sua distribuição pelas diversas regiões constata-se que o Norte apresentava a maior percentagem de indivíduos nestas circunstâncias (34,5%), seguido de Lisboa e Centro (24% e 23,7%, respectivamente). A representatividade das restantes regiões era sensivelmente inferior: Alentejo (9,8%), Algarve (3,9%), Açores (1,6%) e Madeira (2%).

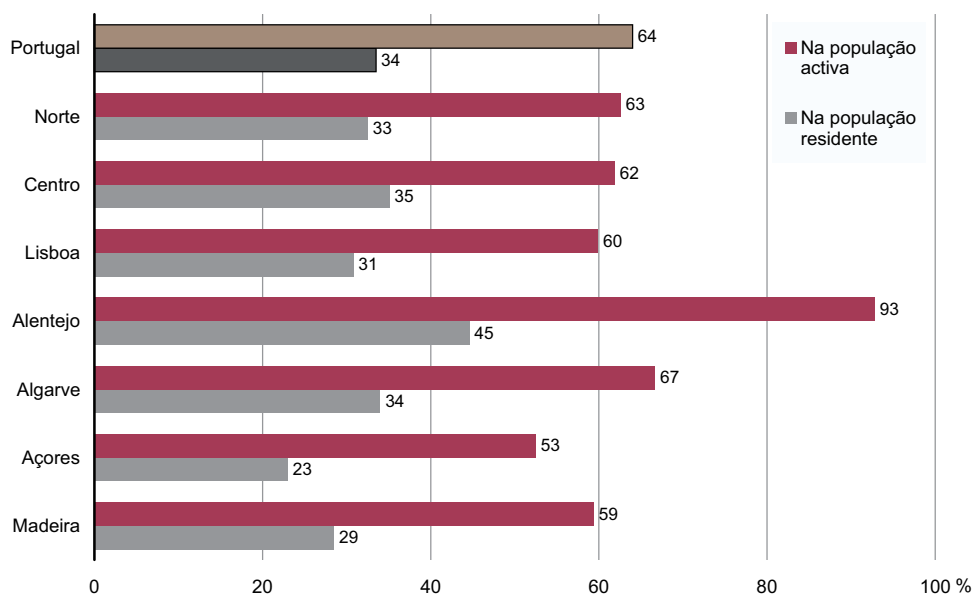
Esta distribuição repete a mesma estrutura verificada em 2002, sendo que a única alteração consiste em que, nesse ano, o Centro com 23,6% do total de indivíduos a receberem uma prestação social ultrapassava Lisboa (23,5%) por uma décima e decalca a hierarquia da dimensão populacional de cada região. Ou seja, como esperado, verificava-se um maior número de beneficiários de prestações sociais nas regiões com mais população.

Todavia, se se comparar o número de indivíduos beneficiários de algum tipo de prestação social com a população residente em cada região, o cenário altera-se substancialmente. Neste caso surge o Alentejo como a região em que a percentagem de população que beneficia de uma prestação social era maior (44,6%). Recorde-se que esta região representa cerca de 7% da população nacional. As restantes regiões continentais apresentavam percentagens muito semelhantes entre si (todas perto dos 30%). Nas regiões insulares surgia a Madeira com o maior peso destes beneficiários face à população. Das sete regiões nacionais, três (Algarve, Centro e Alentejo) apresentavam, neste indicador, valores superiores ao nacional (33,5%) [Figura 15.1].

Outro indicador relevante para aferir o peso das diversas funções de apoio social consiste em calcular a percentagem de indivíduos que recebem algum tipo de prestação social na população activa. Neste caso o cenário anterior tende a agravar-se, sendo que a nível nacional os dependentes de uma prestação social representavam 64,1% da população activa. O Alentejo, com 92,8%, destacava-se ainda mais das restantes regiões, deixando um retrato algo preocupante de uma região em que para cada 100 residentes activos existiam 93 indivíduos beneficiários de uma prestação social.

³² Considerou-se como prestação social as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência e os rendimentos provenientes do fundo de desemprego e do rendimento mínimo garantido. No caso das Regiões Autónomas por indisponibilidade de informação não foram contabilizados os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido.

FIGURA 15.1 PROPORÇÃO DOS INDIVÍDUOS A RECEBER UMA PRESTAÇÃO SOCIAL NA POPULAÇÃO RESIDENTE E NA POPULAÇÃO ACTIVA³³, PORTUGAL E NUTS II, 2003



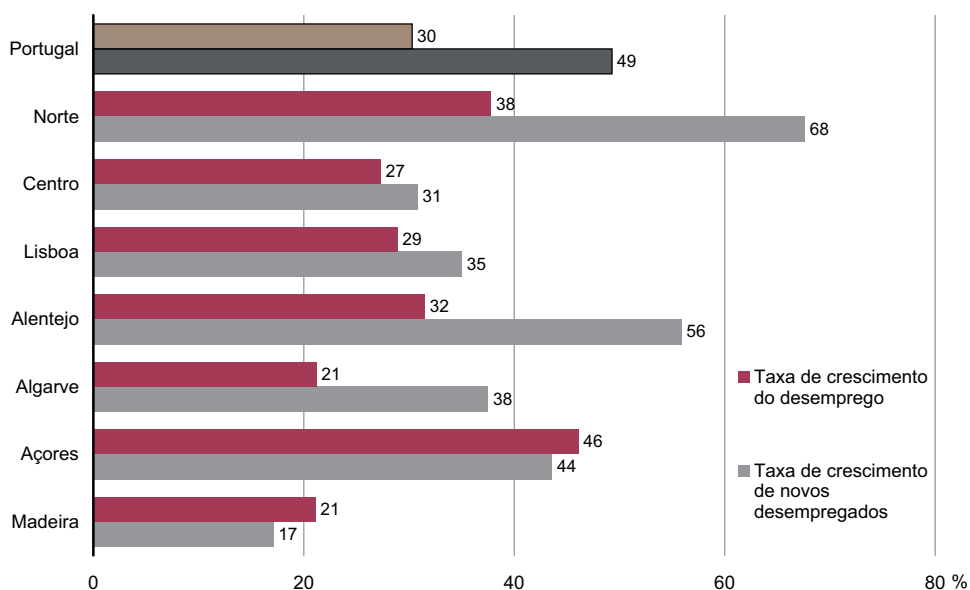
FORTE AUMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO . . .

Durante o ano de 2003, o número total de beneficiários de subsídio de desemprego foi de 482 mil, o que representava mais 30% que o valor registado no ano anterior. O aumento destes beneficiários foi, durante o ano de 2003, uma constante em todas as regiões [Figura 15.2].

Do total de indivíduos a receberem uma prestação de desemprego cerca de metade eram desempregados registados durante o ano. A taxa de crescimento destes novos desempregados face ao ano anterior foi, a nível nacional, de 49%.

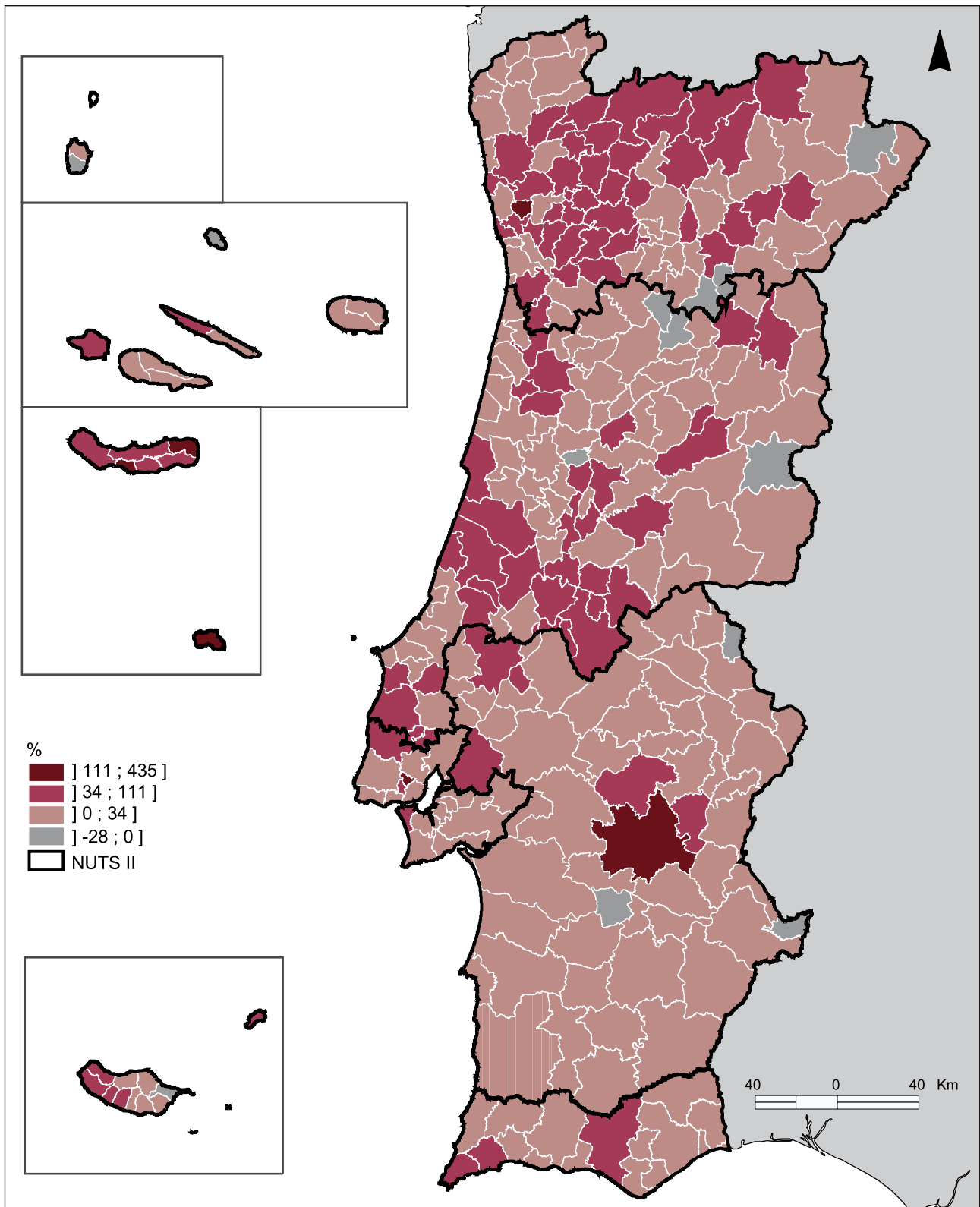
³³ Nesta análise a informação da população residente e da população activa por NUTS II respeita a 2003 e é proveniente do Inquérito ao Emprego.

FIGURA 15.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS E DE NOVOS DESEMPREGADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2003



Dos 308 concelhos apenas 13 registaram decréscimos do número de beneficiários do subsídio de desemprego. Lisboa e Algarve foram as regiões onde este tipo de beneficiários não diminuiu em nenhum dos seus concelhos. Em 8 concelhos o aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego ultrapassou os 100%. O maior valor deste indicador verificou-se em Lagoa (Açores) e foi de 435%. No Continente, Évora registou um acréscimo superior a 200%. No Nordeste e Vila do Porto (Açores), Ourém e Castelo de Paiva o número de beneficiários foi mais do dobro do ano anterior. Por último, de referir que 43% dos concelhos registaram acréscimos superiores ao valor nacional [Figura 15.3].

FIGURA 15.3 EVOLUÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR CONCELHO, 2002-03



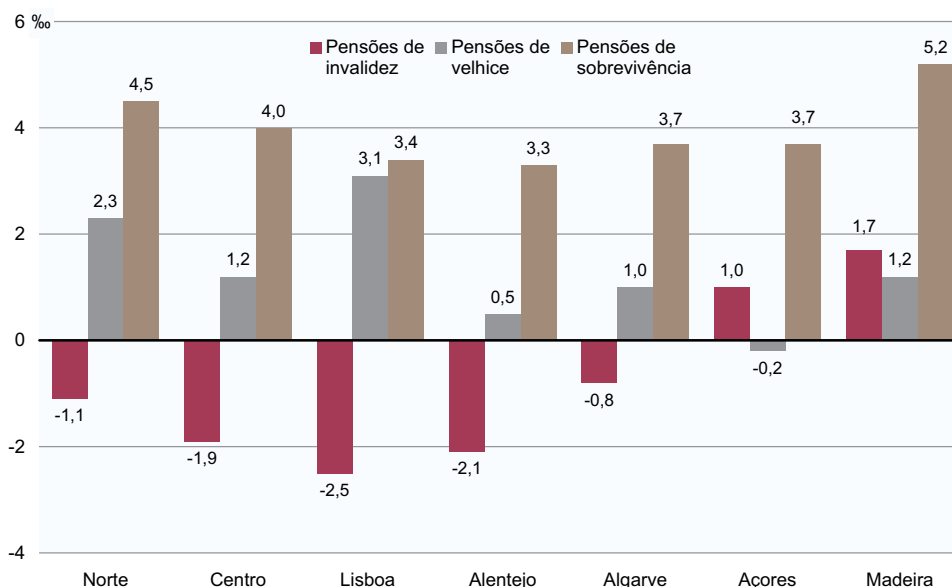
... E DOS BENEFICIÁRIOS DE PENSÕES

No que se refere às funções velhice, invalidez e sobrevivência, entre 2002 e 2003, o número de beneficiários aumentou 1,8% o que se traduz em quase 50 mil novos pensionistas. Pelo contrário, o número de titulares do Rendimento Mínimo Garantido registou um decréscimo de 3,8%.

Como seria de esperar a função velhice continua ser responsável pela grande maioria dos pensionistas activos tanto a nível nacional (62,3%) como por NUTS II. Algarve (66%), Alentejo (65,6%) e Centro (64,3%) apresentavam uma percentagem de pensionistas nesta função acima do valor nacional. As Regiões Autónomas detinham a menor proporção de pensionistas por velhice, 51,6% e 58,7%, respectivamente. Os valores da Região Norte (60,4%) e Lisboa (61,9%) aproximavam-se do valor nacional.

Os três tipos de pensões: invalidez, velhice e sobrevivência apresentaram evoluções diferentes entre 2002 e 2003. No primeiro caso registou-se uma redução de 1,7%, sendo que os outros dois tipos de pensões apresentavam acréscimos de 1,8% e 3,6%, respectivamente. A excepção a este padrão de evolução aconteceu apenas nos Açores, onde os pensionistas por velhice e diminuíram ligeiramente e os pensionistas por invalidez aumentaram, e na Madeira, onde também se registou um aumento dos pensionistas por invalidez [Figura 15.4].

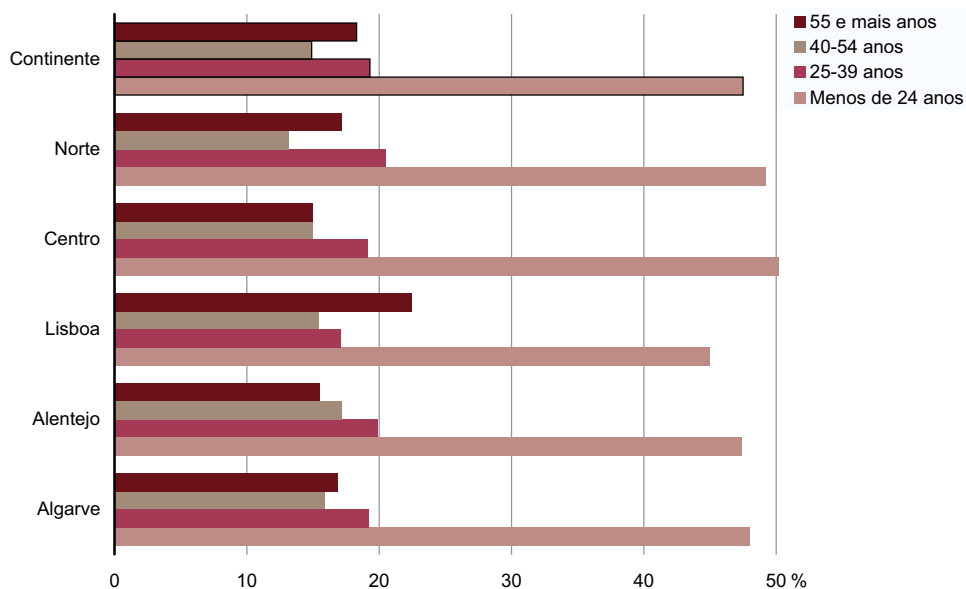
FIGURA 15.4 EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA, POR NUTS II, 2003



Durante o ano de 2003, os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido foram contabilizados em cerca de 350 mil indivíduos, este número representa um decréscimo de 3,8% em relação a igual período do ano anterior. A redução do número de beneficiários em todas as regiões e em todos os grupos etários é, aliás, a primeira conclusão a retirar da análise da evolução anual desta prestação social. Esta redução foi maior no Algarve (-11,3%) e Centro (-9,6%) e mais reduzida no Norte e Lisboa, respectivamente, 1,3% e 1,7%. O Alentejo registou uma redução de 5,6%.

As mulheres constituíam sempre mais de metade dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e este destinava-se maioritariamente a indivíduos com menos de 24 anos de idade [Figura 15.5].

FIGURA 15.5 BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO SEGUNDO A IDADE, CONTINENTE E NUTS II, 2003



BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO MAIS JOVENS E MAIS QUALIFICADOS

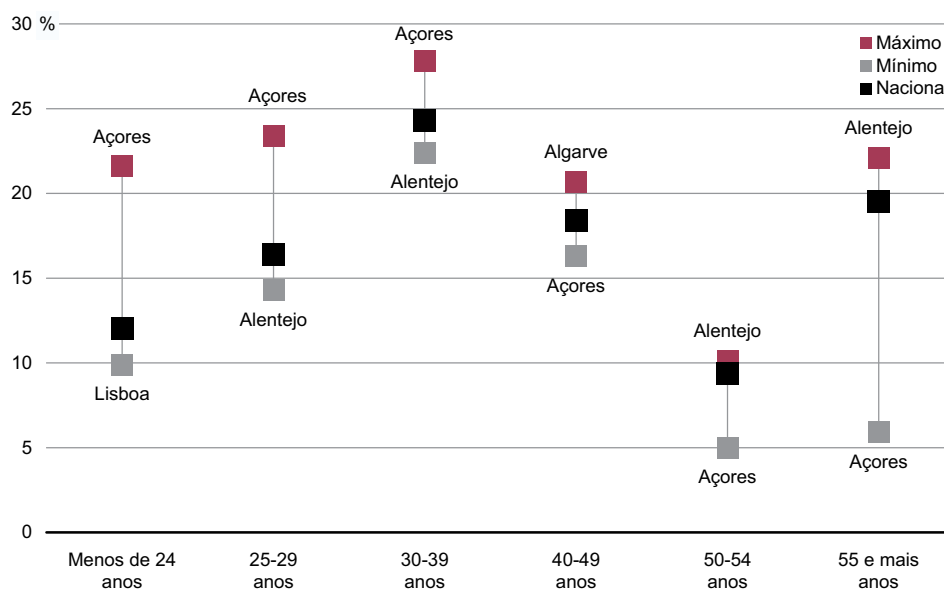
Mais de metade dos beneficiários do subsídio de desemprego, a nível nacional e regional, eram do sexo feminino, quer se considere o total de desempregados ou apenas os novos desempregados. No Algarve, Alentejo, Açores e Centro a percentagem de mulheres entre este tipo de beneficiários ultrapassava os 60%, e mesmo para as restantes regiões esta proporção situava-se sempre acima dos 50%. Todavia, a taxa de crescimento destes beneficiários foi, de 2002 para 2003, superior no sexo masculino do que no feminino e apenas a Madeira não confirmava esta regra.

O escalão etário dos 30 aos 39 anos era o que registava o maior peso, com valores sempre acima dos 20% a nível nacional e em todas as regiões do país. O segundo grupo etário com maior peso era constituído por indivíduos entre os 40 e os 49 anos com percentagens sempre muito próximas dos 20%. Neste caso a excepção vem dos Açores em que o segundo grupo com maior peso entre os beneficiários do subsídio de desemprego era o de indivíduos entre os 25 e os 29 anos [Figura 15.6].

A análise da repartição dos beneficiários do subsídio de desemprego por grupo etário indica que estes se situam essencialmente entre os 30 e os 49 anos. Contudo, é curioso verificar que as taxas de crescimento de 2002 para 2003 foram superiores, não nestes grupos, mas sim nos escalões etários mais novos. De facto, a taxa média de crescimento destes beneficiários entre os 25 e os 29 anos foi de 42,3%, o maior crescimento por grupo etário verificado, com os Açores (49,9%), Norte (51,9%) e Lisboa (45,6%) a registarem valores superiores à média nacional. Em segundo lugar surgia o grupo etário dos beneficiários do subsídio de desemprego com menos de 24 anos com um crescimento de 36,4%, sendo neste caso o Algarve (46,2%), Açores e Madeira que registaram valores superiores à

média nacional. Este facto parece indiciar a tendência do desemprego afectar a população activa mais jovem, depois de numa fase anterior ter atingido especialmente os indivíduos já com uma carreira profissional. Por último, de referir que o crescimento médio nacional dos beneficiários com mais de 50 anos de idade não ultrapassou os 20%, tanto entre os 50-54 anos, como para os que têm 55 e mais anos.

FIGURA 15.6 DISPARIDADES REGIONAIS NA ESTRUTURA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO, POR NUTS II, 2003

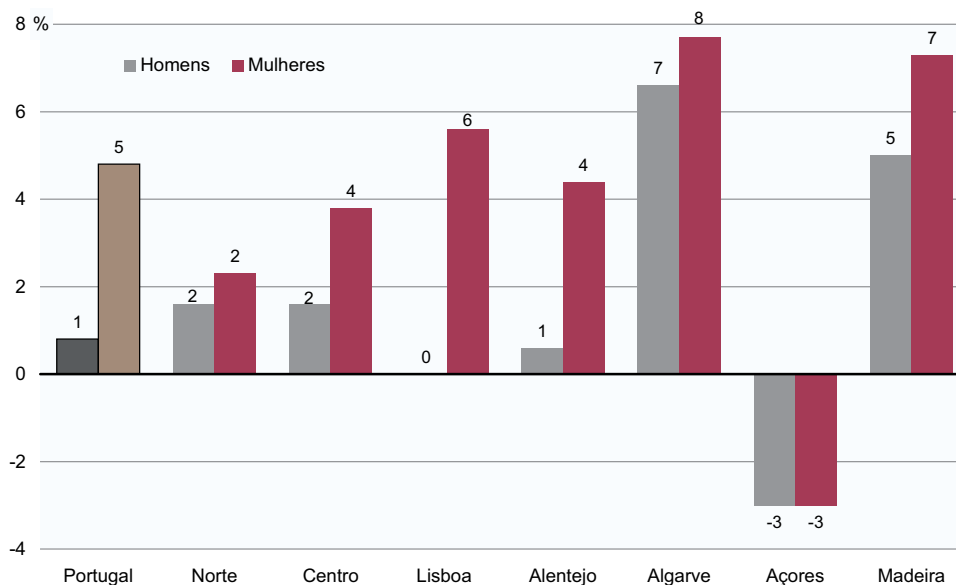


AUMENTO DE 3,4% NA PRESTAÇÃO MÉDIA DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

No valor total das prestações de desemprego registou-se a mesma tendência verificada no número de beneficiários, ou seja, o montante pago, em 2003, foi superior em 34,8% em relação ao de 2002. O valor médio pago por beneficiário foi, no ano de 2003 e ao nível nacional, de 2 988 euros a que corresponde um acréscimo de 3,4% em relação a igual período do ano anterior. Na Região de Lisboa, o valor médio das prestações de desemprego foi de 3 521 euros, sendo a região do país com o valor médio mais alto. Como seria de esperar este indicador reflecte a distribuição dos valores dos salários, pelo que, naturalmente, o Norte e o Centro apresentavam, respectivamente, o segundo e o terceiro valor médio em termos de prestações de desemprego e os Açores o valor mais baixo, com uma prestação média de 1 817 euros. Mais interessante é, porém, o facto da Madeira se situar como a quarta região do país em termos de prestação média por beneficiário e do Algarve ser a região continental com o valor mais baixo neste indicador.

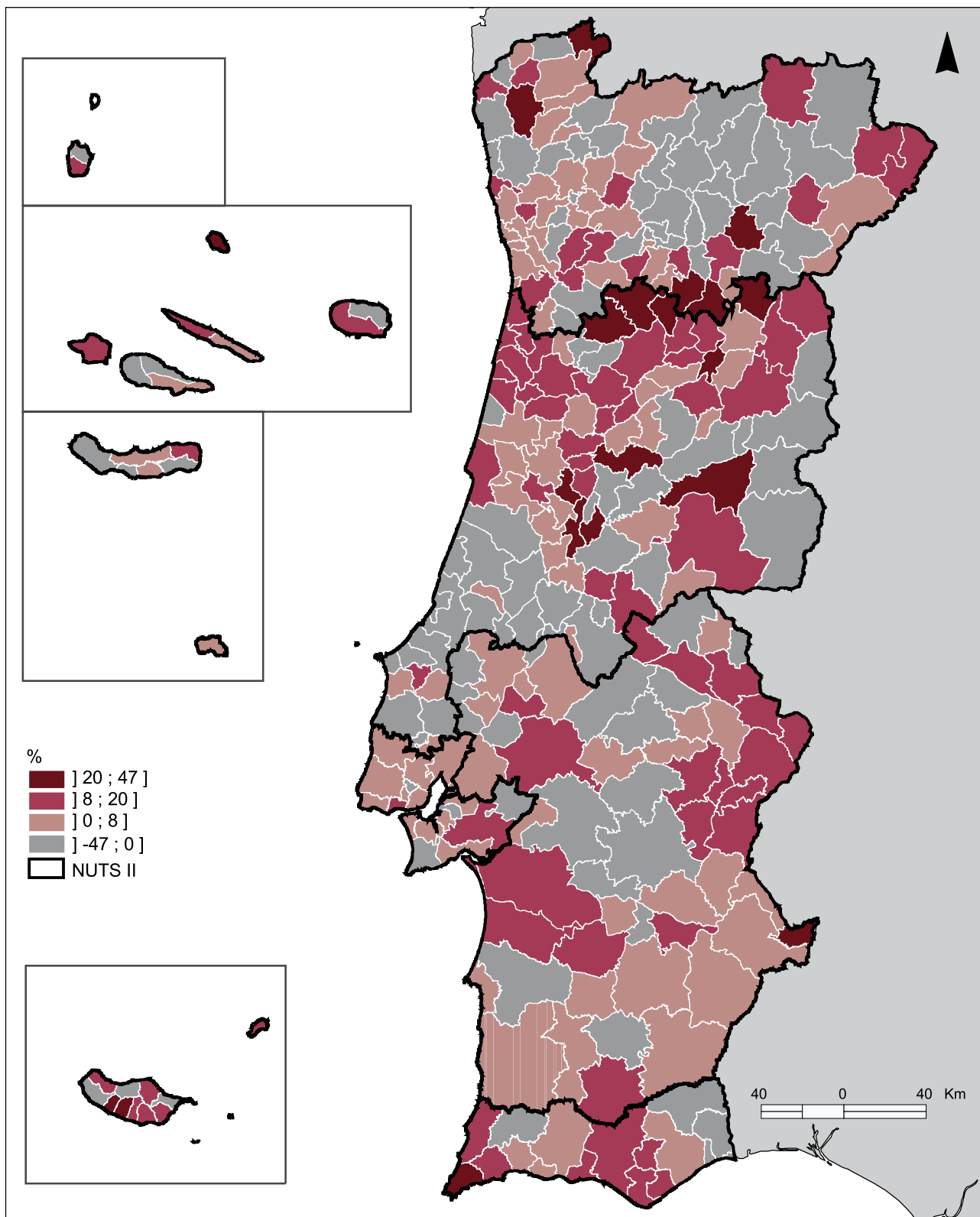
Com excepção dos Açores, todas as regiões registaram, de 2002 para 2003, um crescimento do valor da prestação média de desemprego com a particularidade de este aumento ser sempre maior nas regiões em que a taxa de crescimento do número de desempregados foi menor. Outra particularidade consiste em verificar que este aumento foi sempre superior (e em algumas regiões consideravelmente superior) nos desempregados do sexo feminino do que nos do sexo masculino [Figura 15.7].

FIGURA 15.7 EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES MÉDIAS DE DESEMPREGO SEGUNDO O SEXO, PORTUGAL E NUTS II, 2002-03



A representação, ao nível concelhio, da evolução da prestação média de desemprego nas mulheres mostra que os maiores aumentos desta prestação social localizaram-se, particularmente, em duas áreas do território nacional: nas sub-regiões do Dão-Lafões (S. Pedro do Sul, Castro Daire e Vila Nova de Paiva) e Douro (Carrazada de Ansiães, Moimenta da Beira e Sernancelhe), situados ao longo do vale do rio Douro; mais a Sul, no Pinhal Interior Norte (Meda, Arganil, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos), Serra da Estrela (Fornos de Algodres) e Cova da Beira (Fundão) desenha-se um outro grupo de concelhos em que a prestação média de desemprego feminino cresceu acima dos 20% [Figura 15.8].

FIGURA 15.8 EVOLUÇÃO DA PRESTAÇÃO MÉDIA DE DESEMPREGO DAS MULHERES, POR CONCELHO, 2002-03





PERÍODO MÉDIO DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO MANTÉM-SE

Em 2003, o período médio de atribuição do subsídio de desemprego foi de 215 dias, inferior em apenas um dia ao ano anterior. A evolução deste indicador mostra que não se registaram alterações dignas de nota na duração do tempo de desemprego. O Algarve, com um aumento do número de dias processados por beneficiário de 35%, e os Açores, com uma redução de 8,4%, eram as regiões que se afastavam da tendência verificada a nível nacional.

Em síntese, as variáveis que caracterizavam o crescimento dos beneficiários do subsídio de desemprego verificado, entre 2002 e 2003, indicavam um aumento do desemprego nos grupos etários mais jovens, no sexo masculino e em trabalhadores mais qualificados (com salários mais elevados). Esta tendência para a "especialização" do desemprego era especialmente patente no sexo feminino.

16 | EDUCAÇÃO

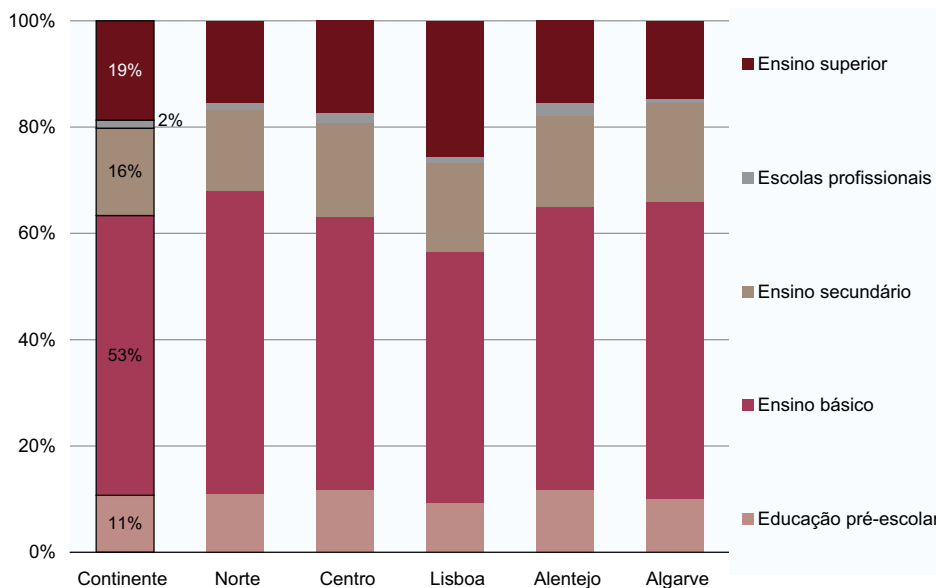
AUMENTO DA COBERTURA DO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO SUPERIOR

No ano lectivo de 2002/2003, estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino do território continental português 2,1 milhões de alunos, tendo-se registado, entre o ano lectivo de 2001/2002 e de 2002/2003, uma diminuição de cerca de 1% dos alunos. Pouco mais de metade do universo estudantil de Portugal continental frequentava o ensino básico e, do remanescente, 19% encontrava-se no ensino superior, 16% no secundário, sendo menos expressivas as proporções na educação pré-escolar e escolas profissionais [Figura 16.1]. Face ao ano lectivo anterior, a maioria dos níveis de ensino apresentaram uma diminuição do número de alunos, sendo excepção o ensino pré-escolar que cresceu 5% e o ensino superior que aumentou 1%.

A distribuição dos alunos nas diversas regiões do Continente não diferia muito da estrutura nacional, no entanto, a Região de Lisboa destacava-se por mais de um quarto da sua população estudantil estar matriculada no ensino superior (26%), o Norte e o Algarve pela importância acima da média que os estudantes no ensino básico detinham (respectivamente, 57% e 56%) e o Alentejo por apresentar a mais elevada proporção de alunos no pré-escolar (13%).

Também a evolução a nível regional foi próxima da nacional na generalidade dos níveis de ensino: todas as regiões aumentaram o número de alunos no pré-escolar, salientando-se os níveis de crescimento acima da média no Algarve (9%) e em Lisboa (7%); todas as regiões diminuíram o universo de alunos do ensino básico e secundário, destacando-se no primeiro caso o decréscimo no Alentejo (-3%) e no segundo o comportamento de Lisboa (-7%). No que diz respeito ao ensino profissional e ensino superior as evoluções regionais foram divergentes: ao contrário da tendência de diminuição dos alunos nas escolas profissionais, o Norte, o Centro e o Alentejo aumentaram o número de alunos neste tipo de ensino e, no caso do ensino superior, o Algarve, Lisboa e o Alentejo diminuíram ligeiramente o volume de estudantes neste nível de ensino contrariando a tendência de aumento na globalidade do Continente.

FIGURA 16.1 ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO O ENSINO MINISTRADO, CONTINENTE E NUTS II, 2002/2003

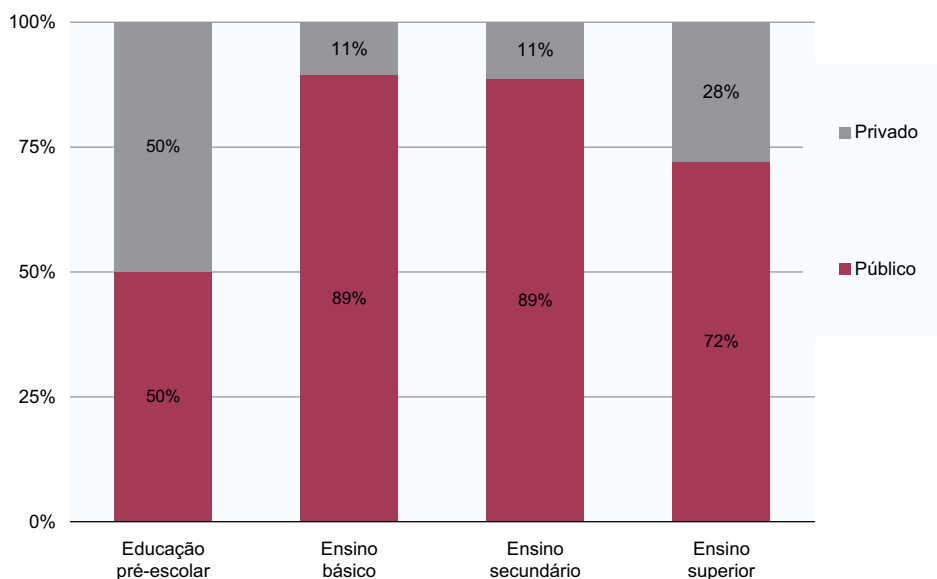


ENSINO PÚBLICO ASSEGURA A FORMAÇÃO DE CERCA DE 80% DOS ESTUDANTES NO CONTINENTE

A grande maioria da formação dos estudantes de Portugal continental era recebida em estabelecimentos de ensino público mas, no ano lectivo de 2002/2003, 19% dos alunos recebiam formação em estabelecimentos privados, tendo-se registado um ligeiro crescimento no número de estudantes inscritos neste tipo de oferta, enquanto no ensino público houve mesmo uma diminuição relativamente ao ano lectivo anterior (-1%).

A importância do ensino privado era especialmente expressiva no ensino pré-escolar e no ensino superior, tendo assegurado, em 2002/2003, respectivamente 50% e 28% da formação dos alunos destes níveis [Figura 16.2]. No entanto, ensino público e privado assumiam dinâmicas distintas nestes dois níveis de ensino: enquanto no ensino pré-escolar a taxa de crescimento do número de alunos foi mais significativa nas escolas públicas (9%) do que nas privadas (2%), no ensino superior houve uma diminuição do número de alunos nas universidades privadas (-1%) e um ligeiro aumento nas universidades públicas (2%).

FIGURA 16.2 ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO, POR ENSINO MINISTRADO, CONTINENTE, 2002/2003



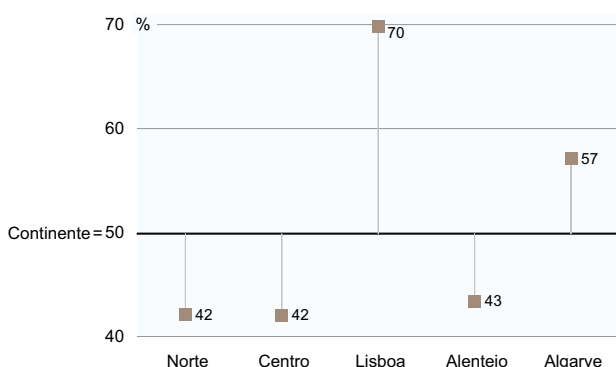
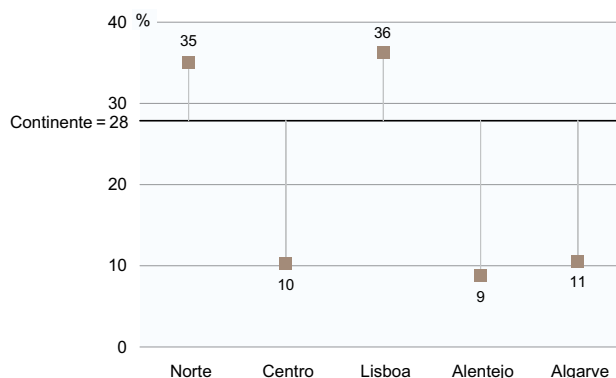
A Região de Lisboa apresentava a proporção mais elevada de alunos no ensino privado (26%), em oposição ao Alentejo que detinha a menor percentagem (9%). Tal como na globalidade do Continente, era também na educação pré-escolar e ensino superior que se registavam as maiores proporções de estudantes inscritos no sector privado nas diversas regiões do Continente³⁴, ainda que a sua importância não fosse homogénea.

PRÉ-ESCOLAR PRIVADO ABRANGE 70% DOS ALUNOS NA REGIÃO DE LISBOA

A oferta de pré-escolar pelo sector privado assegurava a educação de cerca de 70% da população estudantil deste nível de ensino na Região de Lisboa, sendo também superior à média nacional no Algarve (57%). A sua importância era menor nas restantes regiões, assegurando, no entanto, a educação de pelo menos 42% em todas as regiões [Figura 16.3].

A Região de Lisboa destacava-se também na importância assumida pelo sector privado no ensino superior, sendo, a par com o Norte, as regiões onde esta importância era mais significativa. Neste nível de ensino, o papel do sector privado nas restantes regiões é de menor importância, rondando apenas os 10% [Figura 16.4].

³⁴ A única excepção encontra-se no Centro onde a importância do sector privado no ensino básico era superior à verificada no ensino superior.

FIGURA 16.3 PROPORÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR PRIVADO, POR NUTS II, 2002/2003

FIGURA 16.4 PROPORÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, POR NUTS II, 2002/2003


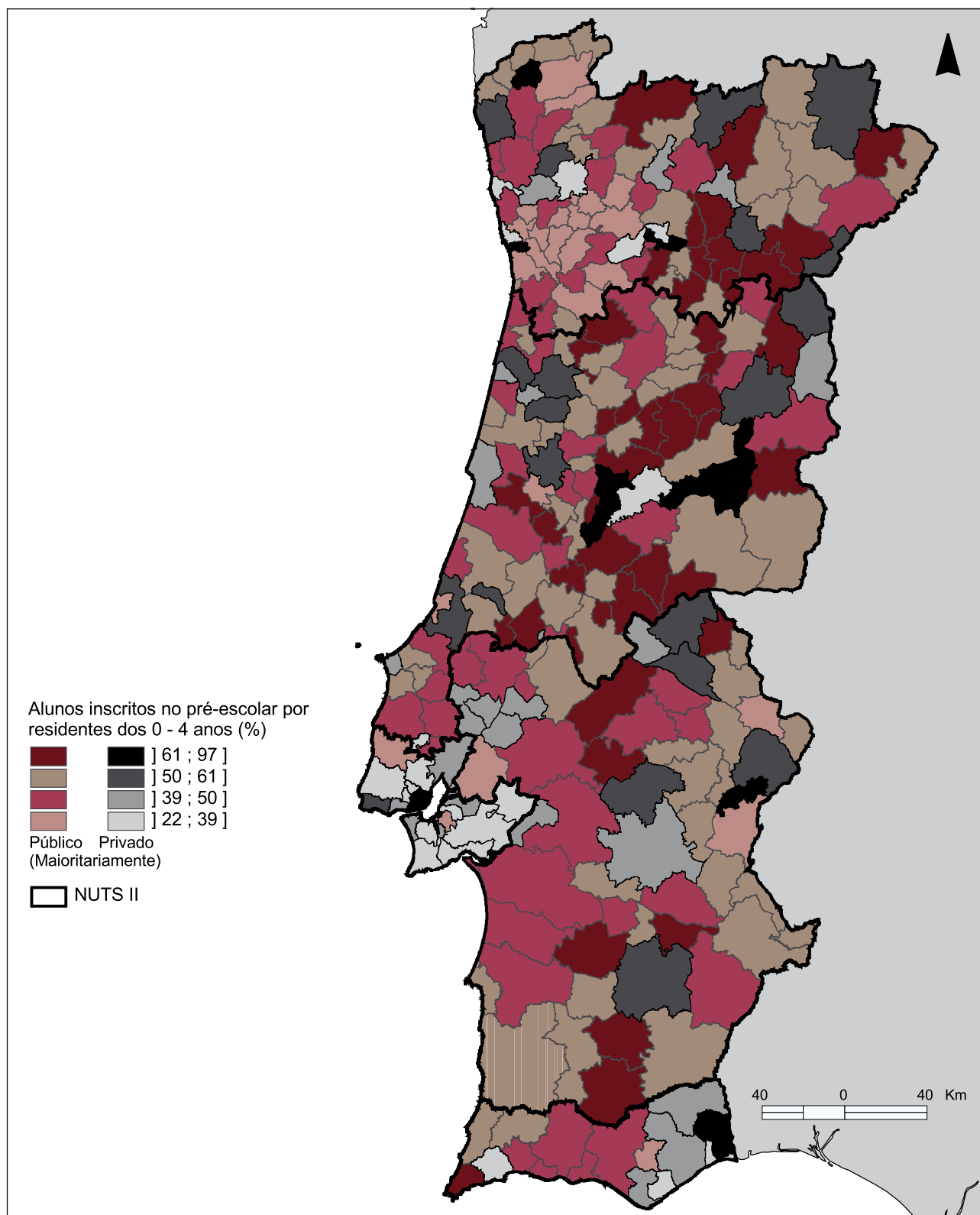
PRÉ-ESCOLAR DE "PROXIMIDADE" AO LOCAL DE EMPREGO NAS ÁREAS METROPOLITANAS

A Figura 16.5 permite verificar que a importância do sector privado no ensino pré-escolar sobrepunha-se à importância do sector público sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa e em concelhos com cidades de média dimensão (e.g. Viana do Castelo, Chaves, Aveiro, Alcobaca, Beja ou Olhão). O ensino pré-escolar privado surgia ainda com uma importância maioritária em alguns concelhos do Interior onde a dimensão urbana é pouco relevante (e.g. Freixo de Espada à Cinta, Figueira de Castelo Rodrigo, Peso da Régua, Nisa ou Alcoutim), sendo que a totalidade destas situações atingia cerca de um quarto dos concelhos do Continente.

Da geografia da taxa de cobertura do pré-escolar não fica evidente qualquer tipo de padrão territorial. Transparecem, no entanto, menores taxas de cobertura nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e áreas envolventes e ainda no Algarve. De facto, 89% dos concelhos da Região de Lisboa apresentavam taxas de cobertura do pré-escolar inferiores a 50% passando-se o mesmo em cerca de 70% dos concelhos do Algarve. Seguindo esta leitura o Alentejo e especialmente o Centro eram as regiões menos penalizadas (respectivamente com 41% e 30% dos concelhos com taxas de cobertura inferiores a 50%).

As baixas taxas de cobertura do ensino pré-escolar têm significados diferentes no território. A função assumida pelo pré-escolar pode ser substituída por serviços informais não inseridos na rede do pré-escolar ou redes sociais de proximidade sob lógicas de interajuda e vizinhança que substituem a rede formal da educação pré-escolar.

No que se refere às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (e áreas envolventes), refira-se que, em oposição às baixas taxas de cobertura nas coroas metropolitanas, surgiam elevadas taxas de cobertura nos centros. Este padrão parece apontar uma tendência de inscrição dos filhos em estabelecimentos do pré-escolar junto aos locais de emprego do país: a sobrevalorização dos centros metropolitanos (concelhos de Lisboa e Porto) enquanto locais de emprego faz com que as taxas de cobertura se tornem extremamente elevadas nestes concelhos. O sentido de "serviço de proximidade" associado ao ensino pré-escolar assume, deste modo, dois significados distintos no território do Continente: uma "proximidade" aos locais de residência na generalidade do território e uma "proximidade" ao local de trabalho nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, onde o desfasamento entre local de trabalho e local de residência é mais notório.

FIGURA 16.5 ALUNOS INSCRITOS NO PRÉ-ESCOLAR POR RESIDENTES DOS 0-4 ANOS³⁵, POR CONCELHO, 2002/2003

³⁵ A adequação da “população residente dos 0-4 anos” como universo de referência não é total uma vez que o ensino pré-escolar envolve a população até aos 6 anos; a utilização daquele universo prende-se apenas com questões de disponibilidade de informação.

MAIOR DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS E MAIS ALUNOS POR PROFESSOR NO PRÉ-ESCOLAR PRIVADO

No ano lectivo de 2002/2003, as características dos estabelecimentos diferiam de forma significativa entre a oferta pública e privada. Em todas as regiões a dimensão média dos estabelecimentos privados do pré-escolar era superior à dimensão dos estabelecimentos públicos, variando no primeiro caso entre 62 alunos por estabelecimento (Norte) e 54 (Algarve), sendo o intervalo de variação nos estabelecimentos públicos de 48 alunos por estabelecimento no Algarve e 23 no Centro. No Norte e Alentejo, a dimensão média dos estabelecimentos do sector privado era mais do dobro da dimensão média dos estabelecimentos públicos.

As diferenças entre os dois tipos de oferta são igualmente significativas quando se considera o número médio de alunos por docente: ao nível de Portugal continental aquele rácio era de 15 no sector público e 18 no sector privado, atingindo em ambos os casos o valor máximo no Algarve (respectivamente, 18 e 19 alunos por docente).

Estas diferenças não podem, no entanto, ser interpretadas sem ter em conta a maior relevância do sector privado em áreas urbanas onde a concentração de população tem implicações em ambos os indicadores referidos. Pelo contrário, a maior dispersão territorial do pré-escolar público imprime necessariamente valores mais reduzidos nas dimensões médias dos estabelecimentos e no número médio de alunos por professor.

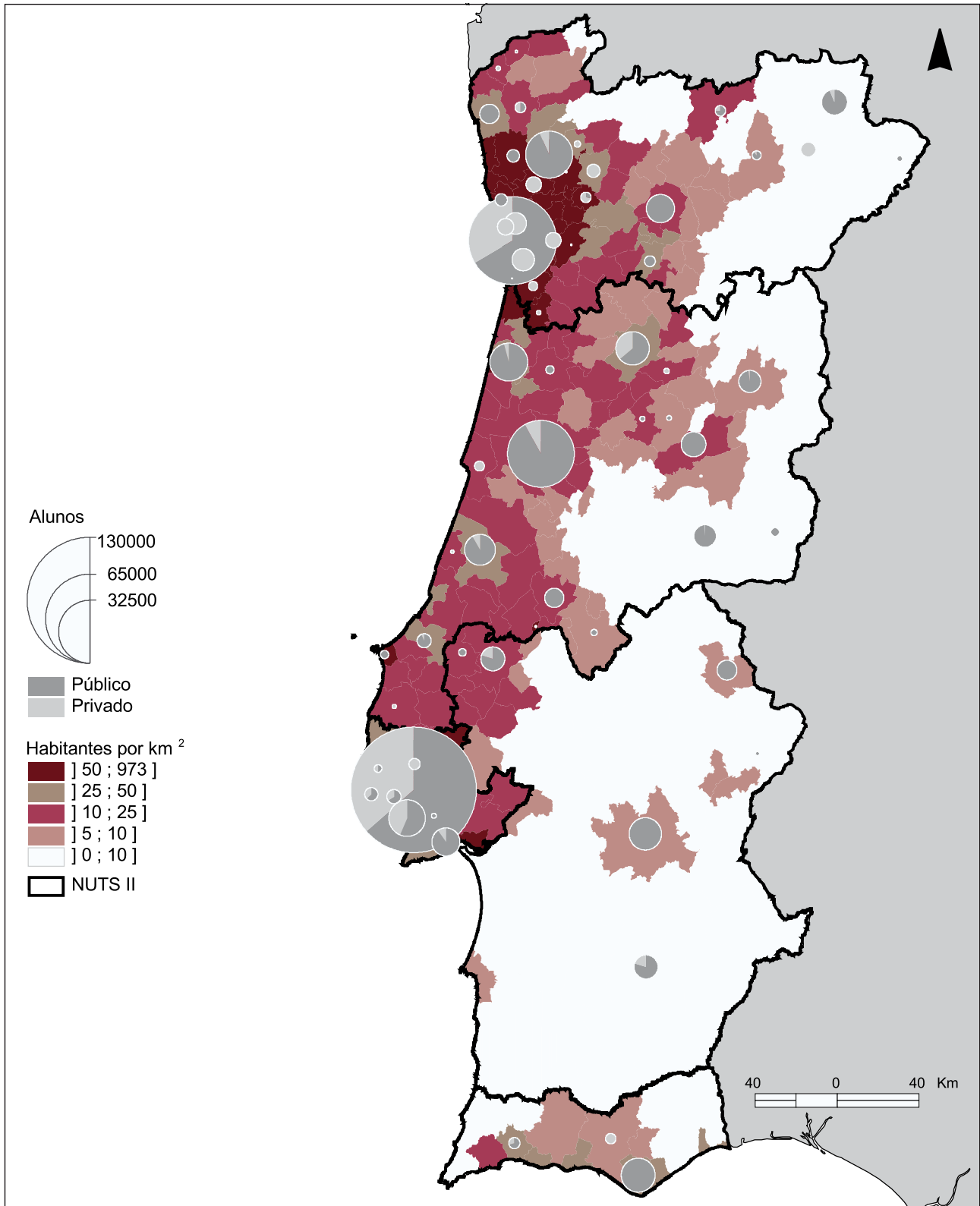
ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DINAMIZADO PELO SECTOR PÚBLICO

A distribuição do número de alunos inscritos no ensino superior revela um padrão fortemente concentrado, associado quer às áreas metropolitanas, quer a cidades de média dimensão do Litoral e Interior, ainda que se esboce também uma associação com a distribuição da população em geral, e da população dos 15 aos 24 anos em particular [Figura 16.6].

De facto, só os concelhos de Lisboa e Porto concentravam perto de 50% dos alunos do ensino superior, e se a estes for acrescido o concelho de Coimbra, ou se forem considerados a totalidade dos concelhos que compõem as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, esta proporção ascendia a perto de 60%.

No que diz respeito à dicotomia público-privado, verifica-se uma concentração no Litoral de alunos inscritos em instituições privadas, principalmente nas áreas metropolitanas ou nas suas proximidades (vejam-se, por exemplo, na proximidade da Área Metropolitana do Porto, os concelhos de Paredes, Vila Nova de Famalicão ou Felgueiras; no caso da Área Metropolitana de Lisboa são exemplos Santarém e Torres Vedras). De facto, a associação entre relevância do ensino superior e cidades médias do Interior surgia maioritariamente via estabelecimentos públicos, fruto de uma política de desconcentração dos estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente através dos Institutos Politécnicos que funcionaram, na década de 90, como autênticos instrumentos de desenvolvimento regional. Existiam, no entanto, raras excepções em que o ensino superior privado assumia relevância no Interior (constituem exemplo os concelhos de Macedo de Cavaleiros ou Beja).

FIGURA 16.6 ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR E DENSIDADE DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 24 ANOS, POR CONCELHO, 2002/2003



ASSOCIAÇÃO ENTRE PRINCIPAIS ÁREAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR E PERFIL PRODUTIVO DAS REGIÕES

A estrutura dos estudantes universitários por áreas de ensino, no ano lectivo 2002/2003, revelava uma forte importância da área de *comércio e administração* (15%), *engenharias e técnicas afins* (13%) e *formação de professores e ciências de educação* (12%). No entanto, a estrutura difere quando se considera os estudantes do sexo masculino e feminino: para os primeiros era sobretudo relevante a área de *engenharias e técnicas afins* (24%), para os segundos a *formação de professores e ciências de educação* (17%). A relação de masculinidade nos estudantes do ensino superior continuava a revelar uma maior presença das mulheres neste nível de ensino, ainda que o número de homens por 100 mulheres tenha aumentado de 75 para 77 do ano lectivo de 2001/2002 para o ano escolar seguinte.

A análise das áreas de ensino que surgiam sobre-representadas a nível regional no contexto da estrutura nacional são distintas nas diferentes regiões, sendo os níveis de especialização claramente superiores nas regiões que apresentavam menor importância na globalidade do universo de estudantes do ensino superior, nomeadamente, Regiões Autónomas e Alentejo [Quadro 16.i].

Por outro lado, nas regiões com níveis de especialização mais elevados é possível identificar um grau de coincidência entre as áreas de estudo e o perfil produtivo de base regional. Constituem exemplos elucidativos, a sobre-representação da área *Agricultura, Silvicultura e Pesca*, no Alentejo, nos Açores e mesmo no Centro, regiões cujo perfil produtivo coloca em destaque os ramos da agricultura e/ou pescas, quando confrontado com o perfil nacional.

QUADRO 16.i ÁREAS DE ESTUDO³⁶ E NÍVEIS³⁷ DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL NO ENSINO SUPERIOR, POR NUTS II, 2002/2003

Especializações	1ª área de estudo	2ª área de estudo	3ª área de estudo	Nível de Especialização [0 ; 100]
Norte	Formação de professores e ciências da educação	Saúde	Ciências informáticas	16
Centro	Engenharia e técnicas afins	Agricultura, silvicultura e pesca	Artes	18
Lisboa	Jornalismo e informação	Direito	Ciências sociais e do comportamento	20
Alentejo	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústrias de transformação e de tratamento	Serviços sociais	38
Algarve	Serviços pessoais	Ciências da vida	Protecção do ambiente	30
Açores	Ciências da vida	Protecção do ambiente	Agricultura, silvicultura e pesca	49
Madeira	Matemáticas e estatísticas	Ciências da vida	Serviços pessoais	44

³⁶ Consideraram-se as áreas de especialização que simultaneamente apresentavam um quociente de localização superior a 1 e uma importância na região superior a 2,25%. Entende-se por quociente de localização, o rácio entre o peso, em termos de número de alunos no ensino superior, de uma determinada área de estudo na região e o peso, em termos de alunos, da área de estudo no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a área de estudo em questão tem maior relevância no número de alunos da região do que ao nível nacional, ou seja, a região é especializada nessa área de estudo, em termos de número de alunos.

³⁷ Os níveis de especialização foram determinados através dos Coeficientes de Especialização Regionais. O coeficiente de especialização mede o grau de concentração que uma região detém em relação às áreas de estudo que nela estão implantadas. A sua formulação consiste no somatório do módulo dos desvios da importância que a área *j* assume na região *r* e a importância que essa mesma área assume a nível nacional. O coeficiente de especialização de uma região *r* corresponde a metade do resultado obtido naquele somatório.

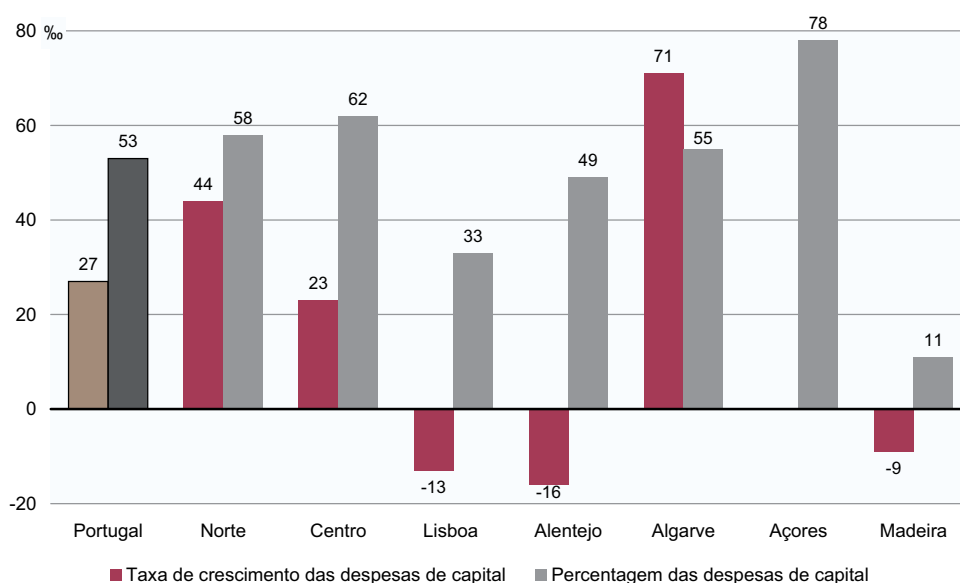
17 | CULTURA E RECREIO

DESPORTO ABSORVEU MAIS DE METADE DO INVESTIMENTO CAMARÁRIO EM CULTURA E RECREIO

Durante o ano de 2002 foram gastos pelas câmaras municipais, cerca de 766 milhões de euros em actividades culturais e desportivas, sendo que mais de metade deste valor foi aplicado em despesas de capital. Ao contrário, Lisboa e Madeira foram as regiões do país em que as despesas de capital são claramente ultrapassadas pelas despesas correntes [Figura 17.1].

O valor total das despesas camarárias neste tipo de actividades foi em média 14% superior a igual período do ano anterior³⁸. A maior contribuição para este crescimento resultou das despesas de capital que cresceram 27% contra apenas 2% das despesas correntes. Lisboa (-13%), Alentejo (-16%) e Madeira (-9%) são as regiões cuja evolução das despesas de capital não acompanhou a tendência das restantes regiões.

FIGURA 17.1 DESPESAS DE CAPITAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS - EVOLUÇÃO (FACE A 2001) E PROPORÇÃO NO TOTAL DE DESPESAS, PORTUGAL E NUTS II, 2002



A maior percentagem das despesas teve como destino a área de jogos e desportos, especialmente recintos desportivos, infra-estruturas que absorveram em 2002 e a nível nacional, 61% das despesas de capital das câmaras municipais. Em 2001, as despesas de capital neste tipo de infra-estrutura representaram 50% do total.

A área com a segunda maior percentagem de investimento de capital foi a de recintos culturais com 18% do total da despesa a nível nacional. Com os Açores a dedicarem a maior percentagem (30%) e o Algarve a menor (6%), sendo que na Madeira não houve qualquer investimento deste tipo.

³⁸ Para este cálculo não foi considerada a Região Autónoma dos Açores devido à indisponibilidade de dados para o ano de 2001.

As despesas correntes em actividades culturais foram também dominadas pela rubrica jogos e desportos (32%). Cerca de metade deste valor foi quanto as câmaras municipais dedicaram a actividades sócio-culturais. O património (cultural) e música com 7%, publicações e literatura (onde se inclui as despesas correntes com bibliotecas) com 10%, constituíram outras áreas culturais com alguma representação em termos de despesa corrente.

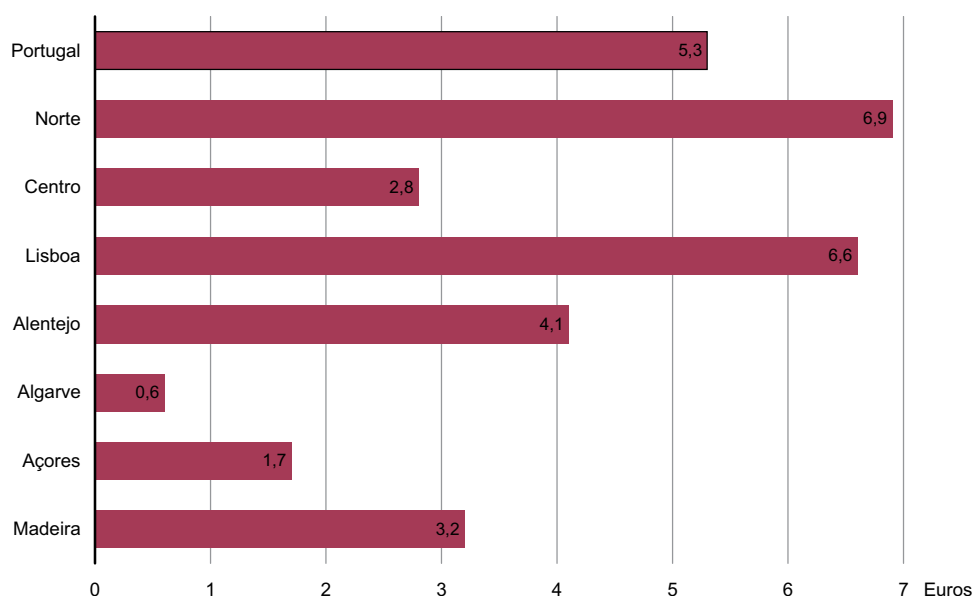
ALGARVE COM A MAIOR ASSISTÊNCIA MÉDIA EM ESPECTÁCULOS PÚBLICOS

Os espectáculos ao vivo realizados durante o ano de 2002 no território nacional mobilizaram mais de 4 milhões de espectadores e geraram uma receita de cerca de 22,5 milhões de euros. Estes números, quando comparados com os valores de igual período do ano anterior, indicam um crescimento do número de espectáculos (13,2%), dos espectadores (11,2%) e das receitas (26,2%), comum a quase todo o território nacional. Algarve e Açores são as únicas regiões onde se registou um decréscimo no número de espectáculos ao vivo (-9,2% e -26%, respectivamente). Nos Açores este decréscimo foi extensível às receitas (-21,6%).

A Região de Lisboa foi a que concentrou o maior número de espectadores (quase 2 milhões). Todavia, foi o Algarve que registou a maior participação, com o número médio de espectadores por espectáculo a ultrapassar o meio milhar, enquanto a segunda região com o valor mais alto era o Alentejo com 343 espectadores por espectáculo. Madeira, Lisboa e Centro detinham as menores participações com 247 espectadores na primeira e 264 espectadores nas restantes.

O Norte colocava-se como a região com a receita média por espectador mais elevada e o Algarve como a região em que cada espectador menos pagou por cada espectáculo frequentado [Figura 17.2].

FIGURA 17.2 RECEITA MÉDIA POR ESPECTADOR EM ESPECTÁCULOS AO VIVO, PORTUGAL E NUTS II, 2002

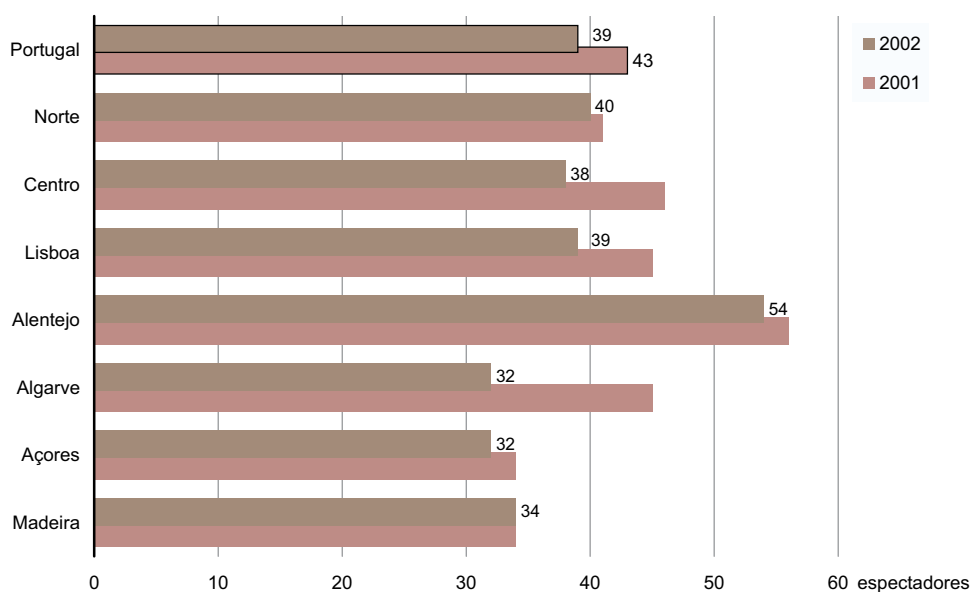


MAIS SALAS DE CINEMA PARA O MESMO NÚMERO DE ESPECTADORES

No cinema verificou-se também um aumento da oferta, com mais salas, mais lugares e mais sessões do que em igual período do ano anterior. Lisboa com mais 24,4% de salas e 25,7% de lugares e o Algarve com mais 21,9% e 7,4%, respectivamente, foram as que mais contribuíram para esta evolução. Todavia, este aumento da oferta não teve correspondência do lado da procura, pois o número de espectadores manteve-se sensivelmente idêntico. Por exemplo, Lisboa com o maior crescimento dos lugares em salas de cinema, viu o número de espectadores diminuir em 1,7%. Daqui decorre que o aumento de receitas verificado a nível nacional é explicado pelo aumento dos preços dos bilhetes e não pelo crescimento da procura.

O aumento da oferta em relação à procura traduz-se na redução dos espectadores por sessão que a nível nacional passou de 43 para 39 espectadores por sessão, entre 2001 e 2002. Ao nível regional apenas a Madeira manteve um número idêntico de espectadores neste período [Figura 17.3].

FIGURA 17.3 ESPECTADORES POR SESSÃO DE CINEMA, PORTUGAL E NUTS II, 2001 E 2002

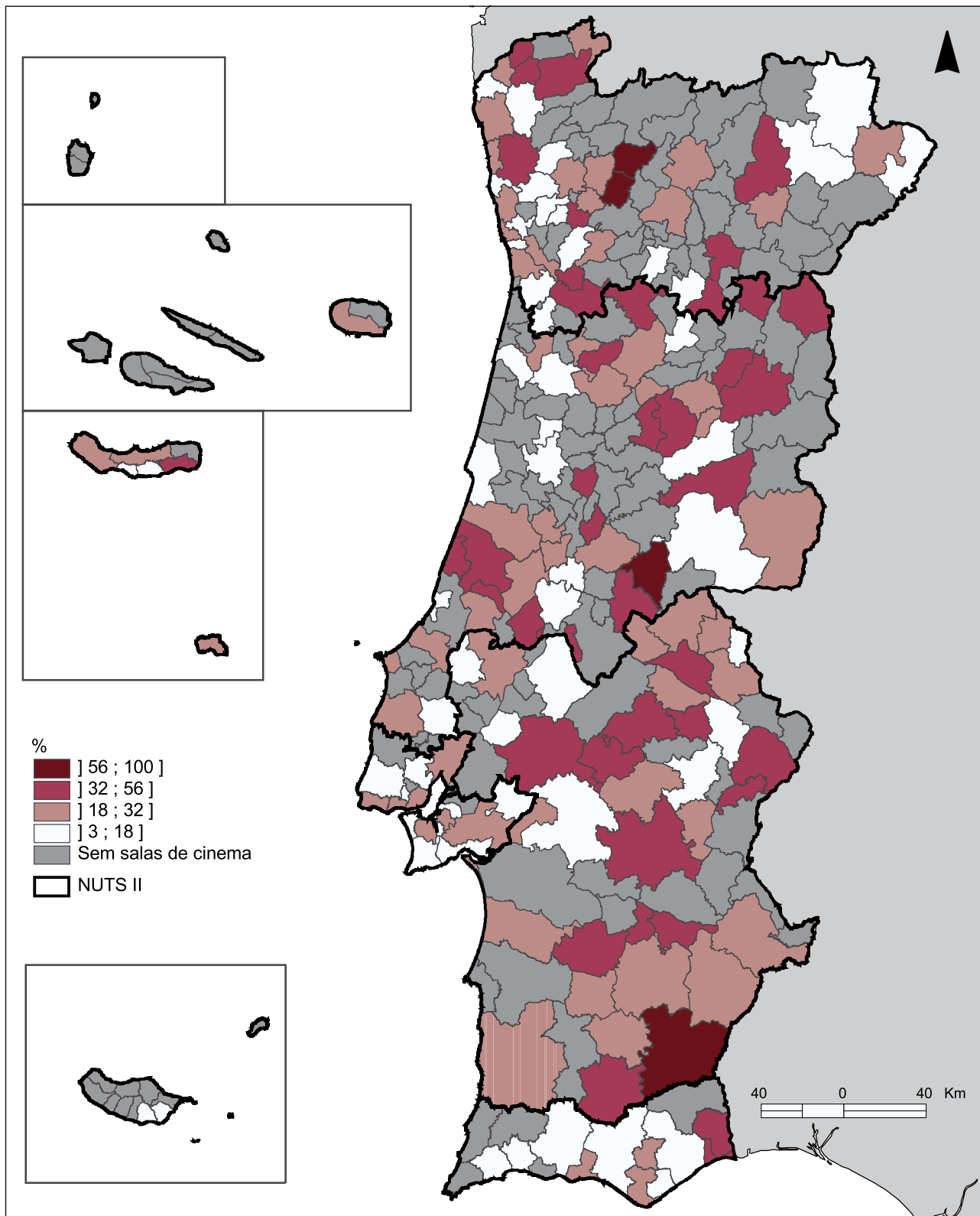


A taxa de ocupação³⁹ das salas de cinema reflecte a adequação entre o total de espectadores e o total de lugares que constituíram a oferta das sessões de cinema. Este indicador, representado na Figura 17.4 mostra que apenas 11 concelhos registavam valores superiores a 50%, sendo que aos dois primeiros (Cabeceiras de Basto e Proença-a-Nova), cujas taxas de ocupação foram de 100% e 80,9%, corresponderam receitas nulas, tratando-se, pois, de sessões de cinema de entrada gratuita. Os restantes registaram uma receita média por espectador que variou entre 1 euro e 2,7 euros.

Aos 5 concelhos de maior densidade populacional correspondem taxas que apenas para Vila Nova de Gaia (23%) ultrapassava os 20%. Nos restantes casos, surgiam Lisboa com 17,6%, Sintra com 11,4%, Porto com 7,7% e Loures com 8,2%, o que mostra bem a desadequação da oferta em relação à procura nestes centros urbanos.

³⁹ A taxa de ocupação das salas de cinema foi calculada como o rácio (em %) entre a média de espectadores por sessão e a lotação média das salas de cinema.

FIGURA 17.4 TAXA DE OCUPAÇÃO DAS SALAS DE CINEMA, POR CONCELHO, 2002



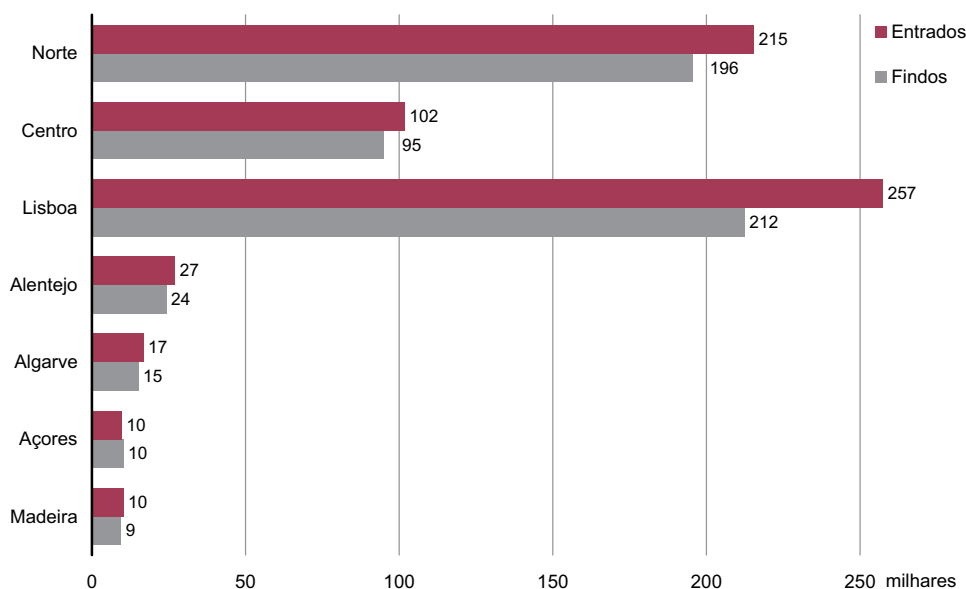
18 | JUSTIÇA

NOVOS PROCESSOS EM TRIBUNAL ULTRAPASSARAM NÚMERO DE PROCESSOS FINDOS

Em 2002, passaram pelos tribunais portugueses cerca de 1,8 milhões de processos judiciais, sendo na sua grande maioria processos cíveis (80%). Os restantes correspondiam a processos penais (16%) e a processos tutelares (4%). Durante o mesmo ano findaram cerca de meio milhão de processos, o que correspondia a 31% do total dos processos em tribunal no mesmo período.

O número de processos entrados em tribunal, em 2002, ultrapassou em todas as regiões o número de processos findos [Figura 18.1]. As regiões de Lisboa e do Norte concentravam 74% do total de processos entrados durante o ano e 73% dos processos findos.

FIGURA 18.1 PROCESSOS ENTRADOS E FINDOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002



De um modo geral, todas as regiões do país registaram em 2002, face ao ano anterior, mais novos processos, bem como mais processos findos, sendo que a nível nacional os primeiros cresceram 8% e os segundos 6,4%. As exceções aconteceram: no Algarve, cujos processos novos cresceram 3,3% e o número de processos findos se viu reduzido em 8,2%; nos Açores, com reduções de 6,6% e 6,7%, respectivamente; e na Madeira, que tal como o Algarve, viu os processos novos aumentar 9,4% e os findos diminuir 4,5%.

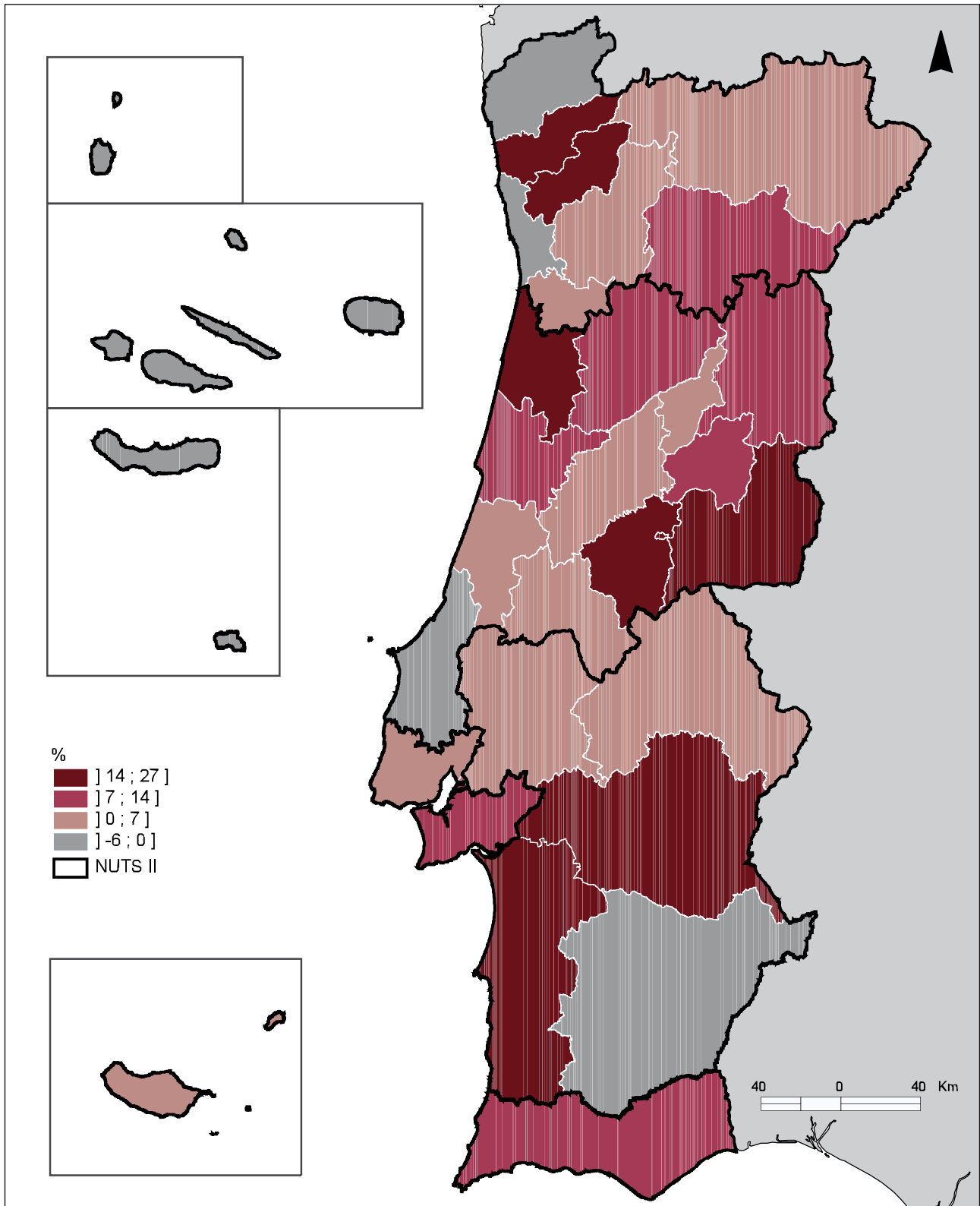
FORTE AUMENTO DOS CRIMES CONTRA O ESTADO

Durante o ano foram registados pelas autoridades policiais quase 400 mil crimes o que representa mais 5,2% que o valor registado no ano anterior. A maioria destes crimes foi contra o património (58%), seguiram-se os crimes contra as pessoas (22,8%) e contra a vida em sociedade (9,3%).

A legislação penal avulsa que abarca os estupefacientes e a emissão de cheques sem cobertura representou 8,6% dos crimes registados. Por último, surgiam os crimes contra o Estado com apenas 1,1%. Todos os tipos de crime apresentavam taxas de crescimento positivas, com destaque para os crimes contra o Estado que cresceram 18,4% a nível nacional, enquanto que as restantes categorias se ficavam por crescimentos de 5,6% (crimes contra o património), 5,4% (crimes contra as pessoas) e 1,8% (crimes contra a vida em sociedade).

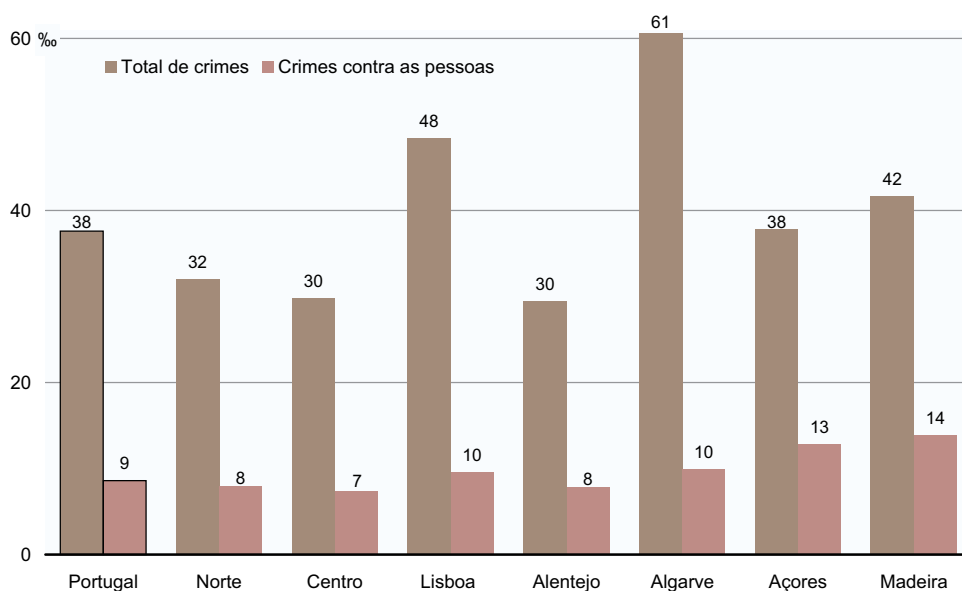
Regionalmente, constata-se que apenas os Açores (não obstante o aumento de crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado) viram o número total de crimes reduzir-se em 5,9%, enquanto que em todas as outras regiões o total de crimes aumentou. No que respeita às sub-regiões, registou-se uma redução no número total de crimes no Oeste (-0,4%), Minho Lima (-1,3%), Baixo Alentejo (-1,6%) e Grande Porto (-4,8%). Em outras 9 sub-regiões o valor desta taxa de crescimento foi positivo mas inferior ao do país. Do lado oposto, surgem com as maiores taxas de crescimento do número de crimes (cerca de duas vezes superior ao valor nacional): as sub-regiões do Baixo Vouga, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul, no Centro; o Alentejo Central e Litoral, no Alentejo; e o Cávado e Ave, no Norte [Figura 18.2].

FIGURA 18.2 EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CRIMES, POR NUTS III, 2001-02



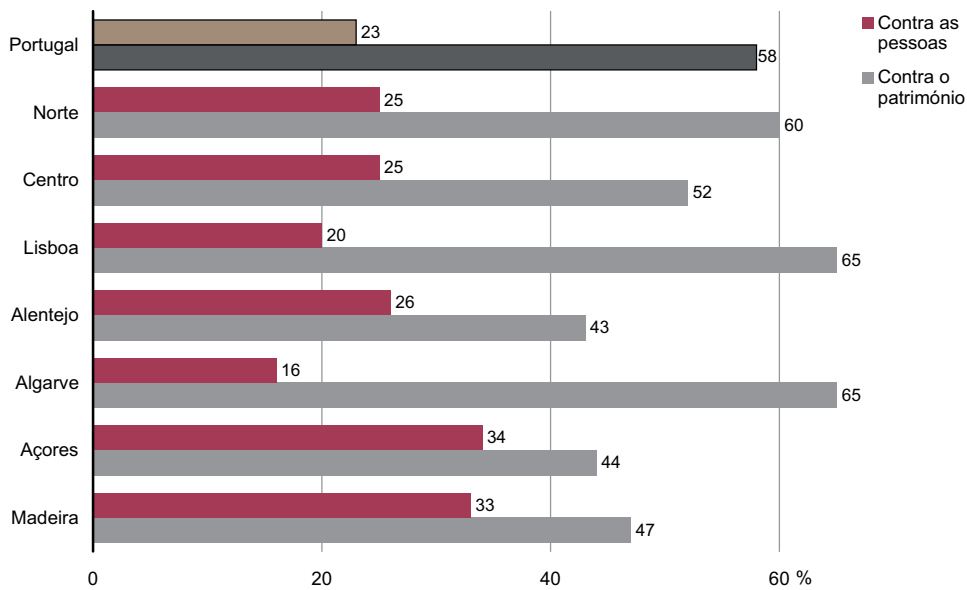
O número de crimes por habitante foi, em 2002, e para a totalidade do território nacional de 38 por cada mil habitantes. O Algarve detinha o valor mais elevado (61‰) e o Centro e Alentejo o mais baixo (30‰). Todavia, se apenas forem considerados os crimes contra as pessoas eram as regiões insulares que registavam os valores mais elevados neste indicador [Figura 18.3].

FIGURA 18.3 TOTAL DE CRIMES E CRIMES CONTRA AS PESSOAS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2002



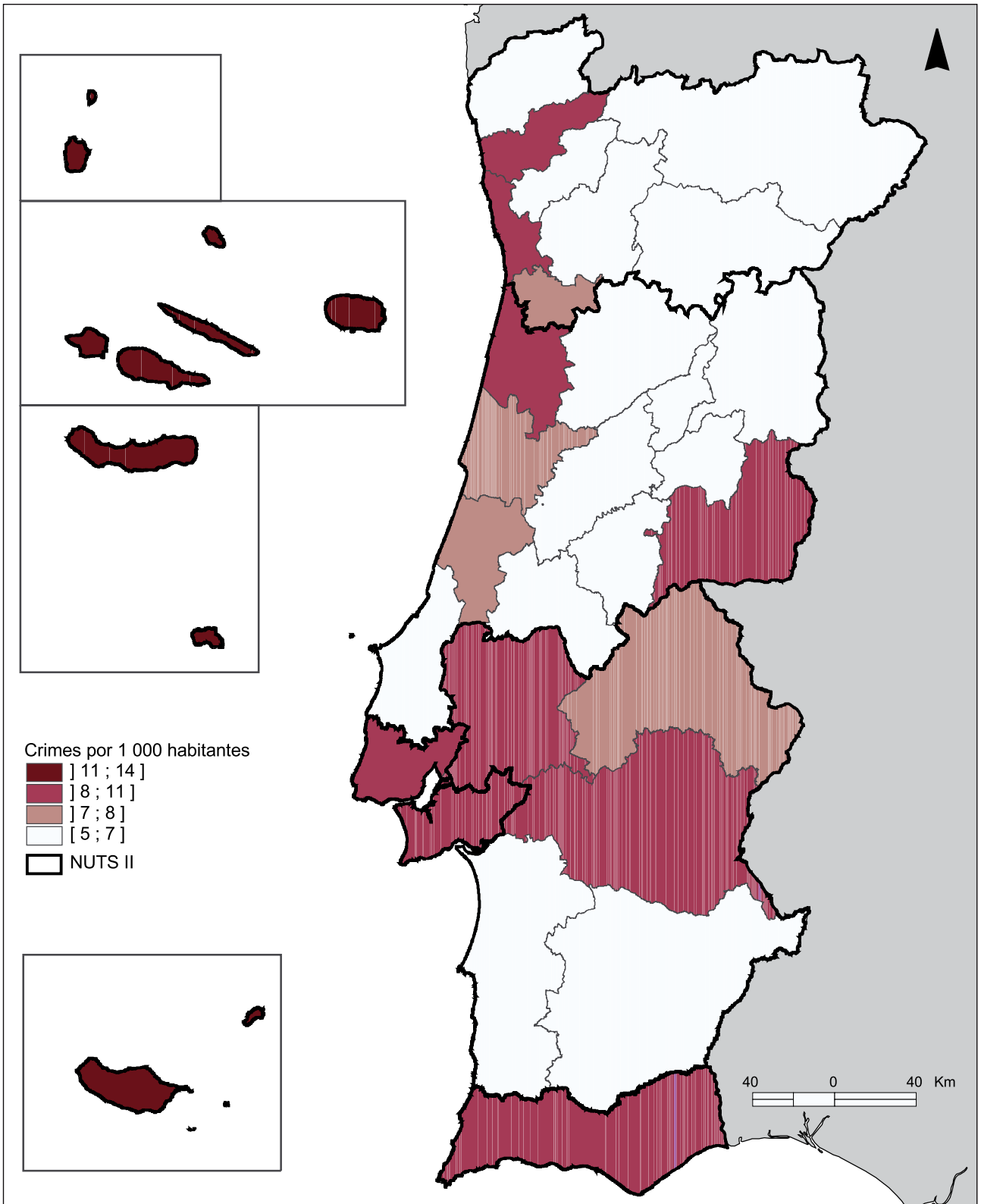
A relevância dos crimes contra as pessoas nas regiões insulares face às regiões continentais tem o seu oposto na menor ocorrência de crimes contra o património nestas mesmas regiões. A Figura 18.4 representa a percentagem de crimes contra o património e contra as pessoas no total de crimes e elucida a tendência para um menor peso do primeiro tipo de criminalidade face ao segundo, nas regiões mais isoladas e menos urbanas (Alentejo e Açores).

FIGURA 18.4 PROPORÇÃO DE CRIMES CONTRA AS PESSOAS E CONTRA O PATRIMÓNIO NO TOTAL DE CRIMES REGISTRADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002



No Continente, a Península de Setúbal era a sub-região com maior incidência de crimes contra as pessoas (10,8‰). Seguiam-se o Cávado, Grande Porto, Grande Lisboa e Baixo Vouga que formam o grupo das cinco sub-regiões com valores mais elevados neste indicador [Figura 18.5]. De realçar a grande diferença de densidades populacionais entre estas regiões, enquanto o Grande Porto e Grande Lisboa apresentavam, em 2002, densidades populacionais, respectivamente de 1 549 Hab/km² e 948 Hab/km², os valores do mesmo indicador para o Baixo Vouga e Cávado eram de 215 Hab/km² e 319 Hab/km². O elevado valor da taxa de criminalidade nestas duas últimas sub-regiões sugere a incidência de problemas sociais.

FIGURA 18.5 TAXA DE CRIMINALIDADE (CRIMES CONTRA AS PESSOAS POR 1 000 HABITANTES), POR NUTS III, 2002



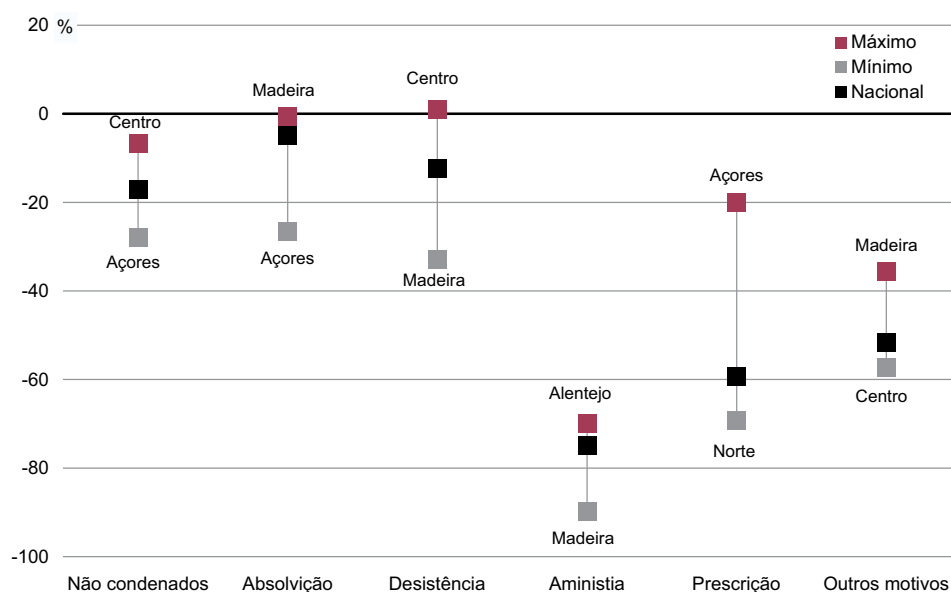
FORTE REDUÇÃO DOS ARGUIDOS NÃO CONDENADOS POR MOTIVO DE AMINISTIA E DE PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL

Dos cerca de 100 mil indivíduos constituídos arguidos nos processos findos em 2002, apenas 63% foram condenados. A absolvição/carência de prova e a desistência constituíram as principais razões para a não condenação de 15% e 19% dos arguidos, respectivamente.

O número de arguidos em processos findos diminuiu 5,8%. Apenas o Centro (que viu este indicador aumentar em 5,1%) não acompanhou a tendência nacional. Os arguidos não condenados viram também o seu número diminuir em 17% face ao ano anterior, com reduções em todas as regiões (entre 6,7% no Centro e 25,5% nos Açores). Por último, os arguidos condenados aumentaram 2,1%, neste caso, o Norte, Centro e Lisboa acompanharam a tendência nacional. Pelo contrário, o Algarve, Alentejo e regiões insulares registaram evoluções negativas neste indicador.

Realce para a forte redução do número de arguidos não condenados por motivos de amnistia e prescrição do procedimento criminal, comum a todas as regiões do país, e que indica, no primeiro caso, um menor número de processos de amnistia ou de redução da sua abrangência nos tipos de crimes e, no segundo, uma maior eficiência judicial nos procedimentos criminais [Figura 18.6].

FIGURA 18.6 DISPARIDADES REGIONAIS NA EVOLUÇÃO DOS ARGUIDOS NÃO CONDENADOS E MOTIVOS DE NÃO CONDENÇÃO, POR NUTS II, 2002



19 | AMBIENTE

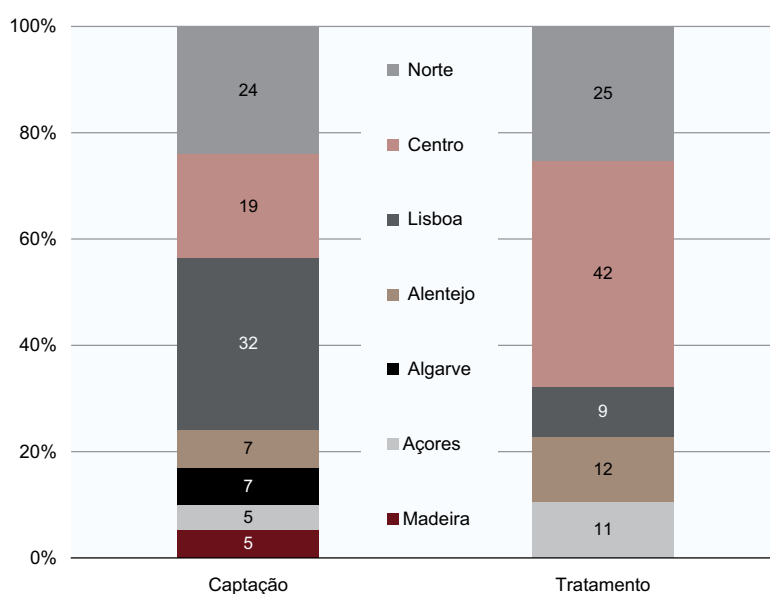
PERDA DE IMPORTÂNCIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA . . .

Em 2002, foram captados mais de 999 milhares de m³ de água em Portugal, cerca de mais 1% que no ano anterior, tendo-se registado uma diminuição da importância das câmaras municipais e serviços municipalizados neste processo e um aumento de outras entidades gestoras. De igual modo, enquanto o tratamento das águas por parte das câmaras municipais e serviços municipalizados diminuiu, o tratamento de águas levado a cabo por outros agentes aumentou, apontando ambas as tendências para um papel decrescente dos serviços públicos nestes processos e a sua substituição por outras entidades de capitais privados ou mistos. Em 2002, quer nos processos de captação, quer nos de tratamento, a importância das câmaras municipais e serviços municipalizados era minoritário no país.

Do total de água captada no território nacional, apenas 14% não passava por um processo de tratamento⁴⁰, sendo esta importância de 13% no Continente, 26% nos Açores e 10% na Madeira. Refira-se, no entanto, que a percentagem de água captada a passar por um processo de tratamento diminuiu entre 2001 e 2002, evolução provavelmente associada ao aumento da importância da água captada em aquíferos em relação à água captada à superfície.

A estrutura regional da captação de água coloca em evidência o papel das regiões Norte e Lisboa que asseguravam no total cerca de 56% da água captada em território nacional. No que diz respeito ao tratamento, este processo era sobretudo desenvolvido no Centro e no Norte, acumulando estas duas regiões 68% do tratamento das águas tratadas em Portugal [Figura 19.1].

FIGURA 19.1 IMPORTÂNCIA REGIONAL DA CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUAS EM PORTUGAL, POR NUTS II, 2002



⁴⁰ Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se consideram como tratamento os simples processos de filtração ou cloração. Desta forma, a ausência de tratamento não constitui necessariamente um indicador de má qualidade da água.

A sobre-representação da captação de água nas regiões Norte e Lisboa não pode ser dissociada da distribuição da população em Portugal, fortemente concentrada nestas duas regiões. Por outro lado, a sobrevalorização das regiões Norte e Centro no que diz respeito ao tratamento das águas prende-se, em larga medida, com a forma como a água é captada: se tomarmos os dados da captação realizada pelas câmaras municipais e serviços municipalizados, verificamos que estas duas regiões apresentam uma importância significativa de águas captadas à superfície e, por isso, com necessidade de tratamento antes da sua distribuição pelas famílias e empresas.

... MAS GESTÃO MUNICIPAL AINDA MAIORITÁRIA EM ALGUMAS REGIÕES

O tipo de gestão da captação e tratamento de água não era homogéneo em todas as regiões, sendo mesmo maioritária a gestão pelas câmaras municipais e serviços municipalizados no Centro e Alentejo e exclusiva nos Açores, contrariando a situação descrita para a globalidade do território nacional. De facto, a gestão não municipal era apenas maioritária em 4 das 7 regiões, destacando-se a importância que detinha na Madeira, Algarve e Lisboa [Figura 19.2 e Figura 19.3].

FIGURA 19.2 CAPTAÇÃO DE ÁGUA SEGUNDO A ENTIDADE RESPONSÁVEL, PORTUGAL E NUTS II, 2002

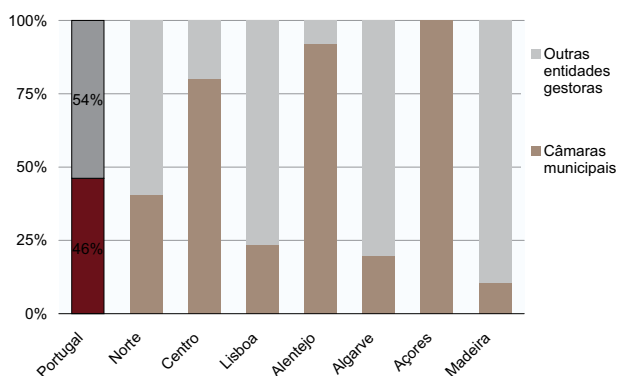
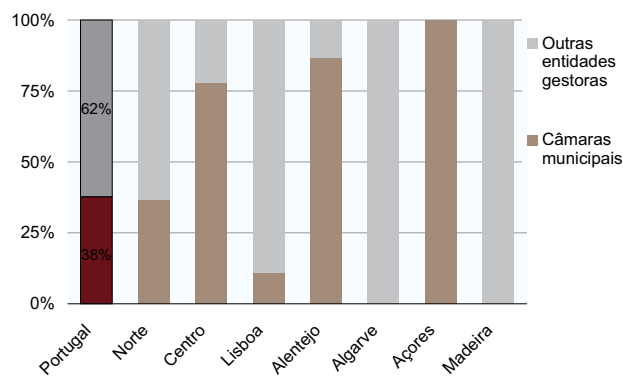


FIGURA 19.3 TRATAMENTO DE ÁGUA SEGUNDO A ENTIDADE RESPONSÁVEL, PORTUGAL E NUTS II, 2002



DIMINUIÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA PELAS FAMÍLIAS E SERVIÇOS

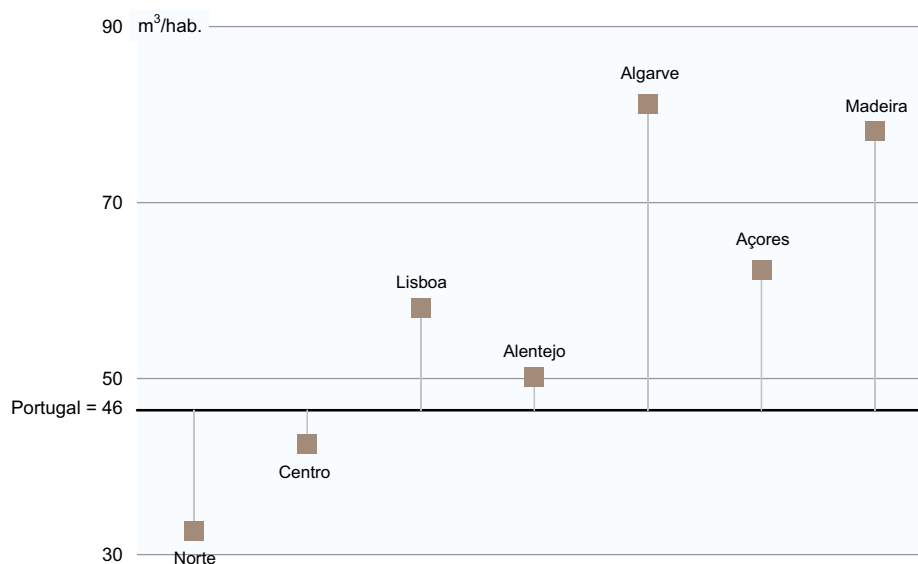
Em 2002, foram consumidos em Portugal 652 milhões de m³ de água (fornecida pelo sistema de abastecimento de água), correspondendo perto de três quartos ao consumo das famílias e serviços e apenas 16% ao consumo industrial. Entre 2001 e 2002, o consumo de água aumentou perto de 1% devido ao aumento do consumo industrial (+1%) e de outros consumos (+16%), tendo o consumo das famílias e serviços registado mesmo uma ligeira diminuição. Refira-se, ainda, que esta diminuição do consumo se desenrolou num contexto de aumento de população servida por sistema de abastecimento de água, o que confere maior significado à tendência registada.

Em termos regionais, a maior quota parte da água era consumida em Lisboa (33%), no Norte (25%) e no Centro (20%), sendo que as restantes não ultrapassavam 7% do consumo nacional. Por outro lado, tal como a nível nacional, em todas as regiões se verificava uma importância dominante das

famílias e serviços no consumo de água global, destacando-se o Alentejo, com um peso de 86% neste tipo de consumo.

A análise do consumo pelas famílias e serviços *per capita* coloca em destaque os níveis de consumo de água nas Regiões Autónomas, Algarve e Lisboa, bastante acima da média registada em Portugal (46 m³ por pessoa). Os volumes de consumo de água *per capita* nas três primeiras regiões não podem ser dissociadas do turismo e do consumo induzido pelas populações flutuantes, que afluem àquelas regiões em determinados períodos do ano e que empolam os níveis de consumo⁴¹. Também no que diz respeito a Lisboa, o efeito de aumento do consumo pode ser explicado, para além de outros factores, por populações flutuantes que decorrem da posição de metrópole da região: dos movimentos pendulares casa-trabalho (e casa-escola) e actividade hoteleira⁴² [Figura 19.4].

FIGURA 19.4 CONSUMO DE ÁGUA RESIDENCIAL E SERVIÇOS (ABASTECIDA PELA REDE PÚBLICA) *PER CAPITA*, POR NUTS II, 2002



Num contexto de diminuição dos consumos de água pelas famílias e serviços a nível nacional, apenas 3 das 7 regiões acompanharam esta tendência: os Açores (-16%)⁴³, o Norte (-5%) e Lisboa (-2%). As restantes regiões registaram um aumento do consumo, destacando-se a Madeira (9%), o Alentejo (6%) e o Centro (6%).

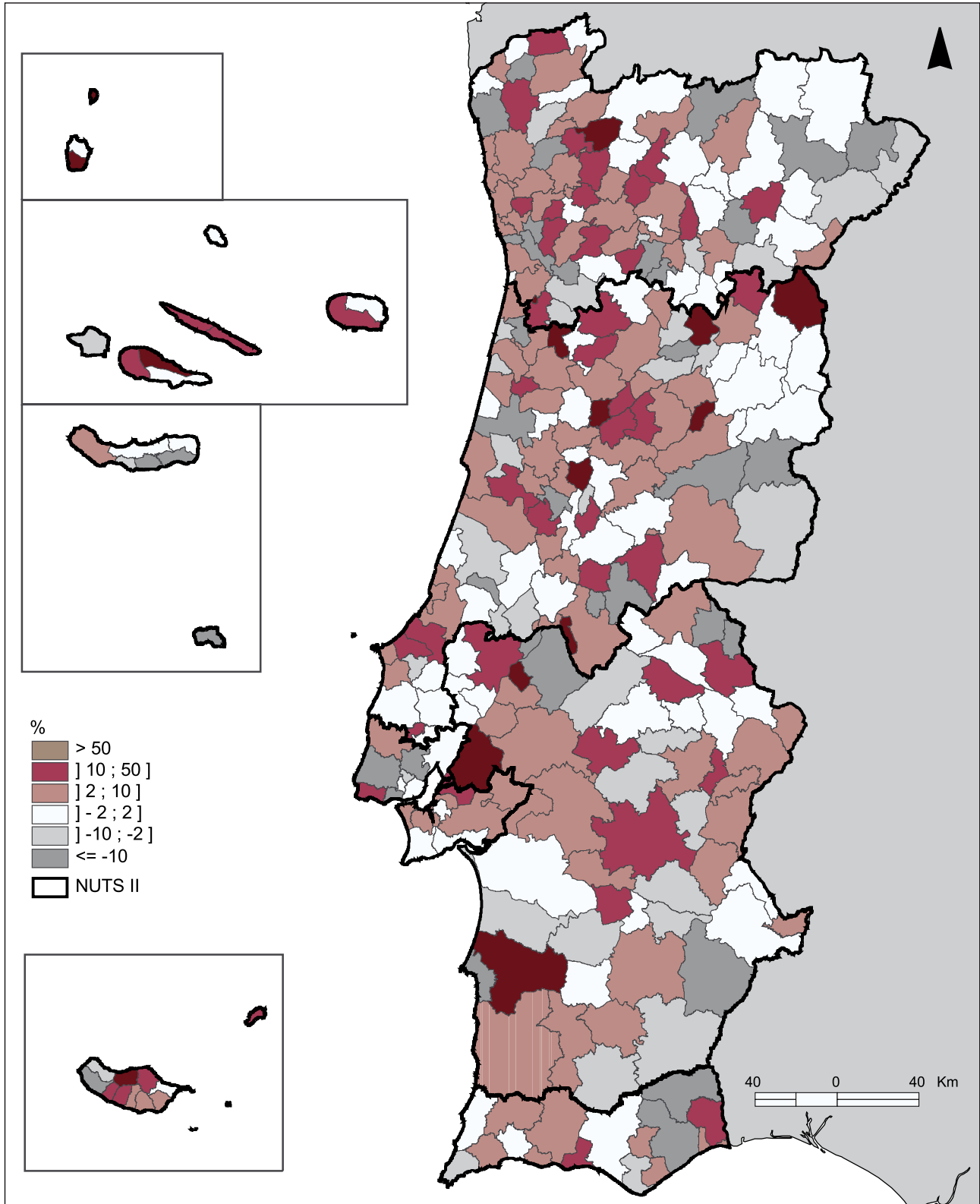
A Figura 19.5 demonstra um padrão territorial bastante díspar na evolução concelhia do consumo de água por parte das famílias e serviços (abastecida pela rede pública). Cerca de um quinto dos concelhos de Portugal registaram um decréscimo do consumo superior a 2%, mas mais de metade registaram um aumento (superior a 2%). Os decréscimos mais significativos dos níveis de consumo registaram-se nos concelhos de Povoação, Alcoutim e Sines e as taxas de crescimento mais significativas verificaram-se em São Vicente, Manteigas e São Roque.

⁴¹ A título de referência retenha-se que, em 2002, o número de hóspedes por habitante no Algarve correspondia a 6,2, na Madeira a 4 e nos Açores a 1.

⁴² O número de hóspedes entrados por habitante correspondia na Região de Lisboa a 1 e, segundo os Censos de 2001, os movimentos pendulares com origem fora da região (por motivos de trabalho ou escola) representavam cerca de 2% da população residente.

⁴³ Esta redução do consumo de água residencial e serviços deriva fundamentalmente do comportamento do concelho de Povoação que apresentou uma taxa de variação, entre 2001 e 2002, de -90%.

FIGURA 19.5 TAXA DE VARIÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA RESIDENCIAL E SERVIÇOS (ABASTECIDA PELA REDE PÚBLICA), POR CONCELHO, 2001-02



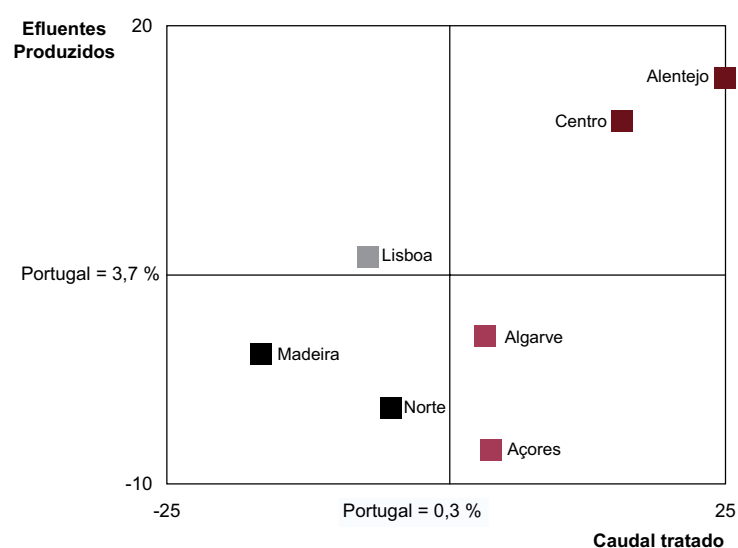
LIGEIRA REDUÇÃO DA PERCENTAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS

Em 2002, as redes de drenagem suportaram cerca 530 milhões de m³ de efluentes produzidos. Cerca de quatro quintos destes efluentes tiveram origem residencial e de serviços e menos de 20% resultaram de actividades industriais. Entre 2001 e 2002, os efluentes produzidos cresceram a um ritmo superior ao caudal tratado: a geração de efluentes cresceu a uma taxa de 3,7% e o tratamento aumentou apenas 0,3%. Desta evolução derivou que a proporção das águas residuais tratadas através de fossas sépticas municipais ou Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) tenha diminuído de 76% em 2001 para 73% em 2002. Apesar desta evolução global, a percentagem de população servida por ETAR aumentou cerca de 2 pontos percentuais, abarcando em 2002 cerca de 57% da população residente.

Ao nível regional, as evoluções destas duas componentes das águas residuais apresentam tendências contrastantes [Figura 19.6]. O Alentejo e o Centro registaram crescimentos significativos, tanto ao nível dos efluentes produzidos, como nos volumes de caudal tratado, traduzindo-se estas tendências num aumento da proporção de águas residuais tratadas, que correspondia, em 2002, a 87% no Centro e 81% no Alentejo, respectivamente (mais 2 e 5 pontos percentuais que no ano anterior). Para além destas regiões, apenas no Algarve e nos Açores se verificou um aumento da percentagem das águas residuais tratadas, sendo que a primeira apresentava, em 2002, a maior proporção entre todas as regiões (94%) e a segunda a menor (19%).

Por outro lado, enquanto aquelas quatro regiões apresentaram taxas de crescimento do caudal tratado superiores à média nacional, as restantes apresentaram uma evolução inferior à globalidade do território nacional e negativa. Neste contexto, destaca-se a Região de Lisboa que registou simultaneamente um crescimento dos efluentes produzidos superior à média e apresentou a maior variação negativa da percentagem de águas residuais tratadas (-8 pontos percentuais).

FIGURA 19.6 EVOLUÇÃO DOS EFLUENTES PRODUZIDOS E CAUDAL TRATADO, POR NUTS II, 2001-02



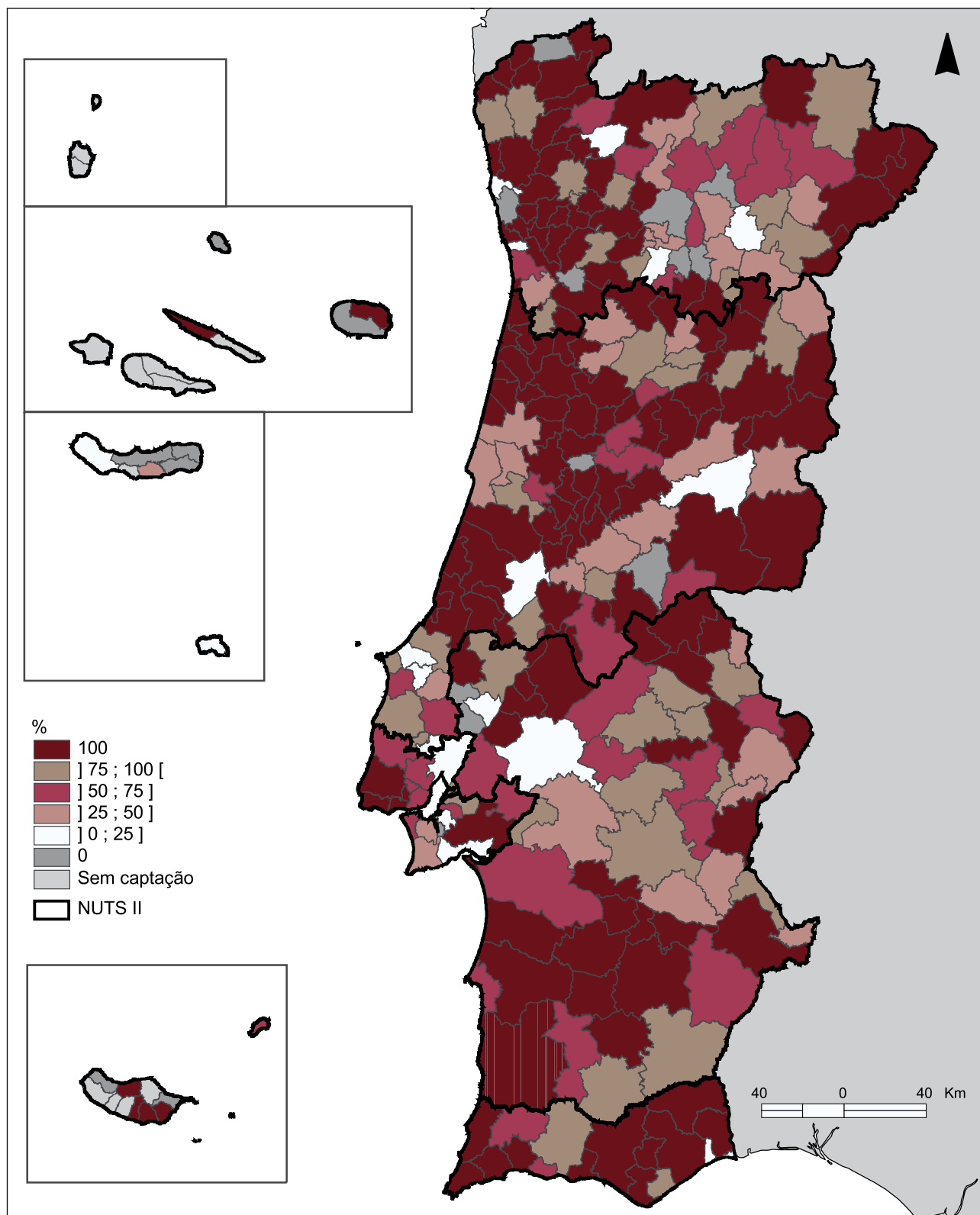
A geografia da taxa de tratamento de águas residuais no território nacional revela que quase metade dos concelhos (48%) tratava a totalidade do volume de águas residuais produzidas. Contudo, um

número ainda significativo de concelhos (e.g. Barreiro na Região de Lisboa, Proença-a-Nova no Centro, Vila do Conde no Norte, São Roque no Pico nos Açores e Machico na Madeira) não tratavam as águas residuais, sendo estes casos especialmente expressivos nas Regiões Autónomas, em que cerca de 26% dos concelhos dos Açores e 18% da Madeira se encontravam nesta situação [Figura 19.7]. Acresce que é apenas nas Regiões Autónomas que existia um número significativo de concelhos sem sistemas de drenagem de águas residuais.

A análise da Figura 19.7 coloca ainda em destaque alguns dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e concelhos na sua proximidade (e.g. Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos), bem como alguns concelhos da Área Metropolitana do Porto (e.g. Porto e Póvoa do Varzim), com taxas de tratamento reduzidas, que se tornam especialmente significativas pelos volumes de águas residuais envolvidos. Se se considerar os concelhos com taxas de tratamento inferiores a 50% verifica-se que eles correspondem a 21% dos 308 municípios portugueses.

A situação global do país era assim, em 2002, ainda frágil, com apenas 72,5% da população servida com sistemas de drenagem de águas residuais e 57% da população servida com estações de tratamento de águas residuais, quando as metas estabelecidas pelo Plano Nacional da Água, para estes dois indicadores, são de atingir, até 2006, os 90%.

FIGURA 19.7 TAXA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, POR CONCELHO, 2002



SISTEMAS DE RECOLHA DE RSU COM FRACA CAPACIDADE DE REINCORPORAÇÃO DO VALOR DOS RESÍDUOS

Em 2001, foram recolhidos 4,8 milhões de toneladas de resíduos, dos quais 97% correspondia a resíduos sólidos urbanos (RSU), sendo gerados em média 455 kg de RSU *per capita*. Do total de RSU recolhidos no país apenas 4% eram recolhidos de forma selectiva o que equivalia à recolha de apenas 18 kg de RSU por pessoa.

A taxa de reciclagem ou reutilização dos RSU era, em 2001, extremamente baixa (apenas 5%), mas quando se considerava a taxa de reciclagem ou reutilização específica dos resíduos recolhidos de forma selectiva esta ascendia a 99%. Considerando o volume total de RSU reciclado ou reutilizado, apenas 23 kg *per capita* eram reincorporados nos circuitos económicos ou sociais.

O Algarve destacava-se das restantes regiões pelo volume de RSU gerados (754 kg *per capita*), bastante acima do valor médio nacional e de Lisboa, a segunda região com o maior volume de RSU gerados (547 kg *per capita*). Note-se, ainda, que apenas o Norte e o Centro apresentavam volumes de RSU recolhidos *per capita* inferiores à média nacional, respectivamente, 391 kg *per capita* e 374 kg *per capita*. No que diz respeito à reincorporação de RSU gerados, a Madeira destacava-se das restantes regiões apresentando uma reincorporação de 64 kg de resíduos *per capita*, 2,5 vezes mais que a média nacional, o que equivalia a uma taxa de reciclagem ou reutilização de 12%. Para além desta região, também as regiões do Algarve, Lisboa e Norte apresentavam um volume de lixo reincorporado superior à média nacional [Figura 19.8 e Figura 19.9].

FIGURA 19.8 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PER CAPITA, POR NUTS II, 2001

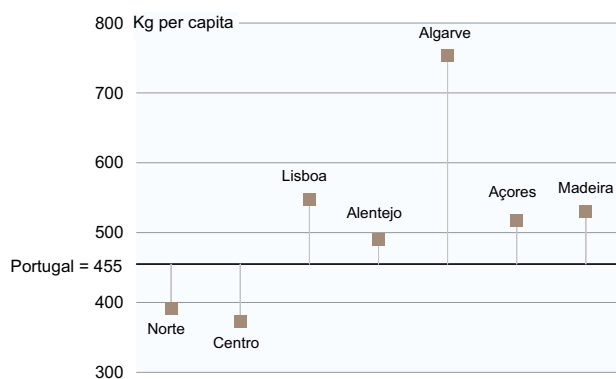
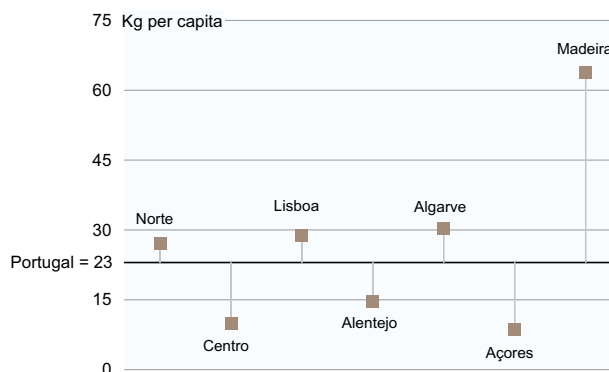


FIGURA 19.9 RECICLAGEM OU REUTILIZAÇÃO PER CAPITA, POR NUTS II, 2001



AGRAVAMENTO DA TAXA DE COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS

Em 2002, as receitas dos municípios portugueses com o ambiente foram de 200 milhões de euros enquanto as despesas se cifraram em mais do dobro (575 milhões de euros). Relativamente ao ano anterior, as receitas decresceram 4% e as despesas aumentaram na mesma proporção, significando um agravamento da taxa de cobertura de 38%, em 2001, para 35%, em 2002. Contudo, a evolução das

taxas de cobertura foi positiva na maioria dos domínios, derivando a evolução global apenas do comportamento no domínio *gestão de resíduos* que concentrava, em 2002, perto de 60% do total das despesas municipais com ambiente. Note-se que aquele domínio em conjunto com o domínio *gestão de águas residuais* representavam cerca de 90% do total de despesas, sendo a importância da despesa na *protecção e diversidade da paisagem* de 8% e em *outros domínios* de apenas 3% [Figura 19.11].

A estrutura das receitas geradas, em 2002, coloca em evidência a importância do domínio *gestão de águas residuais* que concentrava 57%, a que se seguia a *gestão de resíduos* (33%), *protecção e diversidade da paisagem* (8%) e *outros domínios* que contemplava somente 3% das receitas geradas [Figura 19.10].

A ordem de importância dos diferentes domínios nas regiões não diferia muito em relação à média do país destacando-se, no entanto, nas receitas a importância da *gestão de águas residuais* na Região de Lisboa, da *gestão de resíduos* nos Açores e da *protecção da biodiversidade e da paisagem* no Alentejo. No que diz respeito às despesas, salientam-se: o Centro, na *gestão de águas residuais*; Lisboa, na *gestão de resíduos*; e a Madeira na *protecção da biodiversidade e da paisagem*.

FIGURA 19.10 RECEITAS DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE, PORTUGAL E NUTS II, 2002

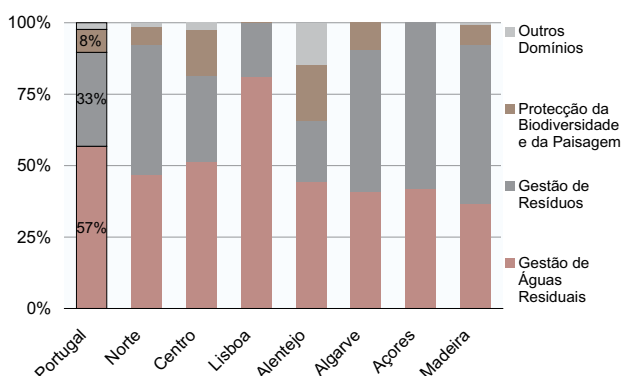
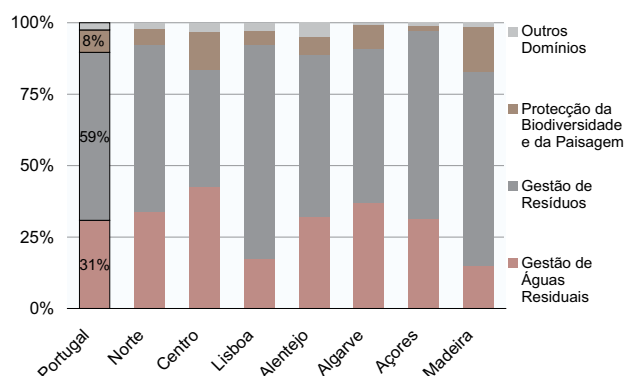


FIGURA 19.11 DESPESAS DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE, PORTUGAL E NUTS II, 2002



SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Classificação das Actividades Económicas
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FUE	Ficheiros de Unidades Estatísticas
e.g.	exempli gratia - por exemplo
Hab/km ²	Habitantes por Quilómetro Quadrado
IGL	Índice de Grubel-Lloyd
IPC	Índice de Preços no Consumidor
kg	Quilograma
kcal	Kilo calorias
km	Quilómetro
km ²	Quilómetro Quadrado
kW/h	Quilowatt Hora
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
m ²	Metro Quadrado
m ³	Metro Cúbico
nº	Número
NC	Nomenclatura Combinada
n.e.	Não Especificados
NUTS II	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos nível II
NUTS III	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos nível III (utiliza-se o termo 'sub-região' como sinónimo deste nível das NUTS)
PIB	Produto Interno Bruto
Rev.	Revisão
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
tep	Tonelada de Equivalente Petróleo
tep/hab.	Tonelada de Equivalente Petróleo por habitante
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VQPRD	Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada

NOMENCLATURAS

CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS - CAE-REV.2

SECÇÕES

Secção A	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
Secção B	Pesca
Secção C	Indústrias Extractivas
Secção D	Indústrias Transformadoras
Secção E	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e Água
Secção F	Construção
Secção G	Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
Secção H	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
Secção I	Transportes, Armazenagem e Comunicações
Secção J	Actividades Financeiras
Secção K	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
Secção L	Administração, Defesa e Segurança Social Obrigatória
Secção M	Educação
Secção N	Saúde e Acção Social
Secção O	Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
Secção P	Famílias com Empregados Domésticos
Secção Q	Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

SUB-SECÇÕES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

DA	Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco
DB	Indústria Têxtil
DC	Indústria do Couro e dos Produtos de Couro
DD	Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras
DE	Indústria de Pasta, de Papel e Cartão e seus Artigos; Edição e Impressão
DF	Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear
DG	Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais
DH	Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas
DI	Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos
DJ	Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
DK	Fabricação de Máquinas e Equipamento, n.e.
DL	Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica
DM	Fabricação de Material de Transporte
DN	Indústrias Transformadoras, n.e.

AGRUPAMENTO A 6 RAMOS DE ACTIVIDADE (A6)

- 1 Secções A + B - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura
- 2 Secções C + D + E - Indústria, incluindo energia
- 3 Secção F - Construção
- 4 Secções G + H + I - Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações
- 5 Secções J + K - Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- 6 Secções L a P - Outras actividades de serviços

CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DE ACORDO COM O PRINCIPAL FACTOR DE COMPETITIVIDADE (OCDE)

Descrição	CAE Rev. 2
Recursos naturais	15 Indústria alimentares e das bebidas
	16 Indústria do tabaco
	21 Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Mão de obra	17 Fabricação de têxteis
	18 Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pelo
	19 Curtimenta e acabamento de peles sem pelo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado
	20 Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria
	36 Indústria de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Economias de escala	24 Fabricação de outros produtos químicos
	25 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	34 Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques
	35 Fabricação de outro material de transporte
Diferenciação do produto	22 Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados
	26 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	27 Indústrias metalúrgicas de base
	28 Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento
	29 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
	31 Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.

NOMENCLATURA COMBINADA - NC

Secção I	Animais Vivos e Produtos do Reino Animal
Secção II	Produtos do Reino Vegetal
Secção III	Gorduras e Óleos Animais ou Vegetais; Produtos da sua Dissociação; Gorduras Alimentares Elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal
Secção IV	Produtos das Indústrias Alimentares; Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres; Tabaco e seus Sucedâneos Manufacturados
Secção V	Produtos Minerais
Secção VI	Produtos das Indústrias Químicas ou das Indústrias Conexas
Secção VII	Plásticos e suas Obras; Borracha e suas Obras
Secção VIII	Peles, Couros, Peles com Pêlo e Obras Destas Matérias; Artigos de Correeiro ou de Seleiro; Artigos de Viagem, Bolsas e Artefactos Semelhantes; Obras de Tripa
Secção IX	Madeira, Carvão Vegetal e Obras De Madeira; Cortiça e suas Obras; Obras de Espartaria ou de Cestaria
Secção X	Pastas de Madeira ou de Outras Matérias Fibrosas Celulósicas; Desperdícios e Aparas de Papel ou de Cartão ; Papel e suas Obras
Secção XI	Matérias Têxteis e suas Obras
Secção XII	Calçado, Chapéus e Artefactos de Uso Semelhante, Guarda-Chuvas, Guarda-Sóis, Bengalas, Chicotes e suas Partes; Penas Preparadas e suas Obras; Flores Artificiais; Obras de Cabelo
Secção XIII	Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica ou de Materiais Semelhantes; Produtos Cerâmicos; Vidro e suas Obras
Secção XIV	Pérolas Naturais ou Cultivadas, Pedras Preciosas ou Semipreciosas e Semelhantes, Metais Preciosos, Metais Folheados ou Chapeados de Metais Preciosos e suas Obras; Bijuteria, Moedas
Secção XV	Metais Comuns e suas Obras
Secção XVI	Máquinas e Aparelhos, Material Eléctrico, e suas Partes; Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Som, Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Imagens e de Som em Televisão, suas Partes e Acessórios
Secção XVII	Material de Transportes
Secção XVIII	Instrumentos e Aparelhos de Óptica, Fotografia ou Cinematografia, Medida, Controlo ou de Precisão; Instrumentos e Aparelhos Médico-Cirúrgicos; Artigos de Relojoaria; Instrumentos Musicais; suas Partes e Acessórios
Secção XIX	Armas e Munições ; suas Partes e Acessórios
Secção XX	Mercadorias e Produtos Diversos
Secção XXI	Objectos de Arte, de Colecção ou Antiguidades

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES - CNP 1994

- 0 Forças Armadas
- 1 Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa
- 2 Especialistas das profissões intelectuais e científicas
- 3 Técnicos e profissionais de nível intermédio
- 4 Pessoal administrativo e similares
- 5 Pessoal dos serviços e vendedores
- 6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
- 7 Operários, artífices e trabalhadores similares
- 8 Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
- 9 Trabalhadores não qualificados

CLASSES DE DESPESAS DOS IPC - CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO INDIVIDUAL POR OBJECTIVO

- 01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- 02 Bebidas alcoólicas e tabaco
- 03 Vestuário e calçado
- 04 Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis
- 05 Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação
- 06 Saúde
- 07 Transportes
- 08 Comunicações
- 09 Lazer, recreação e cultura
- 10 Educação
- 11 Restaurantes e hotéis
- 12 Bens e serviços diversos

FIGURA I NOMENCLATURA DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - NÍVEL II

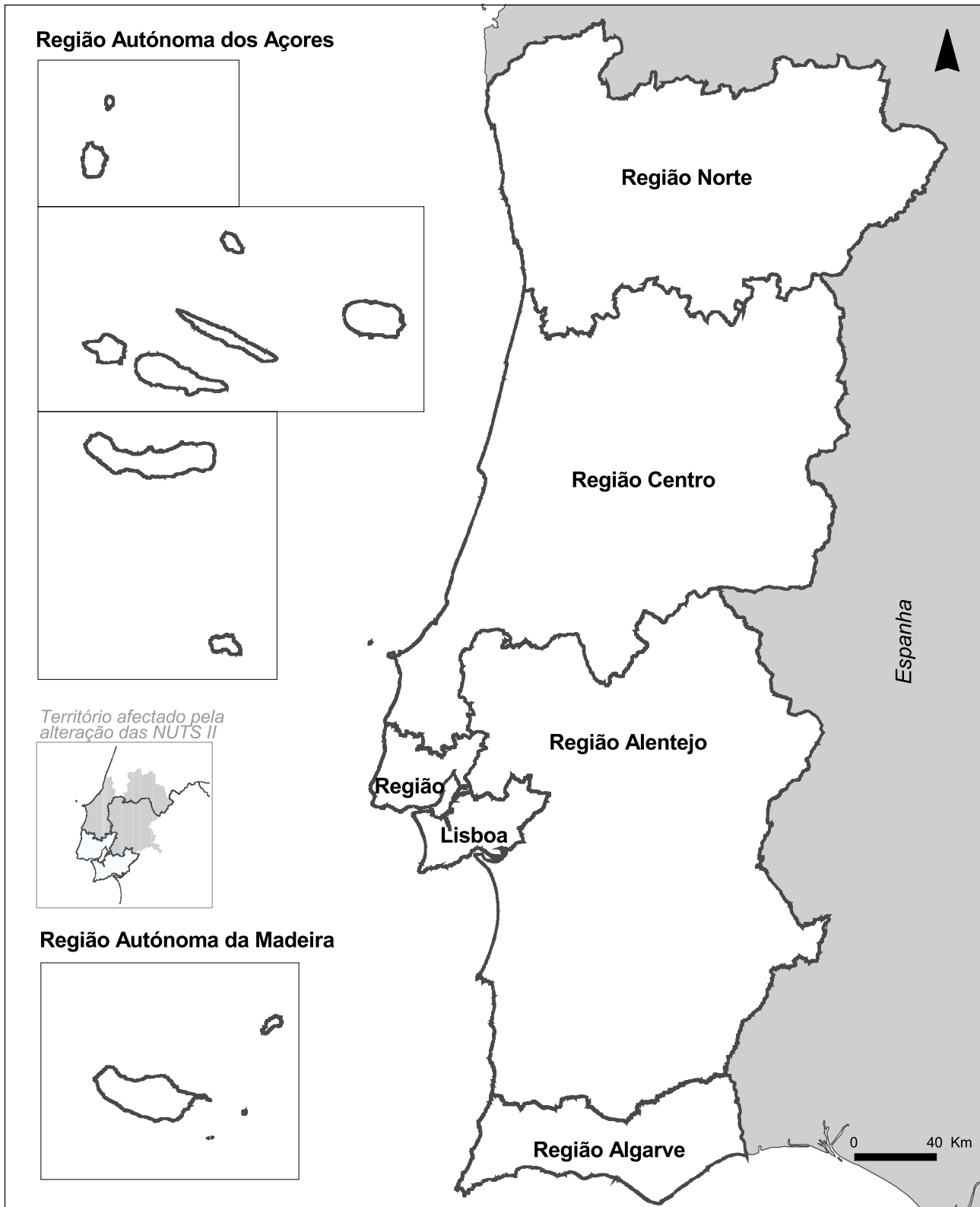


FIGURA II NOMENCLATURA DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTADÍSTICOS - NÍVEL III

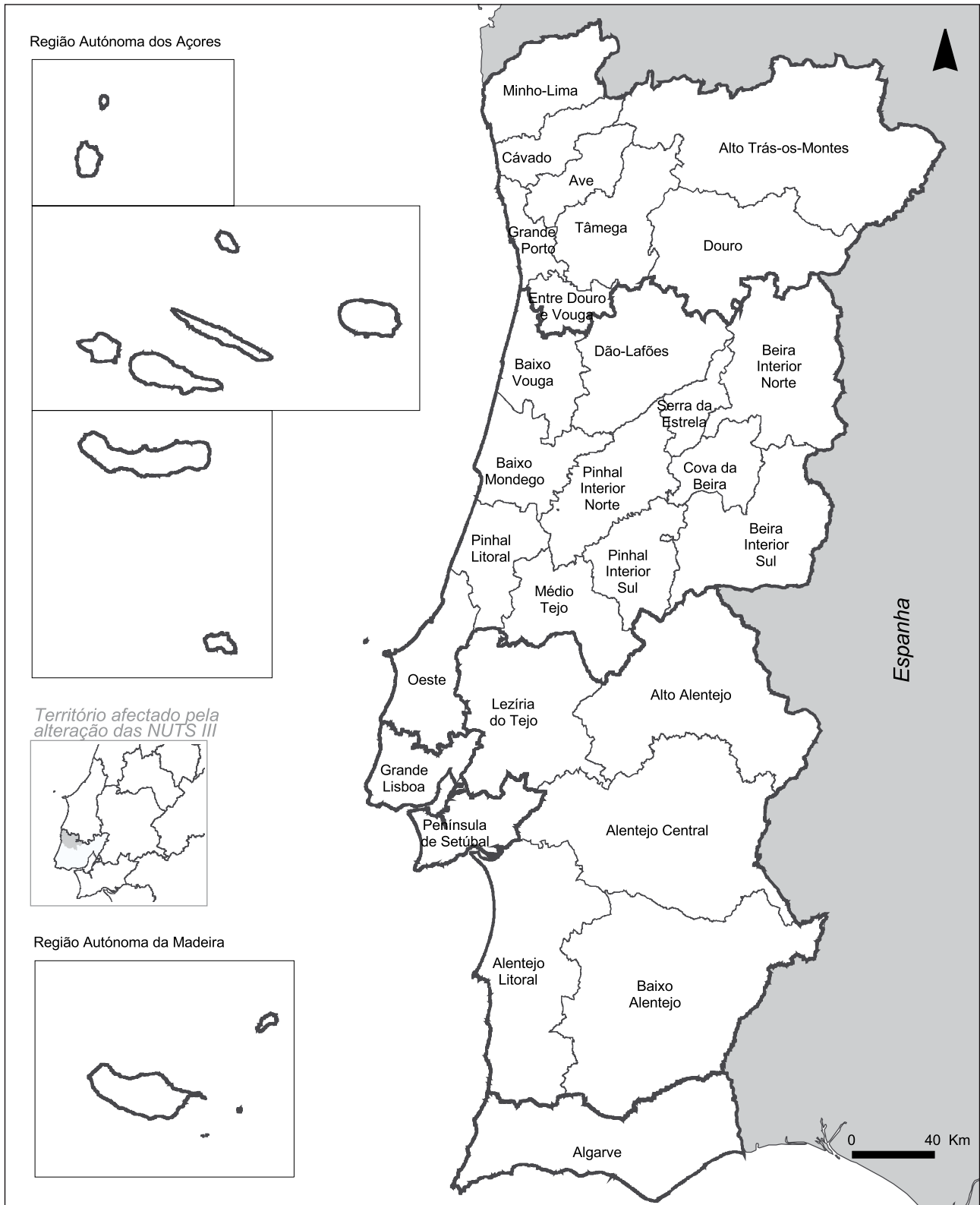


FIGURA III CONCELHOS DA REGIÃO NORTE



FIGURA IV CONCELHOS DA REGIÃO CENTRO

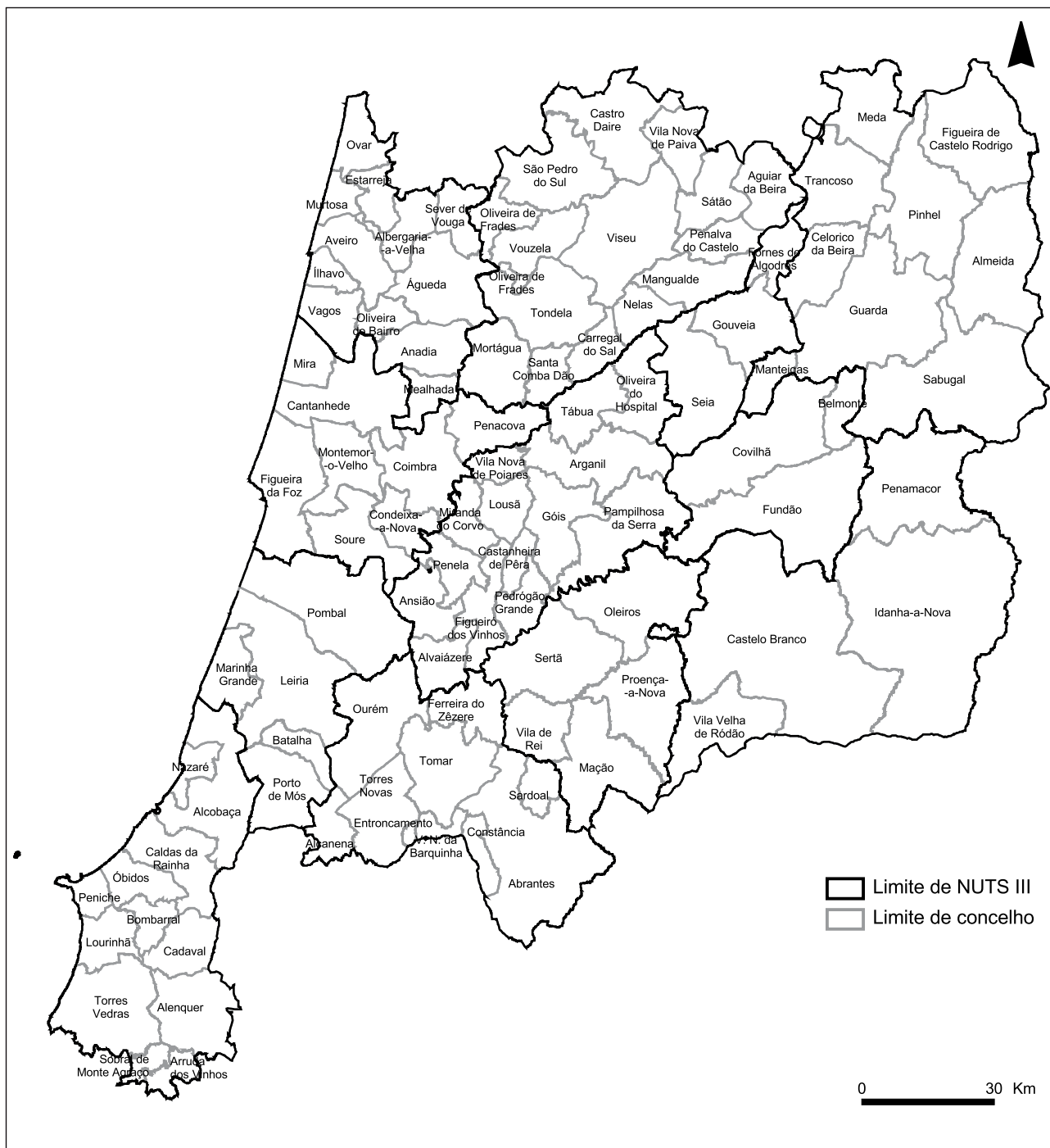


FIGURA V CONCELHOS DA REGIÃO DE LISBOA

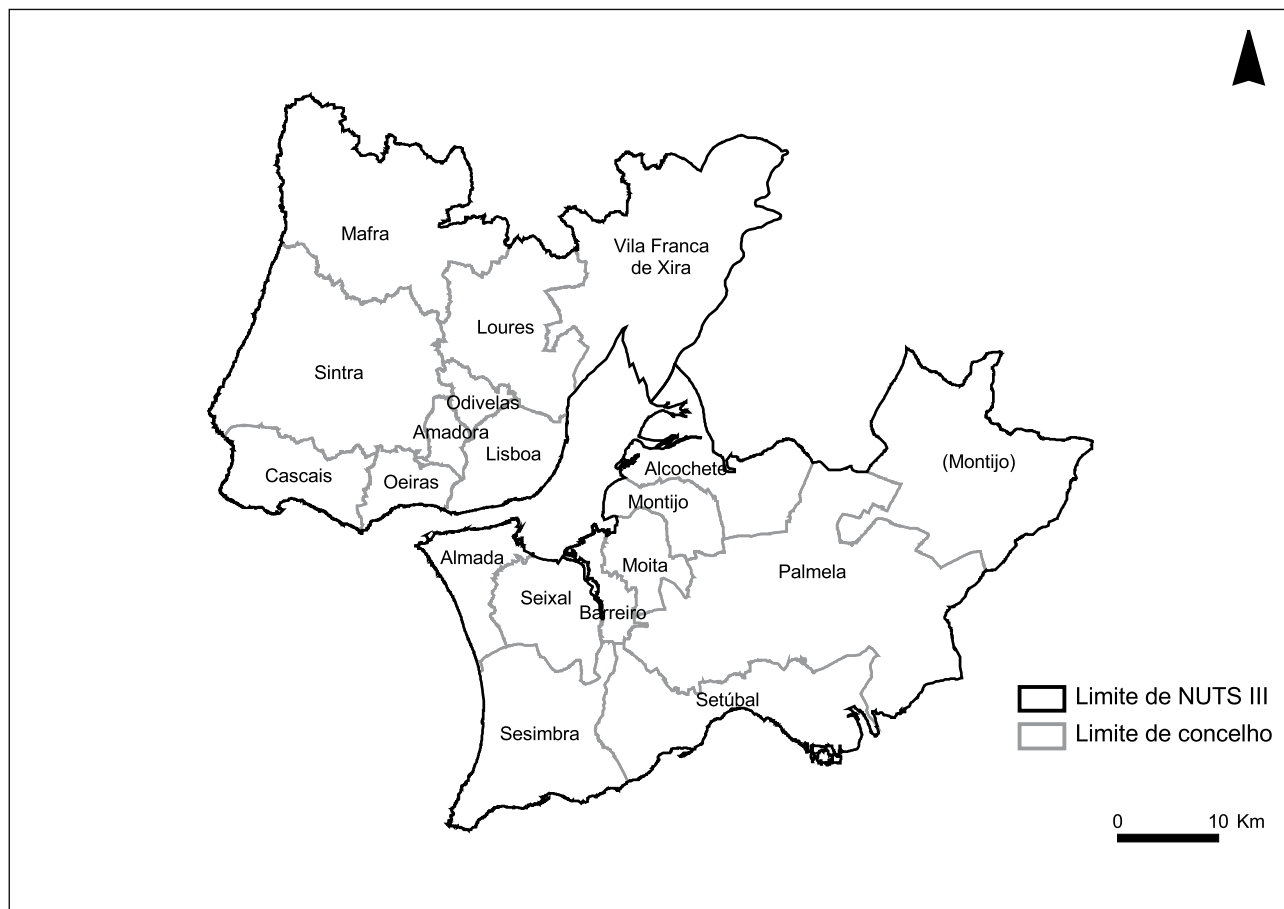


FIGURA VI CONCELHOS DA REGIÃO DO ALENTEJO

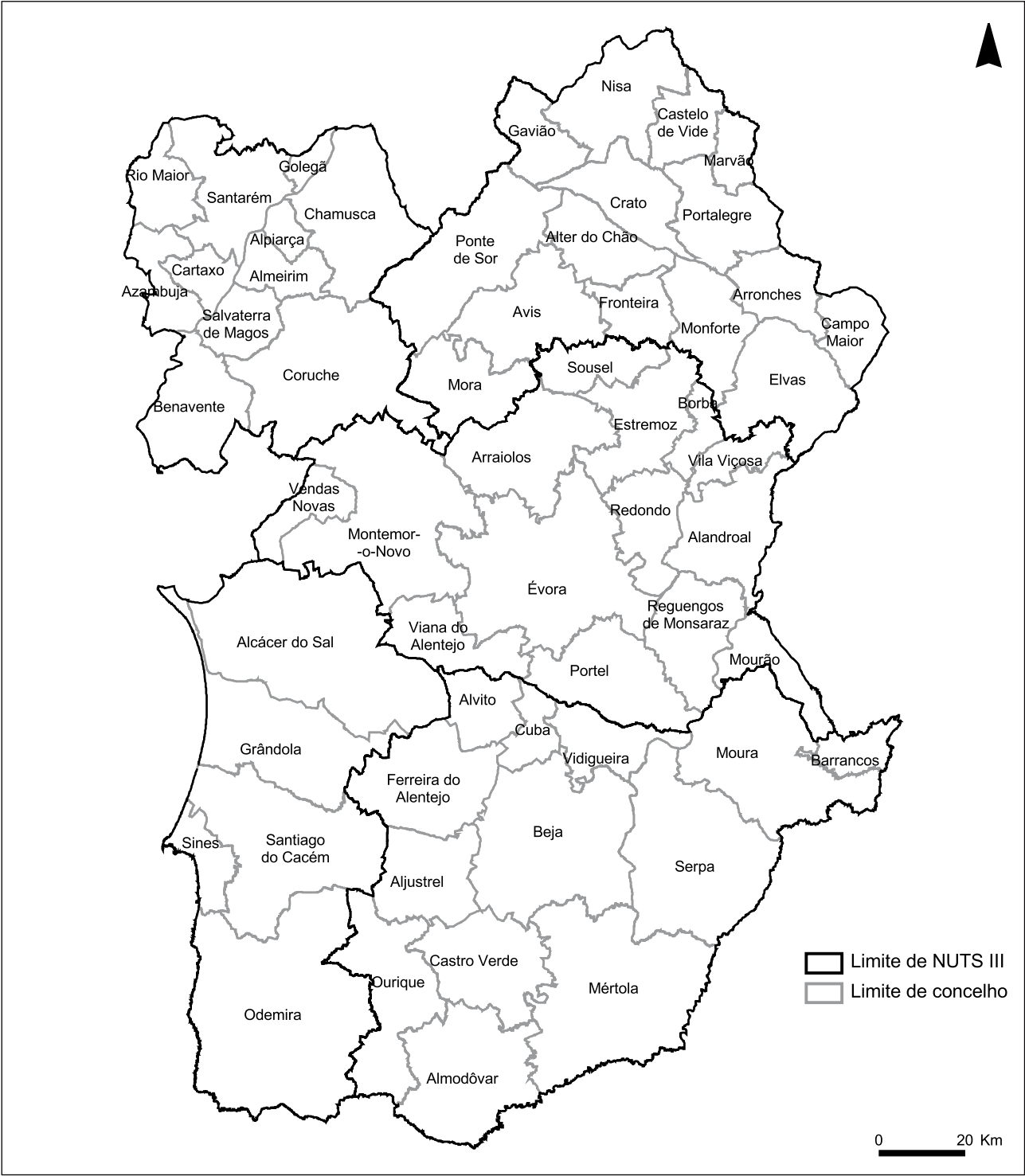


FIGURA VII CONCELHOS DA REGIÃO DO ALGARVE

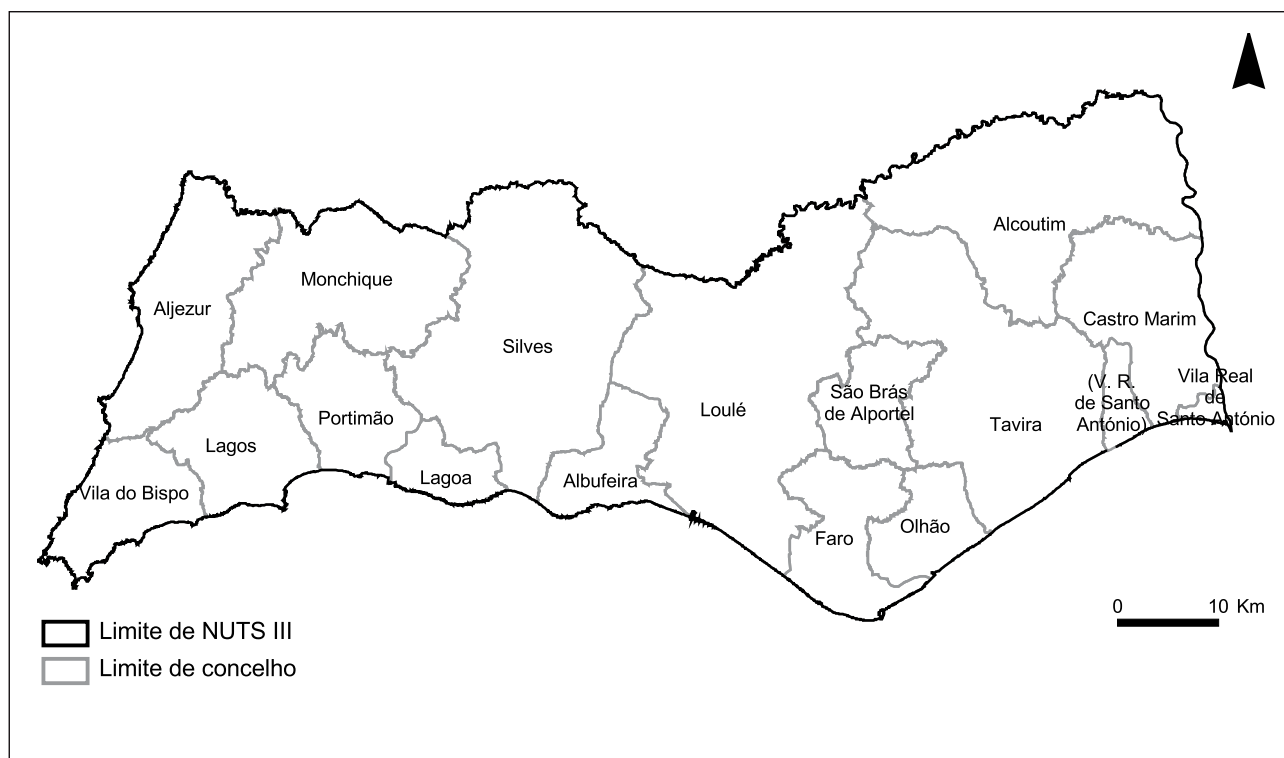


FIGURA VIII CONCELHOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

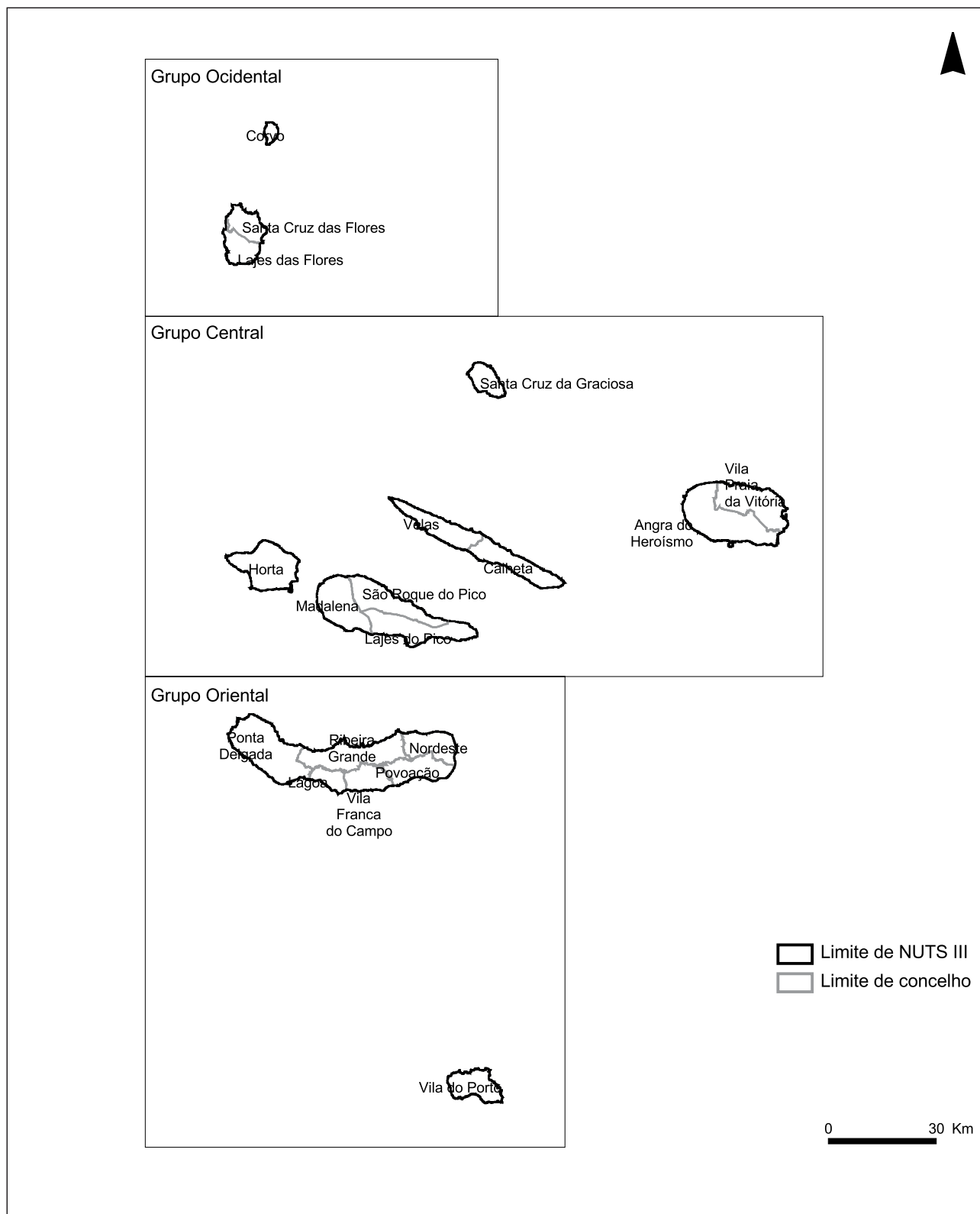
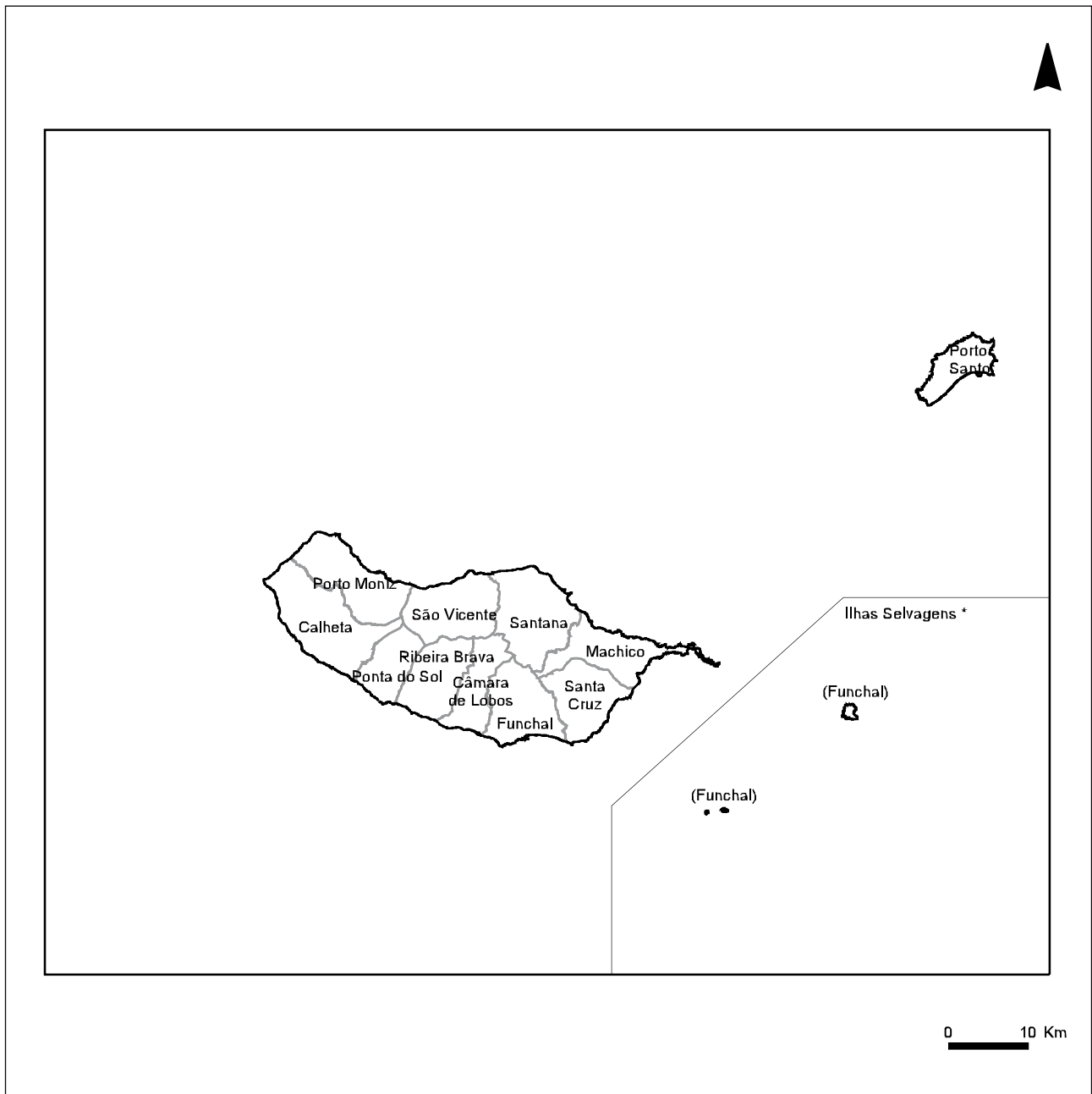


FIGURA IX CONCELHOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



* As Ilhas Selvagens pertencem ao concelho do Funchal e encontram-se a cerca de 280 km da Ilha da Madeira. Nos mapas temáticos apresentados nesta publicação optou-se por não colocar a linha de separação entre estas ilhas e as ilhas da Madeira e de Porto Santo, apesar das primeiras não estarem representadas na sua correcta posição geográfica.

FIGURA X REGIÕES AGRÁRIAS

